

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**Escavações antigas nos *tholoi* do Baixo Alentejo  
Interior: práticas funerárias do 3º milénio a.n.e.**

Ricardo Emanuel de Oliveira Russo

Tese orientada pela Professora Doutora Ana Catarina Sousa,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em  
Arqueologia

2020

## **AGRADECIMENTOS**

Das inúmeras pessoas que me incentivaram na investigação e realização da presente dissertação de mestrado, não poderia deixar de agradecer:

À Professora Doutora Ana Catarina Sousa, pela constante preocupação, ajuda e motivação, que ao longo deste percurso académico, tem demonstrado ser muito mais que apenas minha orientadora.

Ao Professor Doutor Victor S. Gonçalves, pelos tão interessantes ensinamentos acerca do fenómeno em que se inserem estas linhas: o Megalitismo.

Aos meus pais, pelo constante apoio e asseguramento da continuidade dos estudos.

Por fim, agradecer às instituições que durante este percurso me acompanharam: à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a toda a Uniarq; ao Museu Municipal de Ferreira do Alentejo e ao Museu Regional de Beja, pela disponibilidade e pela afetuosa receção; mas essencialmente a todo o pessoal do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu Geológico, que me proporcionaram as melhores condições no trabalho a realizar.

## RESUMO

Apesar de constituírem, no Alentejo, os primeiros vestígios materiais de cronologia calcolítica, os *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, só recentemente começam a ser entendidos na complexa dinâmica dos contextos calcolíticos peninsulares.

Nas antigas investigações verifica-se alguma carência no rigor científico, marcado pela falta de atenção concedida aos contextos antropológicos, assim como pelo carácter seletivo na recolha dos materiais – perdendo-se para sempre informações cruciais para o entendimento das práticas funerárias destas sociedades.

Os recentes monumentos identificados na região em análise foram escavados no âmbito da arqueologia preventiva, no entanto, os poucos trabalhos publicados permitem uma visão cada vez menos desfocada daquelas realidades.

Torna-se, portanto, oportuno, a revisão dos antigos registos, confrontando com o atual paradigma do 3º milénio. Não somente no Baixo Alentejo Interior, mas em todo o território português.

Palavras-chave: *Tholos*; Calcolítico; Baixo Alentejo Interior; Megalitismo.

## ABSTRACT

Despite being the first material evidences of chalcolithic chronology in Alentejo, the Baixo Alentejo's *tholoi* only recently began to be understood in the complex dynamic of peninsular chalcolithic contexts.

Early investigations show some lack of scientific rigorousness, denoted by a shortage in the anthropological contexts analyses and by a selective nature in the material gathering – causing the loss of crucial information for the understanding of these societies funeral practices.

The recently identified monuments, in the region under examination, have been excavated within the context of preventive archaeology, however, the few published works enable a less blurred view of these reality.

Therefore, it's appropriate to review the old data, comparing with the 3<sup>rd</sup> millennium paradigm. Not only on Baixo Alentejo Interior, but in all Portuguese territory.

Key words: *Tholos*; Chalcolithic; Baixo Alentejo Interior; Megalithism

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. IMPLANTAÇÃO E TERRITORIALIDADE DOS <i>THOLOI</i> DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR .....	3
2.1. Caracterização geográfica: delimitação administrativa da área em estudo .....	4
2.2. Geomorfologia e características físicas da paisagem .....	6
2.3. Implantação .....	7
2.4. Considerações .....	9
3. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES .....	10
4. OS MONUMENTOS TIPO <i>THOLOS</i> DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR: UMA SÍNTESE .....	16
4.1. Folha da Amendoeira .....	17
4.2. Monte do Outeiro .....	19
4.3. Monte das Pereiras .....	21
4.4. Malha Ferro .....	22
4.5. Amendoeira Nova .....	23
4.6. Cerro do Gatão .....	24
4.7. A-dos-Tassos .....	25
4.8. Monte Velho 1 .....	26
4.9. Nora Velha .....	27
4.10. Horta do João da Moura 1 .....	29
4.11. Monte do Pombal .....	30
4.12. Monte do Cardim 6 .....	31
4.13. Centirã 2 .....	33
4.14. Quinta do Estácio 6 .....	35
4.15. Monte da Velha 1 .....	36
5. TIPOLOGIAS ARQUITETÓNICAS .....	38
6. CULTURA MATERIAL .....	48
6.1. A pedra lascada nos tholoi do Baixo Alentejo Interior .....	49
6.1.1. Leitura geral .....	50
6.1.2. Matérias-primas .....	52
6.1.3. Os suportes alongados .....	54
6.1.4. Projeteis .....	58
6.1.5. Considerações .....	59
6.2. Pedra polida .....	60
6.3. Recipientes cerâmicos .....	65
6.3.1. Critérios descritivos .....	68



6.3.2.	Catálogo de formas.....	70
6.3.3.	Análise dos dados.....	71
6.3.4.	Tecnologias .....	77
6.3.5.	Considerações.....	78
6.4.	Adorno pessoal.....	79
6.5.	Metalurgia .....	81
6.6.	Artefactos relacionados com o sagrado.....	85
6.6.1.	Placas de xisto gravadas.....	85
6.6.2.	Cerâmica simbólica .....	88
7.	PRÁTICAS FUNERÁRIAS NOS <i>THOLOI</i> DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR .....	90
7.1.	Folha da Amendoeira .....	90
7.2.	Monte do Outeiro .....	91
7.3.	Malha Ferro .....	92
7.4.	Monte da Velha 1 .....	92
7.5.	Centirã 2 .....	92
7.6.	Monte do Cardim 6 .....	94
7.7.	Considerações gerais .....	95
8.	CRONOLOGIAS RELATIVAS E ABSOLUTAS .....	97
9.	OS <i>THOLOI</i> DO BAIXO ALENTEJO LITORAL E AS PRÁTICAS SOCIAIS DO 3º MILÉNIO .....	107
10.	CONCLUSÕES.....	115
11.	BIBLIOGRAFIA.....	119

## 1. INTRODUÇÃO

O conjunto de *tholoi* identificado na área do Baixo Alentejo Interior constitui o objeto de estudo central do presente trabalho, pretendendo-se analisar em termos quantitativos e qualitativos a cultura material dos monumentos tipo *tholos* do Baixo Alentejo Interior, presentes nos concelhos de Ferreira do Alentejo, Beja, Serpa e Ourique. A delimitação da área em estudo foi baseada em critérios paisagísticos e culturais, como adiante se discutirá.

Os *tholoi* do Baixo Alentejo constituíram os primeiros vestígios materiais calcolíticos a serem identificados no Alentejo, ainda antes do aparecimento dos primeiros povoados fortificados em finais dos anos 70 e da recente explosão de novos sítios, nomeadamente dos sítios com fossos e fossas. Sendo os primeiros sítios a ser identificados, os *tholoi* ficaram praticamente no esquecimento. Os novos monumentos a serem recentemente identificados foram fundamentalmente escavados no âmbito da arqueologia preventiva, sem um projeto de investigação correlacionado. Considerei, assim, oportuno rever os dados antigos face à situação atual do 3º milénio no Baixo Alentejo Interior.

Será realizado o estudo da cultura material dos monumentos intervencionados em meados da década de 1950 nesta área pela equipa de Abel Viana e os Serviços Geológicos de Portugal, a maioria depositada no Museu Geológico, mas também no Museu Nacional de Arqueologia, Museu Municipal de Ferreira do Alentejo e Museu de Beja. O conjunto dos monumentos do mesmo tipo recentemente escavados e publicados serão ainda considerados através das publicações. O estudo integrado dos materiais arqueológicos provenientes das escavações antigas constitui o principal objetivo, procurando-se aplicar análises recentes a conjuntos de materiais insuficientemente conhecidos e publicados.

O estudo arquitectónico e paisagístico dos monumentos foi efectuado apenas através das publicações e da cartografia. Muitos dos monumentos foram destruídos no momento da sua identificação, outros não se encontram localizados ou disponíveis para observação (na arqueologia preventiva a maior parte dos monumentos está coberto ou desmontado). A relocalização dos monumentos em estudo seria assim uma tarefa complexa que não seria possível executar em tempo útil deste projeto de mestrado.

Assim sendo, a presente dissertação tem como principal objetivo a realização de uma análise integrada dos dados de antigas escavações (com importante conjunto de monumentos intervencionados por O. da Veiga Ferreira, Abel Viana, Ruy Freire de Andrade e António Serralheiro: Folha da Amendoeira, Monte do Outeiro, Monte das Pereiras, Malha Ferro, Amendoeira Nova, Cerro do Gatão, A-dos-Tassos, Monte Velho, Nora Velha) em confronto com as novas pesquisas, decorrentes da arqueologia preventiva (destes monumentos, a maioria não foi ainda alvo de publicação detalhada; no entanto, sempre que possível analisar-se-ão os sítios intervencionados: Horta do João da Moura, Monte do Pombal, Monte do Cardim 6, Centirã 2, Quinta do Estácio, Monte da Velha 1.

A metodologia utilizada no decorrer deste trabalho, será explicitada ao longo dos capítulos, no que se refere à análise espacial, arquitetónica e dos materiais. Procurou-se essencialmente seguir os critérios que têm vindo a ser aplicados em conjuntos coevos de carácter megalítico.

Este trabalho está organizado em 10 capítulos organizado em duas partes distintas, A primeira parte de carácter geral inclui esta breve introdução (capítulo 1), a apresentação de uma leitura global dos *tholoi* na paisagem do Baixo Alentejo (capítulo 2) e o historial global das pesquisas e as fases da investigação (capítulo 3) e a descrição detalhada por monumento incluindo descritores genéricos de localização e referenciação (capítulo 4). A segunda parte analisa globalmente os monumentos quanto às suas características arquitetónicas (capítulo 5), cultura material (capítulo 6), práticas funerárias (capítulo 7), cronologias absolutas e relativas (capítulo 8) e enquadramento social regional e supra-regional (capítulo 9). Os anexos incluem a documentação essencial para cada um dos monumentos quanto à cartografia, planta, cultura material e inventários.

## **2. IMPLANTAÇÃO E TERRITORIALIDADE DOS *THOLOI* DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR**

O presente capítulo pretende analisar comparativamente a implantação e territorialidade dos monumentos tipo *tholos* do Baixo Alentejo, mais especificamente, do Baixo Alentejo Interior, presentes nos concelhos de Ferreira do Alentejo, Beja, Serpa e Ourique.

Foi efetuada uma análise (e comparação) dos diferentes tipos de implantação, tendo sempre em consideração as áreas regionais (Estremadura, Alentejo e Algarve).

Começar-se-á, portanto, com uma breve caracterização geográfica, onde se tratará a delimitação da área em estudo, geomorfologia e regiões naturais. De seguida, abordar-se-á a implantação dos monumentos do Baixo Alentejo Interior: após analisar relativamente a implantação dos monumentos, seguir-se-á uma abordagem mais específica da mesma. Esta última abordagem tem como objetivo analisar comparativamente os diferentes *tholoi* em estudo (a nível da geologia, hidrologia, relevo, solos, revestimento vegetal e visibilidade) de modo a encontrar paralelos (ou discrepâncias), assim como a elaboração de generalizações aplicáveis às realidades observáveis em contextos funerários no Calcolítico, não apenas no Baixo Alentejo Interior, mas no quadro geral do megalitismo do Sul Peninsular.

Recorreu-se às NUTS I, II e III (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) para a delimitação geográfica da área em estudo. À obra de Orlando Ribeiro e Mariano Feio, assim como a bibliografia correspondente à região do Baixo Alentejo Interior, para a geomorfologia e características físicas da paisagem.

Recorreu-se, ainda, ao software de Sistema de Informação Geográfica ArcGIS no desenvolvimento do mapa onde se apresentam as implantações dos monumentos tipo *tholos* do Baixo Alentejo Interior, acompanhado da sua altimetria (relevo) e hidrografia.

## 2.1. Caracterização geográfica: delimitação administrativa da área em estudo

Em termos administrativos, o Baixo Alentejo inclui a região do Alentejo limitado a Norte pelo distrito de Évora, a Leste por Espanha e a Sul pelo distrito de Faro. Relativamente à área de estudo do presente trabalho, o Baixo Alentejo Interior (ou Sudeste Alentejano), integra as cidades de Barrancos, Moura, Serpa e Mértola (fazendo estas fronteira com Espanha), Almodôvar, Castro Verde, Ourique, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Alvito, Cuba, Vidigueira e Beja (esta capital de distrito) (Inocêncio, 2013). No entanto, por não se conhecerem monumentos tipo *tholos* nos restantes, apenas se tratarão nestas linhas os concelhos de Ferreira do Alentejo, Beja, Serpa, Ourique e Aljustrel.

NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) é um sistema hierárquico de repartição do território em regiões, sendo que a sua nomenclatura se subdivide em três níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos.

Segundo esta nomenclatura, a área de estudo deste trabalho, prende-se, portanto, com a região do Baixo Alentejo (Distrito de Beja).

Este trabalho restringe-se ao Baixo Alentejo Interior (área total = 8 509,32km<sup>2</sup>), sendo ainda desconhecidos *tholoi* em Odemira, apesar da recente descoberta de uma estrutura ainda mal conhecida que parece pertencer a uma estrutura daquele tipo no sítio de Vila Formosa 2 (Serra *et al.*, 2014).

Na região do Baixo Alentejo Interior conservam-se 15 monumentos de tipo *tholos*, localizando-se administrativamente em Serpa (2), Aljustrel (1), Beja (2), Ourique (4) e Ferreira do Alentejo (4).

Apresenta-se de seguida, o mapa de distribuição dos *tholoi* identificados no Baixo Alentejo Interior, exibindo a altimetria e hidrografia de implantação – merece aqui agradecer-se a Nuno Fragoeiro, pela elaboração não só do mapa de distribuição, mas de toda a cartografia apresentada em ArcGis.

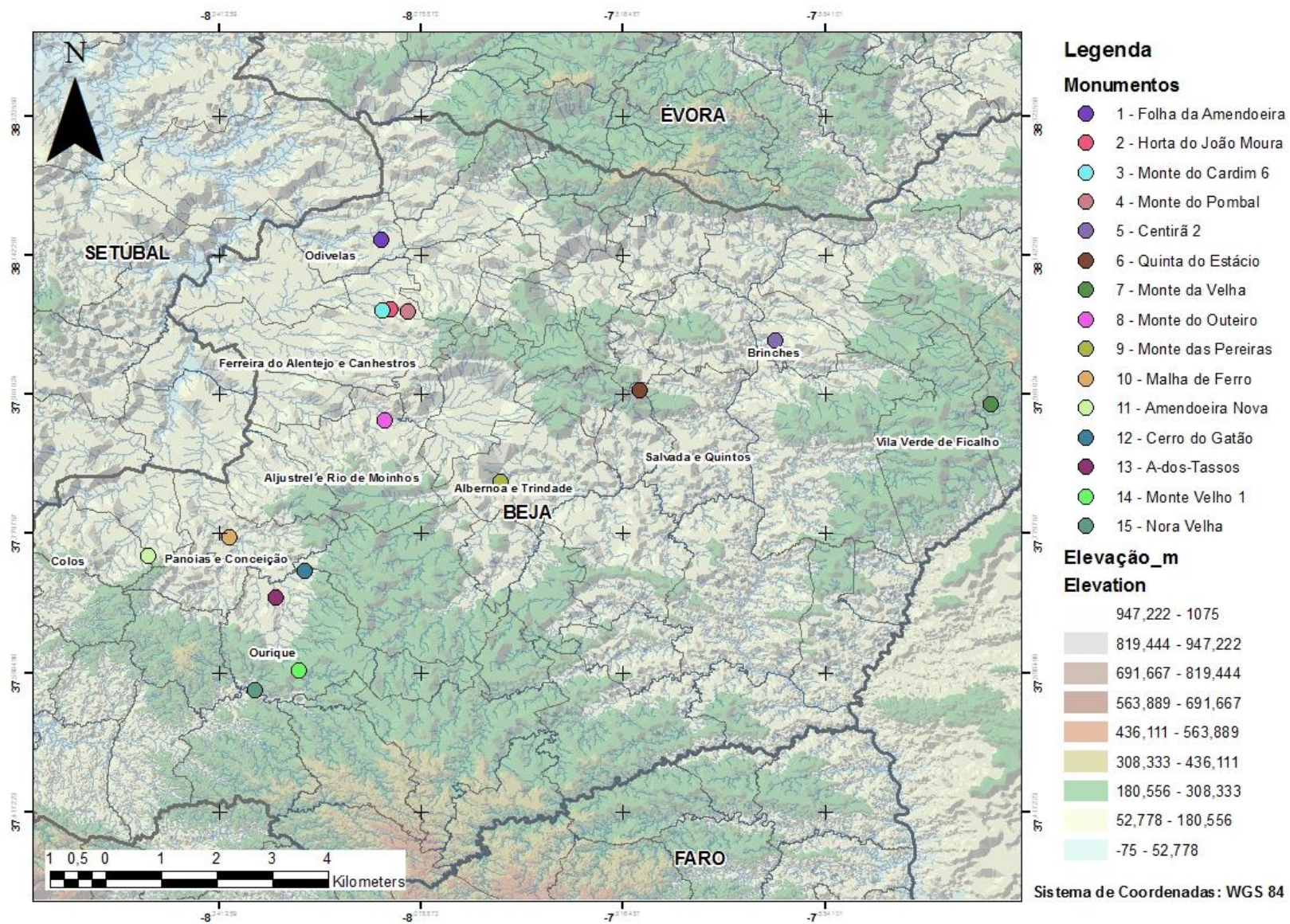


Figura 2.1. Implantação, altimetria e hidrografia dos monumentos tipo tholos do Baixo Alentejo Interior

## 2.2. Geomorfologia e características físicas da paisagem

*“Ocupando perto de um terço de Portugal, o Alentejo com os seus confins naturais, é uma região uniforme, de peneplanícies monótonas, de largas ondulações de relevo e de pequenas elevações afastadas umas das outras”* (Feio, 1983).

O excerto anterior pode aplicar-se à região em estudo neste trabalho: no Alentejo a peneplanície é a unidade fundamental no que respeita ao relevo, sendo o Baixo Alentejo Interior composto por altitudes pouco significativas que atribuem à paisagem um nivelamento quase perfeito (Inocêncio, 2013). A peneplanície alentejana apenas é interrompida por uma ondulação residual causada pelo *“rejuvenescimento quaternário em função do encaixe do rio Guadiana e dos seus afluentes”* (Rebelo, 1994, p. 21).

Segundo Mariano Feio (1983), a região nestas linhas em análise, integra-se por completo na peneplanície alentejana, mais precisamente, região natural 2: Baixo Alentejo Interior; e segundo Orlando Ribeiro (1987), esta região natural assume basicamente os mesmos contornos que a anterior, caracterizando-a como Alentejo de planícies com raras elevações isoladas (região 18) (Martins, 2014).

A divisão do Sul de Portugal em regiões naturais, por parte dos anteriores autores não difere em quase nada, considerando ambos que existem regiões (como a Serra Algarvia e as elevações ocidentais das serras do Cercal, Colos e Grândola – que formam algo como um *horst* marginal) que constituem uma barreira natural à penetração humana da costa para o interior, tendo esta barreira também impacto no clima e, obviamente, na fixação antrópica na região em questão (Feio, 1983; Ribeiro, 1987; Martins, 2014).

Relativamente à hidrografia, o principal curso de água da região é o Guadiana. Este rio corre no sentido Norte-Sul e possui um regime torrencial com grandes cheias em épocas de maior pluviosidade. Ambas as suas margens têm vários afluentes e subafluentes, sendo de destacar neste trabalho, a ribeira do Vale do Ouro (que atravessa o recinto de Porto Torrão) (Inocêncio, 2013). Mais à frente far-se-á uma análise mais aprofundada, por monumento, quanto à sua hidrografia.



Geologicamente, esta área ocupa a grande unidade geoestrutural Maciço Hespérico, sendo portanto caracterizada “*por superfícies de erosão fraturadas ou balanceadas e levantadas a cotas variadas, com alguns relevos residuais (devidos a uma maior resistência ou à posição)*” (Araújo, 1995, p. 39) e onde as rochas graníticas e xistosas são as mais frequentes, contando ainda com a presença dos quartzitos e rochas metamórficas (Rebelo, 1994 in Inocêncio 2013).

Litologicamente, o Baixo Alentejo Interior é constituído predominantemente por rochas sedimentares, havendo áreas constituídas também por rochas sedimentares e formações sedimentares detríticas (estas últimas com predominância entre Ferreira do Alentejo e Vila Verde de Ficalho, Serpa), sendo os solos caracterizados, em grande parte, como ácidos (Ferreira, 2000 in Inocêncio 2013).

Quanto às ocorrências minerais na região, o principal minério é o cobre (Cu), e com menor predominância o Fe-Mn, o Pb, o Zn e o Au-Ag (idem).

### 2.3. Implantação

Na sua tese de Doutoramento, Rui Boaventura (2009) constata que os *tholoi* de Lisboa/Estremadura se encontram maioritariamente implantados em pontos relativamente cimeiros de vertente ou em cume:

*“Apenas São Martinho 1 e 2 foram instalados no fundo do vale [sendo que os restantes tholoi se encontram] em pontos relativamente cimeiros de vertente ou nos seus cumes. Isto poderia significar então, uma maior preocupação com a marcação da paisagem, situando aqueles sepulcros em pontos altos, facilmente avistados, e de alguma forma avistando”* (Boaventura, 2009: 213).

Semelhantemente aos *tholoi* de Lisboa/Estremadura, destacam-se no Baixo Alentejo Interior dois tipos de implantação destes monumentos: os que se implantam no topo de colinas proeminentes e os que foram edificadas a meio de vertentes suaves (Martins, 2014).



De referir também são os sepulcros implantados em planície nas periferias de recintos de fossos, contando esta área um total de seis *tholoi* identificados na periferia de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). São eles: Monte do Pombal 1, Monte do Cardim 6 e Horta do João Moura 1 (sepulcro 1, 2 e 3).

Topónimo	Cume/Topo de Elevação	Vertente	Planície
Folha da Amendoeira		x	
Monte do Outeiro			x
Monte das Pereiras	x		
Malha Ferro		x	
Amendoeira Nova	x		
Cerro do Gatão	x		
A-dos-Tassos	x		
Monte Velho	x		
Nora Velha		x	
Horta do João da Moura 1			x
Monte do Pombal			x
Monte do Cardim 6			x
Centirã 2		x	
Quinta do Estácio 6			x
Monte da Velha 1	x		

Figura 2.3. Tipos de implantação dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior

Na área de Ourique, volta a observar-se a implantação em pontos cimeiros de vertente ou mesmo em topos de elevação.

Também os restantes monumentos do Baixo Alentejo Interior parecem implantar-se em pontos cimeiros com boa visibilidade, como é o caso de Centirã 2 implantado numa plataforma elevada, em esporão (Henriques *et al.*, 2013) e Monte da Velha 1, implantado no topo de um cabeço (Soares, 2008).

Em Ferreira do Alentejo os seis *tholoi* identificados localizam-se na periferia de Porto Torrão (provavelmente o maior recinto de fossos no território português), mais propriamente no vale da Ribeira do Ouro, com implantação semelhante aos monumentos de Perdigões e Alcalar (Valera *et al.*, 2013).

Foi igualmente analisado o conjunto de *tholoi* conhecidos no território português. Foi efetuada uma análise (e comparação) dos diferentes tipos de implantação, tendo sempre em

consideração as áreas regionais do Centro e Sul de Portugal (Estremadura, Alentejo e Algarve).

#### 2.4. *Considerações*

Geomorfologicamente, a área de estudo em questão é fundamentalmente caracterizada por relevos de peneplanície com altitudes pouco significativas que conferem à paisagem um nivelamento quase perfeito; em termos geológicos, predominam os granitos e os xistos, e em menor escala, os quartzitos e rochas metamórficas; os solos são predominantemente caracterizados como ácidos; quanto à hidrografia, o principal curso de água é o Guadiana, sendo de destaque, no contexto da implantação dos monumentos tipo *tholos*, a ribeira do Vale do Ouro que corta o recinto de Porto Torrão; por último, quanto a ocorrências minerais, o cobre é o que apresenta maior predominância.

Relativamente ao tipo de implantações, observa-se, que aparte os monumentos implantados em zonas periféricas de recintos de fossos ou povoados, assim como os anexos a antas anteriores, os *tholoi* em território português parecem, na sua maioria, ter sido edificadas em pontos cimeiros com boa visibilidade. Os restantes parecem ter sido implantados em locais mais discretos, principalmente condicionados pela fisiografia, pela oro-hidrografia envolvente e, sobretudo, pelo fácil acesso da matéria-prima.

### 3. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

Na região do Baixo Alentejo Interior, podemos considerar genericamente duas grandes fases da pesquisa: uma fase inicial em meados do século 20 (9 monumentos escavados) e uma fase mais recente, já do século 21 (6 sítios intervencionados com presença de *tholoi*).

A primeira etapa das pesquisas decorreu em meados do século 20, com importante conjunto de monumentos intervencionados por Abel Viana, Octávio da Veiga Ferreira, Ruy Freire de Andrade e António Serralheiro, principalmente na década de 1950/60. O percurso pessoal e científico de Abel Viana e de Veiga Ferreira, foi previamente estudado e publicado por João Luís Cardoso, apresentando-se aqui uma breve sumula (Cardoso, 2002; 2008).

Abel Viana (Viana do Castelo, 1896 – Beja, 1964) foi uma das personalidades mais marcantes da Arqueologia em Portugal. Nascido a 16 de fevereiro de 1896, a sua carreira profissional iniciou-se como professor do ensino primário. Lecionou em diversas escolas do Minho (1917-1933), seguindo-se Beja (1933-1938), exercendo ainda, durante aquela época funções de Inspetor e Diretor do Distrito Escolar de Faro e Diretor Escolar de Setúbal. As suas ilustres atividades no âmbito escolar valeram-lhe a condecoração com o Oficialato da Ordem da Instituição Pública (Faro, 1934), pelo Presidente da República (Cardoso, 2002). Na verdade, o seu labor arqueológico é iniciado ainda durante a sua estadia no Minho, no entanto, apenas em 1945, pela atribuição de uma bolsa vitalícia do Instituto para a Alta Cultura, Abel Viana recebe o estatuto de arqueólogo profissional português (Cardoso, 2015). Anos mais tarde, durante a década de 1950, recebe uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, o que finalmente lhe possibilitou dedicar-se à investigação arqueológica, destacando-se dois importantes sítios estudados no conselho de Ourique: a necrópole do Bronze do Sudoeste da Atalaia e o castro da Senhora da Cola (Cardoso, 2002).

Da imensa, e interessante biografia e investigação deste autor, tem destaque nestas linhas um distinto programa de identificação, escavação e publicação das sepulturas calcolíticas de falsa cúpula que se começavam a reconhecer na região do Baixo Alentejo, em meados dos anos 1950. Este projeto é levado a cabo muito devido à elaboração da cartografia geológica

conduzida por Octávio da Veiga Ferreira (companheiro de investigação e amigo de Abel Viana), que agora se faz breve apresentação.

A vida profissional de O. da Veiga Ferreira estreia com a matrícula no então Instituto Industrial de Lisboa. Em 1941 obtém o diploma de Engenheiro Técnico de Minas. Logo no mesmo ano foi empregado na Comissão Reguladora do Comércio dos Metais para em 1944 transitar para a Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos e para os Serviços Geológicos de Portugal em 1950, desenvolvendo atividade até 1987 (Cardoso, 2008).

O. da V. Ferreira desenvolveu inúmeras campanhas de cartografia geológicas na companhia de Georges Zbyszewski e dos coletores António Rodrigues e Leonel Rodrigues, campanhas essas que contribuíram para a descoberta de importantes sítios e monumentos arqueológicos que a posteriori procurou explorar (*idem*), como é o caso dos sepulcros calcolíticos tratados nesta dissertação.

Numa das cartas da imensa correspondência publicada entre Abel Viana e Octávio da Veiga Ferreira, o primeiro escreve: *“Foi em 1944 que travei conhecimento com ele, já nessa altura residindo em Beja. Começaram então os nossos 20 anos de trabalhos e canseiras, descobertas, e de uma grande colaboração e amizade. Evoco, neste momento em que infelizmente já o não posso ter por companheiro, todas essas campanhas de Monchique, Alcalar, Faro, Ourique, Aljustrel, Senhora da Cola, etc., vinte anos de produtivo e fecundo labor, onde o seu conselho e a sua grande experiência de trabalhos de campo tanto contribuíram para as descobertas e estudos realizados”* (Cardoso, 2002: 418).

A partir de 1952, a decisão dos Serviços Geológicos de Portugal de proceder à elaboração de cartas geológicas pormenorizadas na região do Baixo Alentejo, levou a que uma equipa de geólogos (coordenada por G. Zbyszewsky e O. da Veiga Ferreira) para ali se deslocasse para desenvolver trabalho de campo.

À colaboração entre O. da Veiga Ferreira e Abel Viana, juntam-se o Engenheiro Ruy Freire de Andrade, técnico superior das Minas de Aljustrel, e o Padre António Serralheiro, pároco da vila de Messejana e arqueólogo amador. Contando com o apoio da Société Anonyme Belge de Minas de Aljustrel, do Instituto de Alta Cultura, do Centro de Estudos de Etnologia

Peninsular e da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, iniciam um conjunto de investigações com o propósito de conhecer o megalitismo do Baixo Alentejo: estudo inédito, uma vez que, na área o fenómeno megalítico era ainda muito desconhecido (Silva, 2008).

Este projeto teve início em Aljustrel, onde foram desenvolvidos trabalhos no sentido de compreender a ocupação em época romana, com incidência na mineração, trabalhos esses com abundante bibliografia publicada.

Mas para estas linhas tem maior interesse o período seguinte, aquele em que esta equipa se desloca para o Sul do Baixo Alentejo e, durante dois anos (1956-58) desenvolve investigação sistemática do megalitismo, sobretudo na área de Ourique.

Dos 27 monumentos inéditos, apresentados em Dezembro de 1958 no I Congresso Nacional de Arqueologia (e com várias notícias publicadas na *Revista de Guimarães*), interessa então referir os sepulcros de tipo *tholos*, tendo sido intervencionado um importante conjunto de nove monumentos: Malha Ferro, Monte Velho 1, Amendoeira Nova (ou Colos), A-dos-Tassos, Cerro do Gatão e Nora Velha, na zona Ourique, Monte do Outeiro e Monte das Pereiras em Beja e ainda Folha da Amendoeira em Ferreira do Alentejo (Viana, 1959; Viana, 1960; Viana, 1961). A análise historiográfica destas campanhas tem vindo a ser abordada por A. Martins (Martins, 2014) e C. T. Silva (Silva, 1987; 2008).

Apesar das metodologias de escavação destes monumentos, os trabalhos desta “brigada” (nas palavras do próprio Abel Viana), constitui enorme contribuição para a compreensão do megalitismo, não apenas no Baixo Alentejo, onde os monumentos de tipo *tholos* eram até então desconhecidos, mas em todo o Sudoeste da Península (Viana, 1959; Viana, 1960; Viana, 1961).

Segundo estes investigadores, a descoberta destes monumentos no Baixo Alentejo apresentava a presença de fortes influências da cultura de Almeria (Los Millares e Almizaraque) e marcaria a sua progressão em direção ao Alto Alentejo (Viana *et al.*, 1959; C. T. da Silva, 2008). No entanto, estes autores admitem a construção destes monumentos por parte das populações autóctones.

Estes trabalhos possibilitaram documentar a existência de uma área intermédia ocupada por sepulcros tipo *tholos* entre o litoral do Algarve (onde se conheceram primeiramente na época de Estácio da Veiga) até à Estremadura, propondo, assim, uma progressão de Sul para Norte, que os autores relacionam com a exploração das jazidas de cobre do Baixo Alentejo e, marcando a difusão do Calcolítico (Cardoso, 2002).

Em vários destes sepulcros assinala-se a presença de reutilizações de períodos posteriores, como é o caso do *tholos* Monte do Outeiro, publicado por Schubart, em 1965, e que se refere posteriormente. Estas reutilizações, se registadas também em monumentos estremenhos (como Barro é exemplo), poderão ter afetado a leitura da utilização funerária calcolítica (Sousa, 2016).

Em 1965, V. Leisner publica o terceiro volume de “*Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: der Westen*”, onde apresenta uma síntese dos monumentos desta região em que são redesenhadas as plantas e os materiais recolhidos por Abel Viana e colaboradores.

O *tholos* da Nora Velha foi, nesta área, o único dos monumentos estudados pela equipa dos Serviços Geológicos com escavação e estudo posterior. A crítica feita pelo seu mais recente investigador, Artur Martins (2014), observa alguma carência de método científico utilizada nos trabalhos arqueológicos daquela época. A intervenção em 1996, teve como principal objetivo a recuperação de alguma estratigrafia e o desenho de uma planta e alçados fiéis do monumento. A. Martins (2014) afirma, por exemplo, que após escavar o monumento, este parecia apresentar potência suficiente para estabelecer uma estratigrafia, sendo que o espólio recolhido indica uma reocupação mais tardia do sepulcro, assim como o próprio Abel Viana havia reconhecido em 1960.

De referir ainda é o monumento de Monte da Velha 1, identificado em 1974 na mesma altura que o monumento Monte da Velha 2 (sepulcro tipo dolménico a cerca de 750 m – estudo e publicação: Soares e Arnaud, 1982). Apesar de localizado em 1974, apenas no ano de 2000 foram realizadas as primeiras escavações por A. Monge Soares, publicadas em 2008 (Soares, 2008).

Excluindo os casos atrás referidos, a partir dos finais dos anos 90 a maior parte das intervenções em *tholoi* decorrem de arqueologia preventiva, principalmente no âmbito do projeto do Alqueva.

De modo a garantir o salvamento na área a inundar pela barragem do Alqueva, em 1998 a Empresa EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva) procedeu a um conjunto de intervenções de salvaguarda naquela região, propiciando a identificação e escavação de novos monumentos nesta região. A implementação da rede de rega do Alqueva, promovida por aquela empresa, apresenta-se como um momento importantíssimo para o aprofundar do conhecimento relativamente ao complexo do Porto Torrão, que à frente nestas linhas merecerá destaque.

Assim, cronologicamente, nos últimos anos, no âmbito da arqueologia preventiva foram identificados os seguintes monumentos de tipo *tholos* na área em estudo: Centirã 2 em Serpa (2006-2011) (Henriques *et al.*, 2013); Horta de João Moura (2011-2012) –; Monte do Cardim 6 (2005-2006) –; Monte do Pombal 1 em Porto Torrão; Quinta do Estácio 6 (2013) em Beja (Valera *et al.*, 2013).

Dos monumentos referidos, a maioria não foi ainda alvo de publicação, sendo apenas mencionados em artigos de síntese e os relatórios depositados no Arquivo da Arqueologia Portuguesa (DGPC) não apresentam informação detalhada sobre o espólio. No entanto, estão devidamente publicados os monumentos de Centirã 2, Monte do Cardim 6 e ainda o *tholos* de Monte da Velha 1, identificado e com início de escavação em 1974, com publicação por parte de António M. Monge Soares, em 2008.

Nota-se que nesta região, é necessário colmatar a lacuna de intervenções integradas em projetos de investigação regional, uma vez que as elaboradas se prendem com “*atuações pontuais que permitem o estudo dos monumentos, mas não são suficientes para traduzir uma realidade a nível de conjunto regional*” (Martins, 2014: 52).

Neste sentido, deve referir-se que as escavações efetuadas pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal tinham a duração média de apenas dois ou três dias (os trabalhos efetuados no sepulcro de Malha Ferro, o de maiores dimensões daquele conjunto

intervencionado, apenas durou 6 dias) e que frequentemente os monumentos foram registados após a sua destruição, pelo que as suas plantas são meramente indicativas.

Relativamente ao espólio, o tipo de recolha parece ter sido seletivo, particularmente nos casos em que os monumentos foram registados após a sua destruição, como Folha de Amendoeira e Monte do Outeiro, ou nas escavações realizadas em poucos dias. de referir ainda, que na minha experiência no Museu Geológico ao inventariar as peças recolhidas por esta equipa notei que materiais que estavam depositados no museu não constavam na publicação e vice-versa (materiais que estavam publicados não constavam no depósito), o que causou algumas dificuldades no trabalho a realizar.

No entanto, como referido, os trabalhos efetuados por aquela equipa, revelaram enorme contribuição na compreensão dos contextos megalíticos em todo Sudoeste peninsular.

As recentes investigações no Baixo Alentejo Interior, apesar de demonstrarem grandes cuidados científicos, ao nível do método de escavação e registo, por vezes a sua publicação apresenta-se incompleta – muito pelo carácter preventivo a que estas intervenções têm vindo a ser sujeitas na região. Não se apresentam muitas vezes, por exemplo, as plantas dos monumentos, sendo publicado apenas o registo fotográfico, o que impossibilita a total compreensão das dimensões dos mesmos.

Um ponto claramente positivo nestas novas abordagens, é o facto de se atender bastante ao registo estratigráfico, assim como a atenção prestada ao estudo do espólio osteológico e reconstrução das práticas funerárias (análises desprezadas no passado), tornando possível a identificação do tipo de inumação (se coletivo ou individual; primária ou secundária), as diferentes fases de inumação, quando existentes, e ainda o número mínimo de indivíduos registados em cada sepulcro. Os estudos osteológicos permitem ainda a realização de análises bioantropológicas, tornando possível o registo de alterações tafonómicas e osteobiografia, por exemplo, assim como a averiguação das paleodietas e patologias.

No próximo capítulo, são descritas mais detalhadamente (e individualmente) a história das de cada um dos tholoi do Baixo Alentejo Interior.



#### **4. OS MONUMENTOS TIPO *THOLOS* DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR: UMA SÍNTESE**

Para uma melhor compreensão, integração e visualização dos monumentos analisados, este capítulo pretende fazer uma descrição detalhada da totalidade dos *tholoi* identificados no Baixo Alentejo Interior.

Teve-se em conta, em primeiro lugar, a bibliografia de cada sítio, a descrição dos trabalhos de escavação e a sua localização.

Relativamente à localização dos sítios, são também apresentadas as coordenadas, embora nenhum dos pontos tenha sido registado com GPS no terreno, sendo a sua maioria provenientes do Endovélico (informação cedida por André Pereira no âmbito do projeto MEGAGEO). Assim sendo, uma vez que estas coordenadas poderão não corresponder totalmente à realidade, estas são apresentadas de modo a perceber a localização/implantação dos monumentos entre si.

São também apresentadas as altitudes a que se implantam estes sepulcros, mas também esta informação é relativa ao Endovélico. Quando a altitude do Endovélico não parecia correta, utilizou-se a indicada na CMP com base no ponto obtido, ou recorrendo à tese de Artur Martins. O *tholos* de Monte das Pereiras com base em Andrade & Serralheiro (1961), enquanto que Quinta do Estácio 6 foi colocado com base no ponto marcado na CMP do Relatório do Tiago do Pereiro (Omniknos) de 2013 acerca das sondagens arqueológicas.

Posteriormente, sempre que possível, é apresentada uma breve história das pesquisas, seguida da descrição arquitetónica e terminando com a indicação do espólio registado em cada um dos monumentos.

#### 4.1. Folha da Amendoeira

(Viana, A., 1953)

CNS: 4046

Escavação: 1952

Localização: Beja/Ferreira do Alentejo/Odivelas

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 38.161709	X: 576305.39	87
Y: -8.130239	Y: 4224323.58	

Monumento identificado e estudado, por Abel Viana e a sua equipa, no ano de 1952 (já muito danificado). Naquele ano, a lavra de um terreno da Folha da Amendoeira, na herdade do Monte do Outeiro, trouxe à superfície algumas pedras e algumas ossadas humanas (Viana, 1953). Esta descoberta levou o proprietário da herdade (Joaquim Maria Camacho) a deslocar-se ao local e, entusiasmado pelo grande número de materiais, mandou escavar o sítio. No momento em que os arqueólogos visitaram o local nada restava do sepulcro; no entanto, após observação detalhada e descrição por parte do proprietário, conseguiu-se reconstituir em planta a arquitetura do monumento (câmara circular constituído por falsa cúpula e corredor longo), procedendo-se posteriormente à análise do espólio recolhido pelo proprietário da herdade (*idem*).

Face ao anteriormente referido, descreveu-se o mais detalhadamente possível a tipologia arquitetónica do monumento: segundo os escavadores, os construtores deste monumento “*princiaram por cavar na rocha branda do subsolo uma caixa ligeiramente ovalada, com 5,10 m de diâmetro transverso por 5,60 m de eixo longitudinal*” (Viana, A., 1953, p. 257), implantando onze esteios finos com cerca de 1,30 m de altura alternando com dez esteios de muito menor altura, sendo que entre os esteios e o corte do terreno se encontrava cuidadosamente preenchido com pedras – a espessura total da parede circular teria na base cerca de 0,50 m, estreitando à medida que a altura aumentava; assim, a câmara deste

monumento media de eixo maior 4,60 m e 4,10 m de eixo menor e era constituído de falsa cúpula tapada ao centro por uma laje de não muito grandes dimensões e o seu corredor seria longo e provavelmente orientado a Nordeste.

O espólio deste monumento encontra-se depositado no Museu Nacional de Arqueologia, com depósito provisório no Museu de Ferreira do Alentejo.

Relativamente à cultura material, neste monumento foram analisados os seguintes recipientes cerâmicos: uma taça em calote, três taças em calote alta e dois esféricos achatados, merecendo destaque as dimensões diminutas destes últimos relativamente aos que aparecem em Nora Velha, Monte das Pereiras e Monte do Outeiro.

Acerca destes materiais, Abel Viana pressupõe tratar-se de “*tipos correntes em sepulcros almerienses*” (Viana, 1953: 260), sendo que as formas cerâmicas pouco evoluídas deste monumento, leva à associação a cronologias próximas da primeira metade do 3º milénio.

Foi também registada uma grande quantidade de pedra lascada (14 lâminas no total) e, dos monumentos em análise, foi aquele que revelou maior número de pedra polida, apresentando sete machados em bom estado de conservação e ainda uma enxó.

Apesar de não ter sido publicado, no Museu Nacional de Arqueologia, consta em depósito do monumento de Folha da Amendoeira, também um braçal de arqueiro, em tudo idêntico ao segundo exemplar de Centirã 2 (adiante referido). No entanto, este apresenta decoração ziguezagueada numa das extremidades.

Folha da Amendoeira, foi ainda dos únicos monumentos investigados pela equipa dos Serviços Geológicos (a par de Monte do Outeiro) que regista a presença de placas de xisto gravadas. A análise destas dezasseis placas de xisto, far-se-á no capítulo indicado.

É de referir que do conjunto de placas de xisto gravadas de Folha da Amendoeira, três exemplares se encontram em depósito no Museu Municipal de Ferreira do Alentejo. No entanto, não foi possível realizar a análise desses materiais, uma vez que a vitrine onde estavam em exposição era fixa.

Abel Viana pressupõe que este monumento deveria pertencer ao Calcolítico pleno afirmando que “*este monumento aparece como ponto de ligação entre estações algarvias e outras da mesma cultura na zona da foz do Tejo*” (Viana, A., 1953: 262). Destaca ainda que os recipientes encontrados parecem ter paralelos almerienses, sendo que os objetos de adorno (quatro alfinetes de osso) são semelhantes aos encontrados aos monumentos de Nora e Aljezur, no Algarve, por exemplo. É de notar que não se recolheu nenhuma conta de colar nem pontas de seta e, pelo contrário, uma abundância notável de ídolos-placa (de desenho rude e assimétrico com traços incertos).

#### 4.2. Monte do Outeiro

(Viana *et al.*, 1961; Schubart, H.; 1965)

CNS: 4092

Escavação: 1961

Localização: Beja/Aljustrel/Aljustrel

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.92612	X: 576999.16	119
Y: -8.125128	Y: 4198187.39	

“*O monumento fica situado na herdade do Monte do Outeiro – (...), a quatro quilómetros de Aljustrel vindo de Beja*” (Viana *et al.*, 1961: 243).

Implantado na herdade do Monte do Outeiro (Corte de Vicente Anes), deste monumento é de destacar o facto de ter sido a primeira sepultura identificada tão próxima das Minas de Aljustrel (Schubart, 1965). Esta situação conferiu força à hipótese da equipa dos Serviços Geológicos, de que a civilização de Almeria teria pertencido a um povo mineiro com progressão (no entanto muito casual) por Huelva, Algarve, Baixo Alentejo e Alto Alentejo, com a possibilidade de progressão marítima como os monumentos conhecidos e estudados na Península de Lisboa e Estremadura parecem comprovar (*idem*).

Neste contexto, importante referir são as zonas cupríferas existentes no Alentejo: Lousal (Grândola); Odivelas (Ferreira do Alentejo); Reguengos de Monsaraz; Aljustrel; Panóias; Ourique; Almodôvar.

Geologicamente, o *tholos* do Monte do Outeiro está edificado sobre um terraço Quaternário.

A descoberta do monumento foi atribuída ao dono da herdade, chegando este mesmo a realizar alguns trabalhos de pesquisa com pouco rigor. No momento da chegada dos arqueólogos ao local, parte do corredor e o topo da falsa cúpula encontravam-se já destruídos (Viana *et al.*, 1961).

Este monumento foi alvo de publicação também por parte de Schubart (1965) em que, como já se referiu, destacou as duas fases de ocupação deste sepulcro: “*como facto importante, verifica-se e merece fixar-se, que sobre um primeiro e mais antigo grupo de enterramentos se encontrava um primeiro e mais antigo grupo de enterramentos se encontrava um outro mais moderno, e que ambos esses grupos pertencem à Idade do Cobre*” (Schubart, 1965: 203).

Desconhece-se o seu estado de conservação e mesmo a sua exata localização. No entanto, foi descrita, em publicação (Viana *et al.*, 1961), a tipologia arquitetónica do monumento.

A câmara do *tholos* do Monte do Outeiro apresentava uma planta de traçado circular (diâmetro a variar entre 3 m e 3,20 m) revestida por trinta lajes de xisto verticais a formar a parede (em média 0,80 m de altura por 0,40 m de largura); o monumento apresentava um corredor longo, com 19 esteios de um dos lados e 17 do outro, medindo 6,0 m de comprimento e cerca de 0,60 m de largura, estando orientado a Oeste; a falsa cúpula terá sido construída a partir de pequenas placas de pórfiro e grauvaque.

Em Monte do Outeiro (Schubart, 1965), o espólio cerâmico em depósito (no Museu Geológico) não corresponde na totalidade aos recipientes publicados (21 recipientes em depósito para 14 em publicação), no entanto, foram analisados e descritos no Museu Geológico: seis taças em calote, uma taça em calote fechada, dois esféricos, três esféricos globulares, dois esféricos achatados, dois copos, sendo um deles de maiores dimensões e decorado (do qual se trata no capítulo da cerâmica simbólica) e três cerâmicas campaniformes

lisas. Merece destacar que este monumento possui duas fases de ocupação, ambas no Calcolítico. Neste sentido, foram ainda identificados três recipientes que por pertencerem à Idade do Bronze, não foram aqui analisadas.

Relativamente à pedra lascada, este monumento regista uma lâmina e uma ponta de seta, ambas em sílex.

#### 4.3. *Monte das Pereiras*

(Serralheiro e Andrade, 1961)

CNS: 3545

Escavação: 1960

Localização: Beja/Beja/Albernoa e Trindade

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.846364	X: 590352.10	140
Y: -7.974419	Y: 4189476.10	

No momento em que os arqueólogos chegaram ao local, já a cúpula se encontrava completamente arrasada, registando-se apenas a câmara e corredor em negativo.

Atualmente a sua localização não foi confirmada no terreno. No entanto, a prospeção realizada em 2005, leva a crer que este monumento se implanta no topo de uma elevação destacada e pouco distante da Ribeira de Terges.

Não me foi possível encontrar o espólio de Monte das Pereiras em depósito de nenhum dos museus visitados. No entanto são publicados um esférico, dois esféricos globulares, um esférico achatado, e, ainda uma lâmina fragmentada e um raspador. A análise será efetuada através da publicação.

#### 4.4. Malha Ferro

(Viana, 1959, Viana, 1960, Leisner, 1965)

CNS: 3093

Escavação: 1958

Localização: Beja/Ourique/Panóias

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.775355	X: 559298.70	110-115
Y: -8.328007	Y: 4181314.70	

O monumento foi implantado na ponta de uma dobra de terreno, em ladeira suave (Viana *et al.*, 1960). Geologicamente, o terreno onde se situa a sepultura é composto por um afloramento de margas, onde estão presentes concreções calcárias do Oligocénico (Viana *et al.*, 1961). Relativamente à hidrografia, o Sado que corre à beira do final da suave ladeira que desce até à estreita várzea deste rio é o principal curso de água (idem).

O monumento situa-se na Herdade do Malha Ferro e foi descoberto a 25 de janeiro de 1958 por Abel Viana, sendo que atualmente se pensa que se encontra destruído, visto não ser possível a sua relocalização.

Segundo os investigadores de Malha Ferro, a sepultura é constituída por átrio (apresentando 6 esteios), pequeno corredor e grande câmara circular. O corredor, de direção Noroeste-Sudeste, possuía nove esteios (cinco do lado direito e quatro do lado esquerdo). Foi ainda identificado um outro esteio no corredor, que se supõe tratar-se do batente da porta de entrada, do lado direito da mesma.

Relativamente à câmara, pensa-se que apresentaria perto de 33 esteios, apesar de no momento da sua descoberta apenas serem identificados 21. Tendo em conta o seu enorme diâmetro, o facto de a cúpula assentar em frágeis esteios de grauvaque, levou ao desabamento total da mesma, em época não muito posterior ao da construção do monumento.

O pouco espólio encontrado e com depósito no Museu Geológico (duas taças em calote e um esférico globular), pela sua forma e tipo de cerâmica foi também paralelizado pelos escavadores às descobertas em outros monumentos da Cultura de Almeria. Contam-se ainda, apenas disponíveis na bibliografia, duas lâminas de sílex.

O *tholos* de Malha Ferro possui, portanto, bastantes semelhanças com restantes do Baixo Alentejo, destacando-se os paralelos identificados com o monumento do Monte Velho.

#### 4.5. *Amendoeira Nova*

(Viana, 1959; Leisner, 1998; Martins, 2014)

CNS: 4342

Escavação: 1958

Localização: Beja/Odemira/Colos

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.749938	X: 550001.30	135
Y: -8.433772	Y: 4178433.00	

Este monumento foi totalmente destruído no princípio da década de 60, desconhecendo-se atualmente a sua localização exata. No entanto, acerca deste monumento foi publicada a sua câmara de planta circular, com 3m de diâmetro médio, e longo corredor, com 3m de comprimento. Segundo os seus investigadores, este *tholos* deveria ser originalmente composto por 34 esteios de xisto.

Tal como em Monte das Pereiras, a análise do material recolhido de Amendoeira Nova não foi realizada por não ter descoberto o local de depósito, recorrendo essencialmente aos trabalhos publicados para o seu estudo.

Relativamente a este monumento, os seus investigadores publicam apenas dois recipientes cerâmicos referindo paralelos com os de Alcalar. No entanto, em 1965, Vera Leisner desenha oito recipientes cerâmicos referentes a este monumento. A. Martins (2014) atribui o erro a



uma troca de catalogação do Museu onde o espólio estaria depositado, no entanto, não me foi possível identificar o espólio proveniente deste sepulcro, o que me impossibilitou o esclarecimento desta lacuna.

O espólio considerado no presente catálogo foi o desenhado na publicação de V. Leisner (1965): um prato, duas taças em calote, duas taças em calote fechada, uma taça de corpo hiperboloide com carena média e um copo.

#### 4.6. *Cerro do Gatão*

(Viana, A.; Andrade, R. F. de; Ferreira, O. da V.; 1961; Martins, 2014)

CNS: 4124

Escavação: 1960

Localização: Beja/Ourique/Ourique

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.730474	X: 567990.00	18
Y: -8.229783	Y: 4176401.80	

Implantado em topo de elevação, localiza-se a cerca de 1000 m a Sul do marco geodésico de Cerro Ruivo.

O *tholos* do Cerro do Gatão apresentava uma câmara irregularmente circular, revestida de lajes finas de xisto azulado e a parede de alvenaria; um corredor curto, lajeada e coberta, seguida do átrio, também revestido de lajes, mas a céu aberto que possuía uma porta com soleira e duas ombreiras que possibilitava a passagem para a câmara; todo o chão do monumento era irregularmente lajeado com lajes de xisto.

No que respeita ao espólio deste sepulcro, apenas uma lâmina de sílex com fratura mesial e retoque abrupto foi registada, encontrando-se em depósito no Museu Geológico.

#### 4.7. *A-dos-Tassos*

(Viana, A.; Andrade, R. F. de; Ferreira, O. da V.; 1961; Martins, 2014)

CNS: 4028

Escavação: 1952

Localização: Beja/Ourique/Ourique

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.695902	X: 564748.00	178
Y: -8.266914	Y: 4172539.70	

Situado a cerca de 1800 m a Sudeste do marco geodésico de Monte Ruivo (800 m a Sudeste do Monte de A-dos-Tassos) o monumento de falsa cúpula de A-dos-Tassos encontrava-se no topo de um afloramento eruptivo de dolerito.

Publicado em conjunto com Cerro do Gatão, o *tholos* de A-dos-Tassos possuía uma câmara edificada em alvenaria ensossa, de planta circular, encontrando-se o corredor incompleto – três esteios do lado esquerdo e cinco do lado direito, medindo aproximadamente 2,5 m x 0,7 m.

A câmara (com 3,5 m de diâmetro e cerca de 1,8 m de altura) era constituída por lajes com cerca de 1,0 m x 0,5 m x 0,1 m colocadas horizontalmente, possuindo um pilar em pedra, que ao centro da câmara sustentaria a cobertura da sepultura, sobre o qual convergiam grandes lajes a partir da parede.

Toda a câmara tinha uma construção perfeita, encontrando-se o chão da câmara, formado pela rocha de base alisada à mesma cota, num plano mais elevado que o corredor.

O sistema utilizado na cobertura da câmara deste monumento foi paralelizado pelos escavadores com o modelo de alguns monumentos de Almizaraque.

A-dos-Tassos, assim como Cerro do Gatão, possuem técnica construtiva diferente dos monumentos do mesmo tipo encontrados na região de Ourique, verificando-se influência da cultura almeriense, possuindo uma câmara semelhante ao monumento nº7 de Alcalar e até

dos grandes monumentos de Almizaraque. O corredor curto deste monumento assemelha-se também ao de Cerro do Gatão, apresentando paralelos com os de Los Millares II.

Acerca da cultura material (depositado no Museu Geológico), para além de muito diminuta a quantidade de cerâmica, esta encontra-se muito fraturada. Porém, os fragmentos permitem reconstituir as formas em três taças em calote e um esférico globular.

#### 4.8. *Monte Velho 1*

(Viana, A., Andrade, R. F., Ferreira, O. da V., 1959; Leisner e Leisner, 1959)

CNS: 1065

Escavação: 1957

Localização: Beja/Ourique/Ourique

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.600877	X: 567477.30	225
Y: -8.236929	Y: 4162017.80	

Situado a 500 m para Sudeste do marco geodésico Palheiros (com cota aproximada de 228 m), em 1957 foi identificado, na Herdade do Monte Velho da Aldeia dos Palheiros o *tholos* do Monte Velho.

É constituído por um corredor longo e uma câmara circular, de orientação Noroeste-Sudeste.

O corredor do monumento é muito largo, sendo constituída por 25 esteios de grauvaque, sendo o fundo desta em rocha. A porta do corredor é formada por duas pedras com a função de batentes ou ombreiras. A câmara deste sepulcro apresenta uma forma circular bem definida por 22 esteios de grauvaque. O chão da câmara forma uma espécie de calçada bem nivelada, totalmente revestida por pequenas lajes de xisto ardosiano. À entrada da mesma, observa-se do lado esquerdo uma divisória construída com pequenas lajes de xisto azulado, estando esta divisória também lajeada.

Em Monte Velho 1, assim como em Folha da Amendoeira (e em contradição ao que foi dito anteriormente acerca de muitas vezes o espólio em depósito no Museu não corresponder ao publicado), o espólio cerâmico que se encontra descrito e desenhado é exatamente o que tive acesso a analisar. O estado de conservação destes recipientes apresenta-se na totalidade completo ou com forma reconstituível: duas taças em calote, duas taças em calote alta, duas taças em calote fechada, um esférico, quatro vasos de suspensão, um copo e um vaso campaniforme.

Em termos de pedra lascada, registam-se doze lâminas e duas pontas de seta de base côncava e em sílex.

Estão presentes neste monumento um machado de pedra polida e um seixo rolado, encontrando-se ainda em depósito no Museu Geológico quatro contas de colar e um fragmento em osso, do que parece ser um alfinete, assim como duas placas de xisto gravadas (sendo a par com Folha da Amendoeira, das poucas registadas nesta área pela equipa dos Serviços Geológicos).

#### 4.9. *Nora Velha*

(Viana, 1959; Viana, 1960; Martins, 2014)

CNS: 3894

Escavação: 1960, 1996

Localização: Beja/Ourique/Ourique

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.576453	X: 562378.20	150
Y: -8.294924	Y: 4159268.00	

Monumento situado em pequena elevação, numa pequena crista de orientação Nordeste-Sudoeste. A área é de planície com alguns relevos suaves e de baixa altitude; porém, quanto mais para Sul, mais acentuado e acidentado se torna o declive (Martins, 2014).

Geologicamente implanta-se “*em terrenos muito antigos e alterados do Carbónico de fácies marinha, com formações de xistos argilosos, grauvaques e arenitos*” (Martins, 2014: 53). Os solos (do tipo C segundo a Carta de Capacidade de Uso do Solo), apresentam muito fraca aptidão agrícola e a presente cobertura vegetal é semelhante à de 1959 (Viana, 1959), sendo esta constituída por azinheiras, sobreiros, esteva em abundância e poucos carrascos (Martins, 2014).

A presente elevação encontra-se a cerca de 150 metros do Rio Mira, entre dois cursos de água que desaguam no anterior rio (*idem*).

O *tholos* de Nora Velha, como já se referiu, para além de intervencionado pela equipa dos Serviços Geológicos, foi posteriormente, no ano de 1996, alvo de trabalhos por parte de Artur Martins, cujo principal objetivo se prendeu com a recuperação estratigráfica e o desenho de uma planta e alçados fiéis do monumento.

Acerca deste monumento é publicada uma câmara circular, com 3,5m de diâmetro médio, com revestimento de lajes verticais, conservando quatro esteios de um corredor curto e ainda uma grande laje em grauvaque que marcaria a entrada do sepulcro. Esta laje, considerada como estela funerária pelos seus investigadores, apresenta na face interna gravadas figuras geométricas, sendo que a face que estaria direcionada para o corredor com várias covinhas, de diâmetro variável entre os 23 mm e os 57 mm.

A intervenção de 1996, “*permitiu efetuar uma nova planta e alçados mais fiéis dos esteios ainda existentes, bem como detetar a couraça lítica da cobertura, desenhar à escala as gravuras inscritas na grande laje de fecho da câmara e detetar mais dez covinhas na outra face da laje, passando o seu número de 23 para 33. Com a descoberta da couraça a área do monumento foi bastante ampliada*” (Martins, 2014: 10).

Relativo a este monumento, o material em depósito no Museu de Beja encontra-se incompleto face ao publicado. Assim sendo, optou-se por elaborar a análise e descrição do espólio possível, comparando com os desenhos e descrições publicados. Registam-se, assim, uma taça, duas taças em calote, duas taças em calote fechada, um esférico, esférico globular e um achatado, um vaso de suspensão, um copo e ainda um vaso campaniforme.

#### 4.10. *Horta do João da Moura I*

(Valera, 2010)

CNS: 31813

Escavação: 2010

Localização: Beja/Ferreira do Alentejo/Ferreira do Alentejo e Canhestros

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 38.071471	X: 577458.30	115
Y: -8.118277	Y: 4214323.80	

Este monumento implanta-se no vale da Ribeira de Vale do Ouro na zona de implantação do Porto Torrão.

No decorrer dos trabalhos de acompanhamento arqueológico do empreendimento “Condomínio da Azinheira”, registaram-se em Ferreira do Alentejo uma mancha de terras castanhas com a presença de espólio arqueológico de cronologias proto-históricas, mas essencialmente, vestígios de contextos funerários de tipo *tholos*.

Com a continuação dos trabalhos arqueológicos registaram-se para além dos referidos *tholoi*, fossas calcolíticas (que se encontram relacionadas com o povoado de Porto Torrão).

Foram então detetados e escavados dois sepulcros tipo *tholos*, com uma tipologia arquitetónica das câmaras idêntica à do monumento de Monte do Cardim 6, sendo parcialmente escavada no substrato rochoso e com as paredes de pedras assentes na base.

A câmara do Sepulcro 1 exhibe um diâmetro de aproximadamente 4 metros e um corredor aparentemente curto. Já o Sepulcro 2 apresenta uma câmara mais pequena, com aproximadamente 2 metros de diâmetro e um corredor/átrio alargado.

Foram, portanto, para além das cerâmicas proto-históricas, registados fragmentos de cerâmica manual de contexto Calcolítico, como é o caso dos pratos de bordo espessado.

#### 4.11. Monte do Pombal

(Valera, 2010)

CNS: 21951

Sondagem: 2009/2010

Localização: Beja/Ferreira do Alentejo/Ferreira do Alentejo e Canhestros

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 38.068457	X: 579460.70	140
Y: -8.095486	Y: 4214008.60	

À cerca do Barranco João de Moura e do Monte do Pombal, encontra-se uma vasta área em que se registam vestígios arqueológicos de diversas cronologias e funcionalidades (com várias presenças de deposições funerárias), incluindo romanos, Idade do Bronze e Idade do Ferro.

Mas para estas linhas interessa referir o monumento tipo *tholos* nesta área registado.

Este monumento situa-se a cerca de 1900 metros a Este dos limites acercados de Porto Torrão, junto à Ribeira de Vale do Ouro. Assim como grande parte dos monumentos deste tipo intervencionados recentemente, este *tholos* pertence à cintura de complexos funerários do referido povoado.

Apresenta uma câmara circular de paredes constituídas por pedras calcárias e que parece estar assente no substrato geológico (composto por caliços).

Identificou-se neste sepulcro um ossário associado a material cerâmico calcolítico.

#### 4.12. Monte do Cardim 6

(Valera *et al.*, 2019)

CNS: 31433

Escavação:

Localização: Beja/Ferreira do Alentejo/Ferreira do Alentejo e Canhestros

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 38.069986	X: 576573.30	110
Y: -8.128385	Y: 4214150.70	

Como os restantes monumentos do mesmo tipo implantados nas imediações do Porto Torrão, este monumento situa-se no vale da Ribeira de Vale do Ouro.

As primeiras intervenções efetuadas naquela área remontam à década de 1980, com trabalhos realizados por José Morais Arnaud (1982, 1984-88 e 1993), mas foi apenas em 2002, no âmbito da implantação de um apoio de linha de alta tensão, que a intervenção por parte da ERA Arqueologia (Valera e Filipe, 2004) permitiu reconhecer que o sítio incorporava um complexo de recintos.

A implementação da rede de rega do Alqueva, promovida por aquela empresa, apresenta-se, portanto, como um momento importantíssimo para o aprofundar do conhecimento relativamente ao complexo do Porto Torrão.

Os trabalhos efetuados pela ERA Arqueologia tiveram início numa zona que se pensava periférica, mas que face a grandes complexos, como é o caso de Los Millares, Valencina de La Concepción ou Alcalar, “*mais não são que parte integrante do mesmo, eventualmente, como já se argumentou, fazendo parte de uma extensa área de necrópole que se desenvolve em torno do sítio, possivelmente organizada de forma polinucleada (Valera, 2010)*” (Valera *et al.*, 2014: 84).

Confirmando a suspeita, no Monte Cardim foram identificadas várias fossas, uma das quais com utilização funerária, e o monumento tipo *tholos* (Monte do Cardim 6).



A câmara deste *tholos*, apresenta um diâmetro médio de 3,80m, parcialmente escavada no substrato rochoso, registando um buraco central, que os investigadores assumem pertencer a um possível poste de sustentação da cobertura. No seu corredor (com cerca de 5,20m de comprimento e 1,10m de largura), também parcialmente escavado, registou-se pavimento em argila com aproximadamente 5cm de espessura. As paredes deste monumento eram constituídas por fiadas de pedra que arrancavam desde a base da câmara, encostando ao corte do geológico, sendo perceptível a inclinação para formação de uma falsa cúpula. Apresenta ainda um grande átrio, de orientação Oeste-Este e com abertura a Este, cuja morfologia, em conjunto com a sua análise estratigráfica, parece indicar “*a sobreposição de duas áreas distintas no que diz respeito à organização, funcionalidade e diacronia da sua utilização Na extremidade Oeste, e em continuidade com o corredor de acesso à câmara, temos um semicírculo com cerca de 7m de diâmetro. No seu limite Sul surgem três nichos e vestígios de esteios, associados a pelo menos duas fossas com material osteológico detetadas aquando da abertura mecânica da sondagem. No seguimento desta forma circular, surge uma zona de circulação de cariz retangular que se prolonga para os limites Norte e Este da sondagem, com uma orientação NO-SE e uma largura média de 4.5m e um comprimento parcial de 5m. Em ambas as áreas temos uma profundidade de cerca de 0.90 m.*” (Valera et al., 2014: 86).

Em termos de cultura material, os recipientes cerâmicos com maior número de registos são as taças, com dezoito exemplares, seguida da taça em calote.

De todo o conjunto cerâmico conhecido em monumentos tipo *tholos* no Baixo Alentejo Interior, apenas se registam pratos no sepulcro de Amendoeira Nova, Centirã 2 e Monte do Cardim 6, sendo este último o que regista maior quantidade (dezoito exemplares).

De destacar, pela sua raridade nestes contextos, é a cerâmica campaniforme de Monte do Cardim 6, onde se representam as principais variantes estilísticas (internacional, pontilhado geométrico e inciso), sendo até à data o único contexto funerário no interior ou na periferia de Porto Torrão em que se regista decoração neste tipo de recipientes.

Foi também registada uma grande quantidade de pontas de seta, uma lâmina e um micro-buril. Ainda no universo da indústria lítica, foi identificada uma pequena enxó com polimento integral.

No que respeita a artefactos de adorno pessoal se publicou a cabeça de um alfinete em osso, decorada com finas caneluras, apresentando paralelos com os alfinetes presentes em Porto Torrão.

Regista-se ainda neste sepulcro, um punção metálico de secção quadrangular, provavelmente em cobre.

Apesar do *tholos* de Monte do Cardim 6 registar cerâmica campaniforme nos seus três grupos estilísticos genéricos, este monumento apresenta um conjunto artefactual relativamente modesto (e com semelhanças com os seus vizinhos, especialmente com Horta do João da Moura), principalmente quando confrontado com outros monumentos do mesmo tipo associados a importantes recintos de povoado, como é caso dos Perdigões, Pijotilla ou Valencina (Valera *et al.*, 2019).

#### 4.13. Centirã 2

(Henriques *et al.*, 2013)

CNS: 28756

Escavação: 2007

Localização: Serpa/Brinches

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 38.030769	X: 621456.17	151
Y: -7.617345	Y: 4210339.87	

Este monumento implanta-se numa plataforma elevada, em esporão com orientação a Noroeste e em posição sobranceira à peneplanície, que lhe permite uma boa visibilidade sobre a paisagem (Henriques *et al.*, 2013).

Os terrenos envolventes apresentam-se ácidos e xistosos, aptos para a agricultura e com predominância de gabro-dioritos, pelo que se encontra ladeado a Ocidente por campos

presentemente dedicados ao cultivo de olival, assim como a Sul e a Este se observam os campos de cultura cerealífera; já a Norte a paisagem é vasta com a presença de vale acentuado nas proximidades (*idem*).

No que respeita à hidrografia, Centirã 2 situa-se no local de confluência de dois cursos de água, a Ribeira da Jordoa e a Ribeira das Várzeas. É também de destacar o facto do rio Guadiana correr a aproximadamente 3 km a Poente do monumento, “*onde se destaca, pela sua proximidade, o povoado calcolítico dos Moinhos Velhos, implantado na sua margem esquerda e, porventura, coevo da construção do monumento*” (Henriques *et al.*, 2013: 321).

No âmbito do projeto de construção do Parque Fotovoltaico HERCULES (núcleo energético solar numa área da freguesia de Brinches, concelho de Serpa), pela proximidade a um conjunto de sítios arqueológicos anteriormente conhecidos, foi necessário acompanhamento arqueológico aquando a abertura do acesso à subestação elétrica projetada.

“*Assim, na sequência da abertura do referido acesso, em 2006, foram identificadas, no corte do talude exposto pela máquina, três eventuais estruturas negativas (escavadas na rocha virgem), parcialmente afetadas, sendo que uma delas, a de maior dimensão, não oferecia qualquer dúvida quanto ao seu real valor arqueológico, dado o conjunto de materiais identificados nas terras soltas, bem como a evidente complexidade arquitetónica, visível no recurso a lajes verticais para aparelhamento estrutural*” (Henriques, *et al.*, 2013: 320).

Os trabalhos de construção civil foram então interrompidos, de modo a salvaguardar, escavar integralmente os sítios e tentar esclarecer as dúvidas quanto à funcionalidade dos mesmos.

Os trabalhos de campo iniciados no ano de 2007 foram levados a cabo pela empresa Emerita e permitiram confirmar a presença de um monumento megalítico de tipo *tholos* (Centirã 2) e ainda uma fossa tipo “silo”, também pré-histórica, muito danificada pela abertura do referido caminho de acesso (Henriques, *et al.*, 2013).

Após um intervalo de cerca de quatro anos, os trabalhos nesta área foram concluídos no ano de 2011 e publicado o monumento de Centirã 2 em 2013, por Fernando J. Robles Henriques, António M. Monge Soares, Telmo F. Alves António, Francisco Curate, Pedro Valério e Sérgio Peleja Rosa.

Após escavado, este monumento apresenta em planta, uma câmara com diâmetro de cerca de 2,5m, seguindo-se um corredor curto e ainda o átrio. “*Evidenciando paralelos construtivos evidentes com o corredor do tholos do Cerro do Gatão (Ourique), escavado, em 1960, por O. da Veiga Ferreira, a passagem apresentava 1,1 metros de altura e 0,6 metros de largura, entre ombreiras*” (Henriques *et al.*, 2013: 9).

Em termos de espólio (depositado no Museu Municipal de Serpa), em Centirã 2 surgem pratos, taças e vasos fechados, sendo a taça a tipologia predominante dentro do conjunto cerâmico.

#### 4.14. Quinta do Estácio 6

CNS: 34405

Escavação: 2013

Localização: Beja/Beja/Nossa Senhora das Neves

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.965866	X: 605987.60	210
Y: -7.794766	Y: 4202924.60	

Este monumento não foi ainda alvo de publicação. No entanto, sabe-se que a sua ocupação mais antiga remonta ao Neolítico Final.

Ao seu redor foram identificadas várias estruturas negativas (fossas) de cronologia calcolítica, registando apenas um enterramento humano.

Do mesmo período, foi identificado um monumento tipo *tholos*, apresentando, em planta, uma câmara circular e paredes edificadas por aparelho de pedra seca, assim como, um corredor de grandes dimensões.

Durante o Bronze Pleno, este sítio parece abandonar uma ocupação restrita, para encarar uma ocupação em área.

#### 4.15. Monte da Velha 1

(Soares, 2008)

CNS: 12176

Escavação: 1974

Localização: Beja/Serpa/Vila Verde de Ficalho

CoordGeo (WGS84)	CoordUTM (ED50)	Altitude (m)
X: 37.947461	X: 646186.24	232
Y: -7.337465	Y: 4201497.89	

O *tholos* do Monte da Velha 1 situa-se no topo de uma pequena colina integrada geologicamente nas formações Câmbrias ou Pré-Câmbrias (complexo cristalofílico formado por rochas verdes e quartzo-feldspáticas), fortemente representadas nesta região (Carvalhosa, 1968 in Soares, 2008), deparando-se, no presente, coberta de olivais e montados (Soares, 2008). Hidrograficamente corre um ribeiro a Oeste e a Sul (*idem*).

Identificado em 1974 na mesma altura que o monumento Monte da Velha 2 (sepulcro tipo dolménico a cerca de 750 m – estudo e publicação: Soares e Arnaud, 1984) e escavado no ano seguinte.

Em planta, o monumento do Monte da Velha 1 apresenta uma câmara circular com um diâmetro a rondar os 3 m, definida por 19 esteios de xisto verde e azulado (em menor quantidade), com entrada a nordeste (definida por dois esteios, os de maiores dimensões, que parecem ter servido ainda de batentes de porta) e um corredor relativamente curvo, com 4,5 m de comprimento, de direção aproximada Sudoeste-Nordeste – ambos, corredor e câmara, de tipo ortostático – sendo o chão do monumento formado pelo aplanamento da rocha virgem (Soares, 2008).

O corredor é constituído por uma parte mais longa que contacta diretamente com a câmara do monumento. A outra parte do corredor, considerada como átrio do monumento, separa-se da anterior por uma porta de pedra com dois batentes (Soares, 2008).

Não se encontrou qualquer vestígio de cobertura, pelo que se propôs que no monumento de Monte da Velha 1 tivesse havido algum tipo de cobertura, esta seria composta de materiais perecíveis.

*“Os esteios do corredor e do átrio, mais numerosos do lado este, são do mesmo tipo de xisto utilizado na construção da câmara; no entanto, o átrio termina por blocos de pedra de material idêntico à rocha virgem aflorante no local”* (Soares, 2008, p. 37) sendo que a orientação do corredor que começa a Sudoeste-Nordeste, devido à sua curvatura, termina no átrio aberto a Norte.

Soares (2008), sugere que ao invés do sucedido com os restantes monumentos do mesmo tipo, Monte da Velha 1 poderá não corresponder a um carácter sepulcral, tendo sim, função de santuário. No entanto, mesmo que num momento inicial, este monumento tivesse apenas função de santuário, após o seu abandono (algumas centenas de anos depois) por parte do grupo seu edificador, parte da câmara terá sido alvo de enterramento de um indivíduo adulto, que o espólio votivo demonstra pertencer ao Horizonte de Ferradeira, de destacar um vaso campaniforme liso com próximos paralelos com o espólio votivo da segunda fase de inumações de Monte do Outeiro.

Neste monumento, com espólio depositado no Museu Municipal de Serpa, registam-se taças carenadas, vasos esféricos e hemisféricos e, analisando o espólio, este parece pertencer cronologicamente aos inícios do 3º milénio a. C., momento recuado do Calcolítico.

## 5. TIPOLOGIAS ARQUITETÓNICAS

Os *tholoi* tanto parecem edificar-se isoladamente (como são casos os monumentos da Praia das Maças, Paimogo, Escoural ou Monte do Outeiro), em necrópole (em que Alcalar é bom exemplo), integrados em complexos de povoamento (caso de Porto Torrão), ou até aproveitando estruturas funerárias de cronologia anterior (padrão registado maioritariamente nas antas de Reguengos de Monsaraz, onde, à exceção dos monumentos dos Perdigões, a totalidade dos *tholoi* estão associados a estas construções).

À semelhança das antas, no território português os monumentos de tipo *tholos* apresentam-se com enorme variedade arquitetónica. No entanto, a construção desta nova solução, parece exigir menos mão-de-obra e menor tempo de construção quando comparada a uma anta de médias dimensões (Gonçalves, 1999).

Relativamente às matérias-primas utilizadas, contrariamente às antas onde parece “*existir um certo determinismo geológico, atendendo que em Évora a disponibilidade de granito facilita a construção de antas de grandes dimensões e que em Beja o substrato geológico de barros e xistos determina a construção de pequenos sepulcros em xisto ou escavados na rocha*” (Sousa, 2016: 226), nos *tholoi* regista-se muitas vezes uma escolha pragmática dos materiais.

A edificação da câmara destes monumentos é também variável, apresentando-se tanto integral como parcialmente em falsa cúpula.

Nos primeiros trabalhos sistemáticos realizados para Los Millares (Leisner & Leisner, 1943) foram propostas várias soluções de cúpula:

1. parede e cúpula integralmente em alvenaria;
2. parede e cúpula integralmente em alvenaria com uma laje no topo;
3. parede ortostática e cúpula em alvenaria;
4. parede e cúpula em alvenaria com poste central;
5. parede ortostática e cúpula em alvenaria e poste central;
6. parede ortostática, cúpula indeterminada e poste central.

Neste sentido, Victor S. Gonçalves (1989: 43) integra os monumentos de Alcalar numa tipologia arquitetónica subdividida nas seguintes variantes:

1. câmara e corredor ortostáticos;
2. câmara totalmente em falsa cúpula e corredor ortostático;
3. câmara em falsa cúpula e corredor “tipo muro”.

De modo a compreender diferenças e semelhanças arquitetónicas dos *tholoi* em território português, apresenta-se o seguinte quadro (organizado regionalmente) com base na tipologia proposta por Ana Catarina Sousa (2016, p. 219) – proposta que segue e complementa a de V. S. Gonçalves:

Tipologia Arquitetónica dos Monumentos e Variantes	Topónimos
1.1.	<b>Alentejo (Reguengos de Monsaraz):</b> Perdigões 1
Câmara e corredor ortostático, cúpula de alvenaria	<b>Baixo Alentejo:</b> Monte do Outeiro, Quinta do Estácio 6, <b>(Ourique):</b> A-dos-Tassos, Malha Ferro, Monte Velho, Nora Velha, <b>(Ferreira do Alentejo):</b> Monte do Pombal 1, Folha de Amendoeira  <b>Algarve:</b> Eira dos Palheiros, Cerro do Malhanito, Corte Cabreira 2, Chabouco 1
1.1.1.	<b>Alentejo:</b> Santiago do Escoural
Segmentação do Corredor (com ou sem nichos laterais)	<b>Algarve (Alcalar):</b> Alcalar 3 (nicho lateral)
1.2.	<b>Baixo Alentejo (Ourique):</b> Amendoeira Nova
Câmara totalmente em falsa cúpula, corredor ortostático	<b>Algarve (Alcalar):</b> Alcalar 11, Monte Velho 1, 2 e 3
1.2.1.	<b>Algarve (Alcalar):</b> Alcalar 2 e 8
Com segmentação do corredor (portas) e nichos laterais	
1.3.	<b>Lisboa/Estremadura:</b> Paimogo, Barro, Serra das Mutelas, Cabeço da Arruda 2, Tituaria, Agualva, Monge, São Martinho 1 e 2
Câmara totalmente em falsa cúpula e corredor tipo muro	<b>Baixo Alentejo (Ferreira do Alentejo):</b> Monte do Cardim 6, Horta do João Moura 1 (sepulcro 1 e 2)



Algarve (Alcalar): Alcalar 9, 10, 12 e 13		
1.3.1.	Algarve (Alcalar): Alcalar 4	
Com segmentação do corredor		
1.3.2.	Algarve (Alcalar): Alcalar 7	
Câmara e corredor de alvenaria, segmentação do corredor (portas) e nichos laterais		
1.4.	Baixo Alentejo: Centirã 2, (Ourique): Cerro do Gatão	
Câmara totalmente em falsa cúpula, corredor de aparelho misto (ortostático e alvenaria)	Algarve (Alcalar): Alcalar 5 e 6	
1.5.	Alentejo (Reguengos de Monsaraz): Perdigões 2	
Câmara ortostática, corredor ortostático, semi-subterrâneo mas sem evidências de cúpula (tipo <i>tholos</i> )	Baixo Alentejo (Ferreira do Alentejo): Horta do João Moura 1 (sepulcro 3)	
1.5.1.	Baixo Alentejo: Monte da Velha 1, Monte das Pereiras	
Câmara ortostática, corredor ortostático, sem cúpula, com segmentação (porta)		
2.1.	Alentejo (Reguengos de Monsaraz): Cebolinho 2b	
Associação a antas		
2.1.1.	Alentejo (Reguengos de Monsaraz):	
Câmara, corredor e cúpula de alvenaria	OP2d	
2.1.2.	Alentejo (Reguengos de Monsaraz): Comenda 2, Farisoa 1, OP2b, OP2c	
Câmara ortostática, cúpula e corredor ortostático		
2.2.	Lisboa/Estremadura: Praia das Mações	
Associação a grutas artificiais	Câmara totalmente em falsa cúpula e corredor tipo muro	

Figura 5. Tipologias arquitetónicas dos monumentos e variantes

Relativamente à área de estudo desta dissertação, no Baixo Alentejo Interior reconhecem-se dois concelhos com maior concentração destes sepulcros: Ourique e Ferreira do Alentejo.

Em Ourique – aparte o monumento de Amendoeira Nova (com câmara totalmente em falsa cúpula e corredor tipo muro) e Cerro Gatão (com câmara totalmente em falsa cúpula e corredor de aparelho misto) domina a técnica ortostática para construção da câmara e do corredor, com cúpula em alvenaria, “*sendo geralmente omissa a presença / ausência de mamoas*” (Sousa, 2016: 226).

Também os monumentos Monte do Pombal 1 e Folha de Amendoeira, em Ferreira do Alentejo, pertencem a esta tipologia (1.1.), apresentando-se como a solução arquitetónica mais frequente no Baixo Alentejo.

Em Ferreira do Alentejo foram até à data identificados seis *tholoi*, todos eles implantados na periferia de Porto Torrão.

Necessário ainda mencionar são os três *tholoi* identificados em Horta do João Moura (apresentando na totalidade paredes em alvenaria, sendo registada a segmentação do corredor de um destes sepulcros), uma vez que “*a quantidade, proximidade e técnica construtiva parece indicar alguma semelhança com o núcleo de Alcalar*” (Sousa, 2016: 228).

Por fim, os monumentos de Serpa, Centirã 2 e Monte da Velha 1, foram ambos sujeitos a datação por radiocarbono, e embora se conclua que a cronologia de utilização é coincidente (segunda metade do 3º milénio) as suas tipologias arquitetónicas diferem bastante: enquanto Centirã 2 apresenta câmara totalmente em falsa cúpula (1.4), o sepulcro de Monte da Velha 1 é publicado como sendo um “pseudo-*tholos*” de câmara e corredor ortostáticos (1.5) (*idem*).

Algumas situações acerca da arquitetura destes monumentos merecem, portanto, ser destacadas.

Os monumentos recentemente identificados em Ferreira do Alentejo, evidenciaram que a solução arquitetónica em cúpula integral não constitui exceção no Alentejo, estando identificada em Reguengos de Monsaraz, Ferreira do Alentejo e Serpa (Sousa, 2016).

Observa-se que na Estremadura, apenas se regista uma única técnica de construção, em câmara totalmente em falsa cúpula e corredor tipo muro, tendo as recentes investigações no Alentejo contribuído para o reforço da dualidade entre a construção ostostática alentejana e a construção em alvenaria estremenha (*idem*).

De modo a complementar as tipologias arquitetónicas dos monumentos, procedeu-se à investigação das dimensões dos monumentos – diâmetro da câmara e comprimento do corredor.

A análise é feita regionalmente, com recurso às plantas e informações bibliográficas dos monumentos.

Para o diâmetro da câmara são usados os critérios utilizados em Gonçalves e Sousa (2003: 209):

- Pequena: diâmetro médio inferior a 2 m
- Média: diâmetro médio entre 2 m e 3 m
- Grande: diâmetro médio entre 3 m e 4 m
- Muito grande: diâmetro médio superior a 4 m

Para o comprimento do corredor são usados os critérios utilizados por V. S. Gonçalves (Gonçalves, 1989: 43):

- Curto: comprimento inferior ao diâmetro longitudinal da câmara;
- Médio: comprimento sensivelmente idêntico ao diâmetro longitudinal da câmara;
- Longo: comprimento superior ao diâmetro longitudinal da câmara e até ao dobro deste;
- Muito longo: comprimento superior ao dobro do diâmetro longitudinal da câmara;

O facto de vários monumentos se encontrarem, no momento da sua identificação, algo danificados (ou até por falta de publicação), não permite completar alguns parâmetros das tabelas de dimensões que posteriormente se apresentam.

Apresenta-se, então, a tabela das dimensões dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, seguida de algumas considerações.

Topónimo	Diâmetro da câmara (metros)			Comprimento do corredor (metros)	
Folha da Amendoeira	4,1	4,6	muito grande	maior que 4?	médio
Monte do Outeiro	3	3,2	grande	6	longo/muito longo
Monte das Pereiras	2,65	3	média	2,8	médio
Malha Ferro	4	4	muito grande	3	curto
Amendoeira Nova	2,65	2,65	média	3	médio
Cerro do Gatão	3,5	3,5	grande	1,8	curto
A-dos-Tassos	3,5	3,5	grande	menor que 3?	médio
Monte Velho 1	2,65	3	média	4	longo
Nora Velha 1	3,5	3,5	grande	aprox. 4?	longo
Horta do João da Moura (1)	4	4	grande		
Horta do João da Moura (2)	2	2	média		
Monte do Cardim 6	3,8	3,8	grande	maior que 4?	longo
Centirã 2	2,5	2,5	média	1,1	curto
Monte da Velha 1	2,6	3	média	4,5	longo

Figura 5.1. Dimensões dos tholoi do Baixo Alentejo Interior (câmara e corredor)

Com base nas dimensões obtidas para as câmaras e corredores dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, apresentam-se agora os seguintes gráficos comparativos.

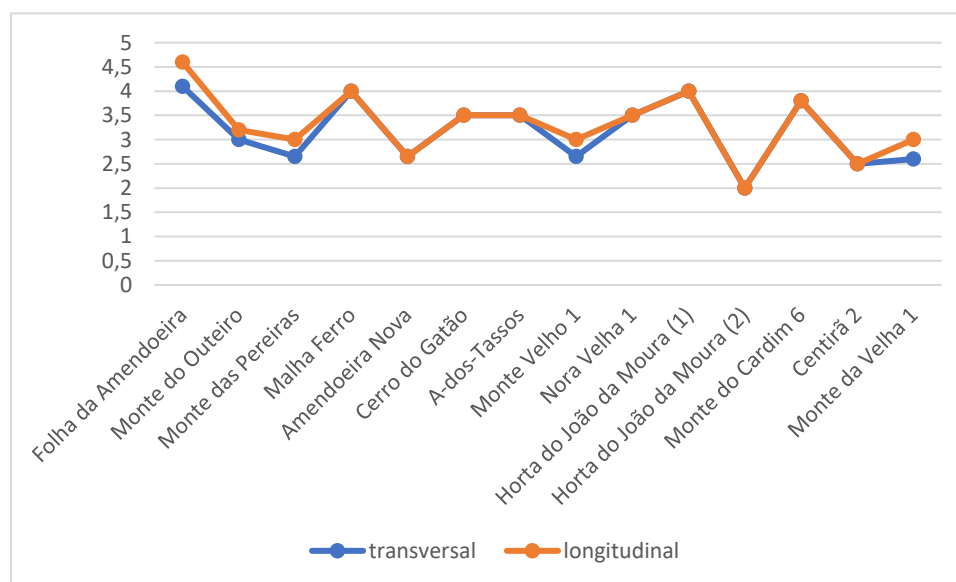


Figura 5.2. Diâmetros (metros) das câmaras dos tholoi do Baixo Alentejo Interior

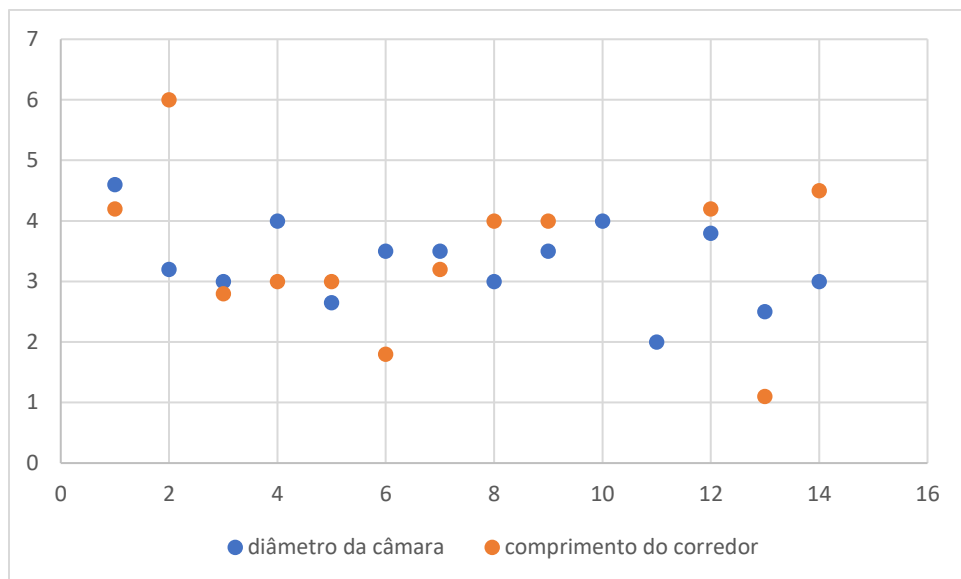


Figura 5.3. Comparação entre as dimensões das câmaras e corredores dos tholoi do Baixo Alentejo Interior

Pela constatação de Victor Gonçalves (1999), que grandes monumentos as Estremadura contrastam com as reduzidas dimensões dos *tholoi* do Baixo Alentejo, são agora apresentados os gráficos comparativos das dimensões dos *tholoi* de possível análise das restantes áreas regionais do território português.

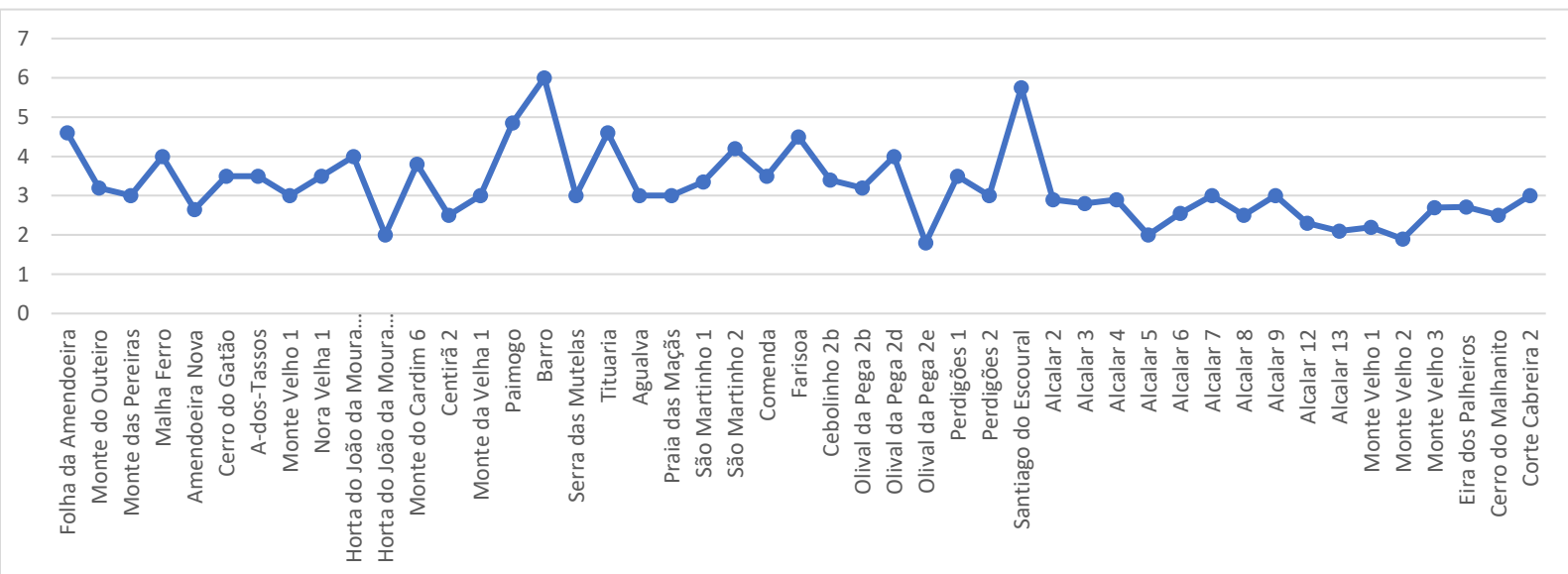


Figura 5.4. Comparação dos diâmetros longitudinais dos tholoi no território português

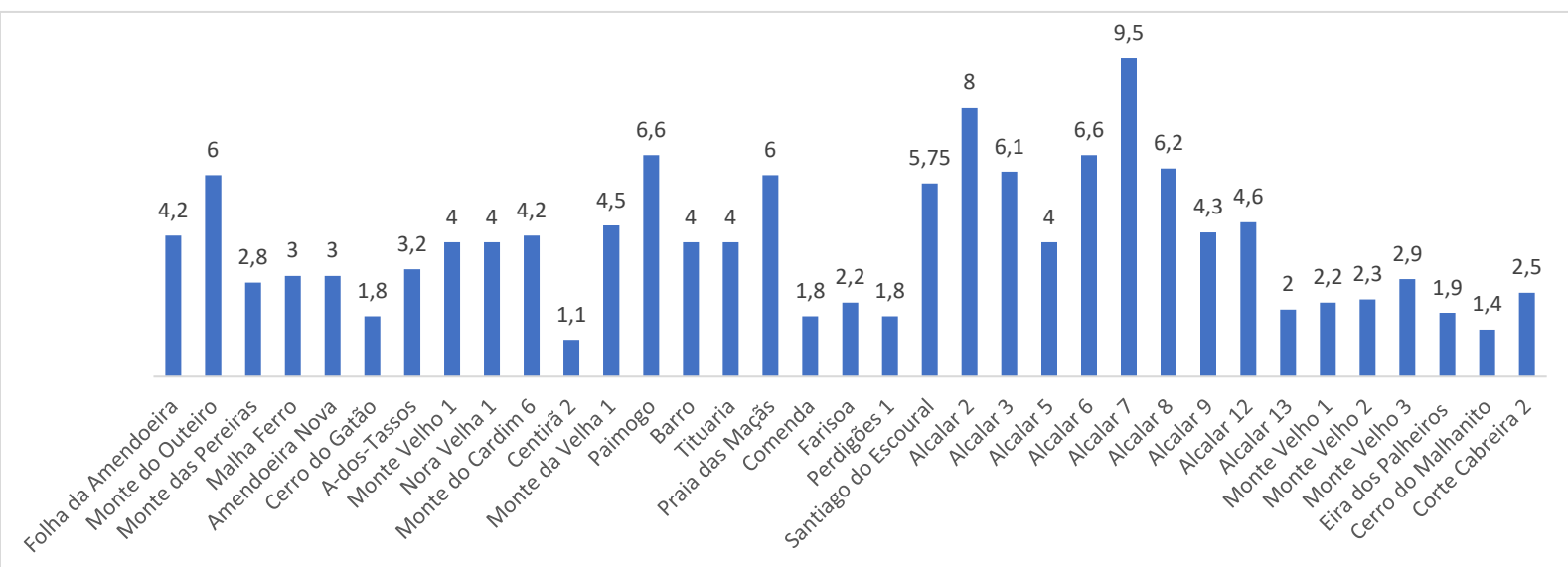


Figura 5.5. Comparação dos comprimentos dos corredores dos tholoi no território português

Pela análise dos dados apresentados, observa-se que na Estremadura se registam os monumentos com câmaras de maiores dimensões a par de longos corredores.

No entanto, os corredores de maiores dimensões são identificados na necrópole de Alcalar, contrastando com câmaras de reduzidas dimensões, quando comparadas com as restantes em território português.

Relativamente às dimensões dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior (Folha da Amendoeira o de maiores proporções e os sepulcros de Horta do João da Moura o de menores), parece registar-se maior uniformidade (menor discrepância de medidas) entre a câmara e o corredor.

As técnicas construtivas destes sepulcros foram descritas individualmente no capítulo 4 deste trabalho. No entanto, merece aqui realçar algumas situações relativas às suas câmaras e corredores, assim como as matérias-primas utilizadas na sua edificação.

Folha da Amendoeira apresenta a câmara de maiores dimensões (no Baixo Alentejo Interior), com cerca 4 metros de diâmetro máximo, enquanto que o sepulcro 2 de Horta de João da Moura regista uma câmara de apenas 2 metros. No entanto, o Baixo Alentejo Interior, parece

apresentar menores discrepâncias nas dimensões das câmaras, quando comparada com a Estremadura e outras regiões do Alentejo. Já no Algarve, os *tholoi* registados apresentam grande semelhança nas dimensões das câmaras.

Ainda acerca das câmaras é por vezes registado vestígios de postes de sustentação no interior da câmara de alguns sepulcros. A-dos-Tassos possuía um pilar em pedra, que ao centro da câmara sustentaria a cobertura da sepultura, assim como sucede em Monte do Cardim 6 registando um buraco central, que os investigadores assumem pertencer a um possível poste de sustentação da cobertura.

Relativamente aos corredores, é na necrópole algarvia de Alcalar, que se registam os de maior comprimento, contrastando com as reduzidas dimensões dos monumentos isolados do Algarve. Porém, não parece existir grande uniformidade nos corredores dos *tholoi* da totalidade do território português.

No Baixo Alentejo Interior, Monte do Outeiro é o *tholos* com corredor de maior comprimento (com cerca de 6 metros), sendo Centirã 2 o que regista menores dimensões (com cerca de 1,1 metros). Os restantes sepulcros desta região parecem assumir menor discrepância em relação aos comprimentos dos corredores. No entanto, estes devem ser analisados em comparação com as dimensões das respetivas câmaras. Nesta medida, no Baixo Alentejo Interior, registam-se aproximadamente 25% de corredores curtos, 33% médios e 42% longos.

Acerca dos corredores, necessário também referir as suas larguras, que na região em análise, se excluirmos Folha da Amendoeira e Monte Velho 1, com corredores largos de aproximadamente 2 metros, os restantes apresentam-se estreitos ou relativamente estreitos, com larguras compreendidas entre os 0,6 e os 1,1 metros. Monte do Outeiro apresenta um corredor muito sinuoso, com cerca de 0,5 metros de largura mínima e cerca de 1 metro de largura máxima. Também o corredor mais largo desta região, Monte Velho 1, se apresentava muito sinuoso, medindo cerca de 3 metros de largura máxima e 1 metro de mínima.

Seguido dos corredores, são várias vezes registados o que se tem considerado como átrio, presentes em Malha Ferro, Cerro do Gatão (a céu aberto que possuía uma porta com soleira

e duas ombreiras que possibilitava a passagem para a câmara), Centirã 2 e Monte da Velha 1 (separando-se do corredor por uma porta de pedra com dois batentes).

Relativamente a matérias-primas, o xisto e o grauvaque são os mais representativos na edificação destes monumentos no Baixo Alentejo Interior, registando-se o pórfiro apenas no *tholos* de Monte do Outeiro, que associado ao grauvaque, foi utilizado tanto na sua edificação, como na falsa cúpula. Em Monte da Velha 1, edificado em xisto verde e azulado, não se encontrou qualquer vestígio de falsa cúpula, pelo que se propôs que a sua cobertura seria composta de materiais perecíveis.

Por fim, necessário será mencionar as orientações dos *tholoi* em análise no Baixo Alentejo Interior. Aparentemente, as antas apresentariam em regra uma orientação para nascente, mais propriamente no quadrante este-sudeste, sendo que as mais antigas parecem registar orientações mais divergentes. Supõe-se, assim, que o cuidado com a orientação dos monumentos funerários teria um motivo astronómico, e se generalizou no território português em meados da segunda metade do 4º milénio a.n.e. (Gonçalves, 1992). No entanto, os *tholoi* identificados, apresentam orientações muito mais discrepantes, quando comparados com os sepulcros anteriores, registando poucos monumentos alinhados a nascente.

Parecendo confirmar o referido, do conjunto de *tholoi* do Baixo Alentejo Interior com orientações registadas, apenas Malha Ferro, Monte Velho 1 e Cerro do Gatão apresentam alinhamento a nascente, mais propriamente com abertura a sudeste; o corredor de Monte da Velha 1, por outro lado, parece iniciar-se com orientação sudeste-nordeste, no entanto, devido à sua curvatura, termina no átrio aberto a norte; a nordeste, estão orientados os monumentos de Folha da Amendoeira, A-dos-Tassos e Centirã 2 a lés-nordeste; Monte do Cardim 6 encontra-se alinhado a este e Monte do Outeiro a oeste.

*“Face ao exposto, a prescrição ritual de uma passagem virada para nascente, sobretudo no quadrante este-sudeste, parece uma realidade verificável, maioritariamente para os sepulcros do tipo anta, afigurando-se como provável prática canónica essencialmente durante a segunda metade do 4º milénio a.n.e., registando-se o declínio gradual da sua importância na primeira metade do milénio seguinte”* (Boaventura, 2009: 206).



## 6. CULTURA MATERIAL

O conjunto artefactual analisado nos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior regista artefactos de pedra lascada, pedra polida, recipientes cerâmicos, objetos de adorno pessoal, metalurgia e ainda placas de xisto gravadas.

O gráfico que se segue, é baseado nos materiais analisados nos museus analisados no decorrer desta dissertação, complementando com os materiais publicados, e de possível quantificação, relativos aos recentemente identificados.

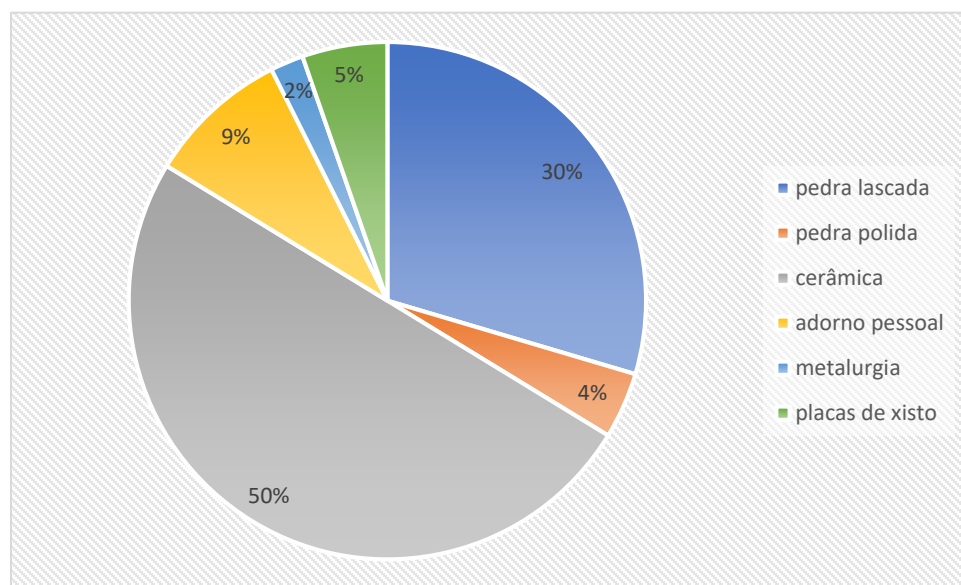


Figura 6. Tipologia dos distintos conjuntos artefactuais registados no Baixo Alentejo Interior considerados globalmente

### 6.1. *A pedra lascada nos tholoi do Baixo Alentejo Interior*

O presente capítulo pretende analisar em termos quantitativos e qualitativos a indústria lítica de pedra lascada dos monumentos tipo *tholos* no Baixo Alentejo Interior, presentes nos concelhos de Ferreira do Alentejo, Beja, Serpa e Ourique. Esta análise foi apresentada preliminarmente no II Congresso da Associação de Arqueólogos Portugueses (Russo e Sousa, 2017).

Dos monumentos intervencionados pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal na década de 1950, foi possível realizar o estudo da indústria lítica dos monumentos com espólio depositado no Museu Nacional de Arqueologia e, maioritariamente, no Museu Geológico. Para os restantes sítios, será realizada uma análise comparativa relativa à pedra lascada descrita na publicação dos *tholoi* recentemente identificados, estudados e publicados na região do Baixo Alentejo Interior.

Foi ainda realizado o estudo possível relativo à indústria lítica dos monumentos tipo *tholos* recentemente escavados e publicados, comparando analiticamente com os resultados dos monumentos anteriores.

Proceder ao estudo da indústria lítica de monumentos funerários é de todo diferente do estudo destes materiais em contexto de povoado, quer em termos de economia das matérias-primas quer das categorias tecno-tipológicas, existindo mesmo utensílios que surgem quase exclusivamente em povoados e outros, como as alabardas e dardos, que surgem maioritariamente em necrópoles. Tratando-se de necrópoles coletivas, torna-se difícil estabelecer correlações diretas entre inumações e espólios votivos, dificuldade ainda mais ampliada no caso de trabalhos arqueológicos antigos com registo de campo por vezes incompleto. A má preservação da matéria orgânica e/ou a ausência de estudos antropológicos também dificulta a leitura, não sendo possível determinar eventuais associações de género, etária, etc. Uma vez que a totalidade do espólio se apresenta em estado pleno de debitagem, não é possível a aferição da cadeia operatória per si, sendo necessário proceder a uma leitura global, não apenas com os povoados da região como na esfera supra-regional, uma vez que a maior parte das matérias-primas têm origem exógena. O significado da presença de grandes

produtos debitados em sílex é certamente distinto na Estremadura, onde a sua obtenção é local ou regional, ou no Alentejo Interior, onde a origem seria certamente extra-regional.

#### 6.1.1. Leitura geral

	Lamela	Lâmina	Ponta seta	Trapézio	Micro-buril	Total
Folha da Amendoeira	0	13	0	0	0	13
A-dos-Tassos	1	5	0	0	0	6
Cerro Gatão	0	1	0	0	0	1
Monte do Outeiro	0	1	1	0	0	2
Monte Velho	0	12	2	0	0	14
Malha Ferro	0	2**	0	1	0	1
Centirã 2	0	0	1	0	0	1
Monte da Velha 1	0	4	0	0	0	4
Monte do Cardim 6	0	1	34	0	1	36
Barranco da Nora Velha	0	13	3	3	0	22
<b>Total</b>	1	52	41	5	1	100

Figura 6.1.1. Pedra lascada dos tholoi do Baixo Alentejo Interior\*

\* Dados disponíveis no MNA, MG, bibliografia ou relatórios

\*\* Apenas disponível na bibliografia

Em termos globais, podemos considerar que os conjuntos de pedra lascada depositados nos *tholoi* do Baixo Alentejo são muito escassos.

Em nove monumentos registam-se apenas 102 artefactos, registando-se vários *tholoi* apenas com um artefacto de pedra lascada (Malha Ferro, Cerro do Gatão, Centirã 2), contrastando de alguma forma com o *tholos* de Monte do Cardim 6, com 36 artefactos.

A escassez de material pode ter várias explicações: tipo de recolha, cronologia ou número mínimo de indivíduos.

Nas escavações antigas o tipo de recolha pode ter sido seletivo, particularmente nos casos em que os monumentos foram registados após a sua destruição como Folha de Amendoeira e Monte do Outeiro ou nas escavações realizadas em poucos dias (cf. Martins, 2014).

Os dados fornecidos pelas escavações recentes confirmam, contudo, esta baixa frequência de materiais arqueológicos, sendo particularmente significativo o caso de Centirã 2 onde apenas se recolheu uma ponta de seta ou Monte da Velha 1 com quatro pontas de seta.

Comparativamente com outros *tholoi* publicados, os monumentos do Baixo Alentejo Interior registam uma menor densidade. Devem ser destacados conjuntos como o *tholos* de Olival da Pega 2b (Reguengos de Monsaraz), onde se recolheu um importante conjunto de materiais líticos: 123 lâminas, 2 lamelas, 29 pontas de seta, 1 ponta de dardo, 2 alabardas, 1 lasca de sílex (Gonçalves, 1999, p. 94). Também os sepulcros dos Perdigões apresentam um conjunto considerável de artefactos de pedra lascada (Mendonça e Carvalho, 2016), incluindo 98 lâminas e 381 foliáceos (285 pontas de seta no monumento 1 e 93 no monumento 2, 3 alabardas). O caso recente de Montelírio assume uma componente quase “barroca” incluindo peças com elevado investimento de tempo e trabalho, como o punhal e pontas de seta em cristal de rocha ou as pontas de seta “alcalarenses” (Fernandez, Garcia e Zorita, 2016). Deve, contudo, ser salientado que os referidos *tholoi* com abundante espólio lítico se enquadram numa fase recuada do 3º milénio, na primeira metade.

Considerando os casos citados, podemos aventar a hipótese que existe uma correlação cronocultural na frequência e tipo de artefactos de pedra lascada votivos. É na transição 4º / primeira metade do 3º milénio que se regista a presença de abundantes materiais líticos, incluindo itens artefactuais exclusivos de necrópoles, como as alabardas, praticamente ausentes dos povoados (cf. Sousa, 2005). A circulação do sílex para o Alentejo é essencialmente com destino funerário, sendo escassos os materiais em povoados (Sousa e Gonçalves, 2012). Montelírio, Olival da Pega 2b ou Perdigões são exemplos destas práticas votivas. Na segunda metade do 3º milénio existe uma quebra da importância dos materiais líticos, emergindo as cerâmicas campaniformes e outros artefactos do denominado “pacote”, como as pontas metálicas ou os botões. Centirã 2 corresponde a um caso paradigmático desta tendência.

Podemos também colocar a hipótese de os monumentos do Baixo Alentejo Interior terem um número inferior de inumações. A informação disponível parece indicar que os monumentos em estudo apresentavam um escasso número de inumações: para Monte do Outeiro referem-se 12 enterramentos e em Malha Ferro 11. Folha da Amendoeira parece constituir uma exceção, com mais de uma centena de enterramentos (Viana, 1953). Este panorama contrasta com os *tholoi* da Estremadura onde é elevado o número de inumações (Boaventura, 2009). Em Reguengos de Monsaraz, apesar do estado fragmentado das coleções, o número mínimo de indivíduos também seria elevado, quer em Olival da Pega 2b (Gonçalves, 1999) quer nos Perdigões, onde o sepulcro 1 registou um número mínimo de 101 indivíduos (Valera *et al.*, 2007).

O tipo de artefactos presentes nos monumentos tipo *tholoi* do Baixo Alentejo Interior corresponde ao panorama habitual nos sepulcros do Neolítico final / Calcolítico: lâminas e pontas de seta.

Estão ausentes as grandes pontas foliáceas (alabardas e pontas de dardo), as quais surgem quase exclusivamente em necrópoles, tornando este tipo de peças em verdadeiros artefactos votivos, fabricados exclusivamente para o mundo do sagrado. Apesar de serem mais frequentes na Estremadura, próximo das áreas de aprovisionamento de sílex, também estão documentados no Alentejo, em 12 sítios (Forenbaher, 1999), nomeadamente no *tholos* Olival da Pega 2b (Gonçalves, 1999) e no sepulcro 1 dos Perdigões (Mendonça e Carvalho, 2016).

A presença de geométricos é residual, sendo pouco comum nestas cronologias.

#### 6.1.2. Matérias-primas

Relativamente às matérias-primas, a indústria lítica dos monumentos em presente análise (tanto os produtos alongados como as pontas de seta e foliáceos) são na sua totalidade em sílex.

Este panorama de domínio absoluto do sílex, de origem exógena, contrasta com outros conjuntos de *tholoi* do Sul de Portugal, nomeadamente os de Reguengos de Monsaraz e Alcalar, onde se regista a presença de pontas de seta em xisto jaspoide. Nos sepulcros dos Perdigões por exemplo, o sílex é maioritário (60,4%, 66,7%), registando-se a presença de cherte, quartzo hialino, anfíbolito, diorito, jaspe (Mendonça e Carvalho, 2016).

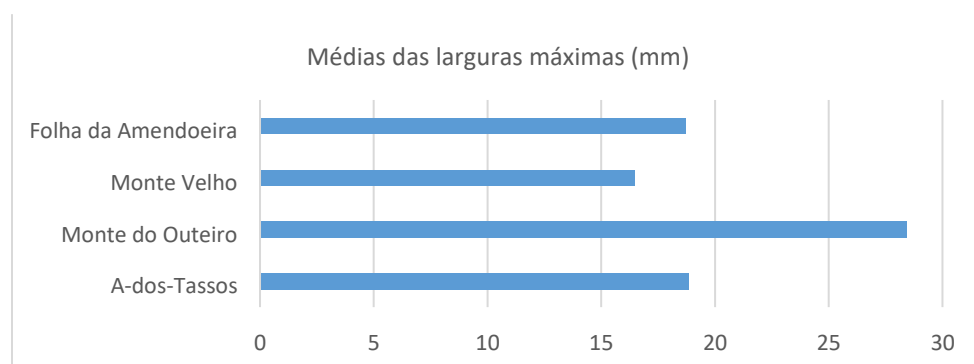
Apesar de se ter apenas efetuado uma análise macroscópica preliminar (colaboração de Henrique Matias, a quem se agradece), deve referir-se a presença de sílex de origem exógena, da Formação Milanos (Granada, Espanha). Foram detetadas lâminas com características e texturas oolíticas nos conjuntos do Monte Velho, do Cerro do Gatão e da Folha da Amendoeira.

A referida formação geológica, insere-se na Cordilheira Bética da Andaluzia, uma das regiões mais ricas em sílex na Península Ibérica, sendo das zonas de maior exportação de sílex durante o Neolítico Final e o Calcolítico (Nocete *et al.*, 2005). O sílex da Formação Milanos apresenta cores bastante variadas, sendo as mais frequentes os cinzentos, tanto claros como escuros, podendo alcançar tonalidades azuladas, castanhas ou quase negras. É frequente os sílexes desta Formação possuírem uma textura oolítica, com partículas arredondadas de tamanho milimétrico claramente visível.

O anteriormente exposto vai de encontro à hipótese de Abel Viana e a sua equipa acerca das influências do Sudeste de Espanha. A circulação do sílex “oolítico” pressupõe uma circulação de longa distância, cerca de 500 km. No estudo da equipa de F. Nocete é referida a presença de sílex oolítico em Alcalar, Monchique, Várzea, Corte João Marques, Anta do Poço da Gateira e Olival da Pega (Nocete *et al.*, 2005). Essas classificações foram realizadas exclusivamente através de fotografias nas publicações. Recentemente têm surgido outras referências a esta matéria-prima, nomeadamente no sepulcro dos Perdigões (Mendonça e Carvalho, 2016), no povoado do Escoural (Gomes *et al.*, 2013) e no Cabeço do Pé da Erra (Gonçalves e Sousa, 2017). Será no entanto essencial proceder à realização de estudos petrográficos para comprovar estas classificações macroscópicas. Em conjuntos relativamente “modestos” como os dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, é pouco compreensível a presença de uma matéria-prima tão longínqua.

Foram ainda analisadas as percentagens relativas ao córtex (ausente, vestigial ou parcialmente cortical) presente no conjunto de produtos alongados. A grande maioria dos materiais debitados não apresenta córtex (88%), com alguns artefactos parcialmente corticais (9%) e vestigiais (3%).

### 6.1.3. Os suportes alongados



*Figura 6.1.3. Médias das larguras dos produtos alongados em estudo*

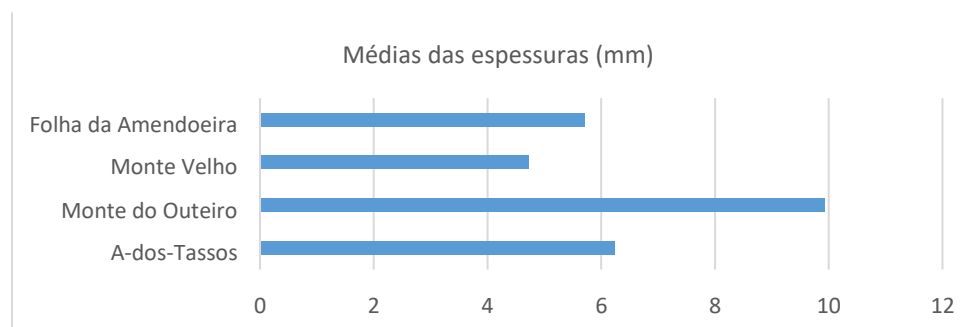
Do conjunto de produtos alongados em estudo, há-que primeiramente analisar a delimitação entre lâminas e lamelas. Para tal, foi utilizado o método mais frequente, com o valor limite definido nos 12 mm (Inizan, 1995), com o propósito da normalização de resultados e o fácil acesso a análises comparativas.

Apenas no monumento de A-dos-Tassos se identificou um suporte alongado com a largura máxima de 9,98 mm, sendo os restantes produtos alongados correspondentes a lâminas e grandes lâminas.

É importante referir que no monumento do Monte do Outeiro se inventariou uma lâmina com 28,41 mm de largura máxima. A largura da lâmina deste monumento apenas é ultrapassada pela única inventariada em Cerro do Gatão.

O monumento da Folha da Amendoeira apresenta cinco grandes lâminas, num conjunto de 14, com valores superiores a 20 mm de largura máxima. Regista-se ainda a presença de suportes alongados com largura superior a 20 mm no monumento do Monte Velho (1) e no de A-dos-Tassos (1).

O conceito de grande lâmina (Pelegrin, 2006), integrando exemplares de largura superior a 20 mm pode ser complementado com categorias de lâminas pequenas, médias e largas face aos conjuntos em análise (cf. Carvalho, 1995/1997), devendo ser analisado em contexto específico, uma vez que as larguras são determinadas não apenas pela tecnologia como pela própria matéria-prima (Mendonça e Carvalho, 2016).



*Figura 6.1.3.1. Médias das espessuras dos produtos alongados em estudo*

Em relação às espessuras, a única lâmina de Monte do Outeiro apresenta maiores dimensões, com 9,92 mm de espessura máxima, seguida pelo monumento de A-dos-Tassos, apresentando uma das lâminas com 9,38 mm de espessura. Monte Velho é o monumento cujas medidas das espessuras apresentam menor média (a lâmina que apresenta maior espessura não ultrapassa os 8 mm e a média do conjunto mede cerca de 4,7 mm).



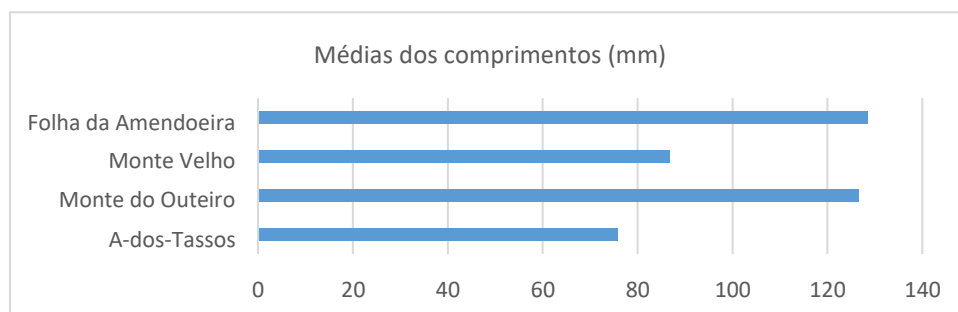


Figura 6.1.3.2. Médias dos comprimentos dos produtos alongados em estudo

O

monumento da Folha da Amendoeira é aquele que regista as lâminas com maior comprimento, com uma média de cerca de 128 mm e com quase a totalidade das lâminas com medidas superiores a 100 mm. O comprimento máximo registado em produtos alongados neste monumento é de 197,13 mm. A qualidade destacada no conjunto de pedra lascada de Folha da Amendoeira poderá dever-se ao facto da sua proximidade com o recinto de fossos de Porto Torrão, como referido.

A única lâmina registada no monumento do Monte do Outeiro apresenta 126,48 mm de comprimento. No entanto, os *tholoi* do Monte Velho e de A-dos-Tassos (mesmo este último representando a menor média) registam lâminas com comprimentos superiores ao anterior, com medidas superiores a 180 mm.

Os talões são predominantemente facetados convexos (72%), seguindo-se os talões lisos (16%) e residualmente facetados retilíneos (3%). As secções são maioritariamente trapezoidais (78%), seguindo-se as lâminas de secção triangular (16%) e irregular (13%).

A configuração regular dos bordos e nervuras, a largura e os talões parece indicar a presença maioritária da técnica da pressão, em alguns casos com alavanca. Estima-se que os produtos alongados de largura superior a 22 mm e de perfil regular tenham sido obtidos por pressão, incluindo provavelmente o uso de alavancas (Pelegri, 2006; Morgado Rodrigues *et al.*, 2008). Estas lâminas largas estão essencialmente presentes em necrópoles, nomeadamente em Olival da Pega 2b (Gonçalves, 1999), em Perdigões (Lago *et al.*, 1998) ou nas necrópoles de Los Millares. A circulação das grandes lâminas é um fenómeno que surge em toda a Europa nos finais do 4º milénio (Gibaja *et al.*, 2009).

	<b>Inteiro</b>	<b>Proximal</b>	<b>Mesial</b>	<b>Distal</b>	<b>Total</b>
Folha da Amendoeira	14				14
A-dos-Tassos	5				5
Cerro Gatão			1		1
Monte do Outeiro	1				1
Monte Velho	12				12
<b>Total</b>	<b>32</b>		<b>1</b>		<b>33</b>

*Figura 6.1.3.3. Estado das lâminas*

Apesar do tipo de recolha, a maior parte das lâminas encontra-se inteira (por vezes em fragmentos, mas que configuram uma peça completa). Tratam-se sem dúvida de materiais votivos. Este grau de preservação surge em outros conjuntos provenientes de escavações antigas como por exemplo em Pragais (Porto de Mós), onde a necrópole escavada por Francisco Tavares Proença Júnior registou 57 lâminas, das quais 49,1% se encontram inteiras (Sousa, 2004).

<b>Monumento</b>	<b>Retoque</b>			<b>Total</b>
	<b>Oblíquo</b>	<b>Abrupto</b>	<b>Rasante</b>	
Folha da Amendoeira	5	4	5	14
A-dos-Tassos	1	4		5
Cerro Gatão		1		1
Monte do Outeiro		1		1
Monte Velho	10	2	2	12
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>33</b>

*Figura 6.1.3.4. Retoque das lâminas dos monumentos em estudo*

Todas as lâminas se apresentavam retocadas. Este panorama é comum em muitos conjuntos de necrópoles, nomeadamente nos *tholoi* de Perdigões (Mendonça e Carvalho, 2016). O retoque abrange sempre os dois bordos: em 19 dos exemplares surge bifacialmente e em 15 exemplares o retoque é unifacial. O retoque abrupto é dominante. Seria interessante elaborar o estudo traceológico destas lâminas, embora a observação macroscópica e o estado de conservação (peças inteiras), pareça indicar que as lâminas em estudo nunca foram utilizadas.

#### 6.1.4. Projeteis

No conjunto de materiais em estudo, apenas se registaram três pontas de seta (duas no *tholos* do Monte Velho e uma no de Monte do Outeiro).

Sítio	Tipo Forenbaheer (1999)	Medidas (cm)				
		Comp.	Largura	Espessura	Comp. até à base	Concavidade da Base
Monte Velho	2.0 B0 (base côncava)	29,77	11,81	4,1	28,83	1,69
	2.0 B0 (base côncava)	32,5	14,11	4,44	28,22	3,78
Monte do Outeiro	2.0 B.0 (base plana)	14,93	11,68	3,33	14,93	

Figura 6.1.4. Medidas das pontas de seta

Como atrás referido, a baixa frequência de pontas de seta é comum em todos os monumentos da região, à exceção do monumento de Cardim 6, onde foram identificadas 34 pontas de seta. Apesar de não existir um estudo específico para este conjunto, podemos salientar a diversidade tipológica e de matérias-primas deste conjunto com “*bases côncavas e retas, com e sem aletas, em sílex, chert e jaspe*” (Valera *et al.*, 2014: 86). Deve ainda ser destacada a ausência das chamadas pontas de seta alcalarenses, presentes no sítio epónimo, na Andaluzia

(vide o conjunto de Montelírio) e nos *tholoi* de Reguengos de Monsaraz, no Olival da Pega2b (Gonçalves, 1999) e nos sepulcros dos Perdigões (Mendonça e Carvalho, 2016).

Refira-se ainda a presença de geométricos: um trapézio sobre lâmina proveniente de Malha Ferro e quatro provenientes de Barranco da Nora Velha. A presença de geométrico parece indicar algum arcaísmo, o que é salientado por C. T. Silva na análise do Megalitismo do Alentejo Ocidental e do Sul do Baixo Alentejo (Silva, 1987), onde se salienta a continuidade do espólio dos *tholoi* com os sepulcros ortostáticos do Neolítico final. A presença de geométricos em contextos funerários calcolíticos pode ter várias explicações, como práticas de oferendas memória (tal como se propõe para alguns ossos com datações antigas, vide Rocha, 2005). Deve ser referida a presença de um geométrico e lamela de dorso abatido no Penedo do Lexim (Sousa, 2010) e no Zambujal, onde foram identificados cinco geométricos (Uerpmann e Uerpmann, 2003, p. 268).

#### 6.1.5. Considerações

Depois de contar e medir a pedra lascada recolhida nos monumentos tipo *tholos* do Baixo Alentejo Interior torna-se necessário proceder à integração dos dados nas dinâmicas globais das comunidades que ocuparam este território durante o 3º milénio.

No que se refere à pedra lascada, podemos genericamente referir a sua escassez em contextos de fossas e fossos como Monte da Laje (Monteiro, 2014). Em Casa Branca 7, refira-se a ausência de sílex, sendo os produtos debitados essencialmente em quartzo e quartzito (Rodrigues, 2006, p. 46). Parece assim confirmar-se que as séries de lâminas de sílex presentes nos *tholoi* correspondem a materiais de exceção, integrando-se nas redes de troca de materiais exóticos como a variscite. Deve aliás referir-se que os elementos de adorno, tão abundantes nas necrópoles estremenhas, estão praticamente ausentes nestes *tholoi*. Seria importante proceder a estudos petrográficos, mas tudo parece indicar que as rotas de circulação deste sílex fossem direcionadas para a esfera do Guadalquivir – hipótese a confirmar em futuras investigações.

## 6.2. Pedra polida

Tornando-se a sua presença mais significativa no Sudoeste peninsular (tanto em contextos domésticos como funerários) a partir da segunda metade do 4º milénio a.n.e., as matérias-primas empregues no fabrico de artefactos de pedra polida assumem atributos e proveniências diferenciadas, sendo que “a *expressão simbólica de certas categorias artefactuais (ou de todas, mas em circunstâncias e tempos diferenciados)* estará em estrita relação com a matéria-prima não são realidades separáveis, mas apenas dois estados de uma mesma entidade” (Valera, 2009: 26).

No entanto, a partir do final do 4º, prolongando-se pelo 3º milénio a.n.e., verifica-se uma preferência por alguns tipos de rocha, mesmo onde não existiam esses recursos localmente, como é o caso mais predominante, o anfibolito (Cardoso e Carvalhosa, 1995; Costeira, 2017), constituindo, assim, um relevante elemento de troca inter-regional, que poderiam circular dentro dos caminhos já existentes (Harrison e Orozco, 2001, Costeira, 2017), ou mesmo criando novas vias de contacto para essa função (Sousa e Gonçalves, 2012; Costeira, 2017).

Dentro do universo dos utensílios em pedra polida do Baixo Alentejo Interior, o anfibolito parece ser a principal matéria-prima nos rituais funerários, não se apresentando apenas como mais um elemento no conjunto dos artefactos votivos, mas assumindo um papel central no contexto cerimonial (Valera, 2009). Lílios (1997) sugere mesmo que uma das causas para a emergência de elites durante o Calcolítico em Portugal poderá ter sido a diferença de acessos a esta matéria-prima.

É certo que, durante o Neolítico e Calcolítico na Península Ibérica, a produção de utensilagem em pedra polida em anfibolito, terá originado sistemas tanto de produção como de circulação, sistemas aos quais certas comunidades estariam vinculadas, sendo a região do Vale do Guadiana tida como potencial fonte de matéria-prima de rochas anfibolíticas para a produção de utensilagem de pedra polida durante o Neolítico e o Calcolítico, abastecendo áreas costeiras sedimentares, onde as rochas duras estão ausentes ou são bastante raras (*idem*).

Os artefactos em pedra polida admitem vários tipos de leitura, como a tipologia, as redes de troca e aprovisionamento a longa distância, ou até a sua tecnologia de fabrico e práticas de utilização destas comunidades (Rendeiro, 2014).

Acerca desta temática, Júlio Manuel Pereira (1999) questiona acerca da fabricação destes artefactos: quem os fabricava? seria labor especializado? seria um trabalho individual ou uma atividade coletiva?

Responde com base nos registos etnográficos que, pelo menos, relativamente ao fabrico de lâminas de pedra polida cuja função seria a sua troca comercial, estas resultam de *“um esforço comum de todo um grupo de trabalho, até mesmo da totalidade de uma comunidade agrícola que investe, quando a demanda interna ou externa se torna forte, numa exploração que pode demorar frequentemente várias semanas, por vezes mesmo vários meses”* (Pétréquin e Jeunesse, 1995 in Pereira 1999: 60).

Relativamente à origem exógena da maioria das rochas duras utilizadas como matéria-prima no fabrico destes objetos, o estudo destas realidades centra-se principalmente nas redes de troca do anfíbolito, *“ainda que a maior parte dos estudos tenha escasso suporte científico (Lillios, 2000) e que sejam ainda muito raros os conjuntos analisados petrograficamente (Cardoso, 1999/2000, 2004)”* (Rendeiro, 2014: 220).

No que respeita à análise do espólio em pedra polida dos monumentos em estudo nestas linhas, procedeu-se, em primeiro lugar, à sua descrição quanto à caracterização tipológica. A este respeito, os materiais poderiam ser classificados como martelo, enxó, machado ou indeterminado. No entanto, quase a totalidade dos materiais de pedra polida identificados nos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, apresentam-se com a tipologia do machado.

O machado é um artefacto de prestígio, frequentemente associado com as pontas de seta tipo palmela, e muitas vezes presente em contextos funerários campaniformes.

Dentro da matéria que se tem vindo a discutir, um machado é, sem dúvida, um artefacto de funcionalidade bem marcada. Não obstante, é um dos símbolos mais importantes destas comunidades agrícolas: *“surgindo em povoados assume um significado, quando depositado*

*em necrópoles ou gravado em monumentos megalíticos transcende em muito a funcionalidade de corte e abate de árvores”* (Hodder, 2005 in Sousa, 2010: 140).

Existe, porém, pela sua semelhança, uma dicotomia machado/enxó, discutido e estudado principalmente com base no encabamento dos mesmos. Ao contrário dos machados, as enxós teriam um cabo relativamente curto, de aplicação direta aparente sem utilização de peça intermédia e com o uso de cordas para fixação, que se pensa que poderiam ser vegetais ou de cabedal (Rendeiro, 2014). Victor Gonçalves (1999) define enxó como um artefacto de pedra polida com a face superior convexa e a inferior plana ou ligeiramente côncava e de encabamento sobre um topo horizontal de um suporte (oposto aos machados) e que a etnoarqueologia sugere o uso destes artefactos *“para desbastar as árvores abatidas, limpá-las de ramos adventícios, e partir a madeira em tábuas”* (Gonçalves, 1999: 133).

Do universo de pedra polida dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, apenas se registam três enxós (uma em Folha da Amendoeira, uma em Monte do Cardim 6 e outra em Monte da Velha 1), sendo os restantes casos representados pelo machado e ainda um seixo rolado em Monte Velho 1.

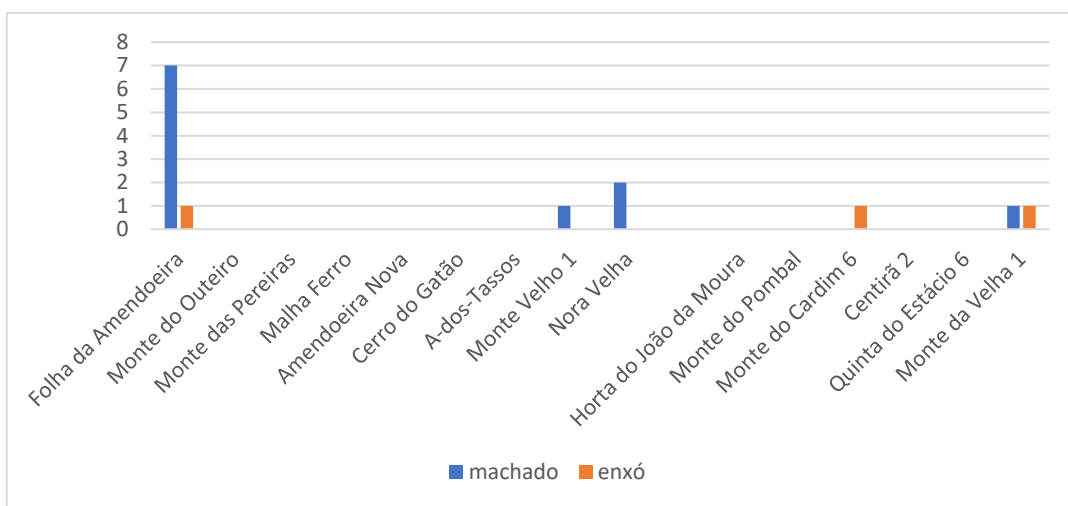


Figura 6.2. Quantificação da pedra polida por monumento

Com base na tipologia utilizada por Ana Catarina Sousa (2010), os machados e as enxós analisados com depósito nos museus, foram descritos quanto ao seu estado de conservação (intacto, fraturado, percussão), os bordos (orientação: divergentes, convergentes ou paralelos; geometria: retilíneos, convexos ou côncavos), as faces (plana, convexa ou

concava), o gume/extremidade distal (geometria: retilíneo, convexo, simétrico ou dissimétrico; bisel: bisel duplo, bisel simples, convexo dissimétrico, convexo simétrico ou simples; estado: todas as medidas, ligeiros sinais de uso, intensos sinais de uso, boleados, fraturados), talão/extremidade proximal (tipo: truncado, arredondado, pontiagudo, plano, convexo), a secção (quadrangular, subquadrangular, retangular, subretangular, circular, subcircular, oval, outros) e, ainda o acabamento (polimento total, polimento na extremidade distal, polimento na face, polimento nos bordos, polimento no talão, picotado, duas fases de polimento). Foram ainda efetuadas as medições ao comprimento, largura e espessura dos mesmos, assim como calculado o seu índice de espessamento.

Respeitante às secções, os machados apresentam índices muito variáveis. Na gruta de Porto Covo (Gonçalves, 2008), por exemplo, três dos machados registados apresentam secção subretangular, um elipsoidal, um trapezoidal e ainda outro de secção quadrangular.

No entanto, no panorama peninsular, dominam as secções retangulares ou subretangulares (Sousa, 2010), sendo este facto verificado na análise do espólio dos monumentos tipo *tholos* do Baixo Alentejo Interior, onde quase a totalidade dos casos, apresentam secção subretangular (sendo que os restantes apresentam secção retangular).

Relativamente ao estado de conservação, apenas um dos machados de Folha da Amendoeira apresenta fratura longitudinal, apresentando os restantes em análise todas as medidas.

No que diz respeito à orientação dos bordos, esta é dominada pelos divergentes (cerca de 50% dos casos), seguida dos paralelos e com raros convergentes e sinuosos. Já a geometria dos bordos, os mais frequentes são os retilíneos (cerca de 60% dos casos), sendo os restantes convexos.

Acerca dos gumes/extremidades distais (que parecem intactos no seu estado de conservação), a geometria deste é na sua totalidade convexa, assim como o bisel, variando este entre o convexo simétrico e o convexo dissimétrico (este último com cerca de 57% dos casos).

O tipo do talão/extremidade proximal é mais variado, sendo o truncado o mais representado com cerca de 60% dos casos, estando ainda presentes o arredondado, plano/convexo e em gume.



As faces dos machados analisados são na sua totalidade caracterizadas como planas/convexas e, a secção, como já foi referido, na sua quase totalidade como subretangular.

Por fim, acerca do acabamento das peças – e como já os investigadores deste monumento referiam “*os instrumentos de pedra polida são bastante toscos, apurados unicamente no gume*” (Viana, 1953: 260) –, o polimento na extremidade distal é dominante, apenas um exemplar parece apresentar polimento total, um com polimento dos bordos e face e outro com polimento na extremidade distal e proximal.

Apresenta-se agora o gráfico das medidas obtidas:

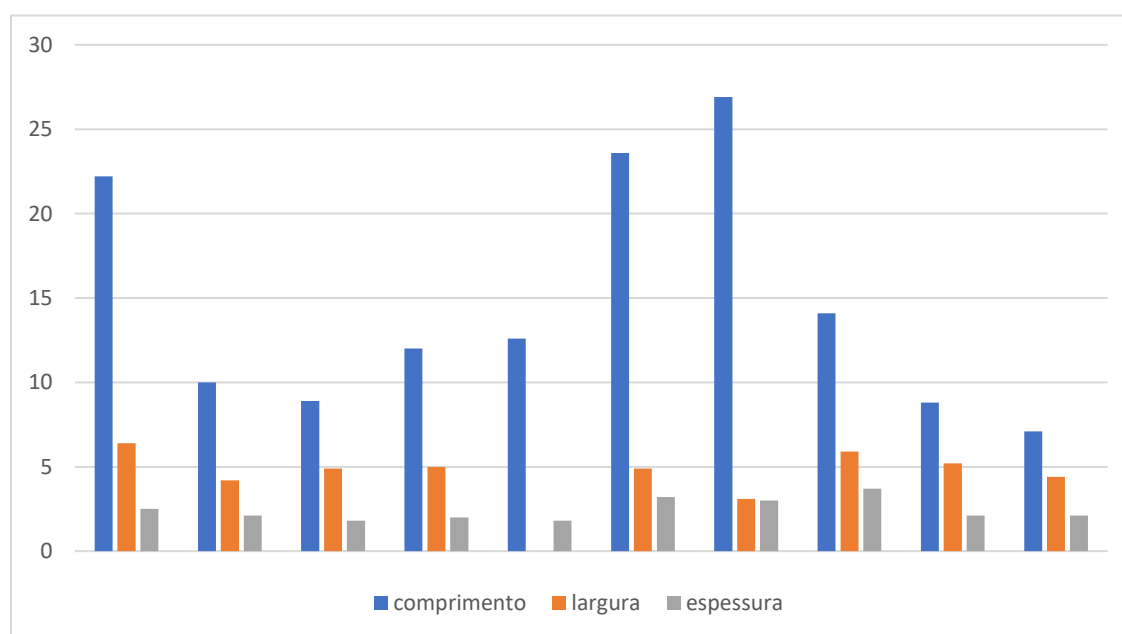


Figura 6.2.1. Medidas (em centímetros) da pedra polida analisada: os dois últimos conjuntos de barras correspondem ao machado e ao seixo rolado de Monte Velho 1, respetivamente, sendo as restantes referentes a Folha da Amendoeira

Para além da pedra polida analisada nos museus, teve-se em consideração ainda os dois machados publicados do monumento de Nora Velha.

Relativamente aos monumentos recentemente escavados e publicados, registam-se, ainda em Monte do Cardim 6 uma pequena enxó (5cm de comprimento, 2,7cm de largura e 1,1cm de espessura), com o talão fragmentado, o gume levemente arredondado e com polimento integral (Valera *et al.*, 2019), assim como uma enxó totalmente polida e um machado de

secção retangular, também muito bem polido e sem vestígios de uso, ambos em anfibolito, no monumento do Monte da Velha 1 (Soares, 2008).

Apesar de não ter sido publicado, no Museu Nacional de Arqueologia, consta em depósito do monumento de Folha da Amendoeira, também um braçal de arqueiro, assim como outros dois em Centirã 2.

Acerca dos depositados em Centirã 2, *“as duas peças recuperadas no tholos foram talhadas em xisto, exibindo a primeira delas uma forma tendencialmente retangular, com dois furos de secção troncocónica em cada topo. O outro exemplar, de contorno tendencialmente oval, apenas apresenta um furo em cada extremidade”* (Henriques *et al.*, 2013: 342).

O braçal de arqueiro de Folha da Amendoeira é em tudo idêntico ao segundo exemplar de Centirã 2. No entanto, este apresenta decoração zigzagueada numa das extremidades.

Relativamente aos braçais de arqueiro, como se verá adiante, estes aparecem frequentemente associados às pontas de cobre de tipo Palmela e são, em conjunto com um novo pacote artefactual, um dos materiais de prestígio mais facilmente enquadráveis em contextos campaniformes, muito frequentes em situações funerárias.

### 6.3. Recipientes cerâmicos

Este capítulo pretende analisar em termos quantitativos e qualitativos o conjunto material dos monumentos tipo *tholos* do Baixo Alentejo Interior.

Apesar da vasta bibliografia, assim como toda a sequência crono-estratigráfica do Sudeste Peninsular se centrar na cerâmica e estudos acerca da sua evolução, *“as coleções antigas não permitem a leitura correta, uma vez que as recolhas de cerâmica decorada foram largamente sobrevalorizadas face à cerâmica lisa”* (Sousa, 2010: 234). No entanto, no conjunto cerâmico recolhido pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal na área do Baixo Alentejo Interior, são raros os recipientes decorados, o que leva a crer que essa

sobrevalorização não tenha acontecido durante o estudo dos monumentos em estudo nestas linhas.

Apresenta-se agora a tabela e respetivo gráfico quantitativo e de presenças (uma vez que acerca dos monumentos recentemente escavados não se publicam a totalidade do espólio) das cerâmicas por monumento tipo *tholos* do Baixo Alentejo Interior.

	Prato (A.1)	Taça (A.2)	Taça em calote (A.3)	Taça em calote alta (A.4)	Taça em calote fechada (F.1)	Esférico (F.2)	Esférico globular (F.3)	Esférico achatado (F.4)	Vasos de suspensão (C.1)	Copo (C.2)	Campaniforme (C.3)	Taça c/ carena (C.4)
Folha da Amendoeira			1		3			2				
Monte do Outeiro			6		1	2	3	2		2	3	
Monte das Pereiras						1	2	1				
Malha Ferro			2				1					
Amendoeira Nova	1		2		2					1		1
Cerro do Gatão												
A-dos-Tassos			3				1					
Monte Velho 1			2	2	2	1			4	1	1	
Nora Velha		1	2			1	1	1		1	1	
Horta do João da Moura												
Monte do Pombal												
Monte do Cardim 6	x	x	x		x							
Centirã 2	x	x	x									
Quinta do Estácio 6												
Monte da Velha 1												

Figura 6.3. Recipientes cerâmicos por *tholos* do Baixo Alentejo Interior

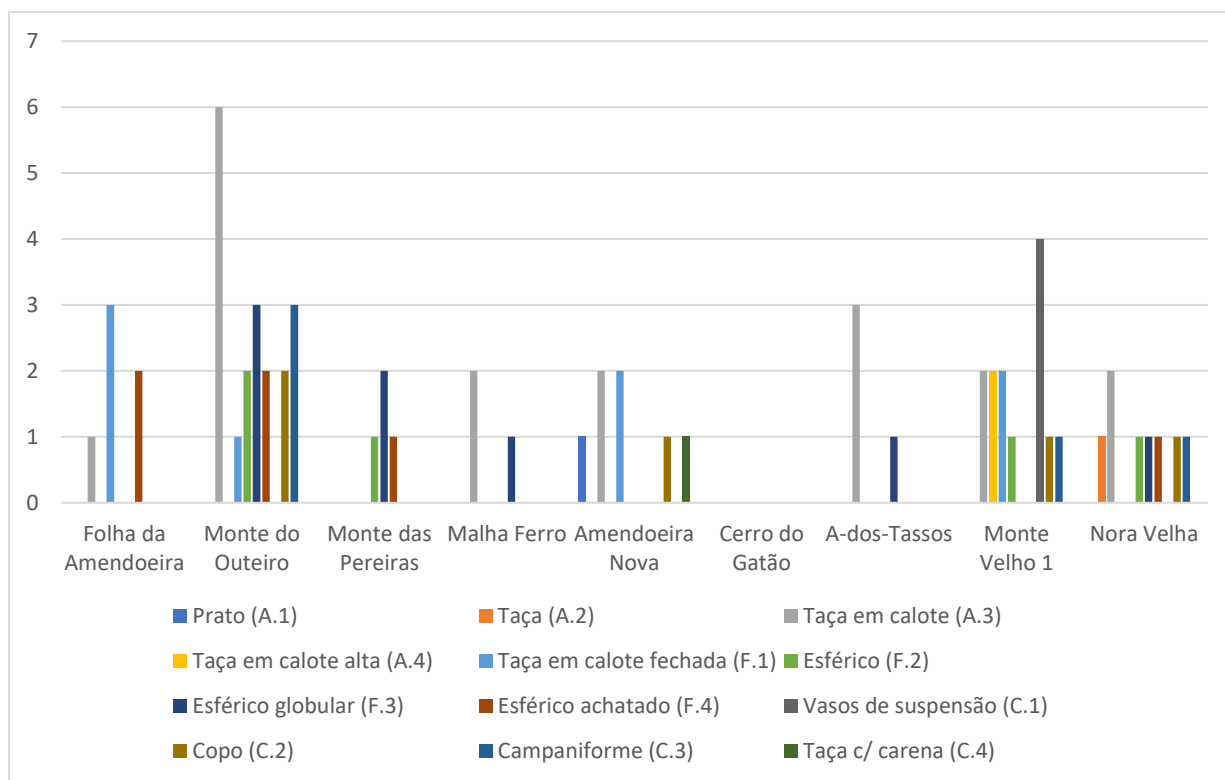


Figura 6.3.1. Recipientes cerâmicos dos tholoi escavados na década de 1950

Analisaram-se os recipientes dos monumentos com material inventariado na década de 1950 nesta área pela equipa de Abel Viana e os Serviços Geológicos de Portugal, a maioria no Museu Nacional de Arqueologia (onde me foi possível analisar o espólio de Folha da Amendoeira) e no Museu Geológico. O espólio de Folha da Amendoeira tem depósito também no Museu Municipal de Ferreira do Alentejo, assim como o material do monumento de Nora Velha se encontra no Museu de Beja. Esta dispersão de materiais gerou algumas dificuldades no decorrer do trabalho.

Será ainda realizado o estudo possível relativo à cerâmica dos monumentos do mesmo tipo recentemente escavados e publicados, comparando analiticamente com os resultados dos monumentos anteriores.

Para além do *tholos* do Cerro do Gatão, todos os monumentos em estudo possuem recipientes cerâmicos publicados.

A análise do material recolhido de Monte das Pereiras (Beja) e Amendoeira Nova (Ourique) não foi realizado por não ter descoberto o local onde se encontram depositados, recorrendo essencialmente aos trabalhos publicados.

É de destacar o número reduzido, não apenas dos recipientes cerâmicos, mas da totalidade do espólio, em todos os monumentos investigados pela equipa dos Serviços Geológicos. Este facto parece indicar um número reduzido de inumações nestes monumentos. No entanto, confrontando com os dados de escavações recentes na mesma região, onde a quantidade de material é muito mais elevada (como é o caso de Centirã 2 com 926 fragmentos cerâmicos), leva a crer mais uma vez, não num reduzido número de mortos, mas que a recolha de material pode ter sido seletiva.

É também necessário referir a ausência de decoração na cerâmica dos monumentos em análise, à exceção de um grande copo do monumento do Monte do Outeiro, decorado incisamente e a pontilhado, onde se representam os motivos dos ídolos calcolíticos, as cerâmicas campaniformes de Monte do Cardim 6 (onde estão representadas todas as principais variantes estilísticas) e dois fragmentos do monumento de Nora Velha, que se referem posteriormente.

#### 6.3.1. Critérios descritivos

Como realça Ana Catrina Sousa (2010: 235), “*a importância em evitar a multiplicação de critérios*” leva à utilização de “*designações já fixadas na terminologia arqueológica*”.

Deste modo, os critérios descritivos utilizados na classificação das formas (e análise das pastas) dos recipientes cerâmicos, foram adaptados tanto da conhecida metodologia empregados por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (Silva e Soares, 1976-77, p. 181-184), assim como por Victor S. Gonçalves (Gonçalves, 1989c, p. 147 - 151), tendo recorrido muitas vezes, também, aos critérios de análise utilizados por Ana Catarina Sousa (Sousa, 2010).

Assim, relativamente aos recipientes cerâmicos foram utilizados os seguintes critérios descritivos: a localização do monumento relativo ao recipiente ou fragmento cerâmico; a data de recolha (quando possível); o número de inventário; o estado de conservação (completo, forma reconstituível, bordo, bojo, fundo ou mamilo); a forma (se aberta, fechada ou compósita); a morfologia (simples ou complexa); o tipo e subtipo; se o bordo é plano, arredondado ou em bisel; se o fundo se apresenta plano ou arredondado; se tem carena e, se sim, a sua morfologia (viva ou doce) e posição (baixa, média ou alta); a perfuração, caso exista (tipo, localização e número); do mesmo modo os mamilos ou asas (área de aplicação, tipo e forma); as pastas (homogeneidade da pasta, componentes não plásticos, cozedura, tratamento de superfícies externa (*supe*) e interna (*supi*)).

Os critérios de análise das formas/morfologias (e variantes) referem-se no próximo subcapítulo.

Em relação às pastas, de acordo com os critérios de Soares e Silva (1976/77) e Gonçalves (1989c), a descrição quanto à homogeneidade foi classificada como compacta, semi-compacta e pouco compacta.

Relativamente aos componentes plásticos, seguiram-se os critérios utilizados por Victor S. Gonçalves (1989c: 149), classificando-se, quanto à sua dimensão, como muito fina (apresentando raros elementos não plásticos visíveis), fina (abundantes elementos não plásticos), raros (superiores a 0,5 mm), grosseira (abundantes e.n.p. superiores a 1 mm).

No que respeita ao ambiente de cozedura, a descrição seguiu os critérios utilizados por Silva e Soares (1976/77): predominantemente oxidante – cozedura irregular, superfícies e núcleo avermelhados/acastanhados, com manchas acinzentadas; predominantemente redutora – cozedura irregular, superfícies e núcleos acinzentados ou negros; redutora-oxidante – superfície externa e zona exterior do núcleo avermelhada/acastanhada ou acinzentada/negra; superfície interna e zona superficial interna do núcleo avermelhada/acastanhada ou acinzentada/negra; oxidante – superfícies e zonas superficiais do núcleo avermelhadas/acastanhadas, núcleo com cerne acinzentado/negro, cozedura redutora com fase final, ou de arrefecimento; redutora – superfícies e zonas superficiais do núcleo

acinzentadas/negras e cerne do núcleo avermelhado/acastanhado, cozedura oxidante com fase final, ou de arrefecimento.

Por fim, os acabamentos das superfícies externa (*supe*) e interna (*supi*) são descritas como polida, com alisamento fino, alisada, com alisamento tosco, não alisada, erodida ou ainda, com aplicação de aguada.

### 6.3.2. Catálogo de formas

Considerando que os recipientes cerâmicos pré-históricos apresentam níveis de variabilidade intrínsecos ao próprio processo de fabrico manual, as pequenas variações nestes materiais podem não corresponder a tendências culturais e funcionais, mas sim adaptações pontuais (Sousa, 2010: 238).

Como já se referiu, de modo a não se repetirem critérios, optou-se quase sempre pelas designações já firmadas na terminologia arqueológica, sendo que os parâmetros descritivos utilizados na análise das formas cerâmicas (assim como das pastas) se ajustam às metodologias de Victor S. Gonçalves (Gonçalves, 1989: 147-151) e de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (Silva e Soares, 1976-77: 181-184).

Foram então individualizadas as formas e respetivas variantes.

Relativamente às formas, estas foram organizadas segundo a morfologia geral do recipiente, podendo apresentar forma simples (integrando apenas segmentos de esfera) ou compósita (integrando segmentos de esfera associados a outras formas geométricas) (Sousa, 2010: 238).

Acerca dos recipientes simples, outro nível de descrição prende-se com a abertura das cerâmicas, organizando-se em formas abertas e formas fechadas. Neste sentido, é importante referir: os recipientes cerâmicos conhecidos em contextos do 4º e 3º milénio no Centro e Sul de Portugal apresentam-se na sua maioria como formas simples (*ibidem*).

De seguida foi necessária a descrição quanto ao tipo (e suas variantes) de cada recipiente, apresentando-se as formas tipológicas divididas em formas abertas (sendo elas o prato, a taça, a taça em calote e a taça em calote alta); em formas fechadas (esférico, esférico globular e esférico achatado); e ainda em formas compósitas (taça com carena, vaso de suspensão, copo e vaso campaniforme).

Antes de prosseguir, é necessário referir a ausência de material cerâmico registado no *tholos* do Cerro do Gatão, assim como o não conhecimento do paradeiro do espólio proveniente dos sepulcros de Amendoeira Nova e Monte das Pereiras, procedendo-se apenas à análise bibliográfica dos materiais publicados.

Apresenta-se em seguida a tabela de formas cerâmicas por monumento:













Tabela 5 - Formas cerâmicas/monumento		Monte do Outeiro	Monte das Pereiras	A-dos-Tassos	Malha Ferro	Monte Velho	Nora Velha	Amendoeira Nova	Folha da Amendoeira	Total
Prato (A.1)								1		1
Taça (A.2)							1			1
Taça em calote (A3)		6		3	2	2	2	2	1	17
Taça em calote alta (A4)						2				2
Taça em calote fechada (F.1)		1				2	1	2	3	9
Esférico (F.2)		2	1			1	1			5
Esférico globular (F.3)		3	2	1	1		1			8
Esférico achatado (F.4)		2	1				1		2	6
Taças de corpo hiperboloide c/ carena média (C.1)								1		1
Vasos de suspensão (C.2)						4	1			5
Copo (C.3)		2				1	1	1		5
Campaniforme (C.4)		4					1			5
Total		20	4	4	3	12	10	7	6	66

Figura 6.3.2. Formas cerâmicas por monumento

### 6.3.3. Análise dos dados



Os **pratos** são recipientes cerâmicos caracterizados por possuírem um índice de profundidade inferior a 20, bases tendencialmente convexas ou aplanadas e de características variadas na sua orientação, morfologia, espessamento do bordo e configuração do lábio (Silva e Soares, 1974-77; Gonçalves, 1989; Costeira, 2017).

Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares propõem uma divisão tipológica destes materiais, agrupando-os em pratos de bordo sem espessamento e pratos de bordo almendrado, sendo adaptadas por Victor S. Gonçalves (1989c) que sugere a tipologia de pratos de bordo não espessado, pratos de bordo espessado internamente, pratos de bordo espessado externamente e de bordo espessado interna e externamente (Rendeiro, 2014).

Trata-se de um verdadeiro fóssil-diretor do Calcolítico Pleno e Final do Sudoeste Peninsular (Silva e Soares, 1976-1977). Esta é uma forma cerâmica típica do 3º milénio a.n.e., uma inovação face às taças, inovação essa que poderá estar associada à alteração de alimentos consumidos por aquelas comunidades (crescente consumo de cereais e vegetais), assim como a sua abertura de grande diâmetro sugerem um consumo coletivo de refeições (Gonçalves, 1987; Sousa e Gonçalves, 2012; Rendeiro, 2014).

De todo o conjunto cerâmico conhecido em monumentos tipo *tholos* no Baixo Alentejo Interior, apenas se registam pratos no sepulcro de Centirã 2 (4), Monte do Cardim 6 (18) e Amendoeira Nova (1).

O único prato registado no monumento escavado pelos Serviços Geológicos de Portugal poderá, no entanto, não corresponder a Amendoeira Nova, uma vez que não é referido na sua publicação original. Artur Martins (2014) nota que relativamente a este monumento, os seus investigadores publicam apenas dois recipientes cerâmicos, referindo semelhanças com os de Alcalar. Em 1965, Vera Leisner desenha oito recipientes cerâmicos referentes a este monumento, sendo eles o referido prato.

A. Martins atribui o erro a uma troca de catalogação do Museu onde o espólio estaria depositado, no entanto, como já foi referido não me foi possível identificar o paradeiro do espólio proveniente de Amendoeira Nova, o que me impossibilitou o esclarecimento desta lacuna – optou-se neste trabalho por considerar o espólio publicado por V. Leisner (1965).

Assim, consideraram-se no Baixo Alentejo Interior: um prato de bordo espessado (com cerca de 15cm de diâmetro) no *tholos* de Amendoeira Nova; três em Centirã 2, caracterizados pelos grandes diâmetros e pelo espessamento do bordo (diâmetros aproximados: 30, 40 e 60cm), e ainda um fragmento de outro cujas dimensões não são publicadas – os pratos deste monumento apresentam “*paralelos em qualquer dos povoados desta época do Sudoeste Peninsular, designadamente naqueles que são relativamente próximos do tholos Centirã 2, como, por exemplo, no povoado dos Moinhos Velhos, Brinches (Lopes et al. 1997), situado a 2-3 km de Centirã 2 (materiais inéditos) ou em Casa Branca 2, Serpa (Filipe e Brazuna 2009), Atalaia da Torre 1, Serpa (Lopes et al. 1997), Três Moinhos, Baleizão (Soares 1992)*” (Henriques *et al.*, 2013: 338-340); já em Monte do Cradim 6, “*predominam os pratos de bordos espessados internamente (13), ocorrendo ainda variantes com o bordo bi-espessado (2), bordo simples fechado (2) e bordo espessado externamente (1)*” (Valera *et al.*, 2019), com diâmetros a variar aproximadamente entre os 30 e os 70cm.

Outra forma comum e característica em contextos do Calcolítico Pleno e Final são as já referidas **taças**. Estes recipientes abertos (ou ligeiramente fechados) apresentam-se normalmente pouco profundos, com diâmetros muito variáveis e de base convexa ou convexo-aplanada (Valera *et al.*, 1998).

No entanto, distinguem-se bastantes variações formais, estando presentes no conjunto material em estudo: a taça; a taça em calote; a taça em calote alta, com índice de profundidade elevado – de acordo com Ana Catarina Sousa (1998); e a taça em calote fechada.

Relativamente à **taça** propriamente dita, esta apenas regista presença em Nora Velha, com um exemplar; em Monte do Cardim 6 as dezoito taças registadas são maioritariamente simples, sendo duas ligeiramente fechadas; já em Centirã 2, são publicadas seis taças sem decoração de diâmetro variável e de pouca profundidade, apresentando tipologias muito distintas, sendo ainda registadas neste monumento uma pequena taça de fundo convexo e perfil extrovertido, uma taça com decoração canelada e ainda outra carenada, mas ao contrário das restantes, que apresentam características identificáveis em contextos de Calcolítico Pleno, esta última é atribuída ao Bronze do Sudoeste

Do conjunto cerâmico analisado, as formas mais abundantes são a taça em calote, a taça em calote fechada e o esférico globular.

Em relação às **taças em calote**, estas apresentam dimensões variadas e estão presentes no monumento de Folha da Amendoeira (com um exemplar), seis em Monte do Outeiro, dois em Malha Ferro, outros dois em Amendoeira Nova, três em A-dos-Tassos, dois em Monte Velho 1, e em Nora Velha com dois exemplares. Relativamente aos monumentos recentemente investigados, Centirã 2 regista quatro exemplares, não se compreendo pela publicação, quantas taças em calote estão presentes em Monte do Cardim 6.

As **taças em calote alta** apenas registam dois exemplares em Monte Velho 1.

Já as **taças em calote fechada** identificadas apresentam paralelos entre as três de Folha da Amendoeira, uma em Monte do Outeiro, duas em Amendoeira Nova, duas em Monte Velho 1 e as duas de Monte do Cardim 6.

São também frequentes os **esféricos** (cinco no total) e os **esféricos achatados**, estes últimos presentes nos monumentos de Nora Velha, Monte das Pereiras, Monte do Outeiro e Folha da Amendoeira. No entanto, em Folha da Amendoeira os dois esféricos achatados apresentam dimensões muito menores.

No que respeita a formas compósitas, necessário mencionar o **copo**. Esta forma, “*a par das fortificações e da metalurgia, parte de um pacote que é recorrentemente utilizado como argumento pró-orintalista e pró-indigenista*” (Gonçalves, 1989; Sousa, 2010: 258). Está presente tanto em contextos de povoado como em sepulcros calcolíticos e é um recipiente fabricado em cerâmica, com tipologias formais e decorações muito distintas, sendo frequente, também, a utilização de calcário ou osso como matéria-prima (Sousa, 2010).

Em conhecidas investigações na Estremadura, como os povoados fortificados de Leceia, Vila Nova de São Pedro, Zambujal ou Penedo do Lexim, o faseamento estratigráfico demonstrou que o copo é mais frequente em contextos do Calcolítico inicial, com progressiva diminuição até à sua ausência durante o Calcolítico pleno (*idem*).

A descrição desta forma não está presente nas tipologias do Alentejo, propostas por Joaquina Soares e C. T. da Silva (1976/1977), e por Victor S. Gonçalves (1989c), sendo apenas referida por António Carlos Valera (1998), para os contextos funerários dos Perdigões, definindo o copo como um recipiente de corpo algo troncocónico ou cilíndrico, de bordos arredondados e base plana, tendo como principal característica as suas pequenas dimensões (Rendeiro, 2014). No entanto, e como acontece no conjunto em estudo neste trabalho, o copo assume bastante variantes, apresentando diferentes dimensões, assim como distintas decorações: Monte do Outeiro regista dois copos, sendo um decorado e de grandes dimensões (que se refere adiante), e o outro, semelhante aos de Monte Velho, e Amendoeira Nova; no entanto, o copo de Nora Velha, apesar de dimensões semelhantes, difere bastante nas suas características formais.

Outra forma compósita frequente nos contextos dos monumentos em estudo é o **vaso campaniforme**.

Em meados no 3º milénio a. n. e., tem início no sul do território português, uma nova entidade cultural a que se denominou de Campaniforme, com presença registada até aos inícios do primeiro quartel do 2º milénio (Mataloto, Martins e Soares, 2013). Esta nova entidade cultural tem vindo a ser encarada como fase de transição cultural, um conjunto de grandes mudanças entre o calcolítico e a Idade do Bronze. Para além das transformações sentidas nos sítios de habitat, nos rituais funerários e respetivas arquiteturas, estas observam-se também na cultura material, mais precisamente no referente à cerâmica, mas também outros artefactos, como são exemplo as pontas tipo Palmela (adiante analisadas), assim como novas técnicas de processamento do metal.

Os vasos campaniformes caracterizam-se pela sua forma acampanada, com ou sem decoração sendo relacionados com o fenómeno anteriormente descrito. No entanto, “ *a raridade desta cerâmica em contextos funerários no Alentejo, nomeadamente nas suas regiões mais interiores onde as dinâmicas de complexificação social e de expressão monumental se revelam mais pujantes, já foi várias vezes sinalizada (Valera, 2006; Valera, Rebugue, 2011; Valera, Basílio, 2017; Valera et al., 2019)*” (Valera et al., 2019: 73). De facto, dos vasos campaniformes registados em Monte do Outeiro (4) e Nora Velha (1), é importante referir

que se apresentam todos sem decoração, assim como em Centirã 2 se registam dois vasos campaniformes lisos.

Assim, o campaniforme decorado no Alentejo, contrastando com outras regiões peninsulares, parece indicar um carácter social fundamentalmente do mundo dos vivos, enquanto que os recipientes campaniformes lisos, sem decoração, encontram-se frequentemente presentes em monumentos funerários, nos contextos do designado “Horizonte de Ferradeira” (Valera, Rebugue, 2011; Valera, Basílio, 2017, Valera *et al.*, 2019).

De destacar, pela sua raridade nestes contextos, é a cerâmica campaniforme de Monte do Cardim 6, sendo até à data o único contexto funerário no interior ou na periferia de Porto Torrão em que se regista decoração neste tipo de recipientes. Ainda mais impressionante é o facto de estarem representadas todas as principais variantes estilísticas, tendo sido registados neste monumento, parte de um recipiente acampanado com decoração pontilhada em bandas (Internacional de Bandas), uma taça em calote inteira com decoração incisa (Ciempozuelos) e ainda “*uma parte de uma caçoila com decoração em pontilhado geométrico (uma linha junto ao bordo com triângulos pendentes preenchidos e banda abaixo da carena com linha, triângulos pendentes e losangos igualmente preenchidos), o qual evidencia vestígios de preenchimento a pasta branca*” (Valera *et al.*, 2019: 28).

No entanto, apesar do *tholos* de Monte do Cardim 6 registar cerâmica campaniforme, este monumento apresenta um conjunto artefactual relativamente modesto (e com semelhanças com os seus vizinhos Horta do João da Moura e Carrascal 2), principalmente quando confrontado com outros monumentos do mesmo tipo associados a importantes recintos de povoado, como é caso dos Perdigões, Pijotilla ou Valencina (*idem*).

Em suma, é de destacar a escassez dos pratos e, pelo contrário, a abundância de **vasos de suspensão** (também conhecidos como vasos lucerna), presentes nos *tholoi* de Monte Velho e Nora Velha.

Este tipo de vasos é conhecido em vários contextos funerários de cronologia calcolítica, mais precisamente da primeira metade do 3º milénio a.n.e., muitas vezes associados a placas de

xisto gravadas e pedra lascada como as pontas de seta e as grandes lâminas retocadas, sendo a sua distribuição alargada a todo o Sudeste peninsular (Valera *et al.*, 2013).

Estes vasos apresentam paralelos com os encontrados no *tholos* do Olival da Pega 2 e no hipogeu da Comenda 3, em Reguengos de Monsaraz, sendo comuns nos contextos megalíticos do Alentejo.

Presenças em outros *tholoi*, registam-se em Comenda 2b e Cerro de la Cabeza, sendo registados também em monumentos ortostáticos (Ordem 1, Matalote 1, Brissos 1, Horta Velha do Reguengo Pedra da Anta 2, El Pozuelo 5), grutas naturais (Buraca da Moura da Rexaldia), grutas artificiais (Carenque, Sao Pedro do Estoril 1), monumentos de arquitectura mista (Folha das Barradas e Tumba 3 de La Pijotilla) e inumações em fossa (Aljezur) (*idem*: 366).

#### 6.3.4. Tecnologias

Na descrição dos componentes plásticos, seguiram-se os critérios utilizados por Victor S. Gonçalves (1989c: 149), apresentados anteriormente.

Do espólio cerâmico com possível análise (com depósito nos museus), as pastas são relativamente semelhantes entre si. Em termos de homogeneidade, aproximadamente 79% das pastas apresentam-se compactas, sendo as restantes semi-compactas. No que respeita à cozedura destes materiais, cerca de 67% é oxidante, 15% oxidante com arrefecimento redutor e 18% redutora.

Os componentes não plásticos são na sua maioria raros, com 48% dos casos, sendo que em 25% das cerâmicas analisadas são pouco abundantes e em 27% abundantes. Estes componentes estão representados pelo quartzo em maior abundância, seguido da mica e biotite e, por fim, o feldspato.

Relativamente ao tratamento das superfícies externas, aproximadamente 54% apresentam-se alisadas, 18% rugosas e outros 18% com aguada (tanto negra como vermelha). Já acerca das

superfícies internas, dominam as superfícies alisadas, cerca de 78%, seguidas das rugosas, registando 13% dos casos e ainda 9% com aguada.

#### 6.3.5. Considerações

Com algumas exceções, o conjunto cerâmico em análise parece demonstrar uma cronologia recuada dentro do Calcolítico.

É de destacar a quase inexistência de decoração, os paralelos em Alcalar e Monte Velho (Algarve), assim como com os recentemente investigados no Baixo Alentejo Interior. Neste sentido, regista-se o espólio similar entre o conjunto em estudo e os mais recentes analisados neste trabalho, como Centirã 2 e Monte da Velha 1, com campaniformes lisos, esféricos e globulares.

No entanto, Monte do Cardim 6, regista pratos de bordo espessado e cerâmica campaniforme nos seus três grupos estilísticos genéricos: internacional, pontilhado geométrico e inciso.

Por fim, relativamente aos vasos de suspensão, estes parecem demonstrar uma deposição de elementos do quotidiano doméstico em contexto tumular. Mas pelas suas não muito grandes dimensões, é possível que a sua funcionalidade fosse a de queimadores ou luminárias utilizadas nos rituais (Valera *et al.*, 2013).

#### 6.4. Adorno pessoal

No universo dos artefactos de adorno, no Calcolítico peninsular, surgem mais frequentemente no registo arqueológico os componentes de colar, como caninos utilizados como pendants, contas de colar, estando ainda presente os furadores e alfinetes de cabelo, ambos em osso (Gonçalves, 2004; Sousa, 2014).

O conjunto de espólio de adorno em estudo neste trabalho é escassa e de difícil análise, uma vez que como acontece com outros tipos de materiais, não constam na sua totalidade em depósito dos museus.

Apresenta-se agora o gráfico quantitativo destes materiais conhecidos no Baixo Alentejo Interior por monumento tipo *tholos*:

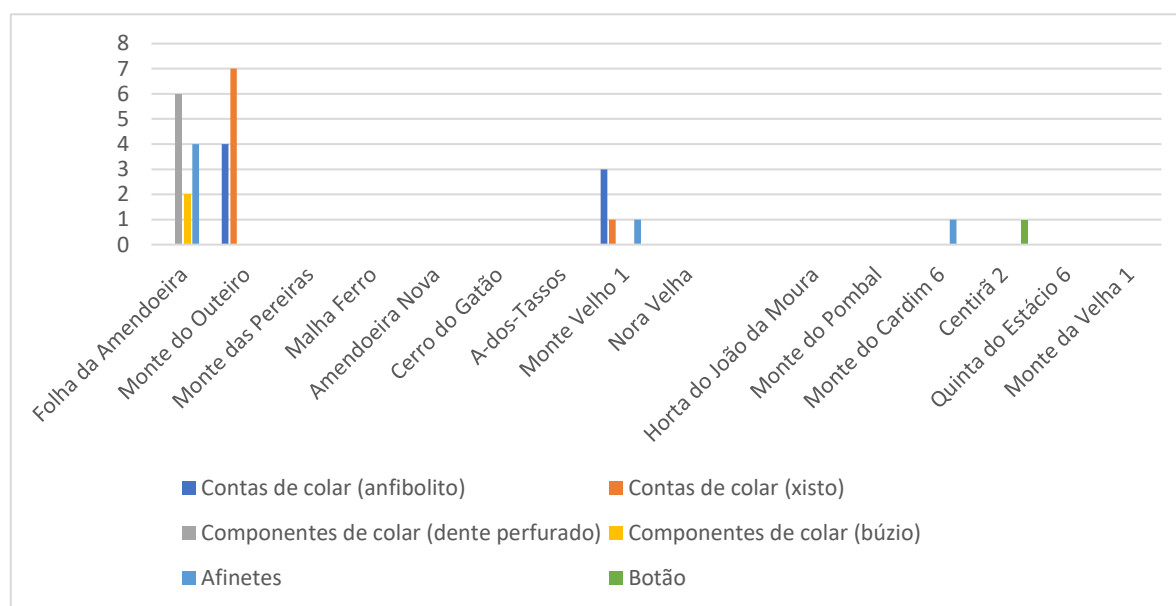


Figura 6.4. Quantificação do adorno pessoal registado por tholos no Baixo Alentejo Interior

Dos doze objetos de adorno publicados acerca do monumento de Folha da Amendoeira (entre os quais cinco dentes perfurados; um dente de javali; duas cabeças de alfinetes de cabelo em



osso; duas hastes de osso, provavelmente também de alfinetes; e dois búzios, com perfuração dupla) apenas uma cabeça de alfinete se encontra em depósito no Museu Municipal de Ferreira do Alentejo, assim como um alfinete (fraturado) e um dente perfurado no Museu Nacional de Arqueologia.

As contas de colar publicadas acerca do monumento de Nora Velha, encontram-se quase na totalidade em depósito no Museu Municipal de Ferreira do Alentejo. No entanto, quatro delas de ouro e outras três de âmbar, não deverão ser contadas, visto provavelmente pertencerem a época posterior ao Calcolítico. Seria importante analisar as contas de âmbar, o que poderia dar alguma indicação quanto à sua cronologia, uma vez que as proveniências do âmbar do Bronze Final são do Báltico e as do Calcolítico serão da Sicília (Odriozola et al, 2017). Contaram-se neste monumento, portanto, onze contas, sendo sete delas de xisto e as restantes de anfíbolito.

Já no Museu Geológico, encontra-se em depósito quatro contas de colar, sendo uma de xisto e as restantes de anfíbolito, e um fragmento em osso, do que parece ser um alfinete, pertencentes ao *tholos* de Monte Velho 1.

No que respeita aos monumentos recentemente investigados/estudados, apenas em Monte do Cardim 6 se publicou um “*único artefacto em osso registado corresponde à cabeça de um alfinete, decorada com 12 finas caneluras*” (Valera et al., 2019: 33).

A contrastar com este facto, está o povoado de Porto Torrão, que na sua periferia regista contas de colar de várias matérias-primas, incluindo exógenas. No entanto, os alfinetes em osso presentes em Porto Torrão, apresentam igualmente cabeças caneladas com paralelos com Cardim 6 (Valera, Filipe, 2004; Rocha et al., 2013; Henriques et al., 2013).

Já em Centirã 2, foi registado um botão em osso com perfuração em V e aplicação de polimento (Henriques et al., 2013), sendo o estudo deste monumento de extrema importância, na medida em que o seu espólio permite inferir certas informações acerca da diacronia das ocupações registadas neste *tholos*.

## 6.5. Metalurgia

No decorrer do 3.º milénio a.n.e., no Sudoeste da Península Ibérica, o registo arqueológico parece indicar que a metalurgia do cobre terá sido uma atividade predominantemente doméstica, com reduzida intensidade de produção, sofrendo alterações a nível social e simbólico, até que, principalmente em contextos campaniformes (finais do milénio), se tornam cada vez mais presentes em contextos funerários (Costeira, 2017).

Esta atividade divide-se em várias etapas que exigem distintas habilidades tecnológicas (de grupo ou individuais): identificação e extração do minério, fundição, moldagem, martelagem, afiação, polimento e por vezes decoração dos artefactos metálicos (Ottaway, 2001, Costeira, 2017).

Como se tem entendido ao longo destas linhas, *“o registo arqueológico evidencia, no Centro e Sul de Portugal, durante todo o 3º milénio, uma complexa teia de circulação: artefactos de uso comum (pedra polida, lascada, metalurgia do cobre), artefactos de excepção (ouro, marfim, variscite), artefactos relacionados com o subsistema mágico-religioso (placas de xisto gravadas e artefactos votivos de calcário). Paralelamente aos materiais, circulam ideias (simbólicas, gramáticas decorativas), estilos arquitectónicos e modelos de povoamento”* (Sousa e Gonçalves, 2012: 383).

Neste sentido, tudo parece indicar que a exploração e metalurgia do cobre assume primeiramente um papel central na região do Algarve e Alentejo, uma vez que as raras evidências de práticas metalúrgicas indicarem a introdução destas práticas na Estremadura apenas no segundo quartel do 3º milénio (*idem*). Em Vila Nova de São Pedro, por exemplo, as primeiras evidências da existência de algum tipo de metalurgia datam de cerca de 2600, ou seja, durante o Calcolítico Pleno (Soares, 2005).

No entanto, Victor Gonçalves (2004a: 352) defende que as mudanças das sociedades calcolíticas não se devem centrar unicamente na questão da indústria do cobre, sendo a metalurgia apenas outra inovação dentro do universo da denominada “revolução dos produtos secundários” (Sousa, 2014).

Algum do espólio metálico analisado neste trabalho, em depósito nos museus, embora existente, não deve ser considerado, uma vez que se inserem cronologicamente em períodos posteriores ao Calcolítico.

Trata-se de um suposto “*bolo de fundição*” (nas palavras de Abel Viana, 1961) de cobre e duas pontas de seta de ferro unidas pela ferrugem provenientes de Monte Velho 1 (Museu Geológico) – que após observação por parte do Doutor Francisco Gomes, se propôs pertencer à Idade do Ferro, assim como a fivela de cinturão proveniente do Cerro do Gatão –, e, vários fragmentos de um pote em bronze, duas contas de ouro e ainda um nódulo de cassiterite cristalizada do monumento da Nora Velha (Museu Municipal de Ferreira do Alentejo). Relativamente ao designado de “*bolo de fundição*” de Monte Velho 1, após análise por parte dos Serviços Geológicos de Portugal (Viana, 1961), conclui-se que na sua composição existem vestígios de chumbo, arsénio e estanho e ainda uma grande quantidade de cobre. “*Segundo indicação do Eng.º Nuno Alves, da Pirites Alentejanas, SA, é normal nos minerais cúpricos desta região haver vestígios de estanho em associação, não se podendo concluir que esta “amostra” fosse já resultado da metalurgia da liga de bronze*” (Martins, 2014: 39).

Quanto aos materiais publicados nos restantes *tholoi* identificados no Baixo Alentejo Interior escavados recentemente, registando-se apenas pontas de cobre de tipo Palmela (2) e punções de cobre de secção quadrangular (3).

Apesar de não estar em depósito no Museu Geológico, as publicações referentes ao *tholos* do Monte do Outeiro referem uma ponta de cobre de tipo Palmela, do estrato superior do monumento – dimensões publicadas (cm): comprimento total = 9,5; largura máxima = 2,1; largura da haste = 0,6 e 2,5. Ainda acerca deste monumento foi publicado um ponteiro de cobre de secção quadrangular – dimensões publicadas (cm): comprimento = 7; largura = 3 (Schubart, 1965).

Enquanto que a ponta de cobre não deixava grandes questões acerca da sua cronologia, o mesmo não se podia afirmar do ponteiro de secção quadrangular. Assim sendo, este foi enviado pelos investigadores para análise, que por intermédio do Professor Sangmeister e o Dr. Junghans, foi realizada em Stuttgart pelo Dr. Schröder:

(Análise n.º 16562)

Sn	Pb	As	Sb	Ag	Ni	Bi	An	Zn	Co	Fe
0	0	2,8	0	0,01	0	Vestí- gios	0	0	0	0

Figura 6.5.1. (in. Viana, 1961)

Merece aqui voltar a referir que no monumento de Monte do Outeiro, “sobre um primeiro e mais antigo grupo de enterramentos, se encontrava um outro mais moderno, e que ambos esses grupos pertencem à Idade do Cobre” (Schubart, 1965: 203).

Assim sendo, não é afirmação de fácil aceitação, que uma ponta de cobre do tipo Palmela, um ponteiro de cobre arsenical e duas pontas de lança de ferro pertençam ao mesmo grupo material, supondo assim, os investigadores deste monumento, que as pontas de ferro seriam provenientes de um ou mais enterramentos posteriores (uma vez que enterramentos da Idade do Ferro em sepulturas Calcolíticas são frequentes) – podendo admitir-se ainda as hipóteses de provirem de sepultura aberta em nível superior e, em consequência do seu próprio peso, terem descido para níveis mais baixos, ou até como consequência do revolvimento dos solos, por ação animal, por exemplo (*idem*).

Relativamente aos monumentos recentemente estudados/publicados, em Monte do Cardim 6, regista-se um punção metálico de secção quadrangular, provavelmente em cobre, com 9 cm de comprimento e 2cm de largura (Valera *et al.*, 2019).

Em Centirã 2, é também publicado um punção em cobre (ou liga em cobre) de secção quadrangular, apresentando largura superior no centro da peça, estreitando no sentido das extremidades, assim como uma ponta tipo Palmela junto a um dos braçais de arqueiro (Henriques *et al.*, 2013).

Uma vez que o punção se apresenta como um elemento votivo algo frequente nestes monumentos, merece aqui destacar o facto de este tipo de artefacto metálico surgir frequentemente associado a enterramentos femininos. Neste sentido, os investigadores do monumento de Centirã 2, afirmam mesmo que “na UE 13 foi identificado o Ent. 2, um enterramento feminino, o que torna provável a associação do punção a este enterramento primário” (*idem*).

Neste monumento foram ainda publicadas duas pontas de seta de tipologias muito diferentes. Uma delas, do tipo Palmela, associada a um dos braçais de arqueiro neste monumento recolhidos. A segunda ponta de seta, *“trata-se de uma peça de tipologia muito distinta da anterior, integrável em período cronológico claramente mais recente, a que se poderá associar a taça carenada atrás referida. De forma triangular, possui aletas desenvolvidas e pedúnculo de secção quadrangular na extremidade, sendo de realçar o alargamento que se desenvolve na sua parte central constituindo um reforço. Esta última característica tem sido associada a um aumento de eficácia e resistência destas peças, o que aumentaria a sua capacidade de penetração; corresponderá a uma resposta a um hipotético advento de meios de proteção contra as setas, como são os escudos (Kaiser 2003)”* (Henriques et al., 2013: 343).

Do mesmo modo que os punções são frequentemente registados nos monumentos nestas linhas em análise, merece neste capítulo destaque as pontas do tipo Palmela.

Neste sentido, a partir de meados do terceiro milénio a. n. e., observa-se no sul de Portugal, um aumento dos registos que dizem respeito aos artefactos metálicos, assim como dos respetivos vestígios de produção e fabrico.

Relativamente às pontas de seta em cobre, estas aparecem em contextos campaniformes, particularmente as denominadas pontas de tipo Palmela. Como acontece em Centirã 2, este artefacto metálico surge muitas vezes associado aos braçais de arqueiro, bem como em conjunto com novos artefactos, como os punhais de lingueta (apesar e nenhum se registar dentro dos monumentos aqui em análise): *“estes artefactos teriam, assim, um peso simbólico, não só pelo que representam enquanto objetos ligados ao poder que advém da detenção de uma arma, mas também do facto de as pontas de seta serem fabricadas em cobre, numa altura em que as técnicas metalúrgicas eram ainda muito incipientes e a posse do conhecimento processual de fabrico não se encontrava generalizado”* (ibidem). Em suma, as pontas tipo Palmela caracterizam-se como a tipologia do pacote Campaniforme mais facilmente identificáveis, assim como as mais amplamente difundidas, sendo característicos do território peninsular – com presenças registadas no Sul de França e ainda Norte de África (Mataloto, 2006: 87).

## 6.6. Artefactos relacionados com o sagrado

### 6.6.1. Placas de xisto gravadas

A circulação das placas de xisto parece ter início no 4º milénio a. n. e., prolongando-se os seus vestígios até meados do 3º.

Em meados do 3º milénio a. n. e., apesar do surgimento de um novo conjunto artefactual – surgem novas representações ao nível do simbólico, como são exemplo os motivos solares, presentes no grande copo de Monte do Outeiro –, nota-se uma continuidade de representações simbólicas anteriores, presentes em placas de xisto cronologicamente enquadráveis no Calcolítico (Gonçalves, 1989,c e Rendeiro, 2014).

Relativamente à origem da matéria-prima para a conceção destas placas votivas “*as trocas efetuadas nos finais do 4º milénio e inícios do 3º traduzem opções sociais e simbólicas, sendo difícil conceber os mecanismos de troca numa perspetiva estritamente economicista*” (Sousa, 2010: 638).

No entanto, a acrescentar ao facto de esta matéria-prima não existir na Estremadura, as placas de xisto apresentam registos muito mais baixos nesta região, concluindo-se a sua proveniência alentejana – admitindo-se mesmo que o seu comércio/distribuição se fizesse sob a sua forma definitiva (Sousa, 2010).

Do amplo conjunto artefactual da pré-história identificado no território português, as placas de xisto gravadas constituem o elemento que primeiramente foi alvo de interesse e análises particulares, permanecendo a sua discussão ainda hoje muito acentuada.

Estácio da Veiga, ao mesmo tempo que surgiam várias abordagens sucintas, foi o primeiro investigador a publicar, em “*Antiguidades Monumentaes do Algarve*”, um capítulo inteiramente referente à temática das placas de xisto gravadas (Gonçalves, 2011).

Ao discutir o tema em 1970, Victor S. Gonçalves, deu início a um longo percurso de estudo, análise e publicação acerca destes artefactos, mais precisamente em 1989, após escavar na

Anta da Castelhana, no Alto Algarve Oriental, os seus primeiros exemplares (Goncalves, 1989a e Gonçalves, 2011).

A partir desse momento, este autor tem vindo a dedicar muito do seu trabalho a esta temática, sendo um dos impulsionadores e mesmo o maior investigador acerca destes materiais, tendo até ao momento mais de cinquenta publicações a ela devotas (apesar de nem sempre na sua íntegra).

*“A tal ponto me parecia claro o significado das placas – uma divindade protetora da vida e da morte interligadas – que comecei o meu estudo com uma análise de uma segunda fase da sua representação, aquela em que a Deusa aparece associada a um <<filho>>, situação comum no mundo mediterrânico”* (Gonçalves, 2011: 29).

Antes deste, outros ilustres investigadores, como é caso o casal Leisner, publicam com bastante detalhe os desenhos e características das placas de xisto gravadas que vinham a ser recolhidas em todo o território. Neste sentido, em termos morfológicos e decorativos, estas placas foram sendo interpretadas de forma ligeira e sem consenso.

No entanto, enquanto essas análises eram essencialmente classificativas (e sem contexto), V. Gonçalves opta prioritariamente pela sua análise descritiva, *“no sentido de carrear elementos para uma futura sequencia de ordenamento e interpretação”* (*ibidem*).

Neste sentido, e seguindo os critérios descritivos de Victor S. Gonçalves (2011), foram analisadas as placas de xisto gravadas de Folha da Amendoeira (16), em depósito no Museu Nacional de Arqueologia e, ainda as depositadas no Museu Geológico, provenientes de Monte Velho 1 (2). Nos *tholoi* recentemente investigados, apenas se conhece uma placa de xisto gravada em Monte da Velha 1.

É de referir que do conjunto de placas de xisto gravadas de Folha da Amendoeira, três exemplares encontram-se em depósito no Museu Municipal de Ferreira do Alentejo. No entanto, não foi possível realizar a análise desses materiais, uma vez que a vitrine onde estavam em exposição era fixa.

Sobre aquelas de análise possível, a sua descrição teve em conta em primeiro lugar, o seu estado de conservação, seguido da caracterização do corpo e tipo de cabeça, assim como o registo de observações. Posteriormente, procedeu-se à medição (em milímetros) de cada uma das placas em depósito, sendo elas: a altura total, a altura da cabeça, a altura do corpo, a altura das várias bandas, a altura do separador, a largura das bandas, a largura da cabeça, a largura total e ainda a espessura da placa num ponto médio.

Relativamente à sua descrição, quanto à caracterização do corpo e tipo de cabeça, seguiram-se as também as denominações de Victor S. Gonçalves (2011), dividindo-se as placas pelo seu tipo de gravação, segundo as suas características geométricas que cobrem as placas e, que segundo este autor, deveriam figurar vestuário, caso se faça interpretação antropomórfica.

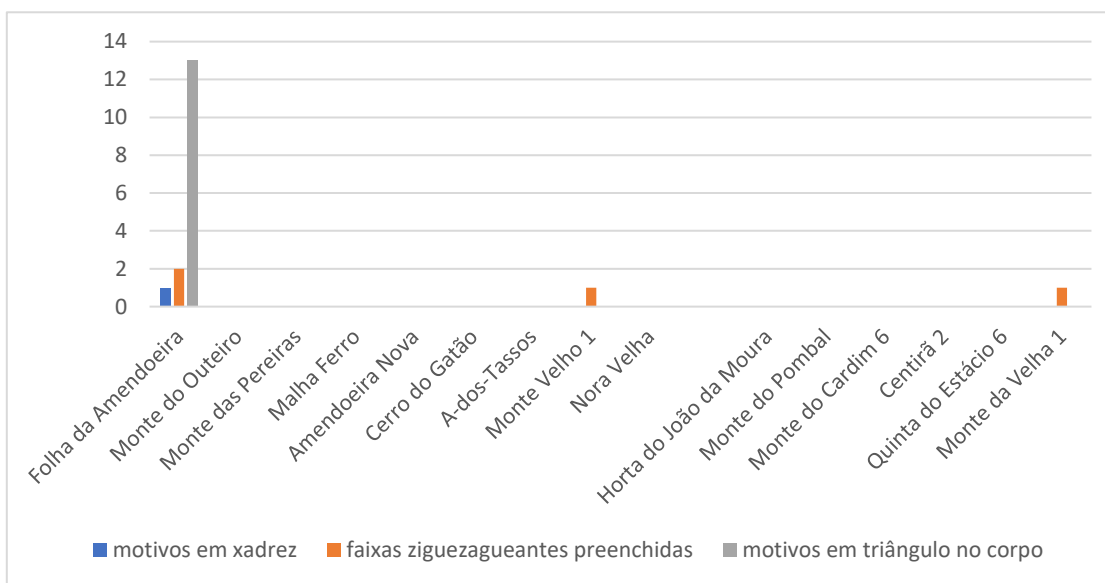


Figura 6.6.1. Placas de xisto gravadas nos tholoi do Baixo Alentejo Interior

Assim sendo, analisou-se em Ferreira do Alentejo uma placa com motivos em xadrez; duas placas com faixas ziguezagueantes preenchidas, apresentando-se as restantes representadas por motivos em triângulos no corpo.



Já acerca das duas placas de xisto gravadas analisadas em Monte Velho 1, uma delas com faixas ziguezagueantes preenchidas, e outra representada por motivos em triângulos no corpo.

Relativamente aos *tholoi* recentemente investigados, apenas Monte da Velha 1 regista um fragmento de placa de xisto verde decorada nas duas faces em ziguezagues horizontais e verticais (Soares, 2008).

Por fim, apresenta-se a tabela acerca das medidas possíveis destes materiais:

	nº inv.	alt	alt cb	alt cp	alt b (média)	alt sp	lb	lcb	lt	esp pm
Monte Velho 1	461.33	154	42	110	5		25 média	79	75	9
	461.32	161	52	110	6		50	77	55	9
Folha da Amendoeira	986.193.33	164	90	75	80	5	79	87	93	15
	986.193.34	176	44	129	30		91	85	111	10
	986.193.35	166	81	80	5	4	72	90	91	9
	986.193.36	123	43	79	6		73	80	81	9.5
	986.193.42						71			4
	986.193.37						92			6
	986.193.29						70			6
	986.193.26	127	50	77	40		77	74	82	7
	986.193.40	159					63		85	12
	986.193.39	166	45	121	45		94	80	94	9
	986.193.30						63			9
	986.193.31									9.5
	986.193.27						111		114	7.5
	986.193.28	125					84		86	7
	986.193.32	144	31	113	25			79		10.5
	986.193.26	170	54	116	6		114	84	115	8

Figura 6.6.1.2. Medidas das placas de xisto gravadas analisadas

## 6.6.2. Cerâmica simbólica

Como referido anteriormente, é de destacar a ausência de decoração na cerâmica dos monumentos em análise, à exceção de um grande copo do monumento do Monte do Outeiro, decorado incisamente e a pontilhado, onde se representam os motivos dos ídolos calcolíticos (a representação dos olhos raiados, ziguezagueado e triângulos preenchidos a pontilhado).

António Carlos Valera (1998), definiu o copo como um recipiente de corpo algo troncocónico ou cilíndrico, de bordos arredondados e base plana, tendo como principal característica as suas pequenas dimensões. No entanto o copo assume bastantes variantes, apresentando diferentes dimensões, assim como distintas decorações. De encontro com este facto, veja-se o conjunto em estudo neste trabalho: Monte do Outeiro regista dois copos, sendo um decorado e de grandes dimensões (que se refere adiante), e o outro, semelhante aos de Monte Velho, e Amendoeira Nova; no entanto, o copo de Nora Velha, apesar de dimensões semelhantes, difere bastante nas suas características formais.

Apresentando-se como um dos únicos elementos cerâmicos decorados do conjunto em estudo, o referido copo apresenta grandes dimensões, sendo decorado quase na totalidade por ornatos incisos, profundos, e a pontilhado. *“Nessa decoração repetem-se os motivos dos ídolos eneolíticos, ou seja, representação de olhos circundados por uma coroa de raios e encimados por arcadas também radiadas; entre os dois olhos existe um sulco vertical, tendo junto à extremidade inferior um triângulo repleto de pontos, e de cada lado uma série de quatro arcos com a curvatura para baixo. Além desta decoração simbólica, o vaso é circundado por duas faixas, dentro das quais corre, por sua vez, uma tira em ziguezague, com os espaços triangulares livres cheios a pontilhado”* (Schubart, 1965).

Schubart (1965) refere também a sua rica ornamentação simbólica, com decoração semelhante ao ídolo calcário decorado de Vila Nova de S. Pedro.

Os investigadores deste monumento descrevem este recipiente cerâmico como uma *“vasilha de forma idolátrica com ornamentação incisa; esta é constituída pela imagem de olhos com pestanas e sobrancelhas, tatuagem facial e um atributo sexual feminino na frente. Em toda a volta em duas faixas, um superior e outro inferior, existem os mesmos triângulos com ornamentação pontilhada”* (Viana, et al., 1961: 250) e associam os olhos e a tatuagem facial, assim como os atributos sexuais femininos a semelhantes, porém, apresentando melhor qualidade de fabrico, do Sudeste espanhol, encontrando paralelos em Los Millares (túmulo 4, 15 e 37) e em vasos encontrados em Almizaraque e Hoya del Conquil.

## 7. PRÁTICAS FUNERÁRIAS NOS *THOLOI* DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR

As investigações efetuadas em contextos funerários do final do Neolítico e Calcolítico, até recentemente, eram essencialmente centradas nos dólmens ou em monumentos tipo *tholos*, impossibilitando uma visão total destes contextos.

Felizmente, nos últimos 20 anos, as recentes investigações (embora não se encontrem na totalidade publicadas ou ainda em processo de escavação/estudo), permitem a perceção de novos contextos e ideias que merecem ser discutidas.

Pretende-se, portanto, analisar comparativamente as publicações das antigas investigações dos monumentos tipo *tholos* desta região, e aquelas recentemente praticadas: o que se registava no passado e o que se regista atualmente acerca dos tipos de inumação e averiguação de diferentes fases e, ainda, o número mínimo de indivíduos depositados.

Em muitos dos sepulcros não foram registados restos osteológicos, pelo que não foi possível a reconstrução quanto ao tipo de inumação. Assim sendo, seguem as análises possíveis.

### 7.1. *Folha da Amendoeira*

No que respeita às inumações, no interior deste sepulcro, conforme informação prestada a Abel Viana, jaziam mais de uma centena de esqueletos humanos. Este número não pareceu exagerado aos investigadores deste monumento, uma vez que no local restava ainda grande quantidade de espólio osteológico. Destes esqueletos aproveitaram-se apenas dois crânios completos, assim como poucos maxilares e ossos, remetidos posteriormente para análise no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

De referir ainda, são os doze indivíduos, aproximadamente, desacompanhados de espólio, registados na parte de fora do monumento, a Nascente deste.

Destes materiais nada foi publicado, não se encontrando nenhum espólio antropológico no Museu Geológico.

## 7.2. Monte do Outeiro

Relativo a este monumento foi publicada a informação de dois enterramentos na câmara em épocas muito distintas: “*Como facto importante verifica-se, e merece fixar-se, que sobre um primeiro e mais antigo grupo de enterramentos se encontrava um outro mais moderno, e que ambos esses grupos pertencem à Idade do Cobre*” (Schubart, 1965: 203).

No enterramento mais recente (com a câmara arrombada para o efeito), descoberto a uma profundidade de 0,80 m, o rito funerário utilizado foi o da inumação, que apesar da grande quantidade de espólio osteológico, dado o elevado nível de acidez dos solos e deterioração dos ossos, foi impossível a sua posterior análise.

Já o segundo enterramento parece contemporâneo à construção do monumento, ocupando o chão da câmara e com concentração junto à passagem câmara/corredor, que pela notória marca acinzentada deixada no terreno, os investigadores calcularam um mínimo de cerca de 12 indivíduos.

Facto que merece destaque, é a premissa dos autores em causa, defendendo que pelo menos alguns destes monumentos, do sudeste peninsular, seriam edificados para abrigar primitivamente um único enterramento, de uma personagem distinta, e que consigo eram depositadas, após terem sido possivelmente sacrificadas, os seus entes mais próximos, não voltando o sepulcro a ser utilizado (a não ser por violação, como parece ter acontecido com o monumento agora em questão).

Como reforço ao anteriormente exposto, tem-se o caso do *tholos* do Cerro do Gatão com a galeria cerrada e obstruída com grande cuidado. Estes autores referem ainda outras civilizações que executariam esta mesma prática, aludindo ao exemplo do grande túmulo de Ur, na Caldeia, “*onde até o gado e animais domésticos que pertenciam ao rei foram sacrificados e enterrados juntamente com ele*” (Viana, et al., 1961: 250).

Outro aspeto onde existem paralelos inter-civilizacionais é a circunstância da galeria edificada propositadamente irregular, baixa e de difícil acesso. Abel Viana e a sua equipa, comparam esta situação com a civilização egípcia, onde o conceito de labirinto, da dificuldade de passagem e saída do túmulo, levariam à purificação do(s) inumado(s).

### 7.3. *Malha Ferro*

Relativamente ao espólio osteológico, foram recolhidos onze esqueletos humanos em muito mau estado de conservação, pelo que nenhum foi submetido a estudo antropológico. No entanto, este foi fotografado e desenhada a sua posição aproximada juntamente com a planta do monumento (Viana, *et al.*, 1960).

### 7.4. *Monte da Velha 1*

A ausência de restos osteológicos associados à cultura material registada, levou os autores da escavação a propor que a função inicial deste monumento parece ter sido sepulcral (Soares, 2008).

Relativamente às inumações, num momento posterior ao abandono do monumento, foi registado um aglomerado de ossos, que por não se encontrar em posição anatómica, foi identificado como enterramento secundário. A partir dos fragmentos ósseos da calote craniana deste indivíduo, foi possível obter a datação por radiocarbono. Esta análise revelou algo desconhecido até aquele momento: datas absolutas para terceiro quartel do 3º milénio a.n.e. (*idem*).

### 7.5. *Centirã 2*

Merecendo destaque na publicação deste monumento, no ossário 1 (que se refere adiante), registou-se um vaso campaniforme liso, uma vez que esta situação apresenta fortes semelhanças com o *tholos* do Monte Velho 1, também no concelho de Serpa, onde se registou

uma deposição secundária acompanhada de três vasos cerâmicos, um deles, campaniforme liso (Soares, 2008; Henriques, *et al.*, 2013).

Relativamente à análise e registo das inumações, foi utilizada a metodologia presente em “Anthropologie de Terrain” (Crubézy 2000), a qual permite a estruturação de uma base de dados osteológicos, fundamental em qualquer trabalho laboratorial posterior. Todo o espólio osteológico identificado foi delimitado e registado em fotografia, tendo sido alvo de georreferenciação (e posterior desenho) os ossos isolados, as deposições primárias e as secundárias.

Os trabalhos em Centirã 2 permitiram, numa primeira fase, a identificação de vários aglomerados osteológicos, sem conexão, inseridos no ambiente do derrube da cúpula. Após análise, concluíram os seus investigadores tratar-se de dois enterramentos secundários, posteriormente referenciados e registados tridimensionalmente. A continuação dos trabalhos permitiu identificar para além de deposições primárias na câmara, ossários de pequenas dimensões e ossos isolados na câmara e corredor do monumento (Henriques, *et al.*, 2013).

Após análise do espólio osteológico, foram então registados um número mínimo de sete indivíduos adultos, obtidos a partir do fémur esquerdo e um crânio de um indivíduo não adulto. Relativamente aos enterramentos secundários, registaram-se o ossário 1 na câmara, num momento anterior ao desabamento da cúpula (UE12), duas deposições na câmara, posteriores ao referido colapso (UE7) e ainda, outras duas no corredor (EU10). No que respeita a deposições primárias, foram registados quatro enterramentos (correspondentes a indivíduos adultos - apenas um do sexo feminino) na referida UE12, encontrando-se dois destes enterramentos em posição fetal, sendo que, a posição dos restantes, permaneceram por determinar devido a se encontrarem muito incompletos (*idem*).

Foi realizada a análise de radiocarbono, confirmando as duas fases de enterramento anteriormente descritas, sendo ainda registado um terceiro momento relacionada com as deposições no corredor.

### 7.6. Monte do Cardim 6

No que respeita ao tipo de inumação dos indivíduos deste sepulcro, este é registado e publicado com algum detalhe.

Na câmara deste monumento, a cotas superiores, identificaram-se alguns depósitos remexidos aparecendo alguns ossos humanos, em geral muito fragmentados, acompanhados de espólio votivo (Valera *et al.*, 2014).

A cotas inferiores, já junto ao pavimento do monumento, registaram-se depósitos parcialmente preservados de derrube da cobertura do sepulcro e, sobrepostos a este, uma continuidade de deposições primárias e secundárias (*idem*). Este facto comprova um seguimento na ocupação deste sepulcro, mesmo após o colapso do mesmo.

Sob o derrube registam-se também depósitos preservados: restos osteológicos em pequenos núcleos, mais presentes no quadrante SE e centro da câmara; deposições secundárias e uma deposição primária. Juntamente com estes enterramentos registaram-se também restos cerâmicos, materiais líticos e alguma fauna.

Acerca dos pequenos núcleos de restos osteológicos, registaram-se na sua maioria calotes cranianas e ossos longos, referindo os investigadores, tratar-se de seleção intencional dos restos a depositar, assim como grande manipulação e circulação dos mesmos (*idem*).

*“Em conexão anatómica, foram apenas registadas uma inumação primária, correspondente a uma criança de cerca de 2 anos de idade à morte, e uma redução, representada por um úmero e uma omoplata direitos, de um indivíduo adulto, aparentemente depositados num momento posterior ao derrube de parte da estrutura de cobertura”* (Valera *et al.*, 2014: 86).

Assim, e após analisado o espólio osteológico (321 ossos), concluiu-se um número mínimo de oito indivíduos (pela contagem das calotes): quatro adultos, dos quais foi possível aferir dois do sexo masculino e no mínimo um do sexo feminino, sendo que, os restantes quatro correspondem a indivíduos não-adultos (Valera *et al.*, 2019).

Foi ainda possível a identificação de três fases de utilização da câmara, registando as duas mais antigas deposições secundárias (com a presença tanto de ossários, como ossos dispersos) e a mais recente uma deposição primária de um sub-adulto (*idem*).

Foram ainda realizadas (e publicadas) neste monumento análises bioantropológicas, registando alterações tafonómicas e osteobiografia.

Por fim, as oito datações de radiocarbono situam cronologicamente este monumento em meados do 3º e transição para o 4º quartel do 3º milénio (2500-2150) (*idem*).

### 7.7. Considerações gerais

No 3º milénio, observa-se uma enorme diversidade de soluções arquitetónicas, como são caso os hipogeus, ou até os próprios *tholoi*, que diferem muito entre si, ou se associam a outras tipologias anteriores ou contemporâneas, não aparentando essas diferenças de índole regional (Sousa, 2016).

Assim como as arquiteturas, também os rituais funerários e tratamento concedido aos mortos assumem grande variabilidade: “*different ritual prescriptions seem to be coincident with different architectures at the same general space and time*” (Valera, 2012: 110).

Pois se as antigas investigações não se debruçavam sobre os restos humanos, recentes análises permitem compreender o tipo de inumação e averiguação de diferentes fases e, ainda, o número mínimo de indivíduos depositados: no *tholos* de Horta do João da Moura (Porto Torrão) ou nos monumentos do mesmo género nos Perdigões, por exemplo, há a evidência de centenas de deposições secundárias.

Apesar de os restos ósseos recuperados na área do Baixo Alentejo Interior serem muito escassos, a análise dos poucos dados parece indicar que a referida diversidade aumenta ao longo do Calcolítico. Do mesmo modo, as análises antropológicas realizadas no hipogeu da Sobreira de Cima (o primeiro descoberto na região do Alentejo), exibem a presença de ambos os géneros e diferentes faixas etárias (*ibidem*).



Relativamente ao NMI destes monumentos, Rui Boaventura (2008) conclui que no Centro e Sul de Portugal as grutas naturais apresentam maioritariamente números mais elevados que as antas. E por sua vez, aqueles valores são ultrapassados pelos registos das grutas artificiais, e estas, pelos inumados dos *tholoi*. Esta constatação parece também verificar-se na região alentejana, ou pelo menos do Alto Alentejo: *“ainda que não existam dados definitivos acerca destes, a abundância de restos osteológicos recolhidos indicia-o, no tholos de Olival da Pega 2b, do qual o estudo de uma pequena parcela da coleção apontou um total provisório de 16 indivíduos (Silva, F. 2005), ou no sepulcro 1 de Perdigões, com um NMI provisório 101 indivíduos, com base no molar inferior esquerdo”* (Boaventura, 2008: 297). Também os registos no Baixo Alentejo Interior, apesar de incompletos, parecem comprovar a proposta anterior. Porém, nesta região, parece existir menor quantidade de indivíduos depositados em comparação com o Alto Alentejo e a quantidade de NMI desta região é ultrapassada pelos investigados em Lisboa/Estremadura (com uma média de 124 indivíduos).

Estes factos levam à suposição de que quanto mais a Sul do país, menor o NMI depositados neste tipo de monumentos.

Como referido anteriormente, as antigas investigações focavam-se essencialmente nos materiais arqueológicos e na tipologia arquitetónica dos monumentos, ignorando os restos humanos, perdendo-se para sempre informações cruciais na reconstrução dos contextos e processos tafonómicos. No entanto, a escassa informação publicada naquelas publicações (onde por vezes é registado o tipo de inumação), somando a disponível nos recentes estudos, permite um olhar mais ou menos fiel acerca das práticas funerárias destes sepulcros.

Neste sentido, António Valera (2012), refere ser necessário observar estas realidades não de perto, mas sim tendo em consideração todos estes contextos como um todo, em conexão. Assim, *“the new physical anthropological record is, in this context, a precious acquirement, but only if escorted by a social anthropological, cognitive and cosmological approaches, capable of catch attitudes towards death as an active, diversified and interdependent element of a long trend world view that we may call Neolithic and that goes far into the 3rd millennium BC in South Portugal”* (Valera, 2012: 111).

## 8. CRONOLOGIAS RELATIVAS E ABSOLUTAS

Pela análise das cronologias absolutas, assim como pela observação e comparação dos materiais considerados como “fósseis-diretores”, o começo das práticas associadas ao Megalitismo no território português parece enquadrar-se no primeiro quartel do 4º milénio a.n.e., evidenciando uma utilização de cavidades naturais (supondo-se as mais anteriores), em conjunto com as antas e outras soluções funerárias, até meados do 3º milénio a.n.e. (Boaventura, 2009): *“Ao correlacionar algum espólio como indicador crono-cultural (por exemplo, a presença de geométricos, lâminas delgadas pouco retocadas e utensílios de pedra polida, e a ausência de cerâmica) com deposições datadas antigas, é crível que as primeiras práticas do Megalitismo tenham surgido genericamente na primeira metade do IV milénio a.n.e.”* (Boaventura e Mataloto, 2013: 91).

Os *tholoi* são no território português o tipo de sepulcro com menor número de datações realizadas. No entanto, os dados disponíveis, parecem enquadrar o aparecimento destes sepulcros na primeira metade do 3º milénio a.n.e., *“onde se verificou o pico de utilização, mas perdurando pela segunda metade deste com um número aparentemente mais reduzido de deposições”* (*idem*: 343-344).

Neste sentido e no contexto destas linhas, existem várias questões cronológicas a abordar. A primeira prende-se com o fenómeno designado Megalitismo e o seu balizamento cronológico, que se tem prendido principalmente com princípios teóricos e tipológicos acerca da transição do 4º e o 3º milénio a.n.e. (assinalada por grandes transformações sociais, porém com alguma continuidade), assim como a discussão acerca do término destas realidades no Centro e Sul do território português. Pelo cruzamento das cronologias absolutas realizadas nestes contextos, assim como pela análise dos “fósseis-diretores” (muitas vezes dúbias) presentes nos espaços da morte, é atualmente aceite um faseamento associado ao Megalitismo, com a primeira fase marcada ainda em finais do Neolítico, antecedente à introdução das placas de xisto gravadas, a segunda fase, pela sua presença, e a última, marcada pela ausência destes materiais. Este faseamento tem sido encarado também como uma primeira fase registando maioritariamente espólio utilitário, com o crescimento de

oferendas votivas nas fases seguintes. De facto, analisando os dados referentes aos espaços de vida e morte, é possível aferir distintos faseamentos cronológicos para o Megalitismo entre a primeira metade do 4º milénio e meados do 3º milénio a.n.e. No entanto, as distintas soluções funerárias exibem também diferentes estágios, mesmo que em determinado momento fossem contemporaneamente utilizados.

Não se registando em território português *tholoi* anteriores ao 3º milénio a.n.e., as cronologias analisadas nestas linhas focar-se-ão inteiramente nas diferentes fases associadas ao Calcolítico.

Sítio	ref. lab.	contexto	amostra	data bp	data cal 1 s	data cal 2 s	referência
Paimogo 1	Sac-1556		Osso humano	4250±90	3010-2670	3100-2570	Boaventura, 2009
	UBAR-539		Osso humano	4130±90	2880-2580	2900-2480	
	Sac-1782		Osso humano	4100±60	2860-2570	2880-2490	
Praia das Maças	OxA-5509	Câm. Ocid.	Alfinete de cabelo	4410±75	3320-2910	3340-2900	Cardoso e Soares, 1999
	OxA-5510	Câm. Ocid.	Alfinete de cabelo	4395±60	3100-2910	3340-2900	Soares e Cabral, 1984
	H-2049/1467	Câm. Ocid.	Carvão	4260±60	3010-2700	3080-2630	
	H-2048 / 1458	<i>Tholos</i>	Carvão	3650±60	2140-1940	2110-1880	
Aigualva	Beta-239754	MG 295	Osso humano	4110±40	2860-2580	2880-2500	Boaventura, 2009
Tituaria	OxA-5446		Osso humano	3995±65	2630-2360	2860-2290	Cardoso <i>et al.</i> , 1996
A-dos-Tassos	Sa-199			3320±200			Soares <i>et al.</i> , 1984
Centirã 2	Sac-2791	U.E. 12	Osso humano	3940±50	2471-2291	2497-2204	Henriques <i>et al.</i> , 2013
	Sac-2790	U.E. 13	Osso humano	3900±45	2421-2215	2469-2205	
	Sac-2792	U.E. 14	Osso humano	3790±110	2340-2140	2457-2077	
	Sac-2782	U.E. 14	Osso humano	3760±70	2289-2135	2404-2058	
	Sac-2796	U.E. 12	Osso humano	3710±45	2193-2034	2273-1962	
	Beta-331980	U.E. 12	Osso humano	3690±25	2559-2462	2569-2349	
	Sac-2788	U.E. 7	Osso humano	3810±80	2155-1984	2179-1957	
	Sac-2789	U.E. 10	Osso humano	2950±80	1294-1048	1392-938	
Monte da Velha 1	Beta-104027		Osso humano	3900±40	2465-2343	2479-2211	Soares, 2008
Monte do Cardim 6	SANU-53101	[415]	Pré molar inf.	3940 ±25	2561-2536	2492-2345	Valera <i>et al.</i> , 2019
	SANU-53106	[415]	Fémur eq.	3905 ±25	2470-2334	2325-2301	
	SANU-53039	[410]	Mandíbula	3880 ±25	2464-2290	2468-2277	
	SANU-53513	[412]	Fémur eq.	3871 ±35	2252-2228	2222-2210	
	SANU-53512	[412]	Fémur eq.	3805 ±33	2401-2382	2348-2137	
	SANU-53514	[412]	Mandíbula	3772 ±32	2292-2130	2086-2050	
	SANU-53038	[407]	Pré molar sup.	3855 ±24	2458-2276	2253-2210	
	SANU-53037	[408]	Fémur eq.	3795 ±26	2297-2140		
OP2b	ICEN-957	Fase 1	Osso humano	4130±60	2873-2580	2883-2494	Gonçalves, 1989
	ICEN-955	Fase 1	Osso humano	4290±100	3017-2716	3311-2584	
	ICEN-956	Fase 1	Osso humano	4180±80	2884-2602	2918-2497	
Perdigões	Beta-327750	Sep. 1	Osso humano	4030±40	2616-2481	2834-2817	Valera <i>et al.</i> , 2014
	Beta-327748	Sep. 1	Osso humano	4060±30	2829-2497	2839-2483	
	Beta-327747	Sep. 1	Osso humano	4130±30	2859-2630	2871-2583	
	Beta-308789	Sep. 2	Osso humano	3840±30	2387-2207	2456-2202	
	Beta-308791	Sep. 2	Osso humano	4090±30	2836-2577	2859-2499	
	Beta-308792	Sep. 2	Osso humano	3890±30	2457-2345	2468-2291	
	Beta-308793	Sep. 2	Osso humano	3970±30	2546-2465	2574-2350	
Alcázar 7	Beta-180980	Alc 677-05	<i>Pistacia lentiscus</i>	3860±40	2455-2235	2464-2206	Morán, 2014
	Beta-180982	Alc7 856-01	<i>Quercus cf. Perenifolio</i>	3280±40	1617-1517	1657-1457	
Alcázar 9	Beta-316624	Alc9 604	Osso humano	3730±30	2197-2046	2205-2032	Morán, 2014

Figura 8. Datações absolutas dos *tholoi* em território português

No Calcolítico é normalmente entendida a divisão em Calcolítico Inicial, com muito raros vestígios metalúrgicos conhecidos, registando espólio ainda de tipologias características do Neolítico Final e com o surgimento de novos recipientes, como é o caso do prato de bordo espessado; Calcolítico Pleno, com grande frequência de artefactos em cobre e progressiva ausência de materiais cerâmicos neolíticos; e por fim, o Calcolítico Final, momento em que o pacote designado Campaniforme é dominante.

Partindo do princípio que estas realidades funerárias devem ser sempre relacionadas com os contextos habitacionais, é importante referir que também a edificação de povoados fortificados estruturados em pedra, apresentam cronologias semelhantes aos *tholoi*, ou seja, exclusivamente no 3º milénio a.n.e., possivelmente evidenciando ritmos semelhantes de transformação social. “*A semelhante técnica de construção destes sepulcros em pedra seca ou com pequenas lajes fincadas, com câmaras de falsa cúpula ou com materiais perecíveis, recorda-nos os povoados amuralhados discutidos acima, também com periodização similar à referida*”. (Boaventura e Mataloto, 2013: 93).

Observando as datações por radiocarbono realizadas em contextos do Calcolítico em território português, este parece fixar-se no intervalo entre 3039 e 2610 cal BC (prob. 50%) ou entre 3362 e 2156 cal BC (2s) (Soares & Cabral, 1993; Soares, 2008).

Em relação aos *tholoi* do Centro e Sul de Portugal, apenas treze foram alvo de datação absoluta. Ainda assim, como referido, é possível a observação de uma grande homogeneidade na cronologia destes monumentos, datando, na totalidade dos casos, do 3º milénio a.n.e.

De modo a compreender as cronologias relativas destes monumentos do Baixo Alentejo Interior, e tendo em conta que o conjunto de *tholoi* com datações absolutas analisadas é muito reduzido, optou-se por complementar esta análise com base nos fósseis-diretores.

Como referido, a primeira fase, o Calcolítico Inicial, é normalmente associado a materiais com tipologias ainda características do Neolítico Final, assim como a uma quase total ausência de vestígios metalúrgicos. No Calcolítico Pleno, já ausente as componentes neolíticas, é visível o aumento da presença de artefactos metálicos em cobre. Na última fase,

denominada de Calcolítico Final, é caracterizada pela presença do designado pacote Campaniforme.

Tendo como referência estas realidades, que pelo facto de ser demasiado simplista, deverão sofrer revisões, foi realizada a seguinte tabela.

	Calcolítico Inicial	Calcolítico Pleno	Calcolítico Final	Reocupações
Folha da Amendoeira	x			x
Monte do Outeiro	x		x	x
Monte das Pereiras	x			
Malha Ferro	x			
Amendoeira Nova	x			
Cerro do Gatão	x			
A-dos-Tassos	x			
Monte Velho 1	x			
Nora Velha	x	x	x	x
Horta do João da Moura	x			x
Monte do Cardim 6		x	x	
Centirã 2	x		x	
Quinta do Estácio	x			
Monte da Velha 1	x		x	

Figura 8.1. Cronologias relativas dos tholoi do Baixo Alentejo Interior

Analisando os dados, observa-se que a quase totalidade dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior registam a primeira utilização no Calcolítico Inicial.

Apenas o *tholos* de Nora Velha parece apresentar diacronia dentro de todas as fases do Calcolítico, com componentes do Calcolítico Inicial, assim como materiais evoluídos, indicando que as últimas inumações deste sepulcro datariam do Calcolítico Final.

Relativamente a reocupações, estas são registadas em Monte do Outeiro (que para além das duas fases de inumação, foram identificados três recipientes pertencentes à Idade do Bronze), Nora Velha (com vários fragmentos de um pote em bronze, da mesma cronologia) e Horta do João da Moura (que não estando publicadas são referidas cerâmicas proto-históricas).

Apesar de poucas as datações por radiocarbono que o confirmem, quando analisadas em conjunto, as cronologias absolutas e relativas, observa-se que a quase totalidade do espólio parece indicar a primeira utilização destes sepulcros no Calcolítico Inicial.

Pela análise das cronologias absolutas realizadas nos *tholoi* do território português, observa-se realidade semelhante na totalidade dos monumentos datados. No entanto, o *tholos* do Paimogo (Estremadura) apresenta uma cronologia mais recuada, ainda nos finais do 4º milénio. Esta datação poderá não ser muito fiável, uma vez que o desvio padrão é muito elevado. Apesar de tudo, este é o *tholos* datado por radiocarbono de cronologia mais recuada no território português.

Por outro lado, o espólio de Monte da Velha 1, parece confirmar as datações obtidas, em meados do 3º milénio. Tudo indica que este monumento terá sido abandonado pelos seus construtores, sendo posteriormente alvo de inumação de um indivíduo adulto, associado a espólio integrável no designado “Horizonte de Ferradeira” (discutido no final deste capítulo), sendo que *“a datação absoluta pelo radiocarbono de um fragmento craniano do esqueleto permitiu, pela primeira vez, uma atribuição cronológica precisa para os contextos similares integráveis naquele Horizonte”* (Soares, 2008: 33). A calibração desta datação parece indicar os referidos contextos no terceiro quartel do 3º milénio, ou seja, na transição entre o Calcolítico e a Idade do Bronze no Sul de Portugal (*ibidem*).

Em Centirã 2 foram datados por radiocarbono várias amostras de ossos humanos, tanto pertencentes a enterramentos primários, como secundários, sendo ainda datada uma amostra de um conjunto osteológico isolados (Henriques *et al.*, 2013).

Após realizadas as datações, foi elaborada uma análise estatística bayeseana, sendo possível discernir duas fases de inumação, separadas pelo colapso da falsa cúpula deste sepulcro.

Os seus investigadores propõem uma primeira fase de utilização não funerária do monumento, correspondente à sua construção em finais do 4º milénio, ou mais provavelmente durante a primeira metade do 3º (com semelhante proposta para o *tholos* de Monte da Velha 1). Esta situação é bastante criticável, uma vez que não se registam datações anteriores ao 3º milénio para estas realidades.

Os assíduos registos do denominado pacote campaniforme tardio (braçais de arqueiro, uma ponta de Palmela e um botão com perfuração em V), indicam uma fase de utilização que os investigadores deste monumento propõem situar-se cronologicamente no Horizonte de Ferradeira. A maioria das inumações desta fase funerária foi alvo de datação por radiocarbono, determinando-se a sua cronologia absoluta. O ossário associado a um vaso campaniforme liso corresponde à cronologia mais recuada obtida neste monumento, integrando-se este enterramento secundário no terceiro quartel do 3º milénio, “contemporâneo, por exemplo, do enterramento secundário do monumento MVI (Soares 2008) ou da ocupação campaniforme do Porto das Carretas (Mourão), ocupações, todas elas, na Margem Esquerda do Guadiana (Soares et al. 2007)” (Henriques et al., 2013: 349).

Seguem-se as datações da inumação primária e restantes sepultamentos obtendo-se cronologias bastante idênticas às anteriores, registando-se uma cronologia dentro do último quartel do 3º milénio.

Por fim, “existe uma última fase de utilização funerária do monumento, esta já datando de finais do Bronze pleno do Sudoeste ou já no Bronze final, indiciada pela datação pelo radiocarbono de um dos enterramentos secundários efetuados no corredor e por dois artefactos a que se pode atribuir essa cronologia: a ponta de seta de aletas desenvolvidas e a taça carenada” (Henriques et al., 2013: 350).

Em suma, o *tholos* de Centirã 2 sugere uma diacronia de longa duração, com os contextos mais antigos a corresponderem à construção do monumento e primeira utilização com datações a sugerir uma correspondência com o Calcolítico inicial, ou seja, a primeira metade do 3º milénio. De seguida surge a fase de utilização da câmara durante o Calcolítico Final, por vezes designado como Horizonte de Ferradeira, datável da segunda metade do 3º milénio. Em último lugar, foi reconhecida uma reutilização do monumento (mais precisamente no corredor) como espaço funerário, numa cronologia mais tardia, integrada no último quartel do II milénio.

Recentemente foram também publicadas as oito datações absolutas realizadas no *tholos* de Monte do Cardim 6, revelando que as deposições mais antigas remontam a meados do 3º milénio alongando-se pelo terceiro quartel e que, a deposição primária (referida no capítulo

anterior) de uma criança, data da transição/início do quarto quartel do 3º milénio, assinalando o último momento de deposição funerária neste sepulcro – esta última utilização primária do monumento está associada a uma taça lisa em calote, associada como nos monumentos anteriores, ao referido Horizonte de Ferradeira (Valera, *et al.*, 2019).

Como acabámos de ver, os recentes sepulcros (e respetivo espólio) identificados no Baixo Alentejo, permitiram a identificação de contextos funerários com materiais correspondente ao Horizonte de Ferradeira. Neste sentido, e como referido anteriormente, também o término do Calcolítico no Centro e Sul do território português tem sido matéria de discussão.

H. Schubart, em 1975, ao publicar os dois volumes “Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel”, foi um dos pioneiros a reunir informação e discutir esta fase terminal do Calcolítico no sudoeste peninsular, sendo este autor quem introduz o conceito de “Horizonte da Ferradeira” na linguagem arqueológica.

Ferradeira é o nome de uma necrópole no Algarve (Faro) incompletamente escavada Lyster Franco e Abel Viana (1948) com muito pouca informação publicada, cujo conjunto material presente nas duas sepulturas escavadas, levou Schubart a entender Ferradeira como um “horizonte”, equivalente ao Campaniforme do Centro de Portugal (Gonçalves, 1989).

De facto, a partir dos finais do Calcolítico e o Bronze Inicial, parecem verificar-se diversas alterações comportamentais das populações, com notórias mudanças habitacionais e no que diz respeito ao mundo dos mortos.

Quando Schubart definiu o referido “horizonte”, tanto no Algarve como no Baixo Alentejo, observava-se uma ausência de materiais campaniformes, registando-se, porém, artefactos metálicos e recipientes cerâmicos evoluídos, de tipologias admitidas ainda dentro do Calcolítico (Gonçalves, 1989).

A investigação do povoado fortificado de Vila Nova de S. Pedro generalizou a convicção de que o Campaniforme em território português, não correspondia ao Calcolítico, mas sim a uma fase tardia daquele período. Esta restrição é, no entanto, insuficiente, notando-se *“uma singular perversão que se traduz em resumir o calcolítico português a «pré-campaniforme» e «campaniforme», exatamente como se esta cerâmica constituísse por si só uma entidade*



*suficientemente consistente para, numa lógica booleana, referenciar a Idade do Cobre*” (Gonçalves, 1989: 79).

Os contextos habitacionais e funerários de Alcalar que registam vasos campaniformes de estilo “marítimo” são normalmente atribuíveis ao Calcolítico Pleno, cronologicamente entre 2800-2200 a.n.e., confirmando as ocorrências na Estremadura, com a emergência dos vasos campaniformes ainda na primeira metade do 3º milénio a.n.e. (Gonçalves, 2017).

No período seguinte (cronologicamente entre 2200-2000/1900 a.n.e.), os contextos com presença ou ausência de campaniformes, no sudoeste peninsular, parecem verificar diversas alterações comportamentais das populações, com notórias mudanças habitacionais e no que diz respeito ao mundo dos mortos.

Em relação aos rituais funerários, *“regista-se a presença de vasos campaniformes e/ou objetos metálicos – punhais de lingueta, pontas de cobre variantes do tipo Palmela – e braçais de arqueiro que frequentemente acompanham os vasos campaniformes. Se escasseiam os vasos campaniformes decorados, estão presentes cerâmicas lisas: vasos de perfil sinuoso, tigelas carenadas ou taças em calote”* (Gonçalves, 2017: 33).

Apura-se ainda, que aquele espólio se associava a realidades que aparentavam assinalar a emergência de sepulcros individuais e consecutivo desaparecimento dos coletivos. Neste sentido, são registados sepultamentos individuais tanto em sepulturas coletivas anteriormente existentes, como em soluções construídas para o efeito, tais como grandes cistas retangulares, fossas ou antelas de planta ovalada (*idem*).

Schubart adjudica os referidos contextos do sul e oeste peninsular a uma realidade geográfica que designou “Horizonte de Ferradeira” (Schubart 1971; Schubart 1975).

Aquele “horizonte”, integrava-se, portanto, num período inicial da Idade do Bronze do Sudoeste, correspondente com o Calcolítico Final, colocando-o, portanto, em paralelo, com o campaniforme tardio e com El Argar (Gonçalves, 2017).

No Baixo Alentejo, as recentes investigações em contextos funerários com materiais associados a estas situações, têm relacionado o espólio funerário constituído por cerâmicas

campaniformes lisas associadas a outras tipologias cerâmicas como as taças, as pontas de seta tipo Palmela, braçais de arqueiro e botões de perfuração em V, por exemplo, àquele “horizonte”.

Neste sentido, em Monte da Velha 1, centenas de anos após a primeira fase de utilização, na câmara deste monumento foi registado um enterramento individual. Esta inumação parece ter aproveitado alguns esteios da câmara e uma laje de xisto, posta em cutelo, para a sua deposição onde foram registados vários recipientes cerâmicos, entre eles, um (liso) de características campaniformes.

Como referido antes, acerca desta inumação, foi possível a datação a partir dos fragmentos bem conservados da calote craniana do indivíduo, com resultados a indicar uma cronologia situada no terceiro quartel do 3º milénio a.n.e.

Esta datação, 2219-2211 cal BC depois de calibrada, em conjunto com o referido espólio, levou os seus investigadores a integrá-lo na antiga denominação de Horizonte de Ferradeira.

Em Centirã 2, à semelhança com Monte da Velha 1, foi identificado um recipiente campaniforme liso, com datações absolutas também elas idênticas. No entanto, em Centirã 2, a datação absoluta mais antiga é exatamente o ossário ao qual se associa o campaniforme.

Neste sentido, tudo levou a crer que este monumento apenas começou a ser utilizado funerariamente já durante os finais do Calcolítico, mais precisamente, naquele “horizonte” definido por Schubart e recentemente utilizado por António Carlos Valera, António Monge Soares e outros investigadores nos monumentos do Baixo Alentejo, referindo paralelos com outras ocupações campaniformes na margem esquerda do Guadiana.

As posteriores cronologias obtidas neste monumento, indicam que as inumações deverão ter acontecido já durante o último quartel do 3º milénio. Estas datações, quando comparadas com o espólio identificado (recipientes campaniformes lisos, braçais de arqueiro, um botão em osso com perfuração em V e uma ponta tipo Palmela), levaram os autores a apontar para uma utilização do monumento no Calcolítico Final (Horizonte de Ferradeira) (Henriques *et al.*, 2013).

Por fim, a deposição primária de uma criança em Monte do Cardim 6, foi também interpretada como pertencente ao dito “horizonte”. A esta criança, parece estar associada a uma taça em calote lisa, assim como uma pequena taça carenada e colo aberto.

Esta situação, levou uma vez mais a associação a “*uma utilização final do monumento num contexto cerimonial de “Ferradeira”, onde o carácter individual e primário se substitui ao coletivo e secundário que parece caracterizar as fases prévias de utilização do monumento*” (Valera et al.,2019: 36).

## 9. OS *THOLOI* DO BAIXO ALENTEJO LITORAL E AS PRÁTICAS SOCIAIS DO 3º MILÉNIO

Até meados do século XIX, os investigadores definiam o conceito de megalitismo com base no crescente conhecimento acerca das antas no território português: “*um costume funerário que consistia em depositar os mortos em monumentos construídos com grandes pedras, os esteios ou ortóstatos, e constituídos por uma Câmara e um Corredor*” (Gonçalves, 1999: 10).

Com a escavação e investigação da necrópole de Alcalar (Algarve), Estácio da Veiga deparou-se com uma realidade até então desconhecida, na medida em que, ao redor da anta 1 de Alcalar (a única identificada naquela necrópole) se registaram outros seis monumentos de características inéditas, na totalidade edificados em falsa cúpula. As semelhanças identificadas na cultura material destes monumentos (assim como quando escavou os sepulcros do mesmo tipo de Nora e Marcela, também no Algarve), quando comparada com as antas, “*afastou da ideia de Estácio da Veiga qualquer divisão baseada na arquitetura dos monumentos*” (*ibidem*).

Já no século XX, nas escavações efetuadas nas grutas artificiais do Casal do Pardo (Palmela) por parte de A. I. Marques (com material reestudado na década de 60, por Vera Leisner e outros investigadores), observa-se realidade semelhante aos sepulcros anteriormente conhecidos, uma vez que o espólio registado, apresenta também muitos paralelos com as antas (Gonçalves, 1999).

Reforçando esta linha de pensamento, o mesmo acontece nos anos 60, quando em Sesimbra, a identificação da gruta natural da Lapa do Fumo com material funerário com todas as características de inumações megalíticas (*idem*).

Observou-se, assim, que artefactos votivos com paralelos entre si eram registados em simultâneo em antas, *tholoi*, grutas artificiais e grutas naturais. Primeiras e segundas deposições, característicos das antas, eram também identificados nestas outras soluções funerárias, assim como ritos pareciam repetir-se.

Com o avanço do estudo e conhecimento destas realidades, principalmente nos anos 90, “sabemos hoje que o megalitismo é um fenómeno planetário e estrutural das sociedades camponesas, não apenas uma manifestação ocasional e geograficamente localizada” (Gonçalves, 1999: 10), sendo que no território português, parece incorporar-se numa complexa malha de monumentos europeus com influências tanto atlânticas, de diversificado megalitismo, como mediterrânicas, visivelmente mais pobres.

Percebeu-se, portanto, que o conceito de megalitismo não se poderia restringir à arquitetura de sepulcros edificadas com grandes pedras (antas e *tholoi*), mas sim – como os conjuntos artefactuais pareciam indicar – a uma vasta e complexa rede cultural e estrutural das sociedades camponesas, onde diversas práticas funerárias, ritos e prescrições mágico-religiosas, assim como várias soluções arquitetónicas coexistiam.

No Sul peninsular, a partir da década de 1990, verificou-se a referida coexistência de soluções sepulcrais muito variadas, acrescentando os hipogeus, as fossas e os fossos às realidades anteriormente conhecidas.

No 3º milénio a.n.e., as práticas funerárias são marcadas por dinâmica de ocupação bastante mutável, com sucessivas ocupações e abandonos dos espaços. Esta transição parece marcar uma rutura e evolução dos modelos económicos e sociais, obviamente com grandes alterações também no mundo funerário.

Relativamente aos *tholoi*, “possivelmente teremos dois patamares distintos quer de construção quer de uso: um correspondente ao início das primeiras sociedades agro-metalúrgicas quando surgem os povoados fortificados, na primeira metade do 3.º milénio e outro já de uma fase avançada, na segunda metade do 3.º milénio, contemporâneo dos grandes recintos de fossos e possivelmente já com indícios de desigualdade social” (Sousa, 2016: 235).

A malha de distribuição dos *tholoi* registados no Alentejo é relativamente reduzida (podendo estar relacionada pela visibilidade destes monumentos) quando em comparação com as cerca de 2600 antas daquela região.

Relativamente ao Baixo Alentejo Interior, no distrito de Beja estão registados 14 *tholoi* (num total de 131 sepulcros), perfazendo um dos maiores conjuntos no território português. Já em Évora, observa-se o contrário, registando apenas 1% destes monumentos, num total de 1113 sepulcros, dos quais 906 são antas. Esta realidade poderá ser explicada pela geologia das duas áreas, uma vez que em Évora a abundância de granito permite a edificação de monumentos megalíticos de grandes dimensões e, em Beja, o meio geológico compreende xistos e barros, simplifica a construção de pequenos sepulcros escavados na rocha e edificados em xisto (Sousa, 2016).

V. S. Gonçalves, em relação aos *tholoi* em território português, diz referirem-se a:

*“Monumentos efetivamente muito diferentes entre si, tanto em termos morfológicos como, muito possivelmente, cronológicos. Basicamente, todos têm uma cobertura em falsa cúpula, de onde, por vezes, serem referidos como «monumentos de falsa cúpula». Os corredores destes monumentos, geralmente longos ou muito longos, apresentam também variantes construtivas, podendo consistir em finos ortóstatos ou em estruturas «tipo muro»”* (Gonçalves, 2003, p. 335-336).

Portanto, genericamente o *tholos* pode ser caracterizado como uma sepultura coletiva que se constitui por uma câmara de planta circular e por um corredor, sendo que as paredes do monumento são compostas (normalmente) por lajes de calcário ou xisto sobrepostas, que se desenvolvem em falsa cúpula na câmara (Gonçalves, V. S., 1989).

De facto, e apesar das plantas das investigações antigas, revelarem muitas vezes desenhos bastante simplificados, as câmaras destes monumentos apresentam-se tendencialmente circulares (Sousa, 2016) e registando soluções ortostáticas exclusivas ou mistas, na edificação das paredes (Valera *et al.*, 2019).

No que diz respeito à falsa cúpula (ou cobertura cupuliforme), a maioria dos monumentos deste tipo identificados no território português, não conserva registos da existência de cúpula, pelo que não foi ainda possível a elaboração de trabalhos de síntese acerca das tipologias arquitetónicas das coberturas destes monumentos (Sousa, 2016).

Sobre a não conservação de cobertura na maioria dos *tholoi* identificados no Centro e Sul de Portugal, poder-se-á considerar várias soluções, sendo provável o seu carácter perecível, provavelmente materiais lenhosos (Boaventura, 2009, Sousa, 2016) ou até uma construção mista, utilizando possivelmente lajes de pedra combinadas com barro (Cabrera, 1985; Sousa, 2016), como alguns derrubes parecem indicar.

Para além das indicadas, outras características parecem estar associadas a monumentos associados à nomenclatura de *tholos*.

De destacar, é “*o carácter semi subterrâneo evocando a tradição das arquiteturas escavadas no subsolo*” (Valera *et al.*, 2019: 59).

Na realidade, quando analisados os *tholoi* do território português, observa-se que na totalidade se encontram parcialmente escavados na rocha, ou quando associados a antas, escavados no *tumuli* destas: “*esta característica «subterrânea» revela uma grande proximidade com a mesma tradição arquitetónica dos hipogeus / grutas artificiais, ambas da esfera cultural do mundo mediterrânico*” (Sousa, 2016: 217).

Face ao supracitado, a nomenclatura de *tholos* para este tipo de monumentos parece ser até à data a mais adequada, revelando a introdução de novas soluções e técnicas arquitetónicas, influenciadas pelas antigas tradições funerárias, mas demonstrando a inovação observada na crescente integração em interações de larga escala características do 3º milénio por todo o Sudeste Peninsular (Sousa, 2016).

A rede de povoamento calcolítico relativo ao Baixo Alentejo Interior (e com associação a monumentos tipo *tholos*) só há poucos anos começou a ser com mais clareza compreendido.

No concelho de Ourique, apesar de ser um dos que regista maior quantidade de *tholoi* identificados, são raros os registos de povoamento, apenas se conhecendo na área um habitat associado, o povoado de Cortadouro (Silva e Soares, 1976-77).

Em Serpa, as intervenções decorridas nos canais de rega do Alqueva, têm permitido a identificação de novos contextos funerários, assim como habitacionais (Monteiro, 2015).

Neste sentido, o *tholos* de Centirã 2, identificado a cerca de três quilómetros a Poente do curso do Guadiana, encontra-se nas proximidades do povoado calcolítico de Moinhos Velhos, com implantação na margem esquerda do rio (Henriques *et al.*, 2013).

A par com Ourique, no concelho de Ferreira do Alentejo estão identificados uma grande quantidade de *tholoi*.

Nesta região, os seis monumentos deste género registados, implantam-se na totalidade na periferia de Porto Torrão, sendo o povoado de maiores dimensões até à data identificado em Portugal: “*desde os primeiros trabalhos (Arnaud, 1982) que se avança com uma enorme extensão (50 ha, posteriormente aumentadas para 100 ha)*” (Sousa, 2016).

A importância científica e patrimonial do recinto de Porto Torrão há muito que se estabeleceu na investigação da Pré-História Recente do Sudoeste da Península Ibérica. No entanto, “*apesar da noção das suas grandes dimensões, intensidade de ocupação e dilatado espectro cronológico, os seus limites, complexidade estrutural e organização espacial são ainda muito mal conhecidos, circunstância que faz com que o estatuto que tradicionalmente lhe é atribuído (o de grande povoado sedentário) o seja mais por razões de enquadramento teórico e por estimativa, do que propriamente pelo conhecimento efetivo que dele se possui*” (Valera *et al.*, 2014: 83).

As primeiras intervenções efetuadas naquela área remontam à década de 1980, com trabalhos realizados por José Morais Arnaud (1982, 1984-88 e 1993), mas foi apenas em 2002, no âmbito da implantação de um apoio de linha de alta tensão, que a intervenção por parte da ERA Arqueologia (Valera e Filipe, 2004) permitiu reconhecer que o sítio incorporava um complexo de recintos.

A implementação da rede de rega do Alqueva, promovida por aquela empresa, apresenta-se, portanto, como um momento importantíssimo para o aprofundar do conhecimento relativamente ao complexo do Porto Torrão.

Os trabalhos efetuados pela ERA Arqueologia tiveram início numa zona que se pensava periférica, mas que face a grandes complexos, como é o caso de Los Millares, Valencina de La Concepción ou Alcalar, “*mais não são que parte integrante do mesmo, eventualmente,*



*como já se argumentou, fazendo parte de uma extensa área de necrópole que se desenvolve em torno do sítio, possivelmente organizada de forma polinucleada (Valera, 2010)” (Valera et al., 2014: 84).*

O *tholos* de Monte do Cardim 6 já foi alvo de várias publicações (Valera, 2010; Valera et al., 2014; Valera et al., 2019), sempre assumindo a sua associação ao grande complexo de recintos de Porto Torrão.

Este monumento, surge como um dos núcleos funerários na periferia do referido povoado, fazendo parte de uma complexa estrutura espacial e social (como parece acontecer nos contextos funerários periféricos de Valencina de la Concepción na foz do Guadalquivir) localiza-se a cerca de 300m a Sul do fosso mais exterior registado neste complexo, identificando-se também:

- Um conjunto de cinco *tholoi* em Horta do João da Moura 1 (Pereiro, 2010; Corga, Ferreira, 2011) distando aproximadamente 850m;
- A 1700m um complexo conjunto de estruturas funerárias no sítio do Carrascal 2 (Valera et al., 2014a; Neves, Silva, 2018), constituídas por um fosso/átrio que dava acesso a quatro hipogeus (no mínimo), um possível *tholos* e ainda uma estrutura subterrânea com corredor, ainda sem conclusões possíveis (Valera et al., 2019);
- A 2800m de Cardim 6, foi identificado e intervencionado ainda o *tholos* em Monte do Pombal (Valera, 2010).

Neste sentido, a área de Carrascal 2 foi sujeita a análise geofísica, revelando uma grande concentração de estruturas subterrâneas, *“várias com morfologias que sugerem claramente tratarem-se de monumentos funerários, documentando uma intensa e complexa ocupação periférica a Este dos recintos de Porto Torrão, podendo Cardim 6 corresponder a uma situação paralelizável no lado Sul”* (Valera et al., 2019: 12).

Todos estes fatores indicam uma enorme complexidade social e espacial que não aparenta pertencer apenas a um recinto, mas a distintas etapas de construção que se sobrepõem parcialmente e que parecem fluir a sua construção ao longo dos limites da Ribeira de Vale do Ouro, tal como se observa noutros complexos do mesmo género.

Também em Ferreira do Alentejo, ao longo do vale da Ribeira de Alfundão, foram identificadas estruturas negativas (fossas e possíveis “fossos” e/ou valas) de cronologias entre os finais do 4º milénio e o 3º milénio a.n.e. (Neves *et al.*, 2013). Estas estruturas necessitam ainda de estudos que afirmem concretamente a sua funcionalidade, uma vez que surgem simultaneamente em sítios de habitat e de contexto funerário, como a cultura material parece comprovar.

Este projeto, levado a cabo pelas intervenções de “Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Alfundão”, permitiu ainda identificar e intervencionar várias ocupações da mesma cronologia: Monte da Barrada 2, Monte da Figueirinha, Alto do Pilar 3, Lancinha 2, Alto de Beja 1 e Barranco do Rio Seco 4, 5, 6 e 7 (*idem*).

O estudo de todas estas realidades como um todo torna-se imperativo, na medida em que apresentam “*significativa relevância para a caracterização dos esquemas de utilização do espaço por parte das antigas sociedades camponesas do Sudoeste peninsular, principalmente numa paisagem geográfica e socio-cultural marcada pela presença dos povoados do Porto Torrão, Monte do Olival 1 e Bela Vista 5, distando cerca de 5-7km dos sítios aqui apresentados*” (Neves *et al.*, 2013: 362).

Assim sendo, é necessário questionar se estas seriam pequenas ocupações singulares ou se, pelo contrário (à semelhança de Porto Torrão), uma ocupação de grandes dimensões e de complexas práticas sociais.

O que as investigações recentes parecem demonstrar é que “*o paradigma destes “centros populacionais” será obviamente o povoado de fossos de Porto Torrão (Arnaud, 1993; Valera e Filipe, 2004), distando menos de 6 km da área em estudo e marcando geográfica e socialmente a paisagem incluída no seu território de influência direta*” (Neves *et al.*, 2013: 362), onde se regista uma rede de povoamento organizada com sítios igualmente providos de fossos (para além dos referidos registam-se também os sítios de Monte do Olival 1, Bela Vista 5 ou Xancra, por exemplo), articulados com contextos funerários, como são os casos dos *tholoi* de Folha da Amendoeira, Cardim 6, Horta do João Moura e Monte do Pombal 1 e os hipogeus de Carrascal 2.

Acerca dos contextos aqui referidos, permanece a percepção de que se inserem numa grande complexidade social e espacial, provavelmente com dinâmicas e funcionalidades distintas.

Em termo de conclusão, é muito provável que os monumentos tipo *tholos* analisados nestas linhas, se incluam nesta complexa rede de povoamento que parece incluir espaços de vida e de morte em simultâneo, povoados e espaços de carácter funerários, assim como áreas de armazenamento de recursos ou até outras com distintas utilizações.

## 10. CONCLUSÕES

Os *tholoi* inserem-se numa vasta e complexa rede cultural e estrutural das sociedades camponesas, onde diversas práticas funerárias, ritos e prescrições magico-religiosas, assim como várias soluções arquitetónicas coexistiam.

Em termos crono-culturais, estes monumentos encontram-se numa fase marcada por uma dinâmica de ocupação, com sucessivas ocupações e abandonos dos espaços, transição que parece marcar uma rutura e evolução dos modelos económicos e sociais, obviamente com grandes alterações também no mundo funerário.

O tipo de implantação destes sepulcros apresenta-se relativamente homogéneo, observando-se que aparte os monumentos implantados em zonas periféricas de recintos de fossos ou povoados, assim como os anexos a antas anteriores, os *tholoi* em território português evidenciam, na sua maioria, ter sido edificadas em pontos cimeiros com boa visibilidade. Os restantes parecem ter sido implantados em locais mais discretos, principalmente condicionados pela hidrografia e paisagem envolvente, assim como pelo fácil acesso a matéria-prima. Aparte os que se encontram em planície nas periferias do recinto de fossos de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo) – mais precisamente no vale da Ribeira do Ouro, com implantação semelhante aos monumentos de Perdigões e Alcalar –, no Baixo Alentejo Interior, os *tholoi* investigados parecem confirmar o referido, sendo identificados ou no topo de colinas proeminentes ou a meio de vertentes suaves, à semelhança do que acontece na Estremadura.

Cronologicamente, a cultura material desta região parece incluir-se, de facto, integralmente no 3º milénio a.n.e., com reutilizações da Idade do Bronze e Ferro, aparentando confirmar a longa diacronia de utilização daqueles sepulcros.

O estudo do espólio recolhido nos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior foi bastante complicado pelas circunstâncias das recolhas antigas. Por um lado, existe uma forte probabilidade das recolhas não terem sido integrais e por outro existem problemas de referenciação dos conjuntos em depósito nos Museus.

No que respeita à pedra lascada dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, quando comparada com outras regiões do Alentejo, esta observa-se muito escassa, podendo este facto ser explicado pelo tipo de recolha realizado nas antigas investigações, pela própria cronologia ou pelo número mínimo de indivíduos presentes naqueles sepulcros.

Ao contrário da pedra lascada, a pedra polida apresenta grande diacronia de utilização, registando-se a partir dos finais do 4º milénio a.n.e., e com registos até, pelo menos, os finais do Calcolítico.

Os recipientes cerâmicos provenientes das antigas escavações são escassos. Esta realidade, quando confrontada com os resultados de recentes trabalhos arqueológicos realizados na região em análise, leva à suposição de não se tratar de um número reduzido de inumados, mas sim, que a recolha de material parece ter sido seletiva.

Com certas exceções, o conjunto cerâmico em análise aponta para uma cronologia recuada dentro do Calcolítico. As várias tipologias cerâmicas são elas indicadoras de distintas fases de utilização dos sepulcros, registando-se os esféricos e os esféricos globulares (assim como o copo com decoração simbólica de Monte do Outeiro), como os de cronologia mais recuada do universo cerâmico dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, normalmente associados ao Calcolítico Inicial. Como fóssil diretor desta fase, considera-se o surgimento do prato, cuja presença nos *tholoi* nestas linhas em análise, apenas se regista em Centirã 2, Monte do Cardim 6 e, com algumas dúvidas, em Amendoeira Nova. No entanto, da mesma cronologia, surgem com maior frequência as taças, com diversas tipologias (taça, taça em calote, taça em calote alta ou taça em calote fechada) e com registo em quase totalidade dos sepulcros aqui estudados.

Como se tem vindo a referir, em meados do 3º milénio a.n.e., surge no sul do território português, uma nova entidade cultural que se denominou de Campaniforme, com presença registada até aos inícios do primeiro quartel do 2º milénio (Gonçalves, 2018). Os recipientes cerâmicos deste pacote (cerâmica campaniforme) identificados no Baixo Alentejo Interior apresentam-se na sua maioria lisos, sem decoração (em Monte do Outeiro, Nora Velha e Centirã 2). Apenas Monte do Cardim 6 regista cerâmica campaniforme nos seus grupos estilísticos genéricos (internacional, pontilhado geométrico e inciso). Tal comunhão

contextual de estilos campaniformes não é comum naquela região, sendo essencialmente associada aos grandes recintos de fossos.

Contrastando com outras regiões peninsulares, o campaniforme decorado no Alentejo parece indicar um carácter social essencialmente do mundo dos vivos, sendo os recipientes campaniformes lisos, registados frequentemente em monumentos funerários, nos contextos do designado Horizonte de Ferradeira, ou seja, numa fase final do Calcolítico.

Relativamente aos elementos de adorno da região em análise, estes parecem corresponder aos frequentemente registados durante o Calcolítico peninsular, sendo os componentes de colar, como caninos (ou búzios, como acontece em Folha da Amendoeira) utilizados como pendentes, contas de colar tanto de anfibolito como de xisto e ainda furadores e alfinetes de cabelo em osso. Os referidos elementos de adorno são normalmente associados a uma fase recuada do 3º milénio, sendo apenas registado em Centirã 2, um botão em osso com perfuração em V, frequentemente relacionados com denominado pacote campaniforme.

No decorrer do milénio, o registo arqueológico parece mostrar que a metalurgia do cobre terá sido uma atividade predominantemente doméstica, com reduzida intensidade de produção, sofrendo alterações a nível social e simbólico, até que, principalmente em contextos campaniformes, se tornam progressivamente mais representados em contextos funerários.

Do espólio metalúrgico de cronologia calcolítica registado nos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior, apenas se assinalam duas pontas de cobre de tipo Palmela, caracterizadas como a tipologia do pacote Campaniforme mais facilmente identificáveis e, normalmente associadas aos referidos braçais de arqueiro (como acontece em Centirã 2) e três punções de cobre de secção quadrangular (normalmente associados a enterramentos femininos –uma vez mais como parece acontecer em Centirã 2).

A corroborar a ideia de que os monumentos em análise (excluindo certas exceções) tiveram a sua primeira utilização em inícios do 3º milénio a.n.e., tem-se a presença de placas de xisto gravadas nos sepulcros de Folha da Amendoeira (com 16 exemplares), Monte Velho 1 (com 2) e Monte da Velha 1 (com 1), apresentando-se a sua maioria representada por motivos em

triângulos no corpo, seguida das representações com faixas ziguezagueantes preenchidas e ainda uma, em Folha da Amendoeira, com motivos em xadrez.

Apesar de poucas as datações por radiocarbono que o confirmem, quando analisadas em conjunto, as cronologias absolutas e relativas, observa-se que a quase totalidade do espólio dos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior parece apontar a primeira utilização destes sepulcros no Calcolítico Inicial.

Os recentes investigados sugerem ocupações durante o Calcolítico final com materiais (cerâmicas campaniformes lisas associadas a outras tipologias cerâmicas como as taças, as pontas de seta tipo Palmela, braçais de arqueiro e botões de perfuração em V) e cronologias absolutas que o comprovam. Todas estas situações sugerem uma grande diacronia de ocupação destes monumentos, percorrendo todo o 3º milénio e com registos de reocupações no 2º milénio (Idade do Bronze) e ainda, em alguns casos, na Idade do Ferro.

Referido ao longo destas linhas é o aparente reduzido número mínimo de indivíduos inumados nos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior. Este facto parece dever-se à falta de atenção prestada pelos antigos investigadores aos restos humanos, somando à recolha seletiva do espólio, perdendo-se para sempre informações cruciais na reconstrução dos contextos e processos tafonómicos. A confirmar o referido, registam-se, por exemplo, nos monumentos dos Perdigões, assim como num dos *tholoi* de Horta do João da Moura, nas imediações de Porto Torrão, evidências de centenas de deposições secundárias.

Ora, se nas antigas investigações, estas realidades eram menos consideradas, nos últimos 20 anos têm-se acentuado as análises quanto aos tipos de inumação, averiguação de diferentes fases, o número mínimo de indivíduos depositados, sendo ainda, muitas vezes realizadas análises antropológicas. Imperativo, daqui em diante, será a observação destas realidades considerando todos os contextos aqui abordados (implantação dos monumentos, cultura material, cronologias, em conjunto com os novos dados e estudos antropológicos) como um todo, em conexão. Só reunindo toda a informação disponível, se conseguirá aproximar o conhecimento relativo às tão complexas realidades funerárias que percorreram o ainda tão complexo 3º milénio a.n.e.

## 11. BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO, M. Y.; ARRIBAS, A. (1963) – *El poblado y la necrópolis megalíticos de Los Millares*, Bibliotheca Praehistorica Hispana, 3, Madrid.

APOLINARIO, M. (1896) - Necrópole neolítica do Valle de São Martinho. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série:2, p. 210-221.

ARNAL, J.; GROS, A.-C. (1962) - A Propósito das placas de xisto gravadas do Sul da Península Ibérica. In *Revista de Guimarães* 72 (3-4), p. 301-318.

ARNAUD, J. M. (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. Aljustrel. Vipasca. 2. Câmara Municipal de Aljustrel. pp. 51-61.

ARNAUD, J. M.; GAMITO, T. (1978) – Povoado calcolítico de Alcalar. Notícia da sua identificação. *Anais do Município de Faro*. Faro, VIII, p. 275-284.

ARNAUD, J. M. (1982) – O povoado calcolítico de Ferreira do Alentejo no contexto da bacia do Sado e do Sudoeste Peninsular. *Arqueologia*. Porto, 6, GEAP, p. 48-64.

BOAVENTURA, R. (2009) - As antas e o Megalitismo da região de Lisboa. Tese de Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. 2 vol.

BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: Nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 16, p. 81-101.

CABRERO, R. (1985) – Tipologia de sepulcros calcolíticos de Andalucía Occidenta. *Huelva Arqueologica*, 7. p. 207-263.

CALADO, M. J. M. (1993) - Carta arqueológica do Alandroal. *Alandroal*: Câmara Municipal do Alandroal, p. 85-86.

CARDOSO, J. L. (2000) – A Sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no Quadro dos Rituais Funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura. In. *DISCURSOS. Língua, Cultura e Sociedade*, III Série, Nº 2, p. 243-251.

CARDOSO, J. L. (2002) Correspondência anotada de Abel Viana e O. da Veiga Ferreira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2001/2002). Oeiras. 10: 415-608.

CARDOSO, J. L. (2008) – O. da Veiga Ferreira (1917-1997): sua vida e obra científica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 16, p. 13-124.

CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análises de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-151.



CARDOSO, J. L.; GRADIM, A. (2004) – A *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). In Bicho, N. F., *A Pré-História do Algarve*. Col. Territórios da Pré-História em Portugal. 9 (2006). Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar, p. 161-168.

CARDOSO, J. L.; GRADIM, A. (2005) – A *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). Resultados preliminares das escavações arqueológicas efectuadas. *II Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2003)*. Actas (2005): Câmara Municipal de Silves, p. 27-40.

CARDOSO, J. L.; GRADIM, A. (2007) – A *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). Resultados das escavações arqueológicas efectuadas. *Promontoria*: 5, Faro, pp. 199-226.

CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. V. (1987) – Nota acerca de uma conta-amuleto encontrada na *Tholos* da Tituaria, Mafra. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4.<sup>a</sup> série, 5, p. 89-99.

CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. da V.; NORTH, C. T.; MEDEIROS, J. P.; SOUSA, F. de (1996) - O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Mafra). In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 135-193.

CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan* (1995). Almada.

CORGA, M.; FERREIRA, M.T. (2011) – Horta do João da Moura 1. Trabalhos arqueológicos e antropológicos de minimização de impactes decorrentes do Bloco de Rega de Ferreira, Figueirinha e Valbom – Fase de Obra., Styx, policopiado.

CORREIA, V. (1914) - A exploração arqueológica da Serra das Mutelas. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.<sup>a</sup> série, 19, p. 264-269.

COSTEIRA, C. (2017) - No 3º milénio a.n.e., o sítio de São Pedro e as dinâmicas de povoamento no Alentejo Médio. FLUL: Tese de Doutoramento.

ENVAGELISTA, L. S. (2004) – O complexo arqueológico dos Perdigões e a construção da paisagem em Reguengos de Monsaraz. Porto [Edição do Autor], FLUP: Dissertação de Mestrado. 177 p.

FEIO, M. (1983) – *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, reimpressão, Évora: INIC.

FERREIRA, O. V. (1953) – O monumento prehistorico de Agualva (Cacem). *Zephyrus*. Salamanca, 4, p. 145-166 il.

FERREIRA, O. V. (1966) – *La Culture du Vase Campaniforme au Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. (Memórias SGP, nova série; 12).

FERREIRA, O. V.; CAVACO, A. R. (1952) – O monumento préhistórico do Lousal, Grândola. In *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 33, p. 247-255.

FERREIRA, O. V.; CAVACO, A. R. (1957) - Antiguidades do Lousal (Grândola). Sepulturas descobertas. Extrato dos fascículos 3-4 do vol. XV dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 10 p.

FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M.; CARDOSO, J. L. (1987) - Nota acerca de uma conta-amuleto encontrada no "tholos" de Tituária (Mafra). In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série: 5, p. 89-100.

FERREIRA, O. V.; TRINDADE, L. (1954) – Objectos da necrópole do Cabeço da Arruda (Torres Vedras). *Zephyrus*. Salamanca, 5, p. 29-35.

FERREIRA, O. V.; TRINDADE, L. (1955) - A necrópole do Cabeço da Arruda (Torres Vedras). In *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 38:3, p. 193-212.

FORENBAHER, S. (1999) – Production and exchange of bifacial flaked stone artifacts during the Portuguese Chalcolithic. Oxford: *Archaeopress*, (BAR. International Series; 756).

FRANÇA, J. C.; FERREIRA, O. V. (1958) – Estação pré-histórica da Samarra (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, 39, p. 61-86 il.

GALLAY, G.; TRINDADE, L. (1973) - O monumento préhistórico do Pai Mogo (Lourinhã). Lisboa: *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 170 p.

GARCÍA SANJUÁN, L.; HURTADO PÉREZ, V. (2002) – La arquitectura de las construcciones funerarias de tipo *tholos* en el Suroeste de España. In Serrelli, D.; Vacca, D. (coords.) – *Aspetti del Megalitismo Prehistórico. Incontro di Studio Sardegna-Spagna (Museo del Territorio, Lunamatrona, Cagliari, Italia, 21-23 de Septiembre de 2001)*. Cagliari: Grafica del Parteolla, p. 36-47.

GARCIA SANJUAN, L.; LOZANO RODRIGUES, J. A.; SANCHEZ LIRANZO, O.; GIBAJA BAO, J.; ARANDA SANCHEZ, V. (2016) – La industria lítica del *tholos* de Montelirio. In FERNANDEZ FLORES, Álvaro; GARCIA SANJUAN, Leonardo; DIAZ-ZORITA BONILLA, Marta (2016) – Montelirio: Un gran monumento megalítico de la Edad del Cobre. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.

GIBAJA, J.; TERRADAS, X. eds (2009) – Les grands fulles de silex. Europa al final de la Prehistoria. *Monografias* 12. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. 132 p. GOMES, Mario Varela; NINITAS, Joao; BORRALHO, Rita (2012/13) – Artefactos líticos do povoado calcolítico do Escoural (Montemor-o-Novo). *Almansor*, 2. Serie, 10, pp. 5-60.

GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L., CUNHA, A. M. (1994) – A sepultura de Castro Marim. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro* (1994). Lisboa. 80.

GONÇALVES, J. L. M. (1979a) – O monumento pré-histórico da Praia das Maças: Arquitectura e cerâmica pré campaniforme. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa, 3.ª Série, 85, p. 125-135.

GONÇALVES, J. L. M. (1979b) – O monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra): Notícia preliminar. *Sintria*. Sintra: Câmara Municipal, 1-2, p. 29-58;

GONÇALVES, J. L. M. (1983) - Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra). In *Sintria*. Sintra. 12, p. 29-58.

GONÇALVES, V. S. (1988/89) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. Nova Série. 9-10. p. 49-61.

GONÇALVES, V. S. (1989) – Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols. 1º vol: 566 pp, incluindo mapas, figuras e outras ilustrações, para além de extra-textos; 2º vol: 252 estampas (desenhos e fotografias).

GONÇALVES, V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC. 264 p.

GONÇALVES, V. S. (1993) – Pai Mogo, na Lourinhã, um tholos «exemplar». *História de Portugal*, dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 320-323.

GONÇALVES, V. S. (1995) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal.

GONÇALVES, V. S. (1997) - Manifestações do Sagrado na Pré-história do Ocidente peninsular: 2. A Propósito dos Artefactos Votivos de Calcário das Necrópoles de Alcalar e Monte Velho. Setúbal: *Setúbal Arqueológica*, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, vol. 11-12, p. 199-216.

GONÇALVES, V. S. (1999) – Reguengos de Monsaraz, imagens megalíticas. Lisboa: Instituto Português de Museus.

GONÇALVES, V. S. (2003) - Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular I: 4. A "síndrome das placas loucas". In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 6:1, p. 131-157.

GONÇALVES, V. S. (2005) – Manifestações do Sagrado no Ocidente Peninsular. 6. As representações da Deusa no edifício funerário tipo *tholos* do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S. 23, p. 197-229.

GONÇALVES, V. S. (2008) - A utilização pré-histórica da Gruta de Porto Covo (Cascais). Uma revisão e algumas novidades. Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, V. S. (2013) – *No limite oriental do Grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: DRCALEN. 521 p.

GONÇALVES, V. S. (2017) - Sinos, taças e coisas assim, junto ao oceano e mais longe. Algumas reflexões sobre a presença campaniforme em Portugal. Uniarq.

GONCALVES, V. S.; ANDRADE, M.; PEREIRA, A. (2014) – As placas votivas (e o báculo) da gruta da Lapa da Galinha, no 3o milénio a.n.e. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, pp. 109-158.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular (espaços de vida, espaços da morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz). *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 11-104.

- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2003) – Novos dados sobre as práticas funerárias das antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz: o limite oriental. In *Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo. Actas do 2.º Colóquio internacional sobre Megalitismo*. Reguengos de Monsaraz, 2000, p. 199-226.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2014) – Coruche e as antigas sociedades camponesas. In Coruche, o céu, a terra e os homens. Coruche: Câmara Municipal, p. 39-67.
- GONÇALVES, V. S. ; SOUSA, A. C. (2017) – Serra e Mar. As antigas sociedades camponesas (Loulé, Algarve). In *Loulé: territórios, memórias, identidades*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 60-146.
- GONÇALVES, V. S. ; SOUSA, A. C. (2017) – The Shadows of the Rivers and the Colours of Copper. Some Reflections on the Chalcolithic Farm of Cabeço do Pé da Erra (Coruche, Portugal) and its Resources. In *Martin Bartelheim, Primitiva Bueno Ramírez and Michael Kunst (Eds.), Key Resources and Sociocultural Developments in the Iberian Chalcolithic. RessourcenKulturen 6 (Tübingen Library Publishing) Tübingen 2017 (ISBN 978-3-946552-12-3)*.
- HARRISON, R. J.; OROZCO, T. (2001) – Beyond Characterisation: Polished Stone Exchange in the Western Mediterranean 5500-2000 BC. *Oxford Journal of Archaeology* 20/2, 107-127.
- HERNÁNDEZ, E. M.; PARREIRA, R. (2004) - O povoado calcolítico de Alcalar (Portimão) na paisagem cultural do Alvor no III milénio antes da nossa era. *Recintos murados da pré-história recente: técnicas construtivas e organização do espaço: conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitecturas pré-históricas*, págs. 307-327
- HENRIQUES, F. J. R.; SOARES, A. M. M; ANTONIO, T. F. A.; CURATE, F.; VALE- RIO, P.; ROSA, S. P. (2013) – O Tholos Centirã 2 (Brinches, Serpa) – construtores e utilizadores; praticas funerárias e cronologias (2013). In *VI Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*. pp. 319-355.
- INOCÊNCIO, J. R. (2013) - Contextos e práticas funerárias calcolíticas no Baixo Alentejo Interior (Sudeste Alentejano). Braga: Universidade do Minho.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A. C. N. de; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. M. F. (1998) - Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia 1:1, p. 451-52.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. 3. Lieferung. Berlin: Walter de Gruyter.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951), 1985 – As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Lisboa: IAC (UNIARQ/INIC)
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: Der Wester*, 2. Berlin: de Gruyter [Madrider Forschungen, 1/2]
- LEISNER, V.; FERREIRA, O. da V. (1959) – Os monumentos megalíticos de Trigache e de A-da-Beja. Sep. de: Actas e Memórias, I Congresso Nacional de Arqueologia, p. 187-195.

- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Maças et de Casainhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. (Memória, nova Série; 16).
- MARTINS, A. M. G. (2014) - Megalitismo da Região de Ourique (Portugal). Um conjunto megalítico esquecido. [Tese de Mestrado]. Universidade de Huelva (Departamento Historia I) Master en Patrimonio Historico e Natural.
- MATALOTO, R. (2006) - Entre Ferradeira e Montelavar: um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Ervedal, Avis). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 83-108
- MATALOTO, R.; ROCHA, L. (2008) – O monumento do Caladinho (Redondo, Évora): Estudo preliminar de um sepulcro megalítico no Redondo. *Vipasca*, 2, p. 107-116.
- MEDINA, A. L.; JIMENEZ, G. A. (2017) – La Temporalidad de las Sepulturas Megalíticas Tipo *Tholos* Del Sur De La Peninsula Iberica. *SPAL* 26, pp. 17-31.
- MELLO, O. Á. P. de; FORTUNA, V; FRANÇA, J. C.; FERREIRA O. da V.; ROCHE J. - O Monumento Pré-histórico da Bela Vista (Colares). *Comunicações Geológicas*, TOMO XLV, p. 237-249.
- MENDONÇA, M. CARVALHO, A. FAUSTINO (2016) – A componente em pedra lascada dos monumentos funerários 1 e 2 do complexo arqueológico dos Perdigueiros (Reguengos de Monsaraz). *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 11, Lisboa, NIA-ERA, pp.33-45.
- MONTEIRO, N. M. F. (2014) - O sítio do Monte da Laje (Salvador, Serpa): fossas e fossos na transição do 4º para o 3º milénio A.N.E. na Bacia Média do Guadiana. FLUL: Dissertação de Mestrado.
- MORÁN, E. (2007) – Organização espacial do povoado calcolítico de Alcalar (Algarve, Portugal). *Revista ERA*, n.º 8. Lisboa p. 138-147.
- MÓRÁN, E. (2014) – *El asentamiento Prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal): La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en el Tercer milenio a.n.e.* Tese de doutoramento da Universidade de Sevilla.
- MORÁN, E. (2015) – O monumento 9 de Alcalar. In Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C. – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 532-539.
- MORÁN, E.; PARREIRA, R. (2004) - Alcalar 7. Estudo e reabilitação de um monumento megalítico. Lisboa: IPPAR.
- MORGADO RODRIGUEZ, A.; PELEGRIN, J.; MARTINEZ FERNANDZ, G.; AFONSO MARRERO, J. A. (2008) – La production de grandes lames dans la Peninsule Iberique (IV-III millenaires). In DIAS MEIRINHO, M.-H. ; LEA, V.; GERNIGON, K.; FOUERE, P.; BRIOIS, F. ; BAILLY, M., ed. lit. – *Les industries lithiques taillées des IVE et IIIe millenaires en europe occidentale: colloque international, Toulouse 7-9 avril, 2005*. Oxford: John and Erica Hedges Ltd., (BAR. International Series; 1884).
- NEVES, C.; MARTINS, A.; PINTO, A.; MAGALHÃES, B. (2013) - estratégias de povoamento das comunidades do Neolítico Final e Calcolítico no Vale da Ribeira de Alfândão (Ferreira do Alentejo, Portugal). 2013, *Arqueologia em Portugal - 150 Anos*.

NOCETE, Francisco; SAEZ, Reinaldo; NIETO, Jose M.; CRUZ.AUNON, Rosario; CABRERO, Rosario; ALEX, Esther; BAYONA, Moises (2005) – Circulation of silicified oolitic limestone blades in South-Iberia (Spain and Portugal) during the third millenium BC : an expression of a core / periphery framework. *Journal of Anthropological Archaeology*. 24, pp. 62-81.

PARREIRA, R. (1983) – O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa), relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4:1, pp. 149-168.

PARREIRA, R. (1996) – Alcalar – os locais habitados e as criptas funerárias do III e IV Milénios a.C., in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, IPPAR, p. 191-205.

PARREIRA, R. (1997) – Alcalar: O território, os lugares habitados e as criptas mostuárias dos 4º e 3º milénios a. C. In. *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, IPPAR, p. 190-205.

PELEGRIN, J. (2006) – Long blade technology in the Old World: an experimental approach and some archaeological results. In Apel, J.; Knutsson, K. (eds.) – Skilled production and social reproduction. Aspects of traditional stone tool technologies, Uppsala: Uppsala University (*Stone Studies*; 2), pp. 37-68.

PELEGRIN, J.; MORGADO, A. (2007) – Primeras experimentaciones sobre la produccion laminar del Neolitico reciente – Edad del Cobre del sur de la Península Iberica. In. Ramos, M. L.; Gonzalez, J. E.; Baena, J., (eds.) – Arqueologia experimental en la Peninsula Iberica. Investigacion, didactica y patrimonio. Santander. *Asociacion Espanola de Arqueologia Experimental*, pp. 131-139.

PEREIRA, Z. (1999) - Palinoestratigrafia do Sector Sudoeste da Zona Sul Portuguesa. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 86, 25-57.

PEREIRO, T. (2010) – Relatório dos Trabalhos Arqueológicos e Antropológicos. Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da execução do Bloco de Rega de Ferreira, Figueirinha e Valbom (Fase de Obra). Sub-bloco Ferreira CP: Horta do João da Moura 1. *Era Arqueologia*, SA. Policopiado.

PETREQUIN P.; JEUNESSE C. (1995) - La hache de pierre. Carrières vosgiennes et échanges de lames polies pendant le Néolithique (5400-2100 av. J.-C.). Paris, Editions Errance.

RENDEIRO, L. C. B. (2014) - o repertório cerâmico da sala nº 1 (Vidigueira). Na sequência Neolítico Final a Calcolítico do Alentejo Médio. FLUL: Dissertação de Mestrado em Arqueologia.

RIBEIRO, C. (1880) – *Estudos Prehistoricos em Portugal: Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Typographia da Academia.

RIBEIRO, O. (1987) - Introdução ao Estudo da Geografia Regional, *Edições João Sá da Costa*. Lisboa, 1987, 148 p.

ROCHA, L. (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo central: a contribuição de Manuel Heleno*. Lisboa: [s.n.], Tese de Doutoramento em Historia (Arqueologia) apresentada a Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Texto Policopiado.

ROCHA, M.; REBELO, P.; SANTOS, R.; NETO, N. (2013) – Povoado calcolítico do Porto Torrão – Elementos de adorno. *Arqueologia em Portugal. 150 anos*, Lisboa, AAP, 373-377.

RODRIGUES, A. F. (2006) – *Casa Branca 7: um povoado na transição do 4.º para o 3.º milénio a.C. na margem esquerda do Guadiana (Serpa)*. Dissertação de Mestrado em Pre História e Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

SANTOS, M. F. (1967) - A necrópole tipo "tholos" de Santiago do Escoural. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série: 1, p. 107-113.

SANTOS, M. F.; FERREIRA, O. V. (1969) - O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série: 3, p. 37-62.

SCHUBART, H. (1965) – As duas fases de ocupação do tumulo de cúpula do Monte do Outeiro nos arredores de Aljustrel. In *Revista de Guimaraes*. Guimaraes. 75:14, pp. 195-204.

SCHUBART, H (1965) – Zwei belegungsphasen im kuppelgrab vom Monte do Outeiro bei Aljustrel in Portugal. *Madrider Mitteilungen*, Heidelberg, 6, pp.65-73

SERRA, M.; PORFÍRIO, E.; REIS, H.; FERNANDES, D.; ANTUNES, D.; SOARES, S. (2014) – Vila Formosa 2 (Vila Nova de Milfontes, Odemira): um tholos (?) sobre o Mira. Poster apresentado ao VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa/Aroche.

SERRALHEIRO, A. C.; ANDRADE, R. F. (1961) – O monumento megalítico do Monte das Pereiras. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, pp. 503-515.

SILVA, A. M. (1999) - A Necrópole Neolítica do Cabeço da Arruda (Torres Vedras, Portugal): os dados paleobiológicos. *Sagvntvm*, Extra - 2. (Actes del II Congr s del Neol tic a la Peninsula Ibérica). Valencia, Espanha, 7 - 9 April. Valencia, Departament de Prehist ria i d'Arqueologia, Universidade de Valencia, p. 355 - 360.

SILVA, A. M. (2002) – *Antropologia Funerária e Paleobiologia das Populações Portuguesas (Litorais) do Neolítico Final/Calcolítico*. Coimbra: Universidade. Dissertação de Doutoramento.

SILVA, A. M.; FERREIRA, M. T. (2007) – Os ossos humanos «esquecidos» da Praia das Maças. Análise antropológica da amostra óssea do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. *Cominbriga*. Coimbra, 46, p. 5-26

SILVA, A. M.; FERREIRA, M. T.; CODINHA, S. (2006) – Praia da Samarra: análise antropológica dos restos ósseos humanos depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 9: 2, p. 157-159.

SILVA, C. T. (1987) – Megalitismo do Alentejo Ocidental e do sul do Baixo Alentejo (Portugal). Madrid. *El Megalitismo en la Peninsula Iberica*, pp. 85-93.

SILVA, C. T. (2008) – Octávio da Veiga Ferreira e o estudo do megalitismo da Serra de Monchique e do Baixo Alentejo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 16, pp. 301-316.

- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setubal Arqueologica*. Setubal. 2-3, pp. 179-272.
- SOARES, A. M. M. (2008) - O monumento megalítico (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, Nº 1, p. 33-51.
- SOARES, A. M. M.; ARNAUD, J. E. M. (1982) – Escavações do sepulcro megalítico MV 2 (V. V. de Ficalho, Serpa). *Arquivo de Beja*. Beja. 2.ª série: 1, p. 6782.
- SOARES, A. M. M.; CABRAL, J. M. P. (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. “*Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 1993*”. 2, p. 217-235.
- SOUSA, A. C. (1998) - O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros. (*Trabalhos de Arqueologia 11*). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 275 p.
- SOUSA, A. C. (2004) – A necrópole do Neolítico final de Pragais, Porto de Mos : velhos dados, novas leituras. In FRANCISCO Tavares Proença Júnior: catalogo. Lisboa: *Instituto Português de Museus*, 2004. pp. 90-111.
- SOUSA, A. C. (2005) - Lugares de vida, redes de povoamento no 4º e 3º milénio a.C.: Cascais e o estuário do Tejo. In GONÇALVES, V. S. – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. p. 44-61.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim (Mafra) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*, Tese de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, A. C. (2016) – Megalitismo e Metalurgia. Os *Tholoi* do Centro e Sul de Portugal. In. In SOUSA, A.C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – *Água e Terra, Colher Sementes, Invocar a Deusa. Livro em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ. pp. 209-242.
- SOUSA, A.C.; GONÇALVES, V. S. (2012) - In and out. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interacções e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3º milénio a.n.e. In *CONGRESO INTERNACIONAL REDES EN EL NEOLÍTICO. Circulación e intercambio de materias, productos e ideas en el Mediterráneo Occidental (VII-III milenio AC) Rubricatum*, Barcelona, p. 383-392.
- SOUSA, A. C.; MIRANDA, M.; RUSSO, R.; DETRY, C.; CASIMIRO, T. M. (2017) - Fragmentos do Quotidiano no Terreiro do Real Monumento de Mafra (1717-2017). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. - *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses. p. 1933-1942.
- SPINDLER, K. (1972) – Die tholos von Pai Mogo/Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg: Deutsches Archäologisches Institut abteilung Madrid, 13, p. 38-82.
- TRINDADE, L.; FERREIRA, O. da V. (1964) - Sepultura pré-histórica da Serra da Vila (Torres Vedras). In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 74:12, p. 83-89.
- UERPMANN, H.-P.; UERPMANN, M. (2003) – Zambujal: die stein und beinartefakte aus den Grabungen 1964 bis 1973. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, (Madrider Beitrage; Bd. 5).



VALERA, A. C. (2010) – Gestão da Morte no 3.º Milénio a.C. no Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): um Primeiro Contributo para a sua espacialidade. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa, 5, p. 57-62.

VALERA, A.C.; BASÍLIO, A.C. (2017) - Approaching Bell Beakers at Perdigões enclosures (South Portugal): Site, local and regional scales. *Proceedings of Bells and bowls, near the Ocean and far away, About beakers in the Iberian Peninsula*.

VALERA, A. C.; EVANGELISTA, L. S.; BASÍLIO, A. C.; WOOD, R. (2019) - O *Tholos* de Cardim 6. Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (Beja). *Era Monográfica*. No 3. 85 p.

VALERA, A. C.; FILIPE, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era Arqueologia*. N.º 6. Lisboa: ERA/Colibri. pp.28-61.

VALERA, A. C. ; FILIPE, V. (2010) – Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): nota preliminar sobre um espaço funerário e de socialização do Neolítico Final a Idade do Bronze. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 5. NIA-ERA Arqueologia. pp. 49-56.

VALERA, A. C.; GODINHO, R. (2009) – A Gestão da morte nos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): Novos Dados, Novos Problemas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, pp. 371-387.

VALERA, A. C., LAGO, M., DUARTE, C.; EVANGELISTA, L. S. (2000) – Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo. *ERA Arqueologia*. N.º 2, Lisboa: ERA Arqueologia / Ed. Colibri, pp. 84-105.

VALERA A. C., LAGO M., DUARTE C., DIAS M. I., PRUDENCIO M. I. (2007) – Investigação no Complexo Arqueológico dos Perdigões: Ponto de situação de dados e problemas. In: N. F. Bicho, H. Veríssimo (Eds.): *Do epipaleolítico ao calcolítico na Península Ibérica: actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Universidade do Algarve, Faro, pp. 53-66.

VALERA, A.C.; REBUGE, J. (2011) - O Campaniforme no Alentejo: contextos e circulação. Um breve balanço. *Arqueologia do norte alentejano. Comunicações das 3as Jornadas*, CMF, p.111-121.

VALERA, A. C.; SANTOS, H.; FIGUEIREDO, M.; GRANJA, R. (2013) – Contextos funerários na Periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2. In *4.º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*. Évora: DRACALEN, p. 83-95.

VALERA, A.; SANTOS, H.; FIGUEIREDO, M.; GRANJA, R. (2013) – Contextos Funerários na Periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2. 4.º Colóquio de Arqueologia do Alqueva: O Plano de Rega (2002- 2010). *Memórias d’Odiana* 2.a Serie: Estudos Arqueológicos do Alqueva. 11 pp.

VALERA, A. C.; SILVA, A. M. ; MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (2014b) – The temporality of Perdigões enclosures: absolute chronology of the structures and social practices. *SPAL*, 23, p. 11-16.

VALERA, A. C.; SIMAO, I. (2014) – O recinto de Bela Vista 5 (Mombeja, Beja): enquadramento, arquitecturas e contextos. Um recinto do Final do 3o Milénio a.n.e. (Vidigueira, Beja). *Era Monográfica*. No 2. pp. 9-32.

VASCONCELLOS, J. L. (1902) - Sepulturas préhistóricas de caracter mycenense. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série: 7, p. 128-134.

VIANA, A. (1953) – O monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas do Alentejo). *Zephyrus*, IV, Salamanca, p. 37-62.

VIANA, A. (1959) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo, *Arquivo de Beja*, XVI, p. 24-28, Beja: Museu Regional de Beja.

VIANA, A.; FERREIRA, O. VEIGA; ANDRADE, R. F. (1957) – Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 38, p. 409-419, Lisboa: Serv. Geológicos de Portugal.

VIANA, A.; ANDRADE, R. F.; ZBYSZEWSKI, G.; SERRALHEIRO, A. S. C.; FERREIRA, O. V. (1959) - Contribuição para o conhecimento da arqueologia megalítica do Baixo Alentejo. In *Actas e Memórias do 1º Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 197-213.

VIANA, A.; FERREIRA, O. V.; ANDRADE, R. F. (1960) - O monumento préhistórico do Malha Ferro (Panóias). In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 70:12, p. 21-50.

VIANA, A.; FERREIRA, O. V. (1961) - Um túmulo de tipo alcarelense nos arredores de Aljustrel. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71:34, p. 247-254.

VIANA, A.; ANDRADE, R. F.; FERREIRA, O. V. (1961) - O monumento préhistórico do Monte Velho (Ourique). In *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*.

VIANA, A.; ANDRADE, R. F.; FERREIRA, O. V. (1961) - Descoberta de dois monumentos de falsa cúpula na região de Ourique. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71:12, p. 5-12.

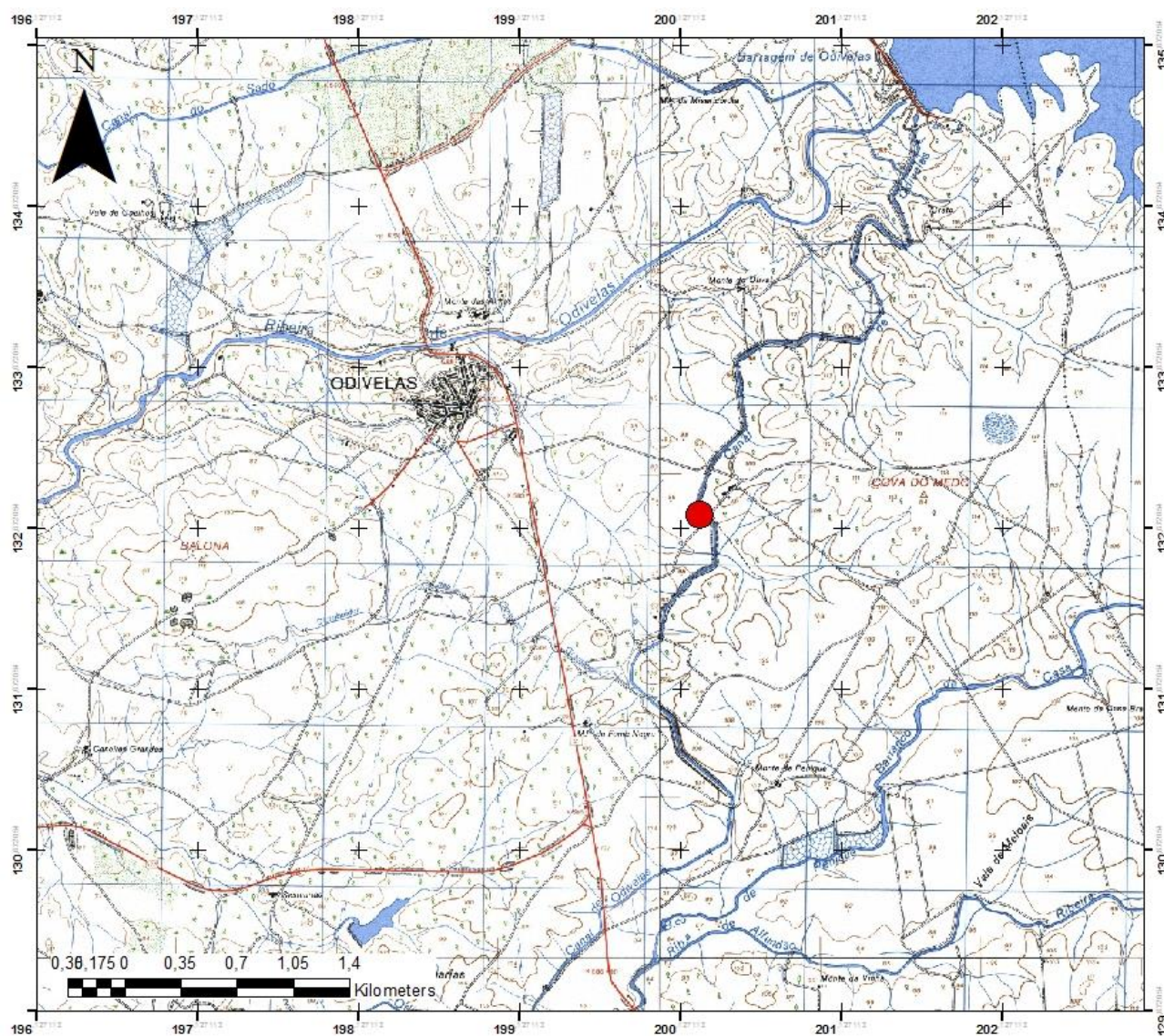
ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. (1967) - Acerca de uma "tholos" encontrada em Castro Marim. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série: 1, p. 11-17.

## **ANEXOS**

## Índice

ANEXO I. CARTOGRAFIA DOS <i>THOLOI</i> DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR .....	133
ANEXO II. PLANTAS E ESPÓLIO DOS <i>THOLOI</i> DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR .....	149
II.1. Folha da Amendoeira.....	150
II.2 Monte do Outeiro.....	153
II.3. Monte das Pereiras.....	157
II.4. Malha Ferro .....	159
II. 5. Amendoeira Nova.....	161
II.6. Cerro do Gatão.....	163
II.7. A-dos-Tassos .....	165
II.8. Monte Velho 1 .....	167
II.9. Nora Velha.....	169
ANEXO III. FORMAS CERÂMICAS DOS <i>THOLOI</i> DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR (ESTAMPAS) .....	173
ANEXO IV. LÂMINAS DE FOLHA DA AMENDOEIRA; PONTA DE SETA DE MONTE DO OUTEIRO; PONTAS DE SETA DE MONTE VELHO; TRAPÉZIO DE MALHA FERRO.....	177
ANEXO V. LÂMINAS DE FOLHA DA AMENDOEIRA .....	181
INVENTÁRIO.....	183
Inventário: pedra lascada analisada.....	183
Inventário: pedra polida analisada.....	186
Inventário: recipientes cerâmicos analisados.....	187
Inventário: placas de xisto gravadas (medidas).....	192

## **ANEXO I. CARTOGRAFIA DOS *THOLOI* DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR**



## Legenda

### Monumento

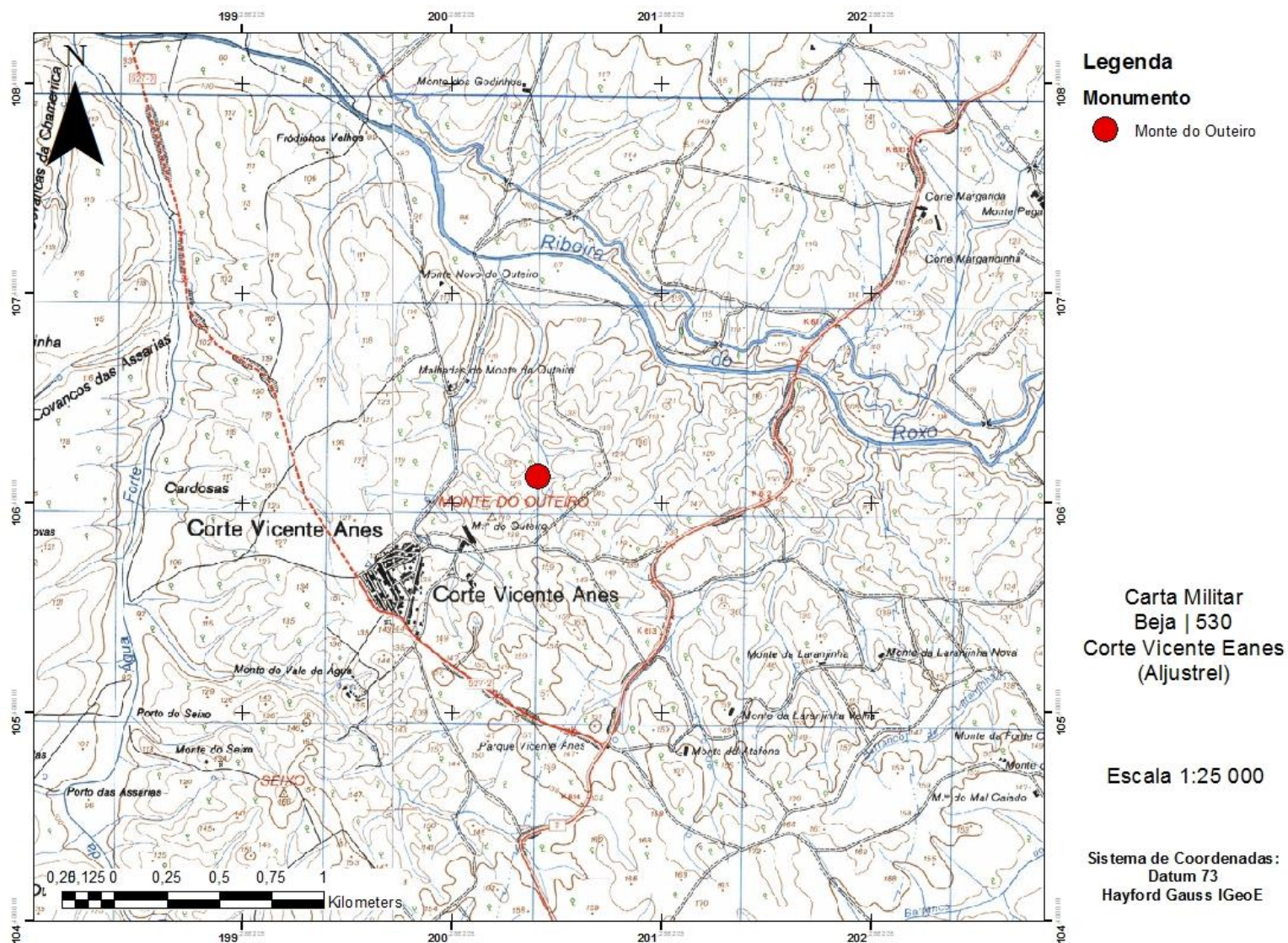
- Folha da Amendoeira

Carta Militar  
Beja | 498 - Grega  
(Ferreira do Alentejo)

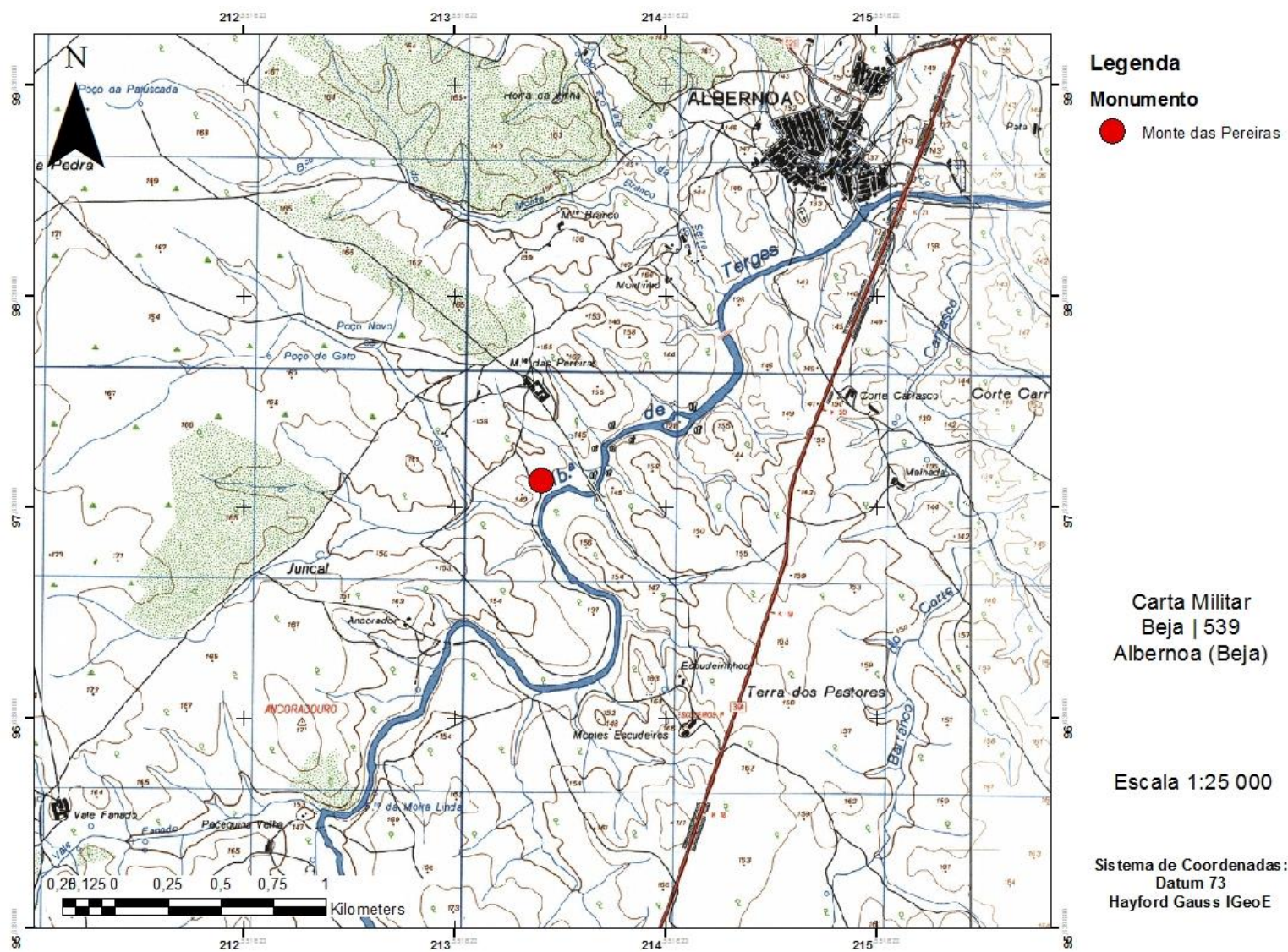
Escala 1:25 000

Sistema de Coordenadas:  
Datum 73  
Hayford Gauss IGeoE

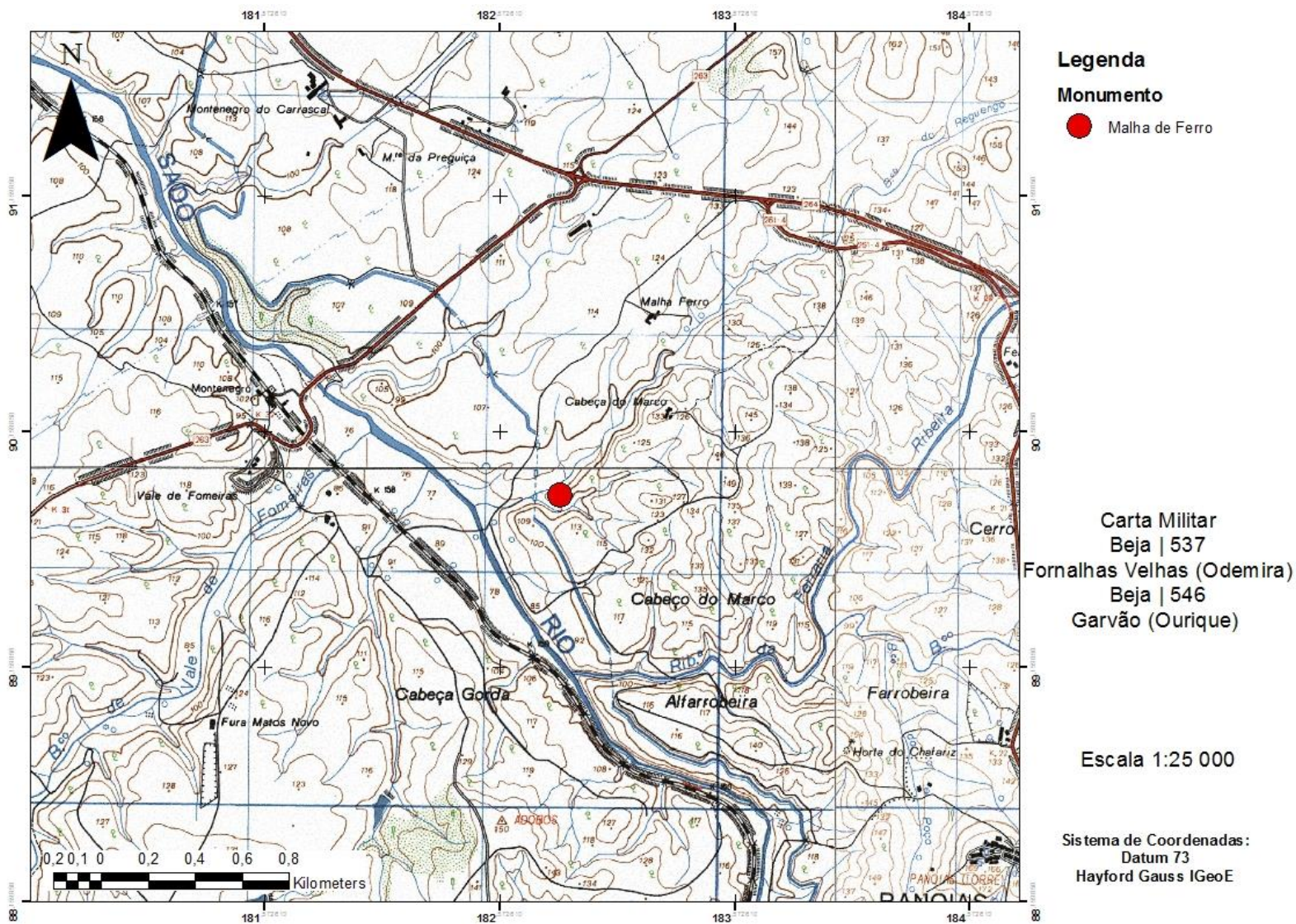




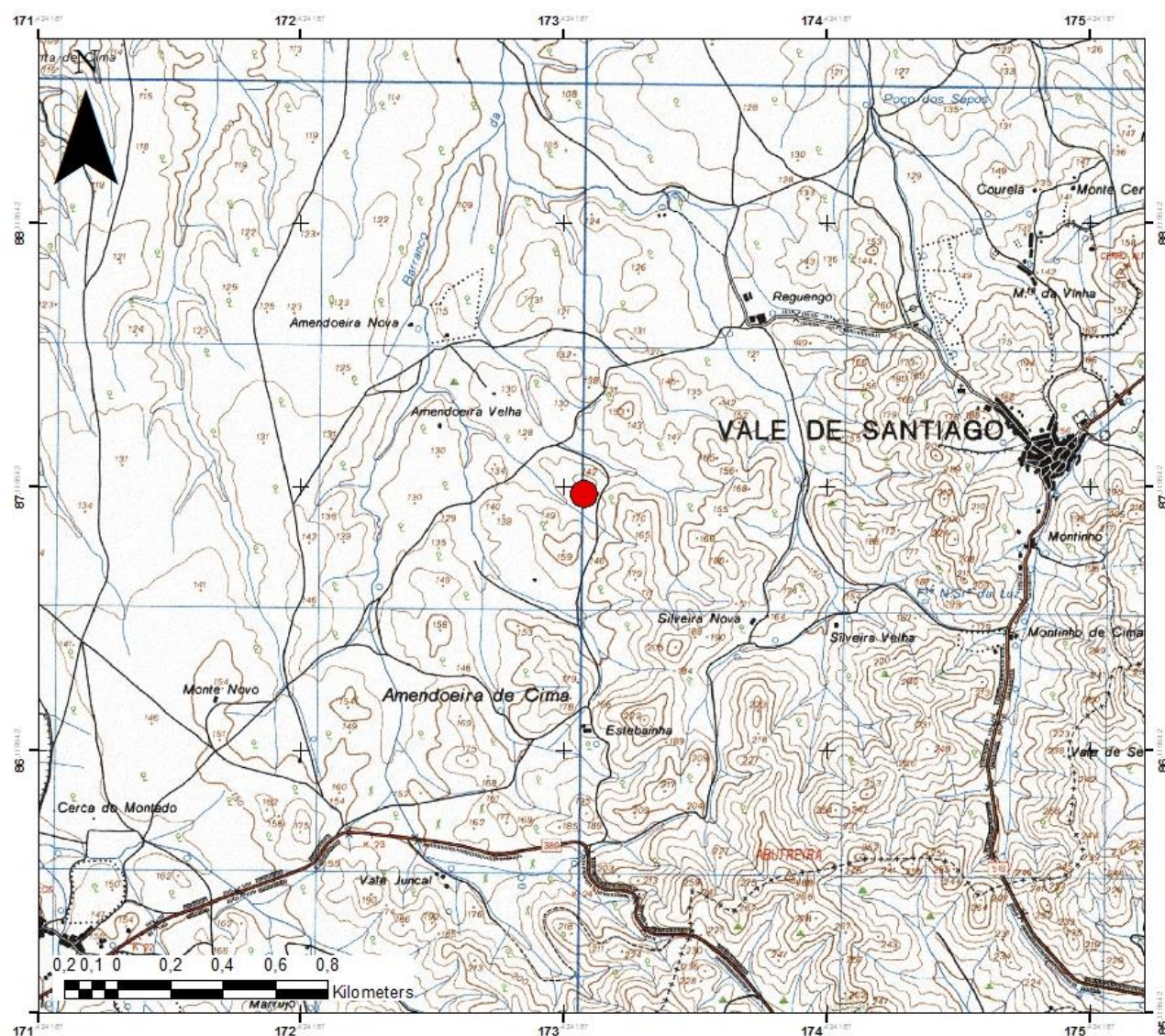












## Legenda

### Monumento

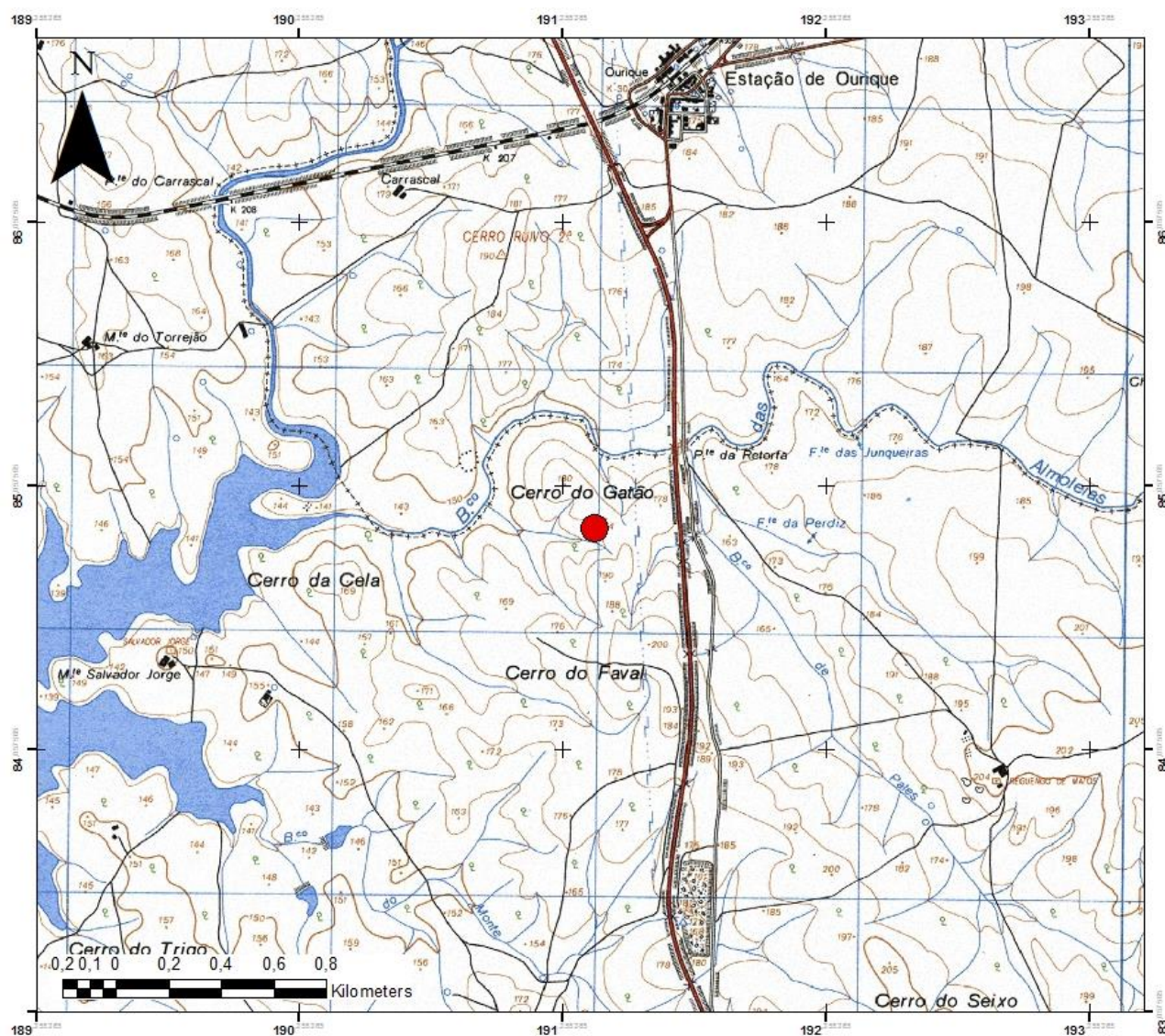
● Amendoeira Nova

Carta Militar  
Beja | 546 - Garvão

Escala 1:25 000

Sistema de Coordenadas:  
Datum 73  
Hayford Gauss IGeoE





## Legenda

### Monumento

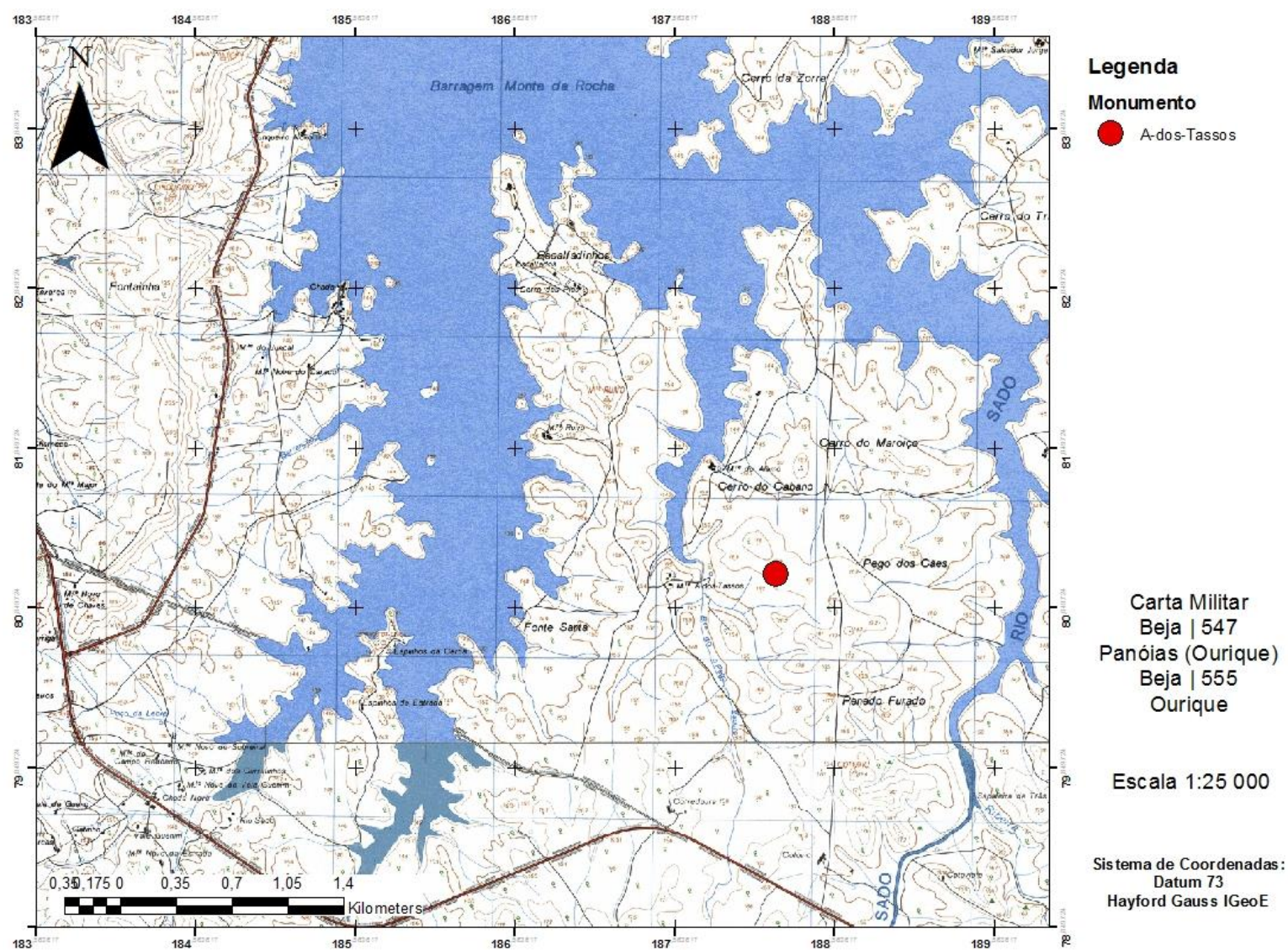
- Cerro do Gatão

Carta Militar  
Beja | 547  
Panóias (Ourique)

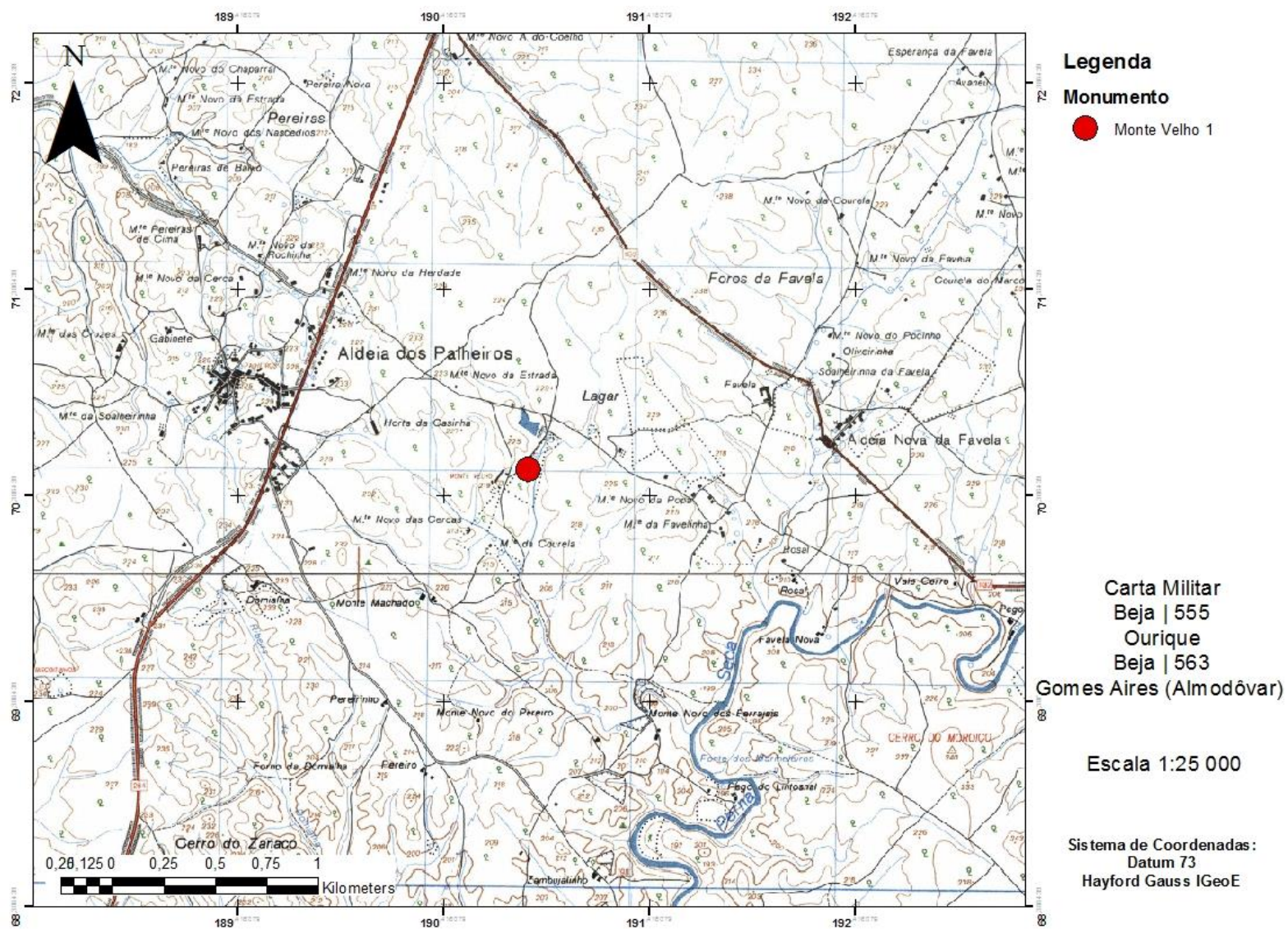
Escala 1:25 000

Sistema de Coordenadas:  
Datum 73  
Hayford Gauss IGeoE

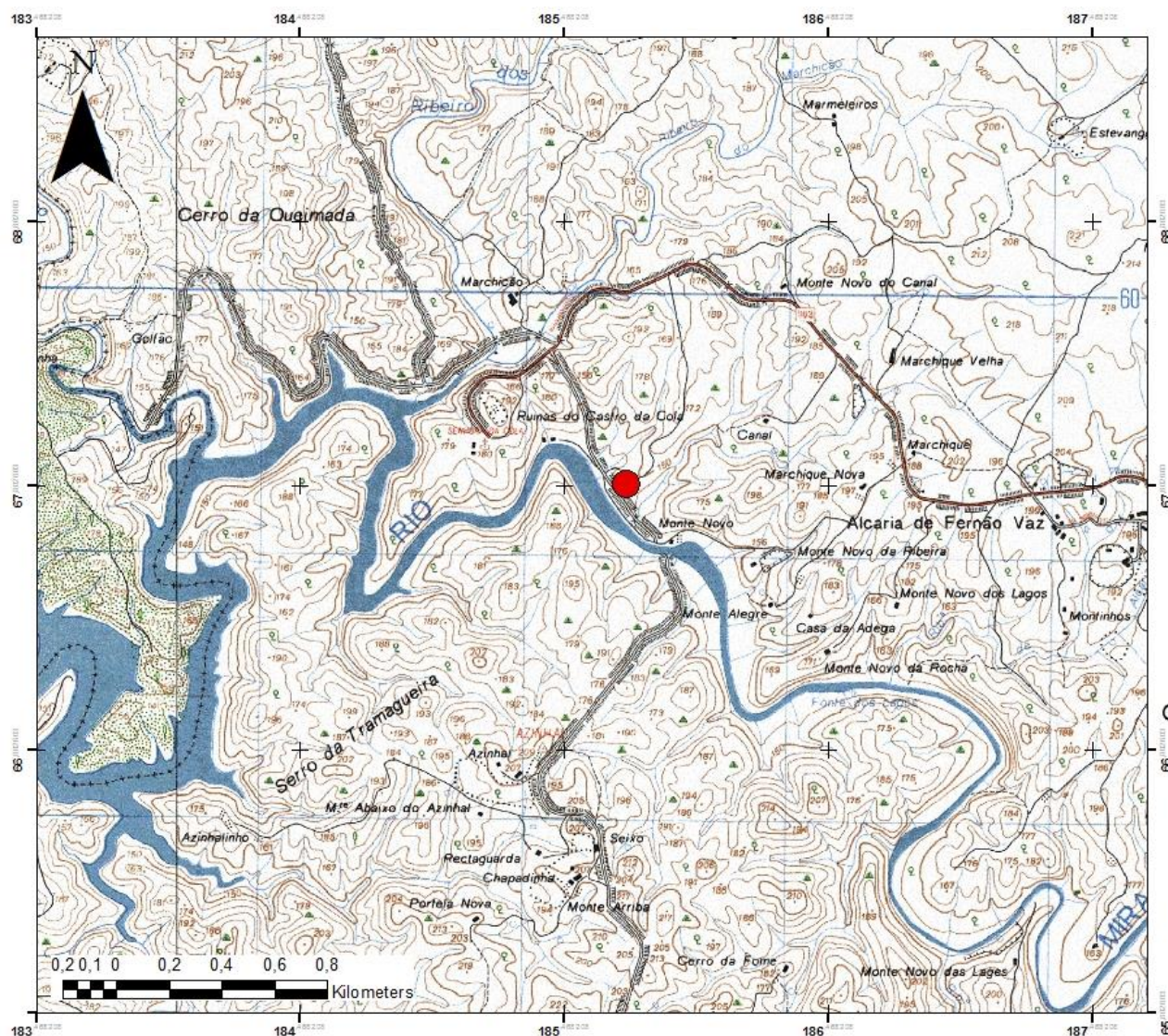












## Legenda

### Monumento

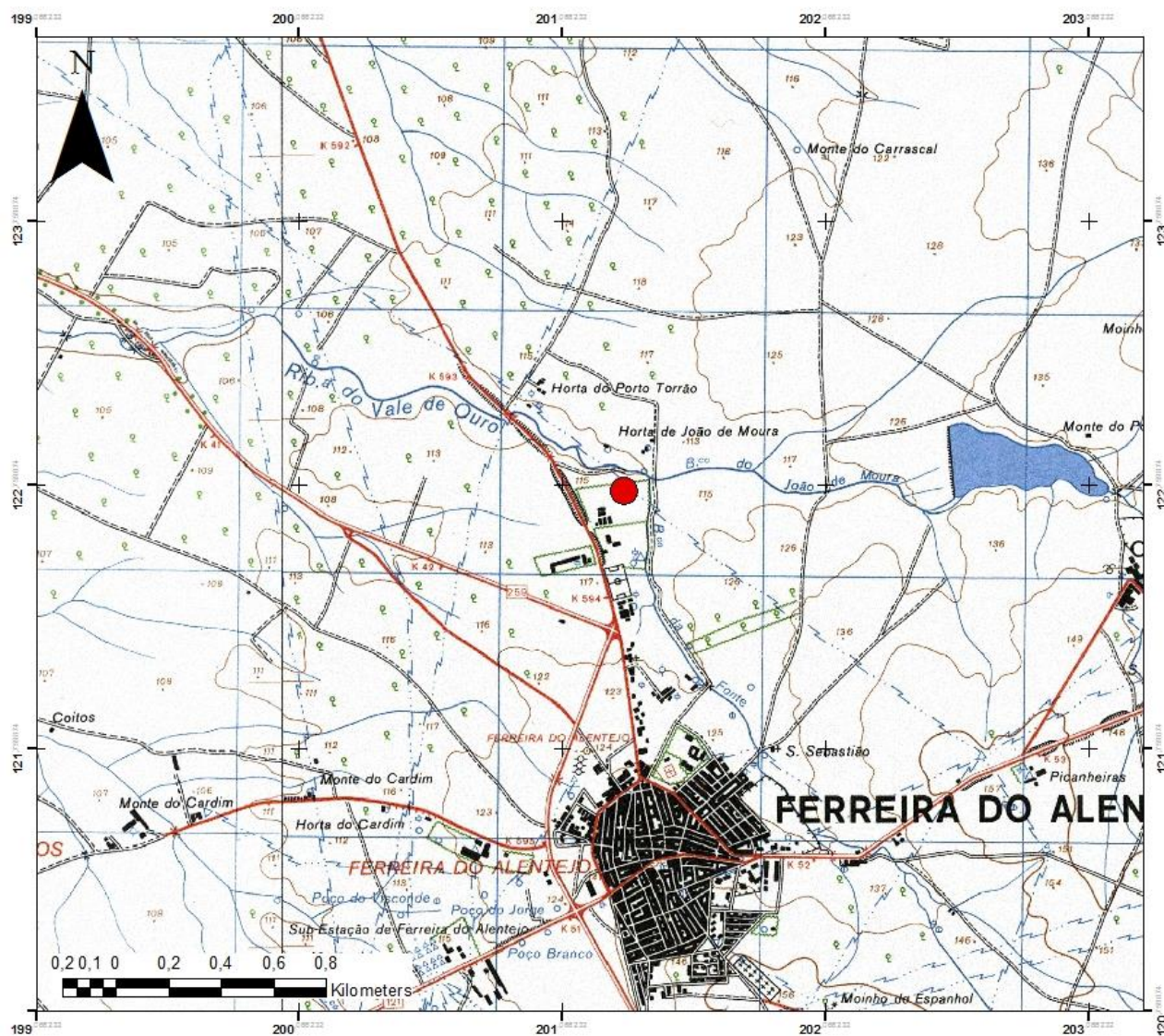
● Nora Velha

Carta Militar  
Beja | 563  
Gomes Aires (Almodôvar)

Escala 1:25 000

Sistema de Coordenadas:  
Datum 73  
Hayford Gauss IGeoE





## Legenda

### Monumento

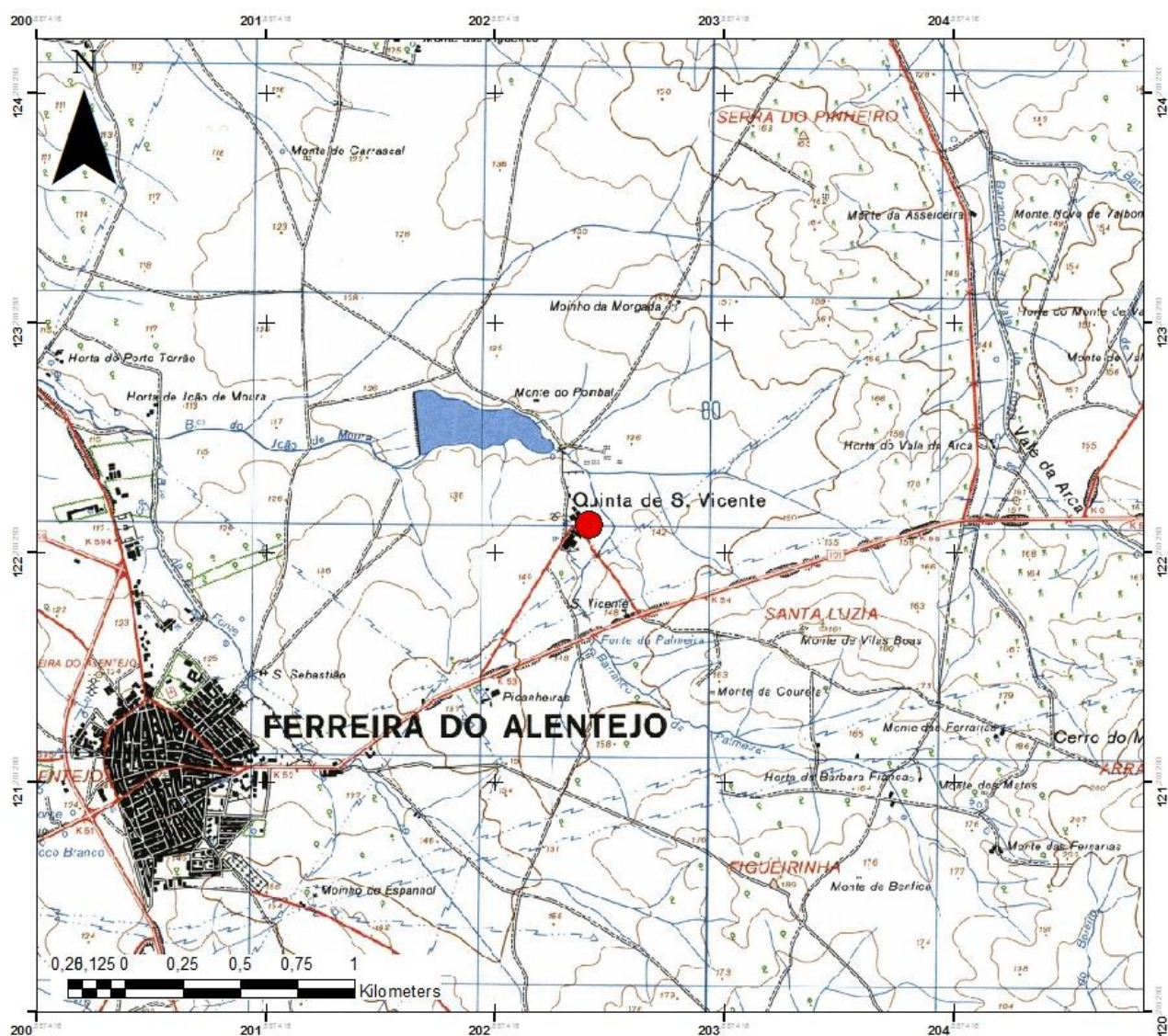
- Horta de João da Moura

Carta Militar  
Beja | 509  
Ferreira do Alentejo

Escala 1:25 000

Sistema de Coordenadas:  
Datum 73  
Hayford Gauss IGeoE





## Legenda

### Monumento

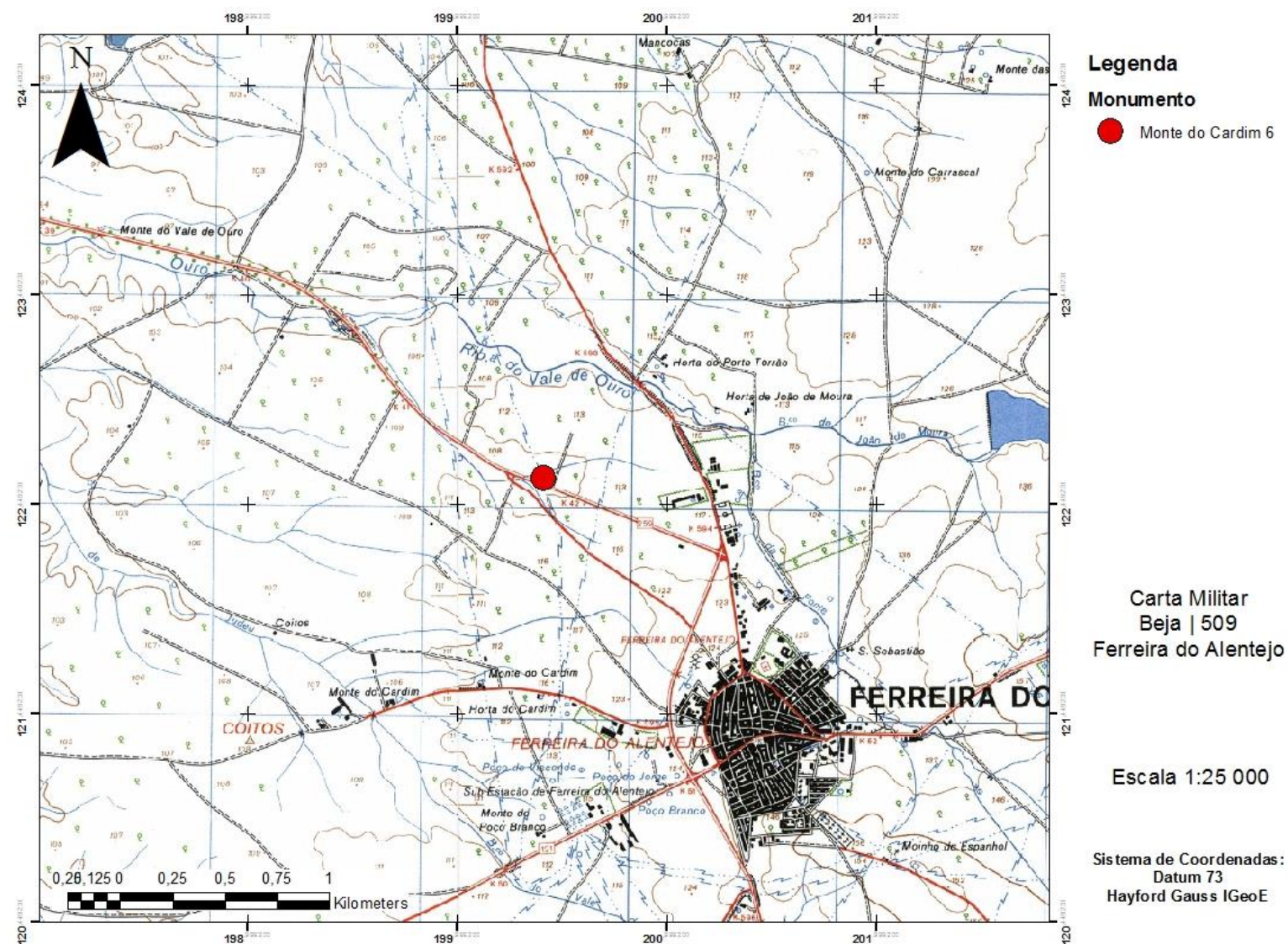
- Monte do Pombal

Carta Militar  
Beja | 509  
Ferreira do Alentejo

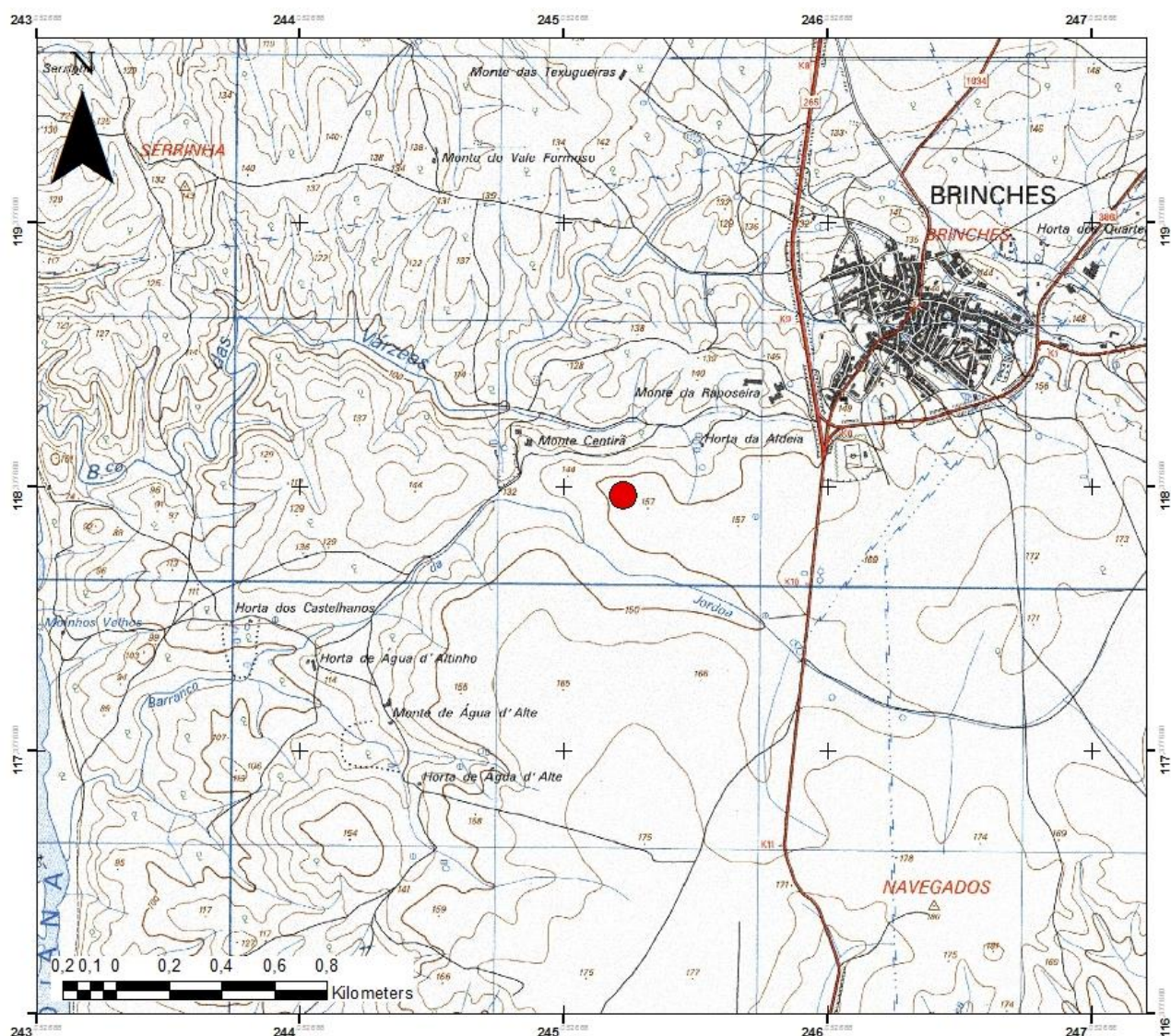
Escala 1:25 000

Sistema de Coordenadas:  
Datum 73  
Hayford Gauss IGeoE









## Legenda

### Monumento

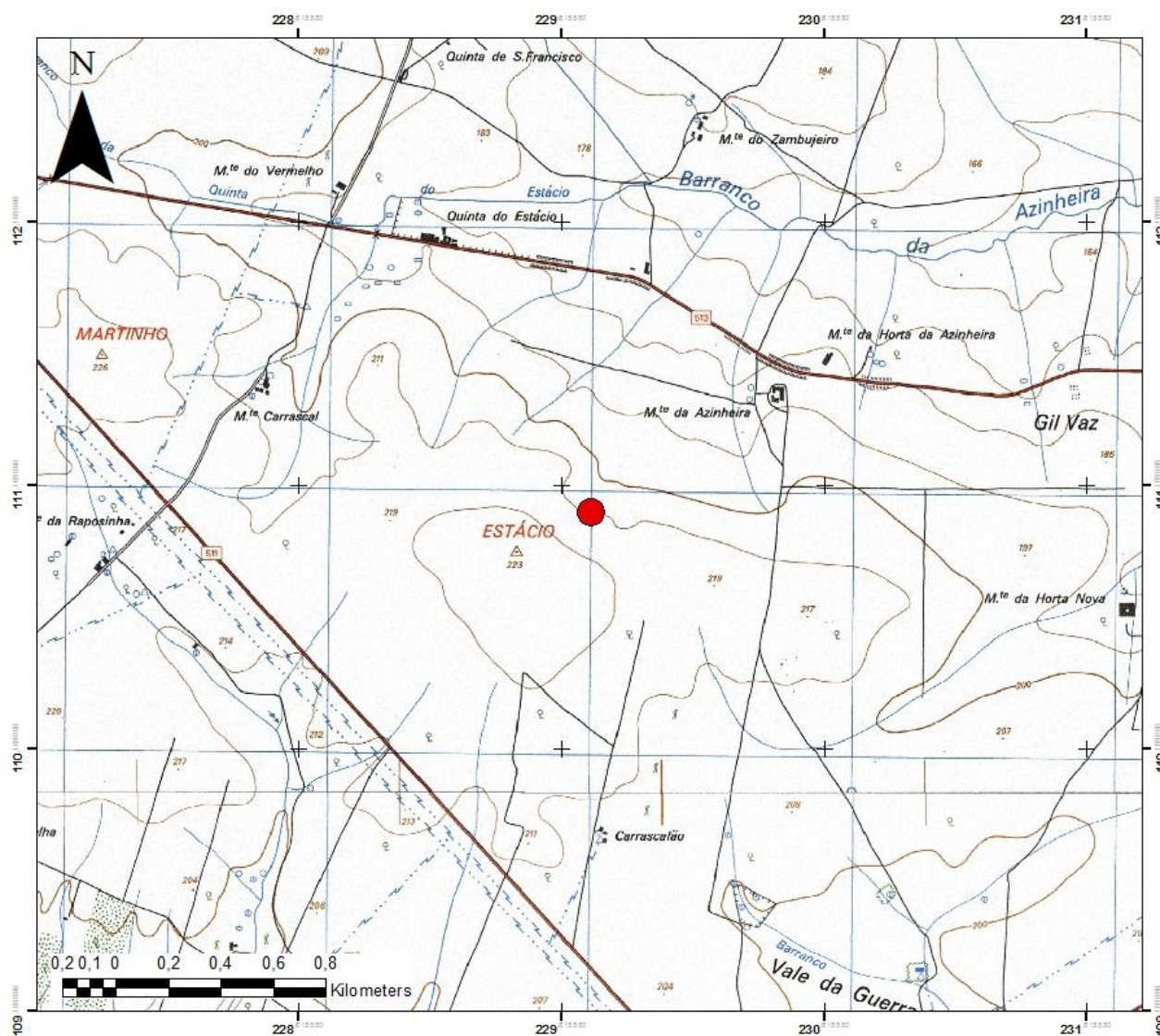
● Centrã 2

Carta Militar  
Beja | 522  
Brinches (Serpa)

Escala 1:25 000

Sistema de Coordenadas:  
Datum 73  
Hayford Gauss IGeoE





## Legenda

### Monumento

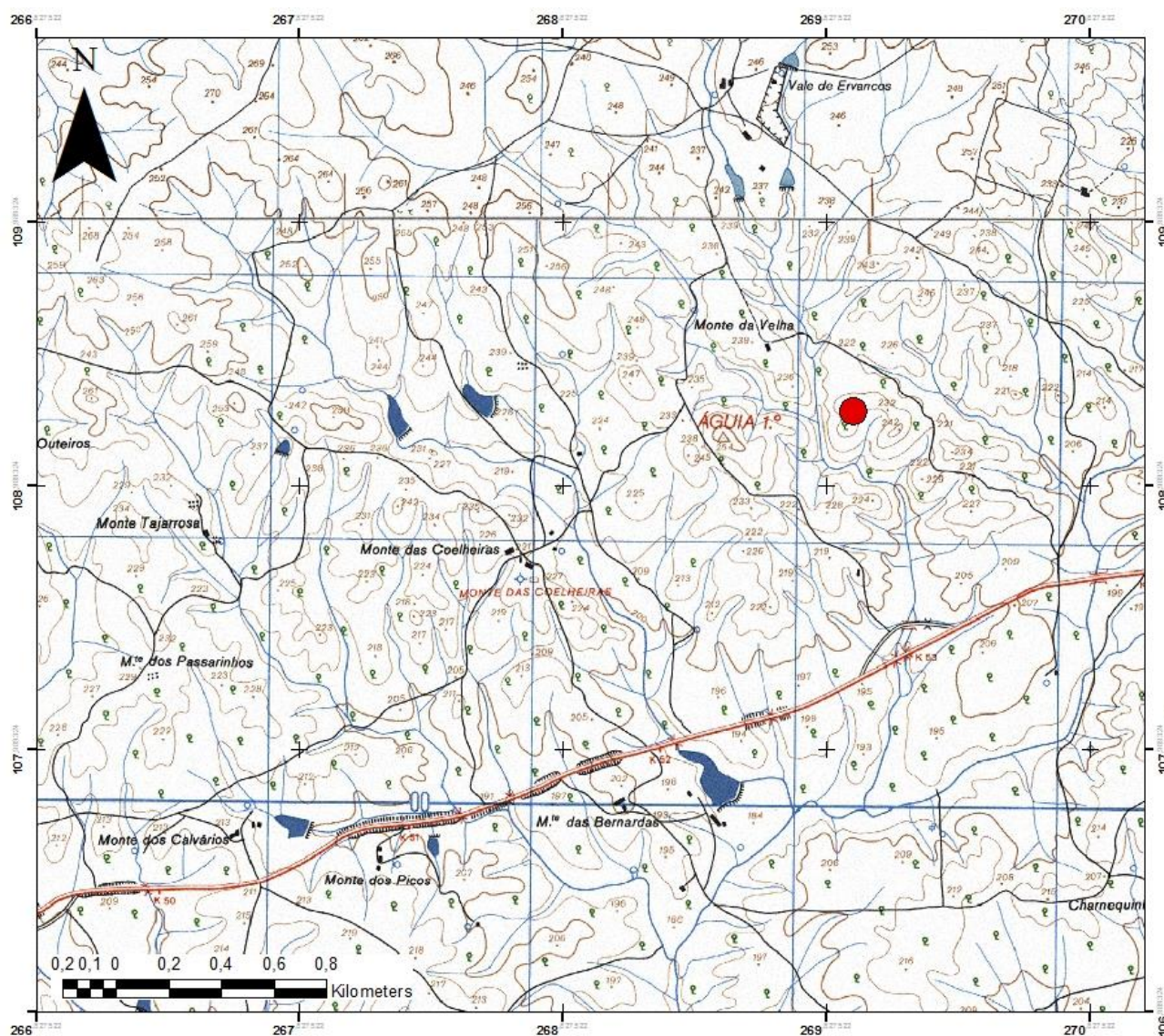
- Quinta do Estácio 6

Carta Militar  
Beja | 521  
Beja

Escala 1:25 000

Sistema de Coordenadas:  
Datum 73  
Hayford Gauss IGeoE





## Legenda

### Monumento

- Monte da Velha

Carta Militar  
Beja | 524  
Sobral da Adiça (Moura)  
Beja | 534  
Vila Verde de Ficalho  
(Serpa)

Escala 1:25 000

Sistema de Coordenadas:  
Datum 73  
Hayford Gauss IGeoE

**ANEXO II. PLANTAS E ESPÓLIO DOS *THOLOI* DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR**

## **II.1. Folha da Amendoeira**

(Viana, 1953; Leisner, 1965)





(adaptado de Leisner, 1965)

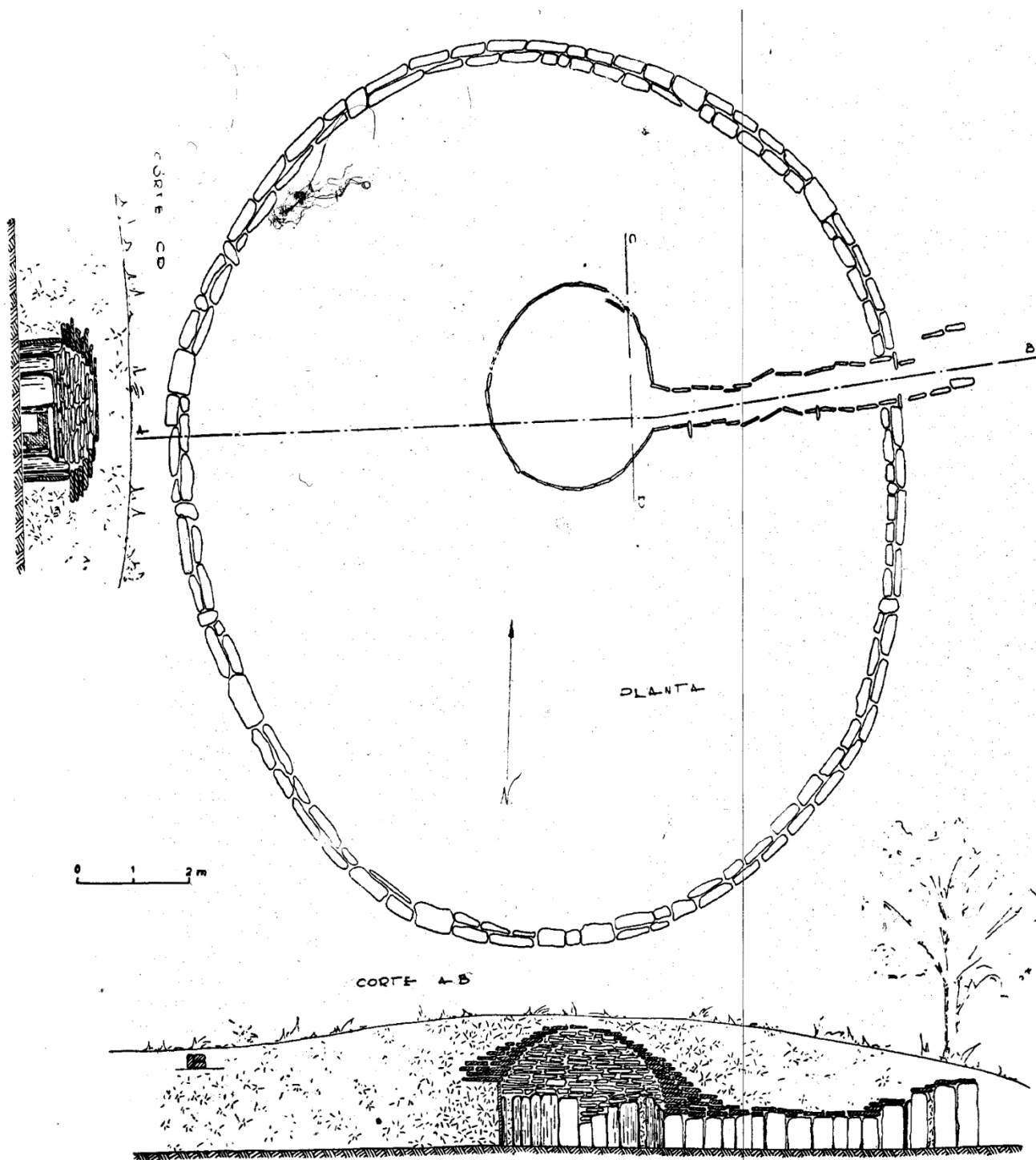


(adaptado de Leisner, 1965)

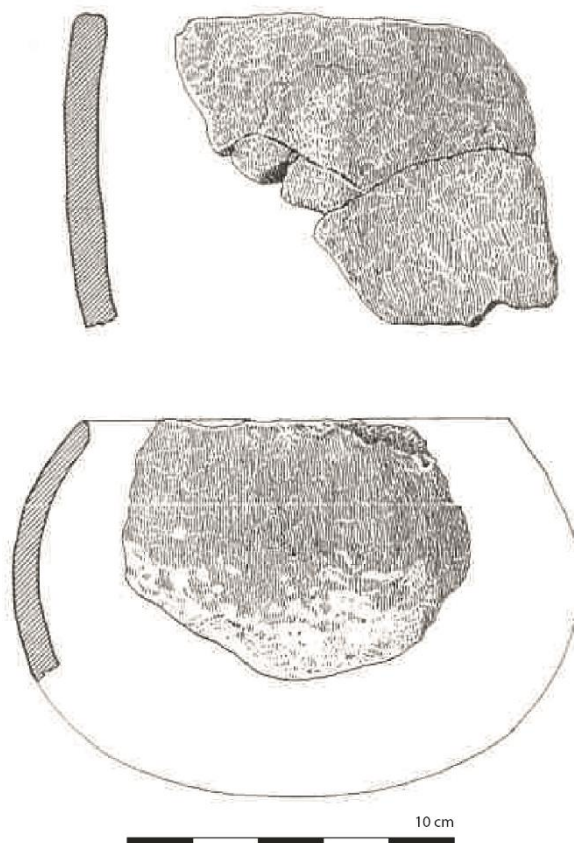
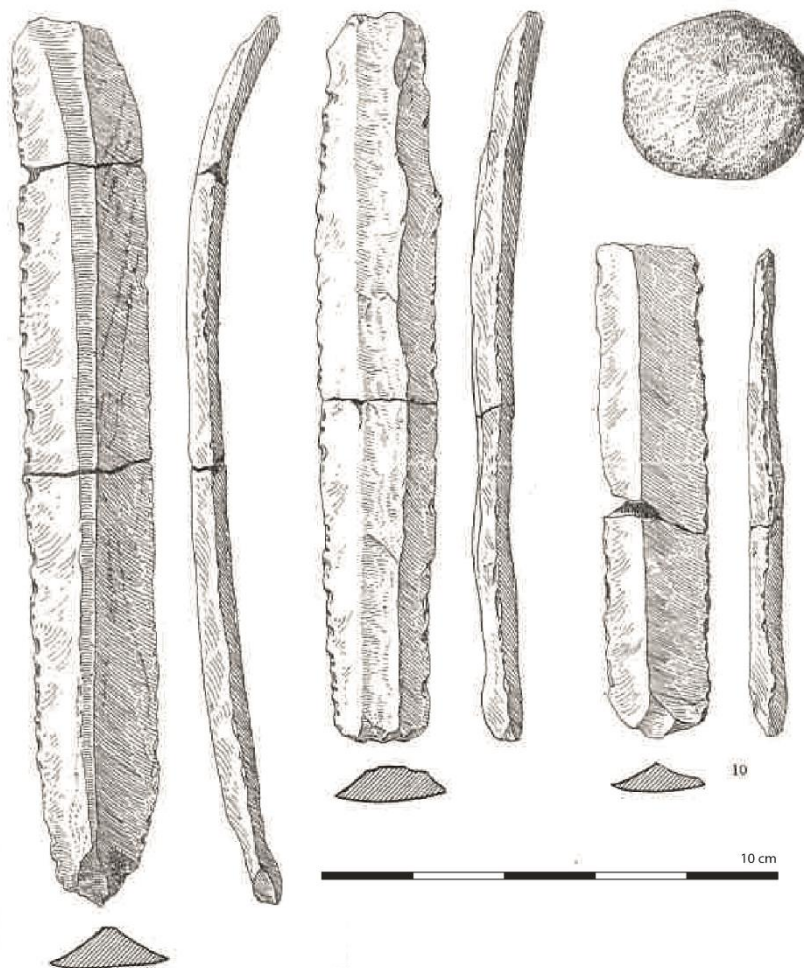


## **II.2 Monte do Outeiro**

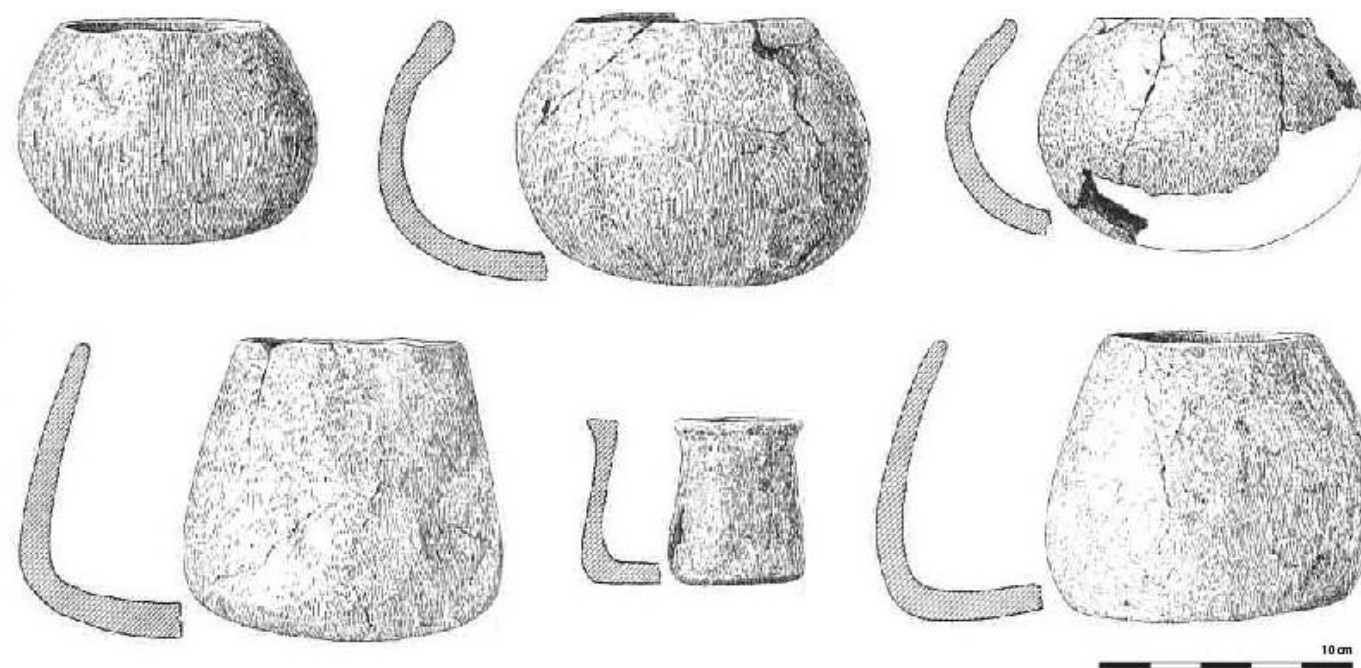
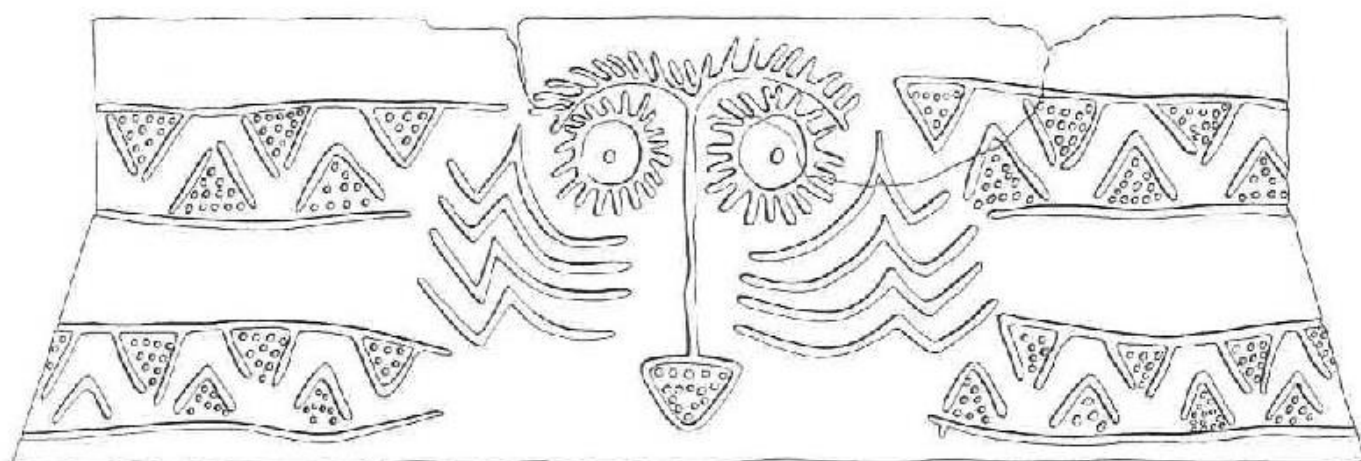
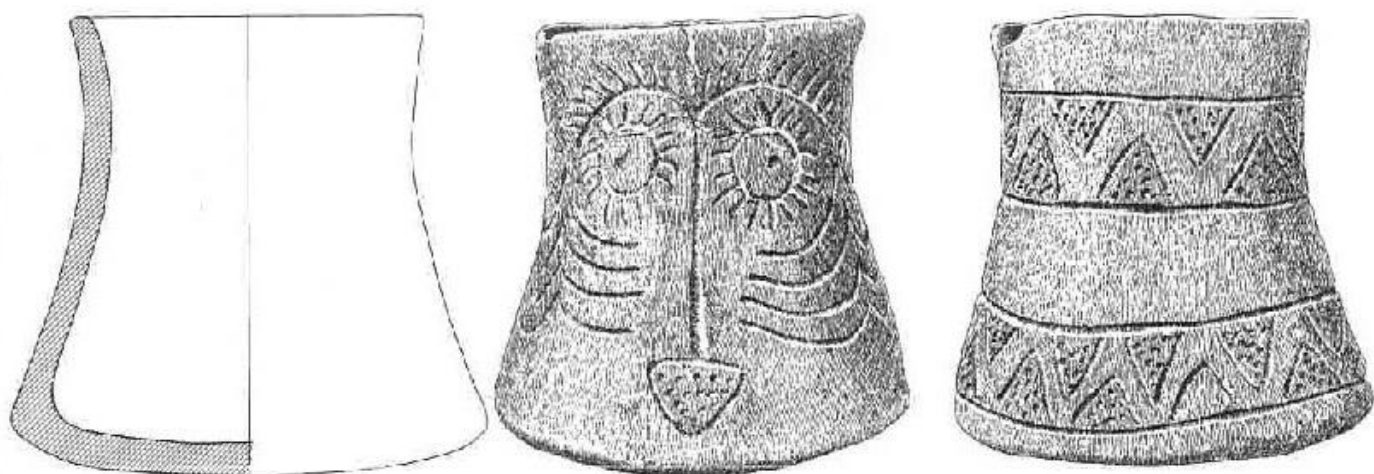
(Viana *et al.*, 1961; Schubart, 1965; Leisner, 1965)



(adaptado de Leisner, 1965)



(adaptado de Leisner, 1965)

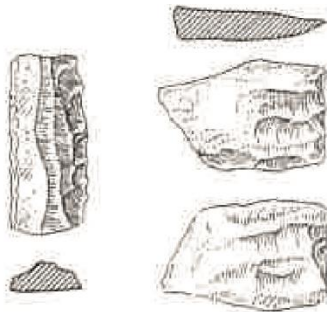
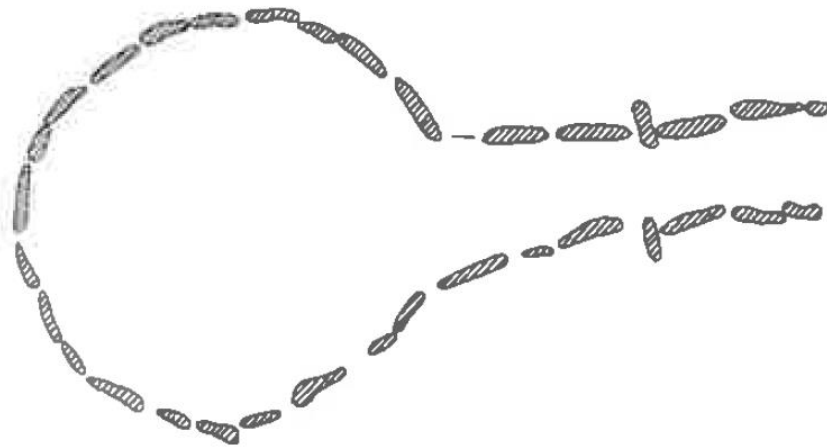


(adaptado de Leisner, 1965)

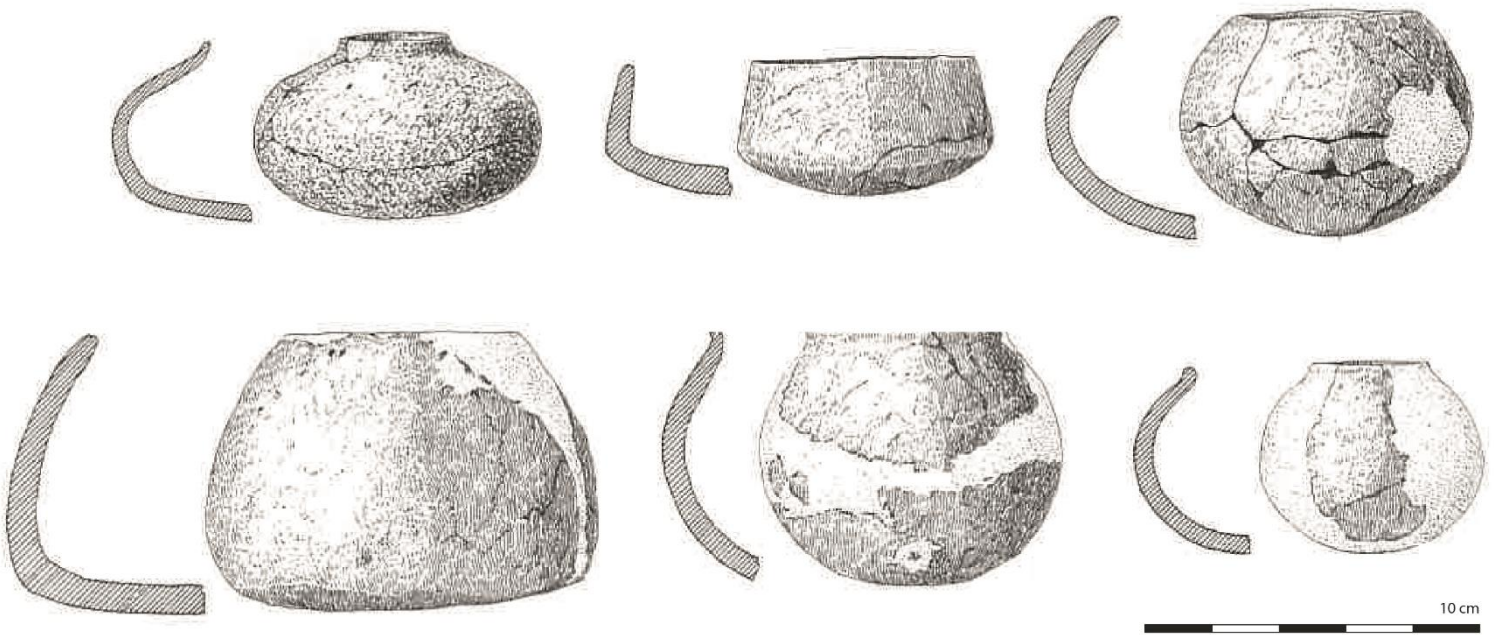


### **II.3. Monte das Pereiras**

(Serralheiro e Andrade, 1961, Leisner, 1965)



10 cm



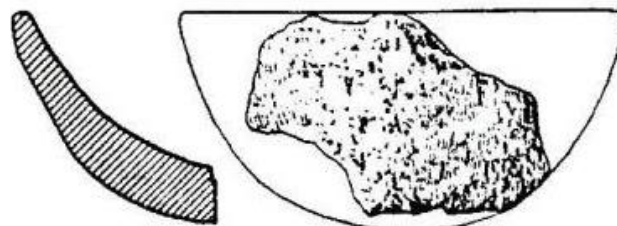
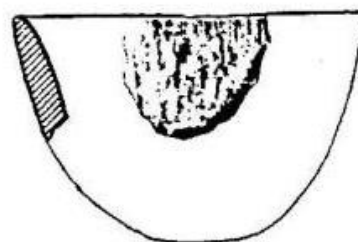
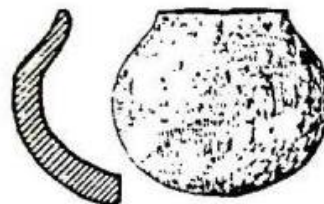
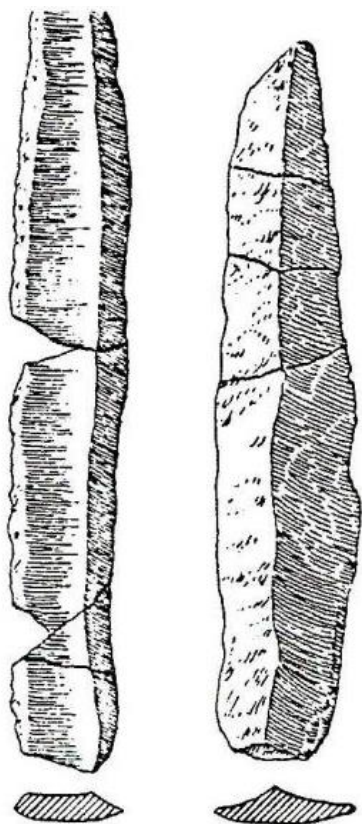
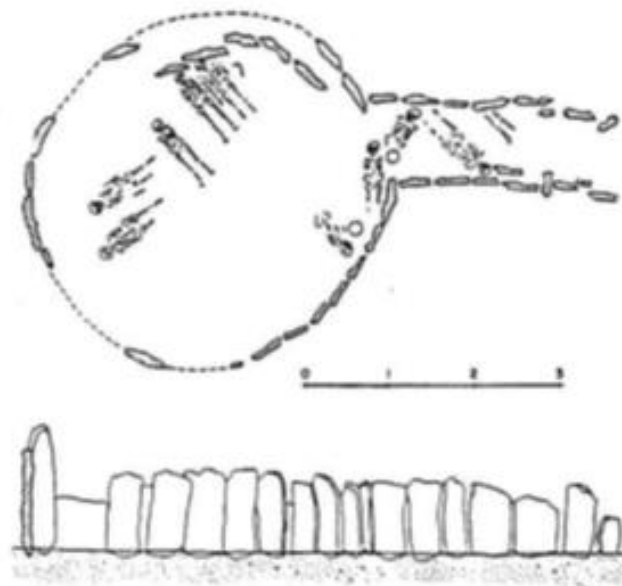
10 cm



(adaptado de Leisner, 1965)

#### **II.4. Malha Ferro**

(Viana, 1959; Viana, 1960; Leisner, 1965)



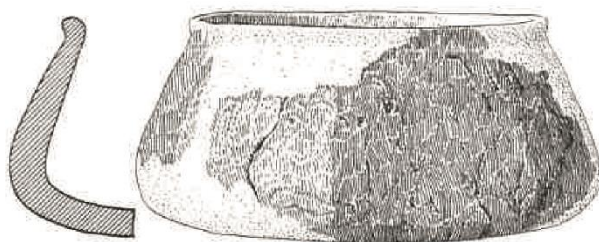
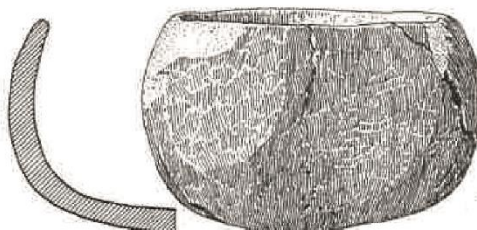
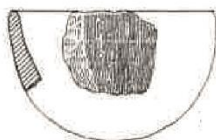
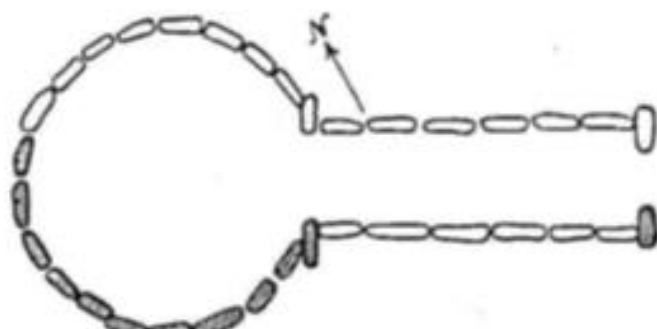
(adaptado de Leisner, 1965)

3cm

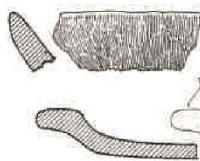
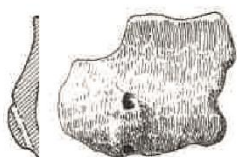


## **II. 5. Amendoeira Nova**

(Viana, 1959; Leisner, 1998; Martins, 2014)



10 cm



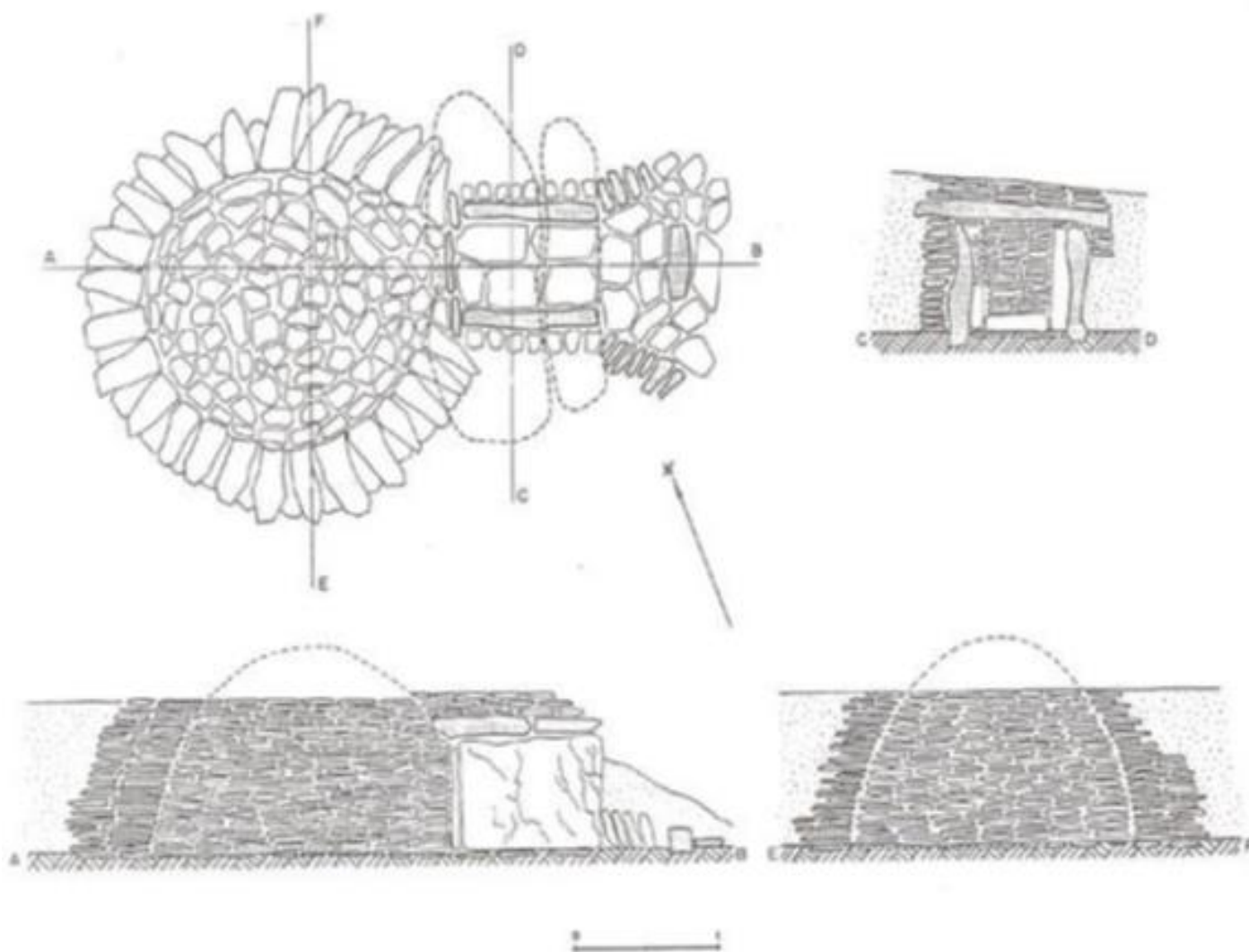
10 cm



(adaptado de Leisner, 1965)

## **II.6. Cerro do Gatão**

(Viana, *et al.*, 1961; Leisner, 1965; Martins, 2014)

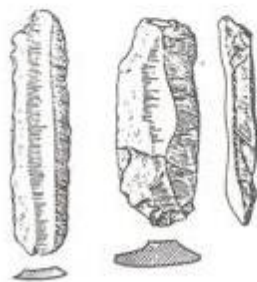
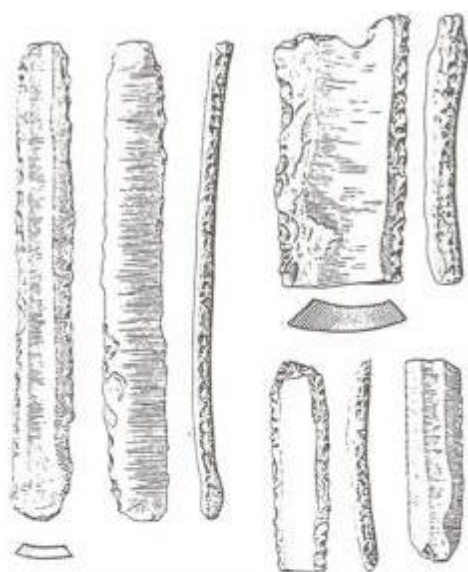
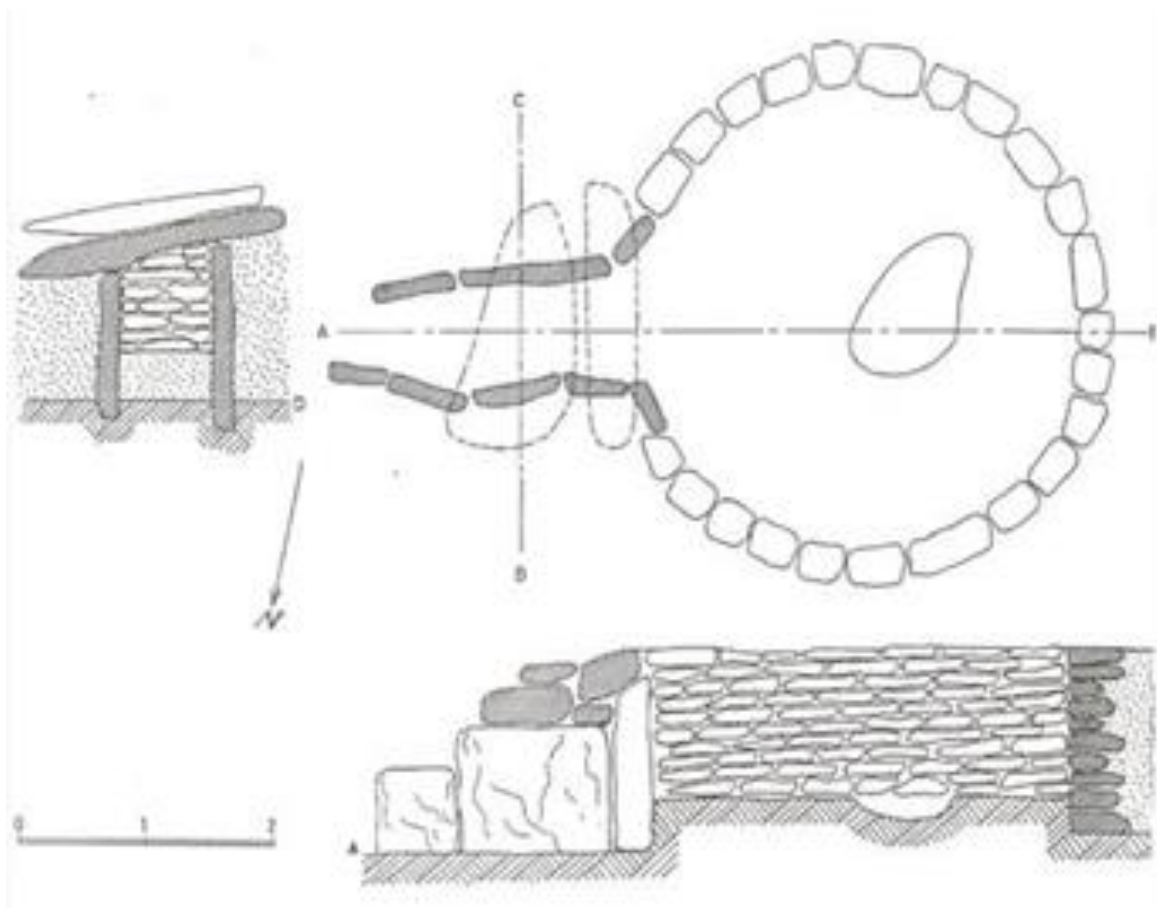


10 cm

(adaptado de Leisner, 1965)

## **II.7. A-dos-Tassos**

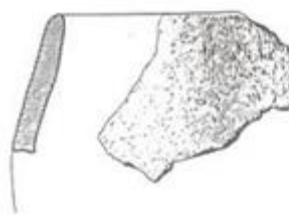
(Viana, *et al.*, 1961; Leisner, 1965; Martins, 2014)



10cm



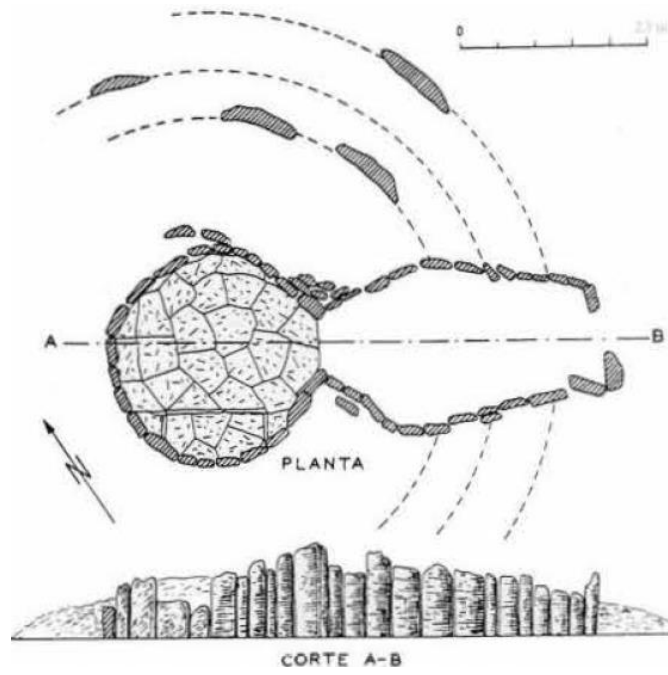
3cm



(adaptado de Leisner, 1965)

## **II.8. Monte Velho 1**

(Viana, *et al.*, 1961; Leisner, 1965; Martins, 2014)

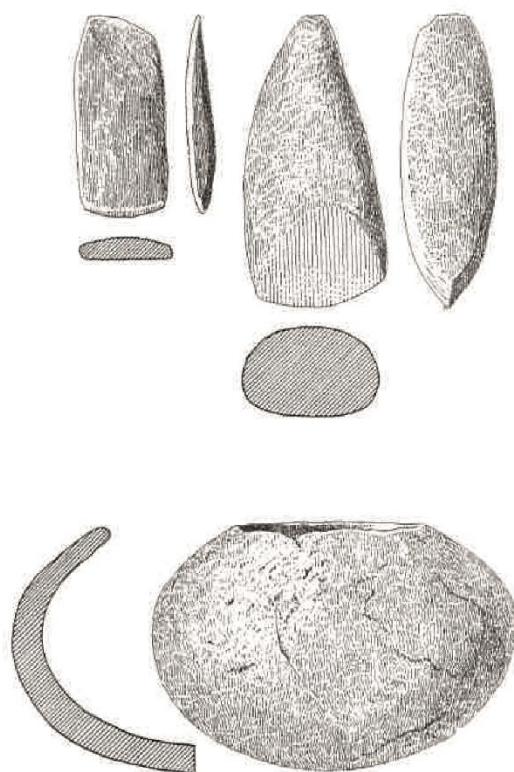
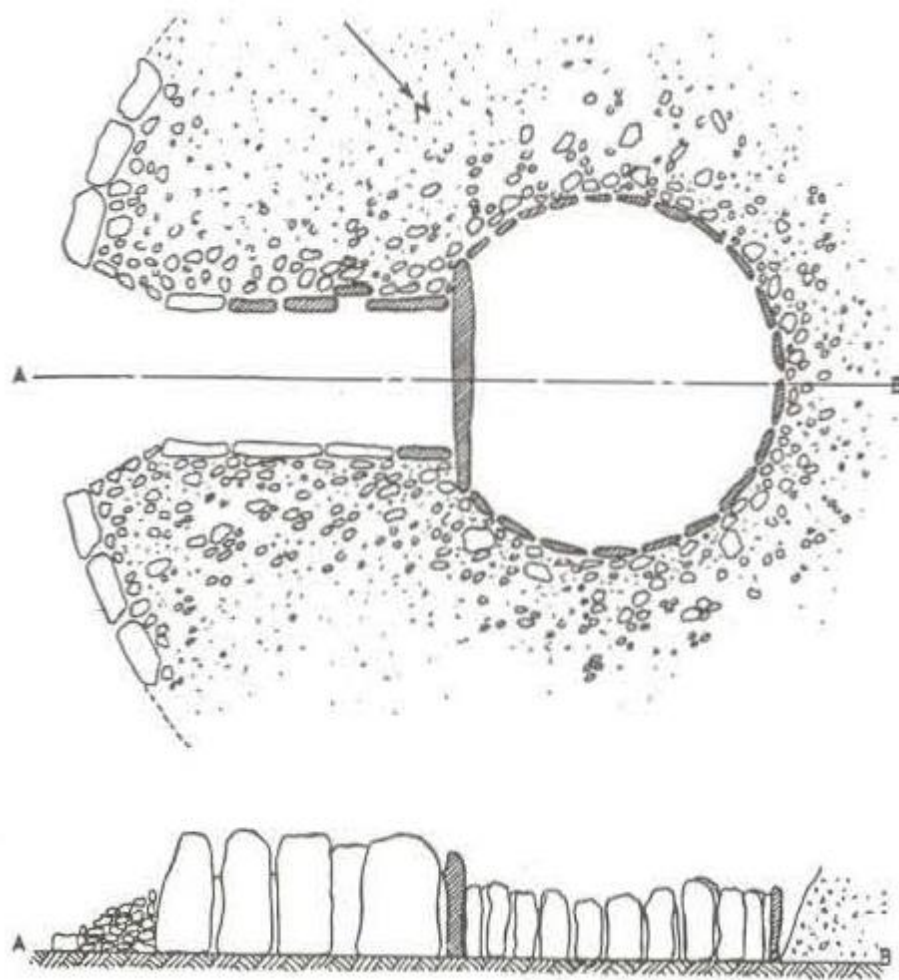


(adaptado de Leisner, 1965)

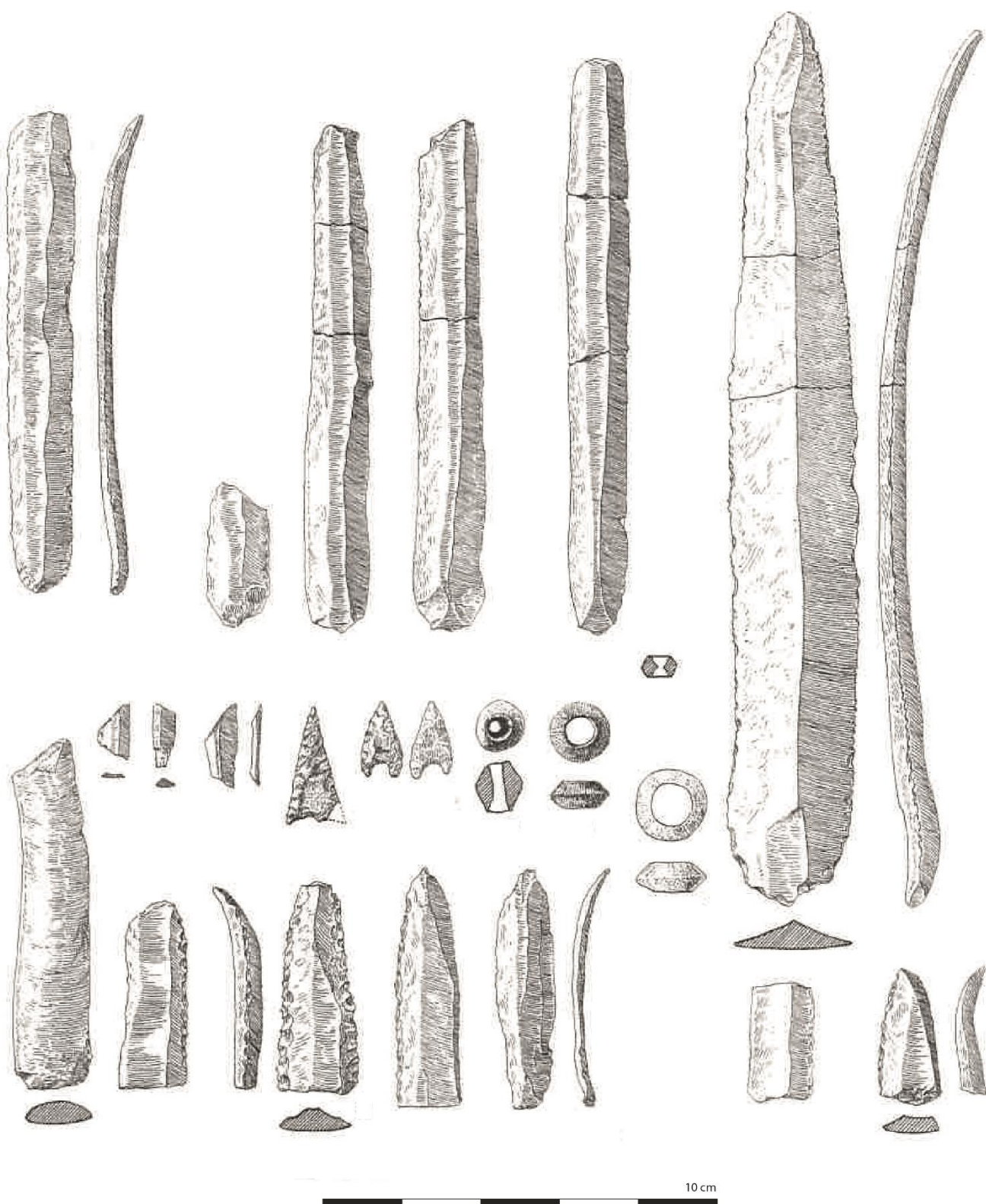


## **II.9. Nora Velha**

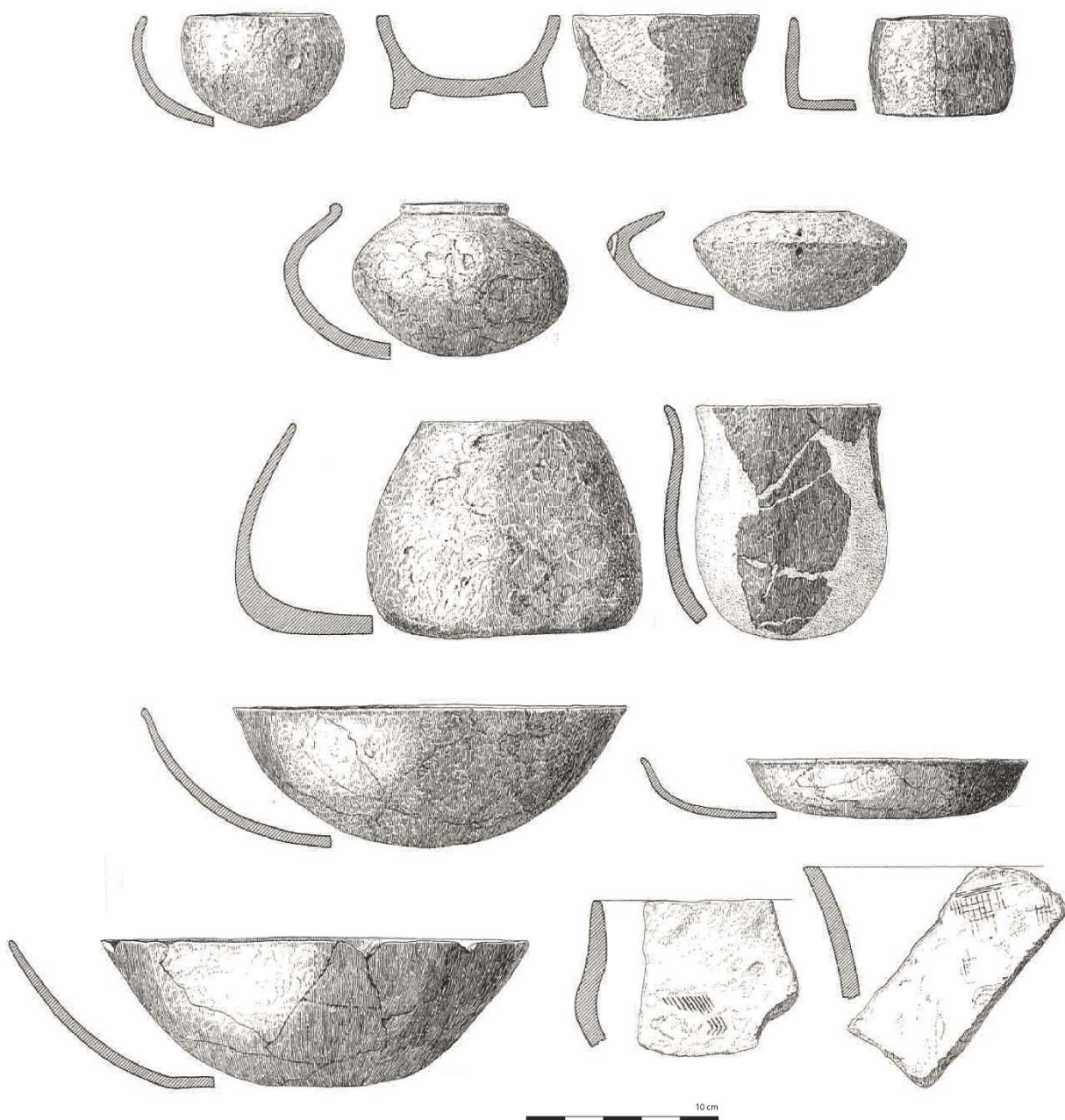
(Viana, *et al.*, 1961; Leisner, 1965; Martins, 2014)



(adaptado de Leisner, 1965)



(adaptado de Leisner, 1965)



(adaptado de Leisner, 1965)

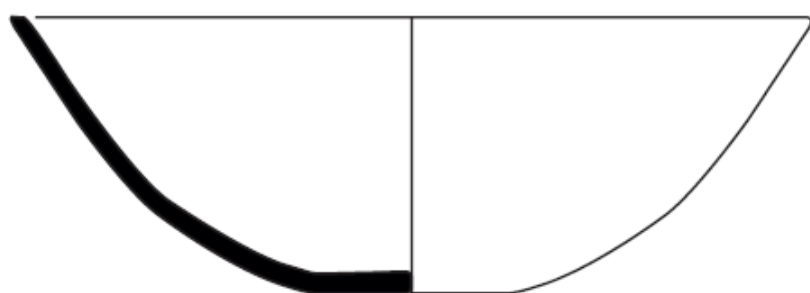
**ANEXO III. FORMAS CERÂMICAS DOS *THOLOI* DO BAIXO ALENTEJO INTERIOR  
(ESTAMPAS)**



A. 3 - Taça



A. 4 - Taça em calote



A. 5 - Taça em calote alta



Formas abertas 10 cm



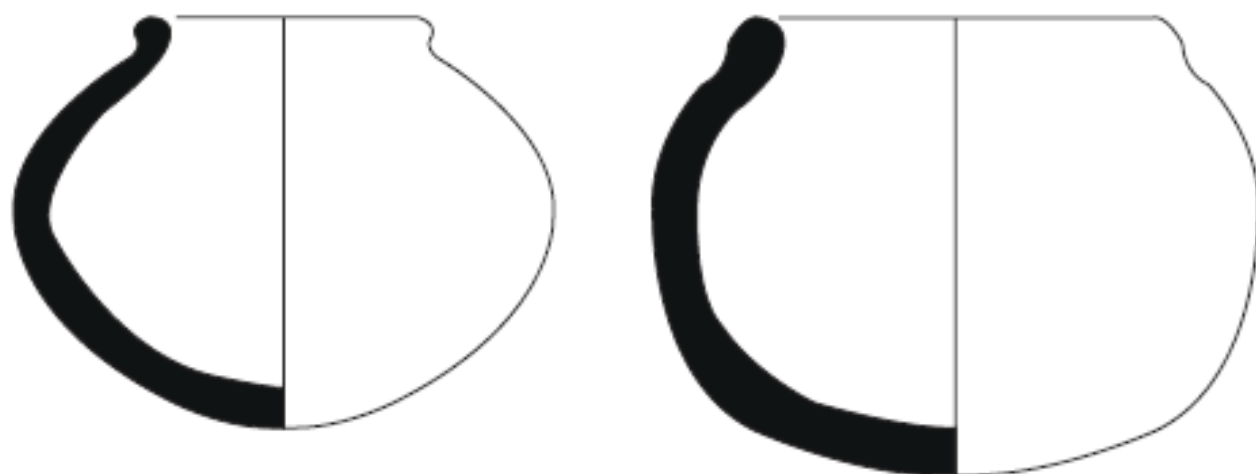
F.1 - Taça em calote fechada



F.2 - Esférico



F.3 - Esférico globular

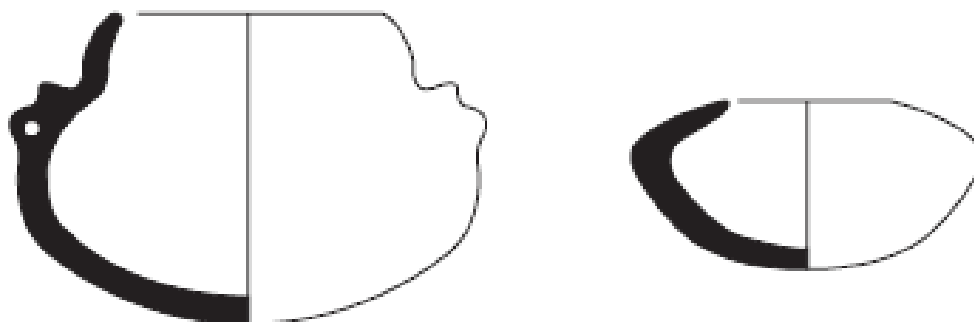


F.4 - Esférico achatado

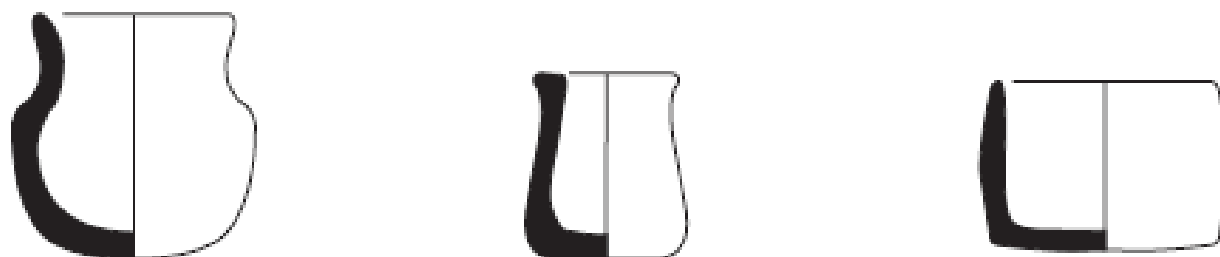


Formas fechadas 10 cm

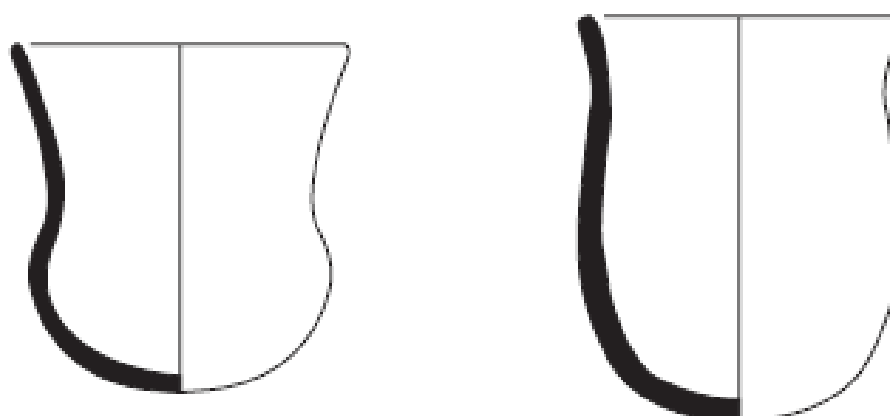
C.2 - Vaso de suspensão



C.3. - Copo



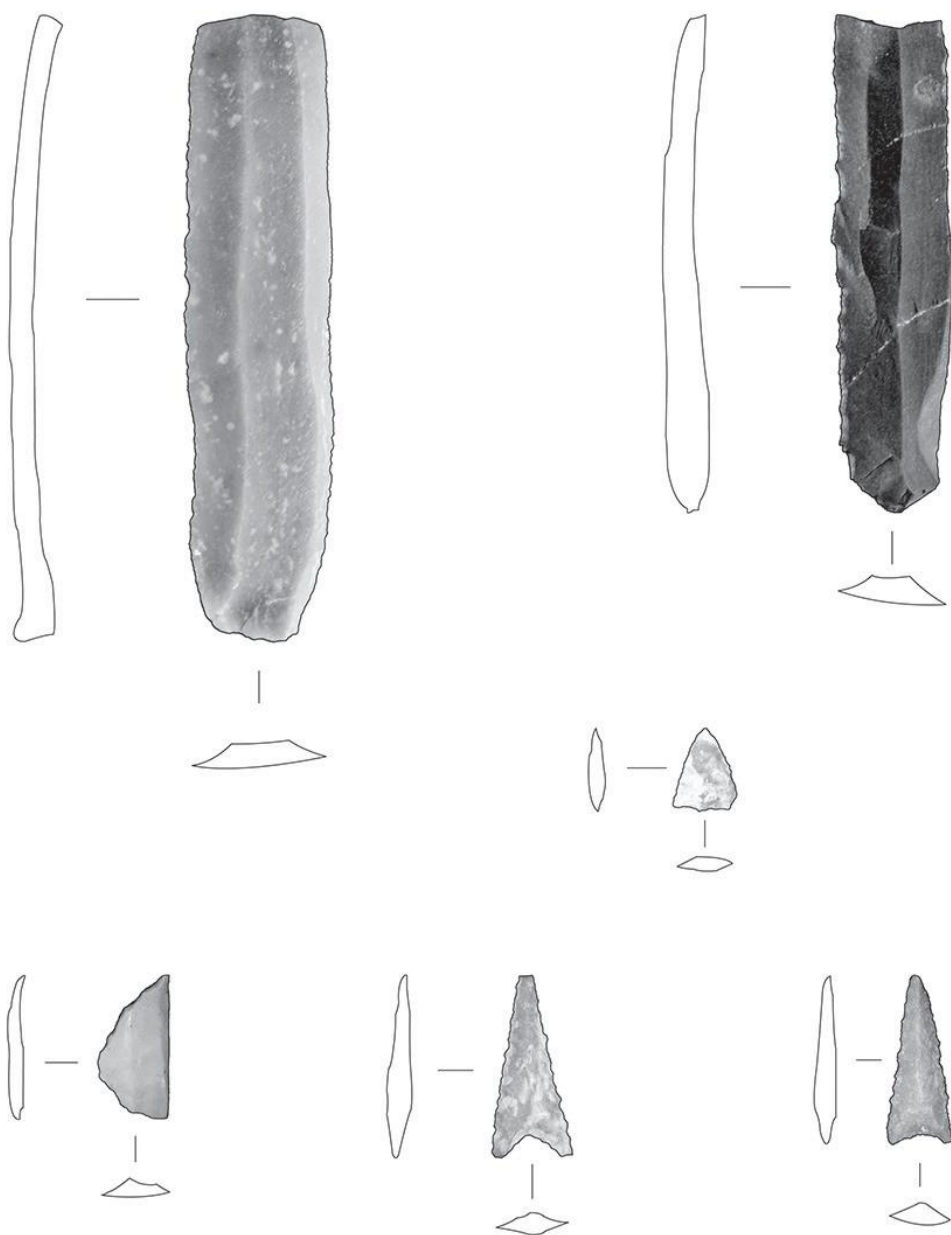
C.4. - Campaniforme

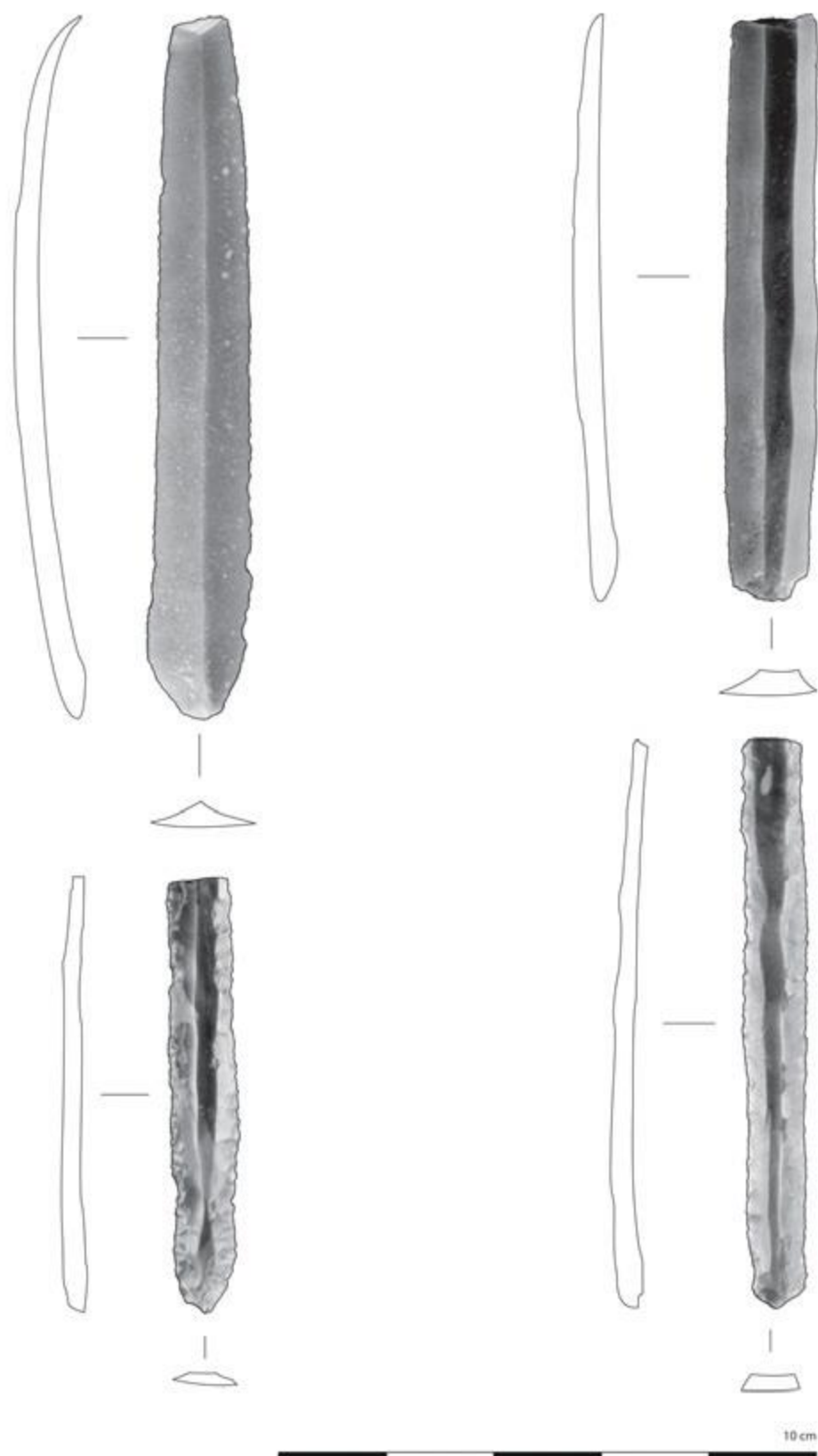


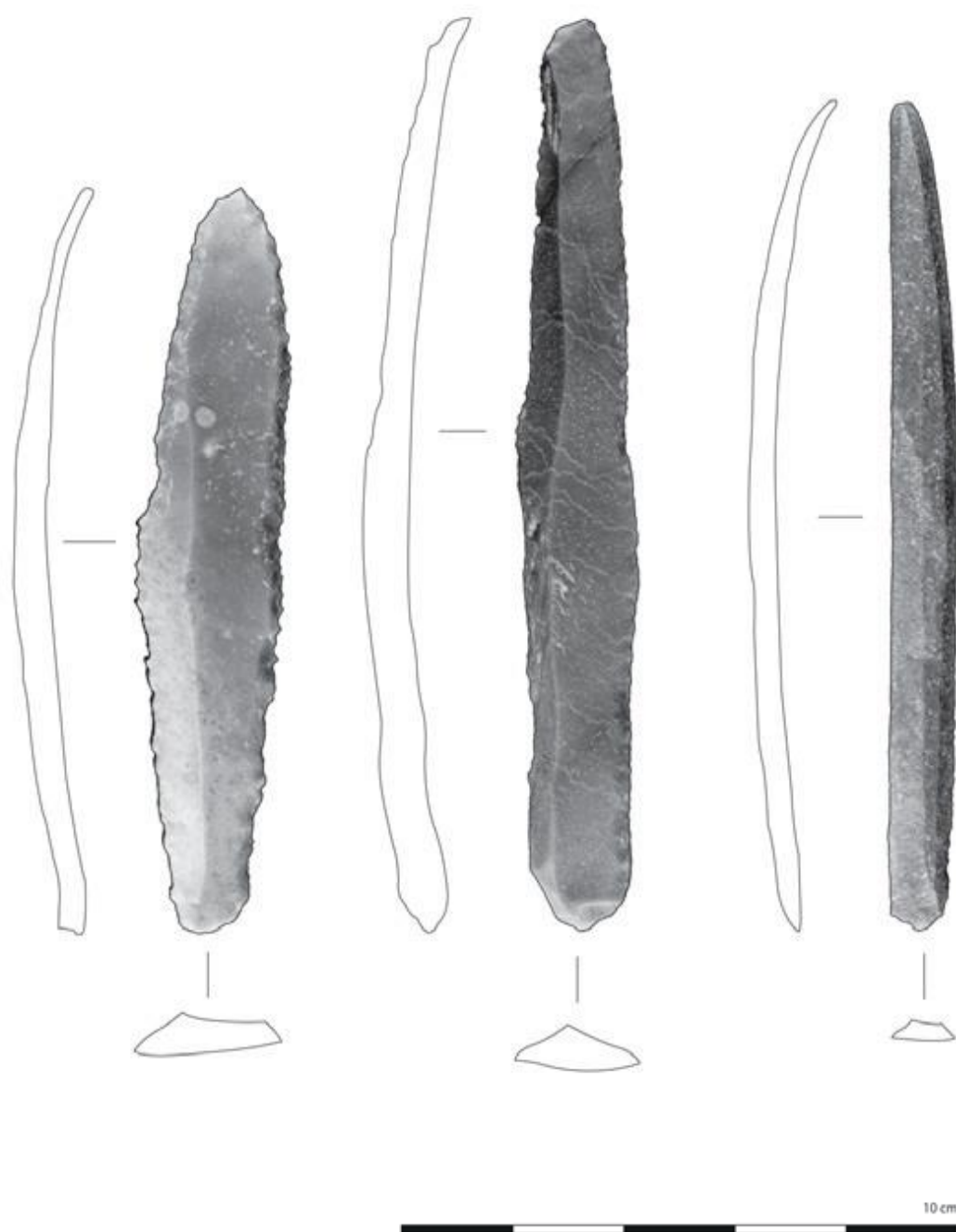
Formas compostas 10 cm



**ANEXO IV. LÂMINAS DE FOLHA DA AMENDOEIRA; PONTA DE SETA DE MONTE DO  
OUTEIRO; PONTAS DE SETA DE MONTE VELHO; TRAPÉZIO DE MALHA FERRO**







**ANEXO V. LÂMINAS DE FOLHA DA AMENDOEIRA**  
**(FOTOGRAFIAS POR VICTOR S. GONÇALVES)**



## Inventário: pedra lascada analisada

Nº inv.	Proveniência	Designação	Estado	Córtex	Talão	Bolbo	Secção	Técnica	Posição	Ângulo	Direcção	Largura máx.	Largura mín.	Espessura máx.	Espessura mín.	Comp. Real	Matéria-prima
460.1	A-dos-Tassos	Lâmina	Inteira	Ausente	Retocado		TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Abrupto	Unifacial	18,71	12,65	5,9	5,13	63,61	Sílex
460.2	A-dos-Tassos	Lâmela	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante e muito oblíquo	Bifacial	9,98	6,34	5,62	4,2	33,45	Sílex
460.3	A-dos-Tassos	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP?	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Abrupto	Bifacial	20,35	10,63	6,26	5,1	150,85	Sílex
460.4	A-dos-Tassos	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Muito oblíquo	Bifacial	18,75	16,1	4,78	3,85	63,53	Sílex
460.5	A-dos-Tassos	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Abrupto e muito oblíquo	Unifacial	26,1	23,07	9,38	7,76	65,51	Sílex
460.6	A-dos-Tassos	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido com esq.	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Abrupto e muito oblíquo	Bifacial	19,05	16,37	5,45	4,2	77,31	Sílex
461.8	Monte Velho	Lâmina	Inteira	Ausente		Ausente	TRP	Pressão	Ambos os bordos	Muito oblíquo	Bifacial	12,19	10,44	3,3	3,01	70,13	Sílex
461.7	Monte Velho	Lâmina	Inteira	Parcial. cortical	Liso	Ausente	TRP	Pressão	Ambos os bordos	Muito oblíquo	Bifacial	12,92	10,43	3,96	3,66	54,92	Sílex
461.9	Monte Velho	Lâmina	Inteira	Ausente	Liso	Ausente	TR	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante	Bifacial	13,38	10,62	3,2	2,8	85,39	Sílex
461.2	Monte Velho	Lâmina	Inteira	Vestíglial	Facetado rectilíneo	Ausente	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Muito oblíquo	Bifacial	14,49	10,42	3,76	2,61	102,32	Sílex
461.11	Monte Velho	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante e muito oblíquo	Unifacial	15,09	11,5	4,65	3,37	110,48	Sílex
461.6	Monte Velho	Lâmina	Quase inteira	Ausente		Ausente	TRP	Pressão	Ambos os bordos	Muito oblíquo	Bifacial	16,8	14,25?	5,93	3,95	83,77	Sílex
461.12	Monte Velho	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TR	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Muito oblíquo e rasante	Unifacial	16,8	11,14	5,79	3,35	145,04	Sílex
461.5	Monte Velho	Lâmina	Fragmentada	Parcial. cortical	Liso	Ausente	TRP		Ambos os bordos	Muito oblíquo	Bifacial	17,98	16	3,6	3,35	39,71	Sílex
461.1	Monte Velho	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante	Bifacial	18,75	10,55	5,24	4,27	83,64	Sílex
461.1	Monte Velho	Lâmina	Fragmentada	Ausente	Liso	Ausente	TRP		Ambos os bordos	Muito oblíquo	Unifacial	19	17,16	4,82	4,41	42,85	Sílex
461.4	Monte Velho	Lâmina	Fragmentada	Ausente	Liso	Ausente	TR		Ambos os bordos	Rasante, muito oblíquo e abrupto	Bifacial	19	17,13	5,1	4,27	33,45	Sílex
461.34/13	Monte Velho	Lâmina	Reconstituída	Ausente	Facetado convexo	Nítido com esq.	IR	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Abrupto	Unifacial	20,88	15,78	7,22	4,38	188,31	Sílex

Nº inv.	Proveniência	Designação	Estado	Córtex	Talão	Bolbo	Secção	Técnica	Posição	Ângulo	Direcção	Largura máx.	Largura mín.	Espessura máx.	Espessura mín.	Comp. Real	Matéria-prima
599.1	Cerro do Gatão	Lâmina	Fragmentada	Ausente			TRP		Ambos os bordos	Abrupto	Unifacial	42,98	36,53	12,7	9,55	89,05	Sílex
986.193.10	Folha da Amendoeira	Lâmina	Duas partes	Ausente	Facetado convexo	Nítido com esq.	TRP	Rrecursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante	Bifacial	19,6	8,08	5,59	2,12	191,55	Sílex
986.193.11	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Linear	Ausente	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante	Bifacial	18,62	16,89	4,72	3,94	92,21	Sílex
986.193.12	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	IR	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante e muito oblíquo	Bifacial	12,31	3,77	4,1	2,14	149,42	Sílex
986.193.63	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Oblíquo e abrupto	Unifacial	17	8	5	3	124	Sílex
986.193.64	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante	Unifacial	26,2	15,28	5,82	4,93	112,02	Sílex
986.193.65	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido com esq.	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Muito oblíquo e rasante	Bifacial	21,59	15,49	6,52	5,47	89,55	Sílex
986.193.66	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido com esq.	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Abrupto	Unifacial	11,78	9,62	4,96	3,82	105,91	Sílex
986.193.67	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TR	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Oblíquo e abrupto	Unifacial	17	6	7	2,5	192	Sílex
986.193.68	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	IR	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Muito oblíquo	Unifacial	22,26	6,25	8,13	2,6	162,97	Sílex
986.193.69	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante	Unifacial	17,4	14,33	5,02	3,88	109,36	Sílex
986.193.70	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TR	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante e muito oblíquo	Bifacial	18,51	10,33	4,82	1,28	129,92	Sílex
986.193.71	Folha da Amendoeira	Lâmina	duas partes	Parcial. cortical	Facetado convexo	Nítido	TRP?	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante e muito oblíquo	Unifacial	22,42	14,05	5,85	1,85		Sílex
986.193.72	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido com esq.	TRP/IR	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Muito oblíquo e abrupto	Bifacial	12,5	9,04	4,04	3,24	79,38	Sílex
986.193.73	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Ausente	TRP	Pressão	Ambos os bordos	Abrupto	Unifacial	14,07	10,04	7,32	5,94	61	Sílex
986.193.9	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	IR	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Abrupto	Bifacial	26,02	10,40?	7,22	2,41	133,34	Sílex
MNA.2157	Folha da Amendoeira	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Ausente	TRP	Precursão indirecta	Ambos os bordos	Rasante	Unifacial	18	10,36	4,13	2,3	104,92	Sílex
moo312 53	Monte do Outeiro	Lâmina	Reconstituída	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TR		Ambos os bordos	Abrupto	Unifacial	28,41	22,13	9,92	6,35	126,48	Sílex



Nº inv.	Proveniência	Designação	Estado	Córtex	Talão	Bolbo	Secção	Técnica	Posição	Ângulo	Direcção	Largura máx.	Largura mín.	Espessura máx.	Espessura mín.	Comp. Real	Matéria-prima
1	Nora Velha	Lâmina	Inteira	Vestigial	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos	Oblíquo	Bifacial	39	5	9	2	261	Sílex
2	Nora Velha	Lâmina	Inteira	Ausente	Linear	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos	Oblíquo	Unifacial	20	10	5	2,5	143	Sílex
3	Nora Velha	Lâmina	Inteira	Presente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos	Oblíquo	Bifacial	17	2	4	1	70,5	Sílex
4	Nora Velha	Lâmina	Inteira	Presente	Linear	Ausente	TRP	Precursão indirecta	Ambos	Ambos	Abrupto	24	6	8,5	3,5	65	Sílex
5	Nora Velha	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos	Ambos	Oblíquo	19	9	5,5	1,5	147	Sílex
6	Nora Velha	Lâmina	Inteira	Ausente	Facetado convexo	Nítido	TRP	Precursão indirecta	Ambos	Ambos	rasante	19,5	12	5	3	151	Sílex
7	Nora Velha	Ponta de seta										15		4,5	34	36	Sílex
8	Nora Velha	Ponta de seta										12,5		2	18	25	Sílex
9	Nora Velha	Trapézio										9,5		2		17	Sílex
10	Nora Velha	Trapézio										9		2		28	Sílex

Inventário: pedra polida analisada

	n° inv.	designação	estado de conservação	bordos		gume, extremidade distal			talão, extremidade proximal		faces	secção	acabamento	cor	matéria-prima	medidas (m)		
				orientação	geometria dos bordos	geometria	bisel	estado	tipo	estado						comp.	larg.	esp.
Folha da Amendoeira	986.193.55	machado	todas as medidas	divergentes	rectilíneos/convexos	convexo	convexo dissimétrico	intacto	truncado	percursão	plana/convexa	subrectangular	polimento na extremidade distal	cinzento	anfibolito	0,222	0,064	0,025
	986.193.56	machado	todas as medidas	convergentes	convexos	convexo	convexo dissimétrico	intacto	gume	afeiçãoado	plana/convexa	subrectangular	polimento na extremidade distal	cinzento	anfibolito	0,100	0,042	0,021
	986.193.57	machado	talão e área mesial	paralelos	rectilíneos	convexo	convexo simétrico	intacto	truncado	percursão	plana/convexa	subrectangular	polimento na extremidade distal	cinzento	anfibolito	0,089	0,049	0,018
	986.193.58	machado	talão e área mesial	divergentes	convexos	convexo	convexo simétrico	intacto	arredondado	percursão	plana/convexa	subrectangular	polimento dos bordos e face	cinzento	anfibolito	0,012	0,050	0,020
	986.193.59	machado	fractura longitudinal		convexos	convexo	convexo dissimétrico	intacto	truncado	percursão	plana/convexa		polimento na extremidade distal	cinzento acastanhado	anfibolito	0,126		0,018
	986.193.74	machado	todas as medidas	paralelos/divergentes	rectilíneos	convexo	convexo dissimétrico	intacto	plano/convexo	intacto	plana/convexa	subrectangular	polimento total	alaranjado	anfibolito	0,236	0,049	0,032
	986.193.60	machado	todas as medidas	sinuosos/paralelos	rectilíneos	convexo	convexo simétrico	intacto	truncado	percursão	plana/convexa	subquadrangular	polimento na extremidade distal e proximal	cinzento	anfibolito	0,169	0,031	0,030
	986.193.1	machado	todas as medidas	divergentes	rectilíneos	convexo	convexo simétrico	intacto	truncado	percursão	plana/convexa	subrectangular	polimento na extremidade distal	cinzento	anfibolito	0,141	0,059	0,037
Monte Velho	461.16	machado	todas as medidas	divergentes	convexos	convexo	convexo simétrico	intacto	arredondado	afeiçãoado	plana/convexa	subrectangular	polimento na extremidade distal	cinzento	anfibolito	0,088	52	21
	461.1	seixo rolado												cinzento	anfibolito	0,071	44	21

# Inventário: recipientes cerâmicos analisados

Folha da Amendoeira	nº inv.	estado	formas/morfologias			bordo				fundo	aplicação plástica	
			morfologia	forma	tipo	espessura	forma	direcção	reg esp		asa	
											posicionamento	tipo
	986.193.48	completo	complexa	fechada	esférico achatado	não esp	arredondada	plano	regular	plano		
	986.193.49	ligeiramente fragmentada	simples	fechada	taça em calote fechada	não esp	arredondado	introvertido	regular	arredondado		
	986.193.52	completo	simples	fechada	esférico achatado	não esp	arredondado	introvertido	regular	plano		
	986.193.53	completo	simples	fechada	taça em calote fechada	não esp	arredondada	introvertido	regular	arredondado		
986.193.54	completo	complexa	aberta	indeterminado	não esp	arredondado	recto	regular	arredondado	horizontal	secção circular	
986.193.61	completo	simples	fechada	taça em calote fechada	não esp	arredondada	introvertido	regular	arredondado			
986.193.62	ligeiramente fragmentada	simples	fechada	taça em calote fechada	não esp	arredondado	introvertido	regular	arredondado			

Folha da Amendoeira	nº inv.	pastas						medidas										
		homogeneidade	cozedura	número	dimensões	matéria-prima	tratamento de superfície											
							supe	supi	DIA	DE A	DBJ	DMX	altt	IP	esp. bordo	esp. boj.	esp. máx.	esp. f.
	986.193.48								40	46	60	66	37		3,5	6	9	5
	986.193.49	compacta	oxidante com arrefecimento reductor	abundantes	finos	mica e quartzo	alisada	alisada	58,3	68	68	71,3	51,2	87,1	6,71	10,5	10,7	
	986.193.52	compacta	oxidante	pouco abundantes	finos	mica biotite e quartzo	aguada	alisada	40,6	48,2	70	71,5	50,7		6,2	6,8	7,15	
	986.193.53								85	95	110	110	80		7	8	12,5	6
986.193.54	compacta	oxidante	raros	finos	mica e biotite	alisada	alisada	48,9	58,1	57,4	58,1	48,8		5,2	5,2	5,55		
986.193.61								95,5	109	127	127	92		8	11	11	10	
986.193.62	compacta	oxidante com arrefecimento reductor	abundantes	finos e médios	mica e quartzo	alisada	alisada	72	82,1	82,1	97	70,1		7,1	8,7	8,9		

A-dos-Tassos	nº	estado	formas/morfologias			bordo				carena		fundo	medidas								
			morfologia	forma	tipo	espessura	forma	direcção	reg esp	morf	pos		DIA	DEA	DBJ	DMX	altt	esp. bordo	esp. boj.	esp. máx.	esp. f
	1	fundo e bojo	simples	aberta	indeterminado	esp						plano						10	17,6	10	
2	bordo e fundo	simples	aberta	taça em calote	esp	arredondado	exvertido	regular								11,3	15,9	18	16,4		
3	bordo e fundo	simples	fechada	indeterminado	não esp	bisel	introvertido	regular								9,16	8,62	10,69			
4	bordo	simples	aberta	taça em calote	não esp	arredondado	exvertido	regular								3,98	4,49	5,21			
Nora Velha	1	completo	complexa	fechada	esférico achatado	não esp	arredondada	plano	regular			plano	91	101	170	170	135	8	8	10	10
	2	completo	complexa	aberta	copo	não esp	arredondada	plano	regular			plano	67	74	84	84	56	5	7	8	5
	3	forma reconstituível	complexa	fechada	vaso de suspensão	não esp	arredondada	introvertido	regular	viva	media	arredondado	52	60	80	80	48	5	8		
	4	forma reconstituível	complexa	fechada	vaso de suspensão	esp	arredondada	introvertido	regular	viva	media	arredondado							11		14
	5	bordo	complexa	aberta	indeterminado	não esp	arredondada	exvertido	regular				38					8	7		
	6	bordo	simples	aberta	indeterminado	não esp	arredondada	exvertido	regular				30					9	7		
	7	bordo	simples	aberta	indeterminado	não esp	arredondada	exvertido	regular				35					7	6		
	8	bordo	simples	aberta	indeterminado	não esp	arredondada	exvertido	regular				29					7			
	9	decorado	simples	aberta	indeterminado	não esp	arredondada	exvertido	regular										3,5		
	10	decorado	simples	aberta	indeterminado	não esp	arredondada	exvertido	regular										2		

Monte Velho	nº inv.	estado	formas/morfologias			bordo				carena		fundo	perfuração		
			morfologia	forma	tipo	espessura	forma	direcção	reg esp	morf	pos		tipo	loc.	núm.
	461.21	forma reconstituível	simples	fechada	taça em calote	não esp	arredondado	introvertido	regular			arredondado			
	461.22	ligeiramente fragmentada	simples	aberta	taça em calote	não esp	arredondado	introvertido	regular						
	461.23	forma reconstituível	simples	fechada	taça em calote fechada	não esp	arredondado	introvertido	regular			arredondado			
	461.24	completo	simples	aberta	taça em calote alta	não esp	arredondado	exvertido	regular			plano			
	461.25	forma reconstituível	simples	aberta	taça em calote alta	não esp	arredondado	plano	regular			plano/ arredondado			
	461.26	completo	complexa	aberta	vaso de suspensão	não esp	bisel	plano	regular	viva	alta	arredondado	cilíndrica	carena	5
	461.27	completo	complexa	fechada	vaso de suspensão	não esp	bisel	introvertido	regular	viva	média	arredondado	cilíndrica	carena	4
	461.28	completo	simples	fechada	taça em calote fechada	não esp	arredondado	introvertido	regular			arredondado			
	461.29	completo	complexa	fechada	vaso de suspensão	não esp	arredondado	introvertido	regular	doce	média	arredondado	cilíndrica	carena	4
	461.31	completo	complexa	aberta	copo	esp	plano	plano	regular			plano			
	461.36	ligeiramente fragmentada	complexa	aberta	vaso de suspensão	não esp	arredondado	recto	regular			arredondado	cilíndrica	mamilo	5
	461.5	fundo, bojo	simples	aberta	indeterminado	não esp						plano			

Monte Velho	nº inv.	aplicação plástica				pastas						medidas									
		mamilo				homogeneidade	cozedura	número	dimensão	matéria-prima	tratamento de superfície		DIA	DE A	DBJ	DMX	altt	esp. bordo	esp. boj.	esp. máx.	esp. f.
		núm.	área de aplicação	tipo	forma						supe	supi									
	461.21					semi compacta	oxidante	abundantes	médios e grandes	quartzo	rugoso	rugoso	96	108	134	134	77	8	10		
	461.22					compacta	oxidante	abundantes	finos	quartzo, feldspato e biotite	alisado	alisado	57,5	66,9	83,4	83,4	78,4	6,24	9,8	11	
	461.23					compacta	oxidante	raros	finos	quartzo e biotite	alisado	alisado	65	75	85	85	71	7	10		
	461.24					compacta	oxidante	raros	finos	quartzo e biotite	alisado	alisado	79	92	90	95	75	8	9		
	461.25					compacta	oxidante	raros	finos	quartzo e biotite	alisado	alisado	90	106	111	115	84	6	7		
	461.26					compacta	oxidante	abundantes	finos	quartzo, mica e biotite	alisado	alisado	58	65	82	85	81	6			13
	461.27					compacta	reductora	abundantes	finos	quartzo e biotite	aguada	alisado	65	65	123	123	55	6	10	15	7
	461.28					compacta	oxidante	abundantes	finos	quartzo e biotite	alisado	alisado	110	117	131	131	75	6	8	9	8
	461.29					compacta	reductora	pouco abundantes	médios	quartzo	rugoso	rugoso	57x 37	57x 37	145x 102	145x 102	67	8	10	10	8
461.31					compacta	oxidante	raros	finos	quartzo e biotite	alisado	alisado	30	48	47	50	48	7	6	8	8	
461.36	5	1/2 da parede externa	perfurado	alongada	compacta	oxidante	raros	finos	quartzo, feldspato e biotite	aguada vermelha	alisado	104	112	135	135	99	7,49	11	17		
461.5																		5	13,9		

	nº inv.	estado	formas/morfologias			bordo				fundo							
			morfologia	forma	tipo	espessura	forma	direcção	reg esp								
Monte do Outeiro	312	forma reconstituível	simples	aberta	taça em calote	não esp	plano	introv	regular	arredondado							
	312.2	completo	simples	aberta	taça em calote	não esp	plano	introv	regular	arredondado							
	312.21	completo	simples	aberta	taça em calote	não esp	arredondado	plano	regular	arredondado							
	312.30	forma reconstituível	simples	aberta	indeterminado	não esp	plano	introv	regular	arredondado							
	312.4	completo	simples	aberta	taça em calote	não esp	indeterminado	exvertido	regular	arredondado							
	312.40	bordo			indeterminado	não esp	arredondado										
	312.42	completo	simples	fechada	taça em calote fechada	esp	arredondado	introv	regular	plano							
	312.43	completo	simples	fechada	esférico globular	esp	arredondado	introv	regular	arredondado							
	312.44	completo	simples	fechada	esférico achatado	esp	arredondado	introv	regular	plano							
	312.45	completo	complexa	fechada	copo	esp	plano	plano	regular	plano							
	312.46	completo	simples	fechada	esférico achatado	esp	arredondado	introv	regular	plano							
	312.47	forma reconstituível	simples	fechada	esférico globular	não esp	arredondado	introv	regular	arredondado							
	312.48	forma reconstituível	simples	fechada	esférico	não esp	arredondado	introv	regular	arredondado							
	312.5	completo	simples	aberta	taça em calote	não esp	plano	exvertido	regular	arredondado							
	312.7	completo	simples	aberta	taça em calote	esp	plano	plano	regular	arredondado							
	312.8	completo	complexa	aberta	taça campaniforme	não esp	arredondado	plano	regular	plano							
	312.84	completo	complexa	aberta	taça campaniforme	não esp	plano	exvertido	reguar	arredondado							
	312.9	completo	complexa	aberta	taça campaniforme	não esp	bisel	plano	regular	plano							
Monte do Outeiro	nº inv.	homogeneidade	pastas			matéria- prima	tratamento de superfície		medidas								
			cozedura	número	dimensões		supe	supi	DIA	DEA	DBJ	DMX	altt	esp. bordo	esp. boj.	esp. máx.	esp. f.
	312	compacta	oxidante	abundantes	médios	quartzo	alisado	alisado	117	126	145	145	104	7,9	8	8,5	
	312.2	compacta	reductora	abundantes	finos	quartzo, mica e biotite	aguada	aguada	128	135	152	155	98,2	4,8	5,1	6,71	
	312.21	semi compacta	oxidante com arrefecimento reductor	pouco abundantes	médios e finos	quartzo	alisado	alisado	149	157	164	167	83	7	7	9	7
	312.30	compacta	oxidante com arrefecimento reductor	pouco abundantes	finos e médios	quartzo	alisado	alisado					87,5	5,4	9,08	9,9	9,15
	312.4	compacta	oxidante	raros	médios	quartzo	aguada escura	aguada escura	117	127	109	127	52,1	5,68	7,85	10	
	312.40	compacta	oxidante	pouco abundantes	finos e médios	quartzo	rugoso	alisado						6,5	7,36		
	312.42	compacta	oxidante	raros	médios	mica e quartzo	alisado	alisado	75	90	133	135	112	9,9			
	312.43	semi compacta	oxidante	raros	finos	quartzo e mica	rugoso	rugoso	74	80	124	124	94	9			
	312.44	semi compacta	oxidante	raros	finos	quartzo	alisado	alisado	75	87	128	137	111	7	11		
	312.45	compacta	oxidante	raros	médios e finos	quartzo e biotite	aguada	alisado	30	54	54	60	65	12	10	12	10
	312.46	semi compacta	oxidante	raros	finos	quartzo	alisado	alisado	78	92	122	130	125	9	11	20	19
	312.47	semi compacta	oxidante com arrefecimento reductor	pouco abundantes	médios e grandes	quartzo e mica	rugoso	rugoso						8	10,68		
	312.48	semi compacta	oxidante	pouco abundantes	finos e médios	quartzo e biotite	rugoso	rugoso	68	78	120	130	85	8	9		
	312.5	compacta	oxidante	raros	finos	quartzo	alisado	alisado	135	145	134	135	53,5	6,09	7	7,57	
	312.7	compacta	oxidante	raros	finos	quartzo e mica	alisado	alisado	150	164	160	164	85	8	8	15	15
	312.8	compacta	reductora	raros	médios e grandes	quartzo	alisado	alisado	113	124	142	142	123	7	7		
	312.84	compacta	reductora	raros	médios e grandes	quartzo	aguada	aguada	110	120	111	120	120	5	5	8	8
	312.9	compacta	reductora	pouco abundantes	médios	quartzo	alisado	alisado	112	122	142	142	119	7			

Inventário: placas de xisto gravadas (medidas)

					medidas (mm)				
nº inv.	alt	alt cb	alt cp	alt b (média)	alt sp	lb	lcb	lt	esp pm
<b>461.33</b>	154	42	110	5		25	79	75	9
<b>461.32</b>	161	52	110	6		50	77	55	9
<b>986.193.33</b>	164	90	75	80	5	79	87	93	15
<b>986.193.34</b>	176	44	129	30		91	85	111	10
<b>986.193.35</b>	166	81	80	5	4	72	90	91	9
<b>986.193.36</b>	123	43	79	6		73	80	81	9.5
<b>986.193.42</b>						71			4
<b>986.193.37</b>						92			6
<b>986.193.29</b>						70			6
<b>986.193.26</b>	127	50	77	40		77	74	82	7
<b>986.193.40</b>	159					63		85	12
<b>986.193.39</b>	166	45	121	45		94	80	94	9
<b>986.193.30</b>						63			9
<b>986.193.31</b>									9.5
<b>986.193.27</b>						111		114	7.5
<b>986.193.28</b>	125					84		86	7
<b>986.193.32</b>	144	31	113	25			79		10.5
<b>986.193.26</b>	170	54	116	6		114	84	115	8